

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Thaís Manhães Alves Soares

NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:
Os casos da entrada e suspensão da Venezuela do Mercosul

Juiz de Fora
Fevereiro de 2019

Thaís Manhães Alves Soares

NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:

Os casos da entrada e suspensão da Venezuela do Mercosul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora
Fevereiro de 2019

Thaís Manhães Alves Soares

NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE O MERCOSUL:

Os casos da entrada e suspensão da Venezuela

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração:

Linha de pesquisa:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) - Orientador

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFJF) - Convidado

Prof. Dr. Carla Montuori Fernandes (UNIP) – Convidada

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2019.

AGRADECIMENTOS

Durante os vinte e quatro meses em que cursei o programa de mestrado, pude compartilhar com amigos e familiares as alegrias e angústias que acompanham os dias de dedicação ao trabalho, o qual agora tenho o prazer de apresentar. Muitos acompanham minha caminhada há muitos anos, enquanto outros tive o prazer de conhecer graças ao programa.

Primeiramente, minha imensa gratidão aos meus pais, Flávia e Ricardo, por todos os ensinamentos e todas as palavras de incentivo ao longo de toda a vida. Sem dúvida, esse trabalho não existiria sem eles.

À Cristiana, mesmo sabendo que ainda preciso descobrir uma forma de agradecimento que seja comparável a toda sua ajuda ao longo desse processo, começando pelo incentivo no momento de transição para a área da comunicação. Esse trabalho também lhe pertence, e eu espero que essa parceria se prolongue durante toda a nossa vida acadêmica.

Ao Paulo Roberto, quem tive o prazer de conhecer e ter como orientador, e que com máxima dedicação e paciência me ajudou a encontrar os caminhos que gostaria de seguir com a pesquisa, enquanto eu me esforçava para absorver todo o conhecimento que compartilhava comigo. Sem dúvidas, fui uma orientanda de muita sorte por tê-lo ao lado ao longo desses meses.

Ao Luiz Ademir, por sua imensa contribuição à minha imersão na área da comunicação, e que tanto na sala de aula quanto nas reuniões do grupo de pesquisa nos presenteou com seu conhecimento e seu bom humor nas horas mais necessárias.

A todos os membros do grupo de pesquisa, com os quais compartilhei inúmeras dúvidas, mas também muitas palavras de conforto e muitas trocas de experiência. Às minhas companheiras de banca, Letícia e Mariane, meu muito obrigada por toda a ajuda e companheirismo.

À minha tia Luciana, pelas notas e correções que tanto contribuíram para o aprimoramento do trabalho, além dos incentivos ao meu progresso no meio acadêmico.

A todos os professores, alunos e funcionários do PPGCOM UFJF, que contribuíram com essa prazerosa trajetória em uma nova área e uma nova universidade.

A todos os meus amigos e familiares, com os quais pude compartilhar um pouco das alegrias e angústias da vida acadêmica, mesmo que os prazos e obrigações tenham nos afastado em alguns momentos.

À Capes e à UFJF pelos eventuais subsídios e suportes.

RESUMO

Através de um estudo interdisciplinar, procuramos aqui identificar as interações entre os campos da comunicação e da política, atentando ao entrelaçamento de lógicas entre estes. Assim, o presente trabalho se propõe a elucidar as narrativas e enquadramentos acionados pelos jornais brasileiros na abordagem de temas de política externa. Aqui, mais especificamente, foi analisada a cobertura jornalística sobre o Mercosul, com atenção aos momentos de crise que compreenderam tanto a entrada da Venezuela no bloco, quanto a sua suspensão. Através da análise de conteúdo, os textos publicados pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo foram examinados e categorizados, gerando um estudo qualitativo e quantitativo. Por meio dos resultados obtidos, é possível afirmar que a cobertura dos temas regionais é estruturada em torno dos conflitos e das personagens, funcionando como um recurso simplificador da narrativa. Tal enquadramento, além de balizar o debate público, acaba contribuindo para a construção do imaginário popular sobre o nosso entorno geográfico, estruturando não somente o entendimento da realidade, mas a realidade em si.

Palavras-chave: Jornalismo. Enquadramento. Mercosul. Venezuela.

ABSTRACT

Through an interdisciplinary study, we seek to identify the interactions between the fields of communication and politics, considering the interweaving of logics between them. Thus, the present work aims to elucidate the narratives and frameworks used by Brazilian newspapers in the approach to foreign policy issues. Here, more specifically, the journalistic coverage of Mercosur was analyzed, paying attention to the moments of crisis that included both the entry of Venezuela into the bloc and its later suspension. Through the analysis of content, the texts published by the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo were examined and categorized, producing a qualitative and quantitative study. Through the results obtained, it is possible to affirm that the coverage of the regional themes is structured around its conflicts and characters, functioning as a simplifying resource for the narrative. Such a framework, beyond confining the public debate, ends up contributing to the construction of a popular imaginary over our regional environment, structuring not only the understanding of reality, but reality itself.

Keywords: Journalism. Framing. Mercosur. Venezuela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.....	96
Figura 2 – Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.....	98
Figura 3 – Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.....	98
Figura 4 – Capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 25 de junho de 2012.....	102
Figura 5 – Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no segundo recorte temporal.....	119
Figura 6 – Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no segundo recorte temporal.....	121
Figura 7 – Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal Folha de S. Paulo no segundo recorte temporal.....	121
Figura 8 – Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal O Globo no primeiro recorte temporal.....	136
Figura 9 – Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal O Globo no primeiro recorte temporal.....	138
Figura 10 – Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal O Globo no primeiro recorte temporal.....	138
Figura 11 – Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal O Globo no segundo recorte temporal.....	153
Figura 12 – Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal O Globo no segundo recorte temporal.....	155
Figura 13 – Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal O Globo no segundo recorte temporal.....	155

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Publicações do jornal Folha de S. Paulo analisadas no primeiro recorte temporal.....	113
Quadro 2 - Publicações do jornal Folha de S. Paulo analisadas no segundo recorte temporal.....	130
Quadro 3 – Publicações do jornal O Globo analisadas no primeiro recorte temporal.....	146
Quadro 4 - Publicações do jornal O Globo analisadas no segundo recorte temporal.....	160

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O PODER NA ERA DA INFORMAÇÃO	18
2.1 PODER E SOCIEDADE.....	19
2.2 MUDIATIZAÇÃO.....	26
2.3 ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO.....	33
2.4 INTERSEÇÃO ENTRE OS CAMPOS.....	41
3 O JORNALISMO COMO CONSTRUTOR DA REALIDADE	52
3.1 AGENDAMENTO.....	52
3.2 O ENQUADRAMENTO.....	58
4 O MERCOSUL E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS	67
4.1 A CONSOLIDAÇÃO DO REGIONALISMO E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL.....	67
4.2 AS FASES DA INTEGRAÇÃO.....	74
4.3 GEOPOLÍTICA DA REGIÃO.....	85
5 NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE O MERCOSUL	93
5.1 METODOLOGIA.....	93
5.2 A NARRATIVA DA FOLHA SOBRE A INCLUSÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL.....	95
5.2.1 Análise quantitativa do primeiro recorte	95
5.2.2 Análise qualitativa do primeiro recorte	99
5.3 A NARRATIVA DA FOLHA SOBRE A SUSPENSÃO DA VENEZUELA DO MERCOSUL.....	118
5.3.1 Análise quantitativa do segundo recorte	118
5.3.2 Análise qualitativa do segundo recorte	122
5.4 O GLOBO E A INCLUSÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL.....	135
5.4.1 Análise quantitativa do primeiro recorte	135
5.4.2 Análise qualitativa do primeiro recorte	139
5.5 O GLOBO E A SUSPENSÃO DA VENEZUELA DO MERCOSUL.....	152
5.5.1 Análise quantitativa do segundo recorte	152
5.5.2 Análise qualitativa do segundo recorte	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	172

1 INTRODUÇÃO

A aceleração dos mecanismos de informação, fruto de uma extraordinária revolução tecnológica que tem alterado a forma como vivemos e nos relacionamos, exige que quaisquer estudos sociais levem em conta a relação entre os veículos comunicacionais e as dinâmicas da sociedade. Assim, busca-se aqui promover um estudo das interfaces que permitem uma conexão entre os campos comunicacional e político, dando relevância ao papel exercido pelas instituições midiáticas na interface entre as duas áreas. Dessa forma, torna-se urgente um estudo aprofundado de suas consequências sobre o fazer político, em especial aqui a política externa. Essa, por se tratar de um assunto distante da realidade imediata da grande maioria da população, acaba sofrendo com mais intensidade as influências do campo comunicacional, já que seus acontecimentos chegam aos cidadãos quase que totalmente de forma mediada. Assim, é urgente tratar da relação entre os dois campos e de suas consequências para o pleno entendimento das lógicas do sistema internacional contemporâneo.

O presente trabalho busca então analisar a construção das narrativas jornalísticas sobre política externa nos periódicos brasileiros. Dessa forma, tomando como base a importância da comunicação para todos os aspectos da vida contemporânea, com sua capacidade de produzir sentidos e construir realidades, buscamos aqui analisar os pontos de intersecção entre os campos do estudo de mídia e do estudo de relações internacionais. O objeto de estudo se caracteriza, especificamente, pelas narrativas jornalísticas sobre o Mercosul, dando destaque aos episódios de aprovação da Venezuela como membro pleno do bloco, assim como sua posterior suspensão.

Através da análise de conteúdo, investigaremos a cobertura feita pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, ambos veículos de grande circulação e que atingem públicos de todo o território nacional. Seguindo os preceitos de Laurence Bardin, adotaremos a análise categorial, que nos permitirá classificar e quantificar os resultados encontrados, erguendo tanto um estudo quantitativo quanto um qualitativo. Assim, pretendemos discutir de que forma os acontecimentos relacionados ao tema são enquadrados pelos jornais e como estes trabalham as estratégias narrativas na abordagem dos acontecimentos dentro deste universo de política externa e integração regional. As perguntas principais que nos propomos a responder são: que narrativas são exploradas pela mídia ao abordar o tema da integração, mais especificamente o Mercosul? Como essa sucessão de eventos é conectada dentro de uma única lógica, e como é apresentada ao leitor? Quais narrativas são privilegiadas e quais são menos expostas?

As hipóteses aqui consideradas são as de que, apesar de se tratar de um tema de grande relevância estratégica para o Brasil, as discussões sobre o Mercosul acabam confinadas a uma só perspectiva, a econômica, enquanto os outros enfoques são ignorados ou pouco abordados nos textos. Isso contribuiria não somente para a consolidação de um debate demasiadamente raso sobre a integração, mas também para o fortalecimento da própria narrativa estabelecida pelas linhas editoriais desses jornais, que através da repetição se consolidariam como o único enfoque a ser debatido. Nesse sentido, coloca-se também relevante a forma como o assunto é tratado nas publicações daqueles convidados a expor suas opiniões nessas páginas, tanto representantes do governo ou da sociedade civil. Nossa hipótese é a de que há pouco espaço àqueles contrários à linha editorial do jornal, sendo este preenchido majoritariamente por publicações que reforçam o enquadramento adotado pelo jornal.

Partiremos aqui do pressuposto de que as narrativas adotadas pelos veículos jornalísticos contribuem para a construção da percepção que os brasileiros têm do processo de integração regional, sendo a mídia ator central na formação da opinião pública sobre um assunto relativamente distante da realidade da maioria da população. Portanto, adotamos a tese de que a realidade é socialmente construída, e que os sentidos que compartilhamos são fruto de processos históricos da sociedade. Assim, por fazer parte do cotidiano de milhões de brasileiros, os veículos jornalísticos têm papel relevante nesse processo. Através da narração dos acontecimentos, os jornais são capazes de transformar o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos, dotando-lhe de sentido em um desenrolar lógico e cronológico. Assim, nossa compreensão do mundo passa por essas narrativas, sendo essas não apenas representações da realidade, mas também uma forma de exercício de poder e hegemonia daquele que narra (MOTTA, 2007).

Partindo do entendimento de que há um entrelaçamento entre os campos teóricos da comunicação e política, nosso estudo empreenderá de uma escrutinação destes, verificando que ideias e raciocínios permitem uma interseção entre as áreas. Iniciaremos a dissertação através de uma análise do tema que move a pesquisa: o poder. No primeiro capítulo serão elucidados os diversos conceitos de poder existentes, quais são adotados pelos autores que guiarão nosso estudo teórico, e como estes dialogam entre si. A partir disso, analisaremos como cada autor entende as lógicas do poder, como estas operam e em que medida tais ideias podem auxiliar no nosso entendimento sobre o objeto a ser estudado.

O conceito de hegemonia de Anthony Gramsci é largamente usado em ambas as áreas, assim como ideias foucaultianas de poder e discurso, que percorrerão as análises teóricas erguidas no trabalho final. Trabalhamos aqui com o conceito webberiano de poder, segundo o

qual poder é "a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta" (WEBER, 1999, p. 175). De Bourdieu, tomaremos as definições de classe dominante, ou seja, "conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder" (BOURDIEU, 1989, p. 28) e de campo de poder, que nos é muito cara, e que segundo o autor corresponde às

[...] relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (BOURDIEU, 1989, p. 28-29)

Assim, ao abordar o termo classe, devemos esclarecer que as entendemos como conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em situações e condicionamentos semelhantes, carregam grande probabilidade de adotar práticas e posicionamentos semelhantes (BOURDIEU, 1989). Assim, o que buscamos aqui é uma melhor compreensão da narrativa jornalística não como produto de um veículo midiático onipotente diante de receptores passivos, mas sim um discurso que é co-construído no seio da sociedade, fruto das interações entre diversos grupos e classes interessadas. Portanto, tanto as noções de uma realidade socialmente construída e de uma lógica de produção de conteúdo em circuitos, explicitada abaixo, partilham do nosso entendimento de que há, entre os campos sociais, permanente troca, o que também justifica nossa intenção de questionar, afinal, os efeitos dessas trocas entre os campos político e midiático.

Nesse mesmo sentido, ainda no primeiro capítulo, abordaremos também o conceito de midiaticização, ou seja, o estudo da forma como a mídia interage com a cultura e a sociedade de uma maneira geral. Partiremos do pressuposto de que não se pode erguer uma análise das instituições sociais sem considerar o fundamental papel da mídia sobre o funcionamento dessas. Trabalharemos principalmente com as ideias de José Luiz Braga, segundo o qual os sentidos circulam em rede no seio da sociedade, em uma lógica que o autor vem a chamar de circuitos. Nestes circuitos, a midiaticização não se caracterizaria por ser um fenômeno fruto da ação de um campo, o midiático, mas sim resultado da ação de todo o corpo social, que se encontra então permeado por essa lógica.

Apesar de não constituir nosso principal objeto de análise, as relações internacionais constituem o plano de fundo da pesquisa, que objetiva então compreender as narrativas jornalísticas que permeiam nosso entendimento da política externa nacional. Assim, apesar de

não aplicar nenhuma dessas teorias à pesquisa, entendemos ser extremamente relevante a aproximação desses teóricos com o campo comunicacional, demonstrando a crescente necessidade dos estudos multidisciplinares no pleno entendimento da nossa contemporaneidade. Seguindo pelo mesmo caminho, a presente dissertação se propõe, portanto, a contribuir com esta gama de estudos, juntando-se à tradição que busca compreender o sistema internacional através da interação entre as demais forças sociais que não se resumem ao Estado. Assim, fechamos o primeiro capítulo com uma análise do campo da política externa e dos trabalhos de seus teóricos que enxergam as dinâmicas do campo através de uma lógica social. Robert Cox, um dos maiores expoentes dessa visão, busca investigar a ação transnacional das classes sociais, e a forma como ideias, capacidades materiais e instituições cada vez mais ignoram limites territoriais e redefinem assim os espaços de articulação das forças sociais e dos Estados.

Já no campo da comunicação trabalharemos principalmente com as teorias que tratam da *mass media*, olhando principalmente para as teorias que tratam da relação entre mídia de massas e sociedade, com suas consequências culturais. Sociedade aqui refere-se à base material (fontes econômicas e políticas de poder), às relações sociais (comunidades, famílias, etc.) e aos papéis sociais e ocupações socialmente reguladas. Já cultura temos como aspectos essenciais à vida social, como costumes e hábitos socialmente consolidados, ou seja, expressões simbólicas, significados e práticas (MCQUAIL; DE JESUS; PONTE, 2003).

A partir desta linha de raciocínio, o segundo capítulo se estruturará sobre os estudos do campo dos *media effects*, fazendo uso da teoria do agendamento, bem como efeitos relacionados a esta, como a difusão de notícias e o filtro da mídia. O processo do agendamento, segundo o qual veículos comunicacionais utilizam seu poder de estruturar assuntos a fim de influenciar a opinião pública, é considerado uma forma de se emoldurar a realidade, constituindo um quadro para se ver e compreender o mundo ao redor. Isso porque o fluxo noticioso, apesar de correntemente tratar de acontecimentos do curto e médio prazo, pode ter efeitos duradouros de longo prazo, ocupando espaços da educação e da socialização.

Assim, as formas como as notícias são enquadradas acabam por influenciar julgamentos e opiniões sobre assuntos extremamente caros à sociedade, como posições políticas e ideológicas, comportamentos sociais e orientações das mais diversas. Como enquadramento entenderemos a forma como são organizadas histórias noticiosas e outros discursos através de certos padrões de seleção, ênfase, interpretação e exclusão. Enquadrar, portanto, é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e os colocar em destaque em um determinado texto comunicativo. Seria portanto uma estratégia de estruturação do discurso,

cujo intuito é salientar certos aspectos em detrimento de outros, moldando assim a interpretação dos acontecimentos por parte do público. Esse conceito é retirado do trabalho de Robert Entman, do qual também extraímos o método de identificação de enquadramentos, aqui utilizado para a análise documental e melhor explicitado na seção acerca da metodologia da pesquisa.

O terceiro capítulo dedica-se ao entendimento histórico-político da trajetória de integração do continente. Abordando desde os primeiros esforços de regionalismo na América, explicitaremos o caminho trilhado pelos países sul-americanos até a consolidação do Mercosul, já na década de 1990. Assim, nos é relevante o esforço dos então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, do Brasil e da Argentina, respectivamente, de consolidar na América do Sul uma zona de paz e democratização. O projeto do Mercosul se coloca então, não somente como um esforço de ampliação de mercados e fortalecimento econômico, mas também como forte componente estabilizante e institucionalizante para a política regional. Tal reflexão é importante na medida em que, ao abordar os debates nacionais acerca do Mercosul, trabalharemos com duas noções dominantes sobre o processo, e que se encontram no centro do debate público. De um lado, a ideia de um bloco estritamente comercial, associado às noções neoliberais em voga na década de 1990; de outro, uma concepção também política e social do Mercosul, como motor desenvolvimentista do continente, vigente na década de 2000. Assim, ainda no terceiro capítulo, será erguida uma retrospectiva histórica do tratamento do Mercosul pelos diferentes governos que sucederam a redemocratização.

No mesmo capítulo, elucidaremos os aspectos estratégicos da integração no Cone Sul, as rivalidades e desconfianças internacionais que esta suscita, e o papel do Brasil e da Venezuela nesse processo. Aqui se coloca como evidente, em outro sentido, o imbricamento entre política interna e externa, onde vemos ambos os assuntos se influenciando, e os atores nacionais utilizando a política externa como meio de luta pelo poder interno. Assim, as bandeiras do neoliberalismo ou do neodesenvolvimentismo são adotadas pelos atores na disputa pela hegemonia dentro do país, que necessariamente perpassa a exposição destas nas páginas dos jornais nacionais.

Partindo da premissa adotada por Berringer (2017), também entendemos aqui o neodesenvolvimentismo como a principal plataforma política dos governos Lula, o qual se caracteriza "pelo crescimento econômico impulsionado pelo Estado através do financiamento às empresas e grupos nacionais que se internacionalizaram, da proteção ao mercado interno, da conquista de novos mercados e do aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora" (BERRINGER, 2017, p. 220-221), apoiada por amplos setores da sociedade. No entanto, esta

diverge em vários aspectos do modelo neoliberal, e tais diferenças acabaram explicitadas justamente no campo da política externa. Aqui entendemos neoliberalismo como uma evolução do liberalismo clássico em direção à sua vertente utilitarista, que advoga a primazia da sociedade civil sobre o Estado, a este relegada "apenas a tarefa de garantir para todos a lei comum, bem como a função de órgão equilibrador e incentivador de iniciativas autônomas da sociedade civil" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 705).

É pelo fato de que essa grande diferenciação tomou conta do debate, que aqui defendemos, juntamente com Berringer, que houve no Brasil, nas últimas décadas, uma crescente partidarização da política externa. Este fenômeno tem atingido seus extremos nos últimos anos, a partir da centralização, no debate nacional, das questões referentes ao relacionamento entre os governos brasileiro e venezuelano, este último representando uma espécie de símbolo dessa partidarização. É nesse sentido que o objeto aqui escolhido, a adesão e posterior suspensão da Venezuela do Mercosul, se coloca como um bom exemplo para o estudo das construções, pelos diversos setores da sociedade, de narrativas hegemônicas no seio de uma sociedade. A importância que o tema selecionado tem conquistado no cenário nacional serve para demonstrar como o agendamento e o enquadramento de um certo assunto pode levar a mudanças consideráveis no curso político de uma nação, mesmo tratando-se de acontecimentos distantes da realidade imediata do cidadão, como o é a política internacional.

Assim, ao analisar a narrativa jornalística, escolhemos abarcar todos os tipos textuais presentes em uma edição do jornal, desde o editorial até a nota. Esse recurso nos permite não somente analisar a linha editorial do veículo, como também as opiniões expressas por seus colunistas e convidados; prestar atenção aos grupos e indivíduos utilizados como fonte, além de notar a ausência daqueles marginalizados; enfim, ter toda a dimensão de quais setores contribuem para a construção dessa narrativa e quais são deixados de fora. Com isso, torna-se possível perceber a participação da sociedade na consolidação de um discurso, exemplificando o nosso pressuposto de que a realidade é co-construída pelos atores sociais a todo momento, em todo lugar.

Portanto, no quarto capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa documental empreendida a partir do material extraído dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. O período selecionado, seis meses antes e seis meses depois do acontecimento selecionado, aqui a adesão e a suspensão da Venezuela do Mercosul, acabou compreendendo, no primeiro recorte, as edições entre os dias 1º de fevereiro de 2012 e 31 de janeiro de 2013, em referência à oficialização da adesão venezuelana no dia 31 de julho de 2012. O segundo recorte compreende as edições publicadas entre os dias 02 de junho de 2016 e 1º de junho de

2017, em referência à oficialização da suspensão dos venezuelanos no dia 02 de dezembro de 2016. Assim, foram analisadas todas as publicações encontradas dentro desse período que tratam de questões do Mercosul, em ambos os jornais.

O capítulo encontra-se estruturado de forma a elucidar, primeiramente, os resultados da pesquisa quantitativa, isto é, os números e padrões encontrados a partir da análise desses periódicos. A seguir, é exposta a análise qualitativa, em que foram selecionados alguns textos exemplares dos padrões encontrados, onde é analisada a narrativa desses acontecimentos e são identificados os enquadramentos utilizados pelo jornal. Em seguida, o mesmo procedimento será adotado em relação ao segundo recorte, no sentido de facilitar a percepção da evolução da narrativa ao longo do tempo. A exposição começa com a análise das publicações da Folha de S. Paulo, que é seguida pela análise do jornal O Globo.

Ao final, partiremos para uma seção conclusiva, onde os resultados da análise documental serão apreciados à luz das teorias que serviram de base para o trabalho. Pretendemos, portanto, a partir desse esforço, elucidar as formas como a narrativa jornalística dos grandes veículos comunicacionais do país têm afetado o nosso entendimento de política externa, contribuindo para a consolidação de um discurso que vem sendo repetido nestas páginas desde a criação do bloco. O objetivo final é explicitar o fato de que, apesar de constituir assunto distante da realidade imediata da população, a política externa de um país é também fruto das disputas e da atuação de diversos setores no seio da sociedade, e não pode ser tratada como mero assunto de Estado. Aqui serão expostas as intervenções de grupos influentes no debate público acerca da integração, bem como o reduzido espaço concedido a representantes de grupos marginalizados. Dentre disputas políticas no nível regional, nacional e local, a análise nos permitirá compreender a participação da narrativa jornalística no desenrolar desses conflitos.

2 O PODER NA ERA DA INFORMAÇÃO

Diante da necessidade de esclarecer as bases teóricas que guiam nosso estudo, iniciaremos o primeiro capítulo com uma síntese do pensamento de autores que guiarão nossa compreensão do assunto, e que servirão de sustentação para a análise a ser empreendida no último capítulo. Aqui então, na primeira parte do capítulo, serão esclarecidas as ideias-chave para o entendimento do que pretendemos abarcar quando discorreremos sobre as ideias de poder, discurso, Estado, entre outros conceitos largamente utilizados ao longo da dissertação, e sem os quais não seria possível erguer tal estudo. Assim, ficará claro ao leitor que diversos foram os autores que contribuíram para o percurso do entendimento do tema, e que, ao final, as ideias que mais contribuíram para a construção da pesquisa e que portanto mais se aproximam do objetivo pretendido com o trabalho, são as de Pierre Bourdieu, principalmente aquelas expostas nas obras *O Poder Simbólico* (1989) e *Sobre o Estado* (2014).

Em seguida, será trabalhado o conceito de midiaticização. Buscamos compreender os estudos que trabalham a crescente influência do campo midiático sobre as demais esferas sociais. Avançaremos o entendimento do que se denomina "lógica da mídia", isto é, seu *modus operandi*, incluídos os usos dos recursos simbólicos, em uma aproximação com as ideias de Bourdieu. Nosso entendimento aqui se aproxima mais da ideia de circuitos de José Luiz Braga, segundo o qual a midiaticização não se caracteriza por ser um fenômeno fruto da ação de um só campo, o midiático, mas sim é o resultado a ação de todo o corpo social, que se encontra permeada por essa lógica. Também no campo das teorias da comunicação, abordaremos brevemente alguns estudos do campo da economia política da comunicação, em busca de uma abordagem socialmente crítica da mídia, focada em sua estrutura econômica e nas lógicas capitalistas que regem tal indústria. Tal reflexão nos será cara à compreensão do papel dos oligopólios e da estrutura de concentração midiática presentes no Brasil atualmente, os quais geram efeitos sobre o conteúdo veiculado nos meios de comunicação nacionais.

Ao final, serão condensados alguns trabalhos relevantes da área das relações internacionais que tratam das influências do campo midiático sobre os desdobramentos da política internacional. Como não se trata de nosso objeto, esta não será aqui analisada, e portanto não adotaremos uma teoria particular em nossa análise. No entanto, destacamos aqui as contribuições de Robert Cox para o nosso entendimento das relações internacionais contemporâneas, seguindo uma visão que atenta não somente ao papel das forças e estruturas sociais no delineamento do sistema internacional, mas também ao das ideias envolvidas nesse processo.

2.1 PODER E SOCIEDADE

Um estudo acerca das aproximações entre mídia e política deve perpassar necessariamente as questões de poder em nossa sociedade, e em especial a forma como estas operam a partir dos fenômenos comunicacionais que aqui serão analisados. Diversos estudos têm enfatizado a crescente simbiose entre os campos da política e da mídia, em que é destacado o fenômeno da influência das lógicas de um campo sobre o outro, como têm ressaltado os estudos sobre a midiaticização (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008; HJARVARD, 2012). A mídia tem se consolidado, portanto, cada vez mais, como um palco onde a ação política pode alcançar não somente uma grande visibilidade, mas, mais importante aqui para nós, uma legitimidade para a sua execução (GOFFMAN, 1995). Dessa forma, o poder de alcance dos veículos comunicacionais é utilizado pelo campo político como uma plataforma de difusão e fortalecimento de seus discursos, em uma relação que vai além do uso instrumental, mas que consolida uma dependência mútua e um elo entre os dois campos.

Apesar de também tratarmos aqui das questões do poder político, abordaremos sobretudo teorias que vão além das concepções clássicas de poder ligadas à Ciência Política. Dessa forma, daremos espaço às concepções que fogem da centralidade do Estado em suas análises, e também àquelas que transitam em situações que abarcam não somente os usos da violência como forma de exercício de poder. Para isso, utilizaremos aqui trabalhos de renomados pensadores como Michael Foucault, Hannah Arendt e Pierre Bourdieu. Mas há também a necessidade de uma abordagem das teorias clássicas, como gênese do que viria a ser a reflexão moderna acerca do exercício e das relações de poder. Nestes estudos destaca-se o tratamento de Max Weber à questão. Assim como Foucault, o filósofo se dedicou ao estudo dos processos de disciplinarização na sociedade, e seus estudos e conceituações do poder o tornaram uma referência nas pesquisas dessa temática.

Weber parte da noção de poder como "a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta" (WEBER, 1999, p. 175). Difere da concepção marxista que condiciona o poder à lógica econômica, e afirma que, dentro de uma comunidade, os fenômenos da distribuição de poder são as classes, os estamentos e os partidos. Tal noção nos será demasiadamente importante nas análises à frente. Assim, desenvolve sua análise acerca das formas de ação social dando destaque aos tipos de dominação, classificando-os como um caso especial de poder. Dentre as possibilidades de dominação existentes, destacam-se duas formas radicalmente opostas: de

um lado, a dominação em virtude de interesses, como é o caso de um monopólio (como o do mercado, por exemplo); e do outro, a dominação oriunda da autoridade, baseada em um dever de obediência (como no caso de um chefe de família). Adota em suas análises, portanto, a concepção do segundo tipo de dominação, a autoritária, que segundo o autor se baseia puramente no poder de mando e no aparato coativo (WEBER, 1999). Assim, compreende a vontade manifesta do dominador em influenciar as ações dos dominados, de tal forma que estas ações se realizem como se os últimos tivessem feito de seu conteúdo a máxima de suas próprias ações. E reforça que "em toda relação de dever autoritária, certo mínimo de interesse em obedecer, por parte do submetido, continua sendo, na prática, a força motriz normal e indispensável da obediência" (WEBER, 1999, p. 190), reforçando assim o caráter relacional do exercício do poder, isto é, aquilo que Bourdieu retomará ao abordar a noção de que o poder simbólico só se exerce se for reconhecido (BOURDIEU, 1989).

Arendt também destaca tal aspecto, ao afirmar que "o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens" (ARENDR, 2010, p. 251). Assim, elucida que o poder passa a existir no momento em que os homens agem juntos, destacando o papel da fundação de cidades como condição que teria propiciado uma pluralidade humana, e portanto a ação do poder. Com isso, ao declarar a quase total independência do poder em relação a aspectos materiais, Arendt relembra que "o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua afirmação" (ARENDR, 2010, p. 249). E se não é efetivado, perde-se. E, apesar de a violência ser capaz de destruí-lo, esta jamais poderia substituí-lo. Constrói, nesse sentido, uma crítica às teorias clássicas que associam o poder à violência, e os coloca como opostos: onde um está presente, o outro está ausente. Assim, associa a tirania a uma situação de falta de poder, pelo isolamento entre o tirano e o povo, que nega o caráter relacional do poder, criando uma combinação de força material e impotência. Portanto, quando abordarmos os temas de *soft power* ou de poder da mídia, estaremos retomando pensamentos de Weber quanto à influência do dominador sobre o dominado (e o que ele chama de interesse em obedecer), e também o aspecto não violento do poder, aqui enfatizado por Arendt.

Apesar de conter certas lacunas, o pensamento de Arendt faz importantes contribuições para o estudo das questões do poder. Afirma que o poder, sendo uma ação política, sustenta-se como um fim em si mesmo, cujo sentido último é a interação entre os homens. Portanto, tanto Arendt quanto Habermas compartilham a ideia de que é necessária a existência de uma esfera pública para o exercício do poder, que, para o último, surge nos

lugares onde há a possibilidade de formação de opiniões e vontades (CANDOSSIM, 2009). Com isso, são aqui ressaltados os aspectos comunicacionais inerentes às relações de poder, trazendo todo o debate a um ambiente não mais exclusivamente estatal, mas sobretudo social. A política então transborda o Estado, adentrando em cheio a sociedade, aniquilando as tentativas burguesas de impor um aparente fim do domínio do homem sobre o homem na era moderna. Assim, o poder moderno, na concepção de Marx, que se pretende legítimo pois é construído sobre uma suposta igualdade, na verdade serve como mecanismo de manutenção das desigualdades (RAMETTA, 2005). Daí ele desenvolverá toda sua noção de ideologia, extensamente presente em suas obras.

Enquanto Marx se concentra nos aspectos econômicos da dominação, Bourdieu se dedica à sua face simbólica. Diferenciado-se da teoria marxista, Bourdieu afasta-se do economicismo ao colocar em sua teoria dos campos sociais a diferenciação dos agentes dependente da posição que cada um ocupa nesses espaços, essa por sua vez definida pelo poder, isto é, o capital que possuem e a natureza de seu capital. A diferenciação aqui se dá, portanto, em enxergar não somente a face econômica desse capital, mas também sua face política, social e simbólica. Nesse sentido, a cada campo (aqui trataremos principalmente dos campos jornalístico e político) corresponde uma espécie de capital, que se sobressai nas disputas internas entre os agentes.

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação de produto objectivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força – institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos –, entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações. *Esta posição determina os poderes actuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam* (BOURDIEU, 1989, p. 135, grifo nosso)

Segundo o autor, o poder simbólico seria uma forma transfigurada, irreconhecível e legitimada das outras formas de poder, isto é, do poder econômico, social ou militar. Assim, permite obter o equivalente daquilo que é alcançado através da força, tornando-se um poder "de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 14). Logo, os sistemas simbólicos se configuram como instrumentos de comunicação e saber, dotados de um poder de construção da realidade, enquanto os símbolos seriam instrumentos de integração social, a partir dos quais é possível atingir um consenso acerca do sentido do mundo ao nosso redor. Cumprem, portanto, função política de

imposição e legitimação do domínio de uma classe sobre a outra, o que torna o campo da produção simbólica um microcosmos da luta de classes: assim, a cultura que une é a mesma que separa, e também a que legitima as diferenças.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação (BOURDIEU, 1989, p. 12, grifo do autor)

Como Arendt, também elucida o aspecto relacional do poder, ressaltando que este somente pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem. Assim, o que concede poder às palavras é a crença na legitimidade destas e daquele que as profere, tendo o dominado um papel imprescindível na consolidação do domínio. Bourdieu também afirma ser um erro reduzir as relações de força a relações comunicacionais, sendo que as últimas nada mais são do que relações de poder dependentes do poder simbólico e material acumulado pelos agentes, fruto de relações históricas de luta. Assim, a capacidade de fazer publicizar, tornar pública uma percepção de mundo, representa considerável poder social, o de constituir os grupos e de construir o senso comum (BOURDIEU, 1989). Portanto, em nosso estudo, serão largamente trabalhadas, segundo o pensamento do filósofo, as noções de legitimidade atreladas àqueles que produzem, proferem e publicizam os discursos.

[...] as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere* (BOURDIEU, 1989, p. 145)

Bourdieu, assim como Arendt e Foucault, propõe também uma renovada problematização do conceito de poder, visto que o último o pretende pensar fora de uma instância que se mostra essencialmente negativa e repressiva. Foucault então propõe não uma teoria do poder, mas uma analítica das diversas relações de poder existentes no seio da sociedade. Busca, acima de tudo, compreender e determinar quais são seus mecanismos, seus efeitos, suas relações e os dispositivos através dos quais o poder é exercido na sociedade.

Nesse sentido, ao invés de guiar seu estudo para a análise dos aparelhos do Estado, para as raízes jurídicas da soberania, ou para o âmbito das ideologias que o acompanham, Foucault determina que uma análise do poder deve perpassar o âmbito da dominação nos sistemas locais de sujeição e nos operadores materiais destes, ou seja, o que para ele se resumiria, afinal, nos dispositivos de saber.

Assim, empreende um estudo dos sistemas de verdade, isto é, discursos acolhidos em certas sociedades como verdadeiros. Essa ideia se coloca como essencial ao nosso estudo, visto que uma análise de uma narrativa preponderante no seio de uma sociedade deve necessariamente perpassar os questionamentos acerca da sua consolidação, isto é, sua autoproclamação como verdade. Portanto, há aqui um diálogo entre a concepção de capital simbólico de Bourdieu, que concede ao agente a legitimidade de impor sua visão de mundo, e a ideia foucaultiana dos sistemas de verdade, diretamente dependentes do poder no enunciador. Isso porque, para o autor, a verdade não existe fora do poder, "ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder" (FOUCAULT, 1979, p. 12). Por verdade, entende-se "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A 'verdade' está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e o apoiam, e a efeitos de verdade que ela induz e que a reproduzem" (FOUCAULT, 1979, p. 14). Assim, afirma que

Em nossas sociedades, a 'economia política' da verdade tem cinco características historicamente importantes: a 'verdade' é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, *meios de comunicação*); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas 'ideológicas') (FOUCAULT, 1979, p. 13, grifo nosso)

Com isso, as questões do discurso e da verdade se colocam como centrais no pensamento foucaultiano, onde ele se volta muito à análise da produção do saber. Assim, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1999, p. 10). Isso tudo em um esforço para demonstrar que o poder não se resume à repressão: este deve ser compreendido não só como uma força negativa, como a força do "não", mas também como uma força produtiva, que forma discursos, forma indivíduos e que produz

saber, regimes de verdade e, enfim, produz a realidade. Assim, "o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu" (FOUCAULT, 1979, p. 35). Toma, portanto, o poder não como um fenômeno de dominação maciça e homogênea, que vem de cima, que age de forma global. O poder é sobretudo circular, funciona em rede, e permeia todo o tecido social, em uma ação micro e local. O indivíduo, nesse sistema, jamais é alvo inerte ou concedido do poder, mas sempre seu intermediário: o poder portanto não se aplica aos indivíduos, mas transita por eles.

Ao se declarar distante da visão estruturalista, Foucault dirige sua crítica principalmente às concepções clássicas do marxismo em relação ao poder. Já Poulantzas, um teórico assumidamente marxista, faz uma crítica à análise foucaultiana que teria diluído e dispersado o poder, subestimando o papel das classes sociais e da luta de classes, assim como também ignoraria o papel central do Estado (BARISON, 2010). Para Poulantzas, que pretende um diálogo com a concepção de poder de Foucault, a concepção marxista não se resume ao âmbito econômico, mas que "o processo econômico é a luta de classes e portanto relações de poder (e não somente de poder econômico)" (POULANTZAS, 1980, p. 41). Assim, para ele, as relações de poder não se resumem ao âmbito estatal, pois a divisão social do trabalho e a luta de classes ultrapassam o Estado. Nesse mesmo sentido, as relações de poder também ultrapassam as disputas de classe, como é o caso do vínculo heterogêneo entre homens e mulheres. Mesmo assim, "o poder de classe o atravessa, o utiliza, o reduz, em suma, dá-lhe significação política" (POULANTZAS, 1980, p. 50), pois, para o autor, na sociedade de classes todo poder encobre uma significação de classe. Na sua concepção

[...] todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos-instituições, e constantemente os ultrapassam. (POULANTZAS, 1980, p. 51)

Berringer, discípula de Poulantzas, ao se aproximar do nosso objeto, as relações internacionais, defende que o Estado nacional, atravessado pelas disputas de classe, se constituiu em uma instituição cuja função é organizar e garantir a dominação de um conjunto de classes sobre as outras, sendo sua política externa um reflexo dos interesses das classes dominantes. Assim, o Estado não representaria o interesse geral na nação, mas sim o interesse

de uma fração hegemônica do bloco no poder e permeada pela luta de classes. As relações internacionais são determinadas, nesse sentido, pelas relações de poder entre as classes dominantes de cada nação, refletindo as estruturas desiguais de poder no cenário global. Assim, "a relação entre fração hegemônica e o capital externo determina a posição do Estado no cenário internacional em determinada conjuntura histórica" (BERRINGER, 2015, p. 70), em um cenário onde o Estado não busca o consenso ou equilíbrio entre os grupos, mas sim a satisfação dos interesses da burguesia.

Não muito distante dessa concepção, Bourdieu concebe o Estado como um metacampo, pois é o resultado de um processo que congrega os diferentes tipos de capital em um só campo: o capital da força física, o econômico, o político e o simbólico. Essa concentração acaba por criar uma nova forma de capital: o capital estatal, com poderes de subjugar o funcionamento dos outros campos e dos agentes. Assim, "a gênese do Estado passa pela concentração do capital simbólico antes difuso, apoiado apenas em um reconhecimento coletivo" (TARGA, 2018, p. 74). Nesse sentido, critica a concepção marxista focada no funcionalismo do Estado, visto como um aparelho coercitivo a serviço da classe dominante e da manutenção das relações produtivas, que segundo o autor apenas substitui a visão clássica de um Estado divino, cuja função seria promover o bem comum, por uma visão diabólica, a serviço dos dominantes.

Na lógica da hegemonia, os agentes do Estado são pensados como estando a serviço não do universal e do bem público como eles pretendem, mas dos dominantes economicamente e dos dominantes simbolicamente, e ao mesmo tempo a seu próprio serviço, ou seja, os agentes do Estado servem os dominantes econômica e simbolicamente e, servindo, se servem. O que resulta em explicar o que faz o Estado, e o que ele é, a partir de suas funções. [...] Ou seja, não se aprende nada sobre o mecanismo quando se interroga apenas a respeito das funções (BOURDIEU, 2014, p. 38)

Não considera a análise incorreta, mas sim reducionista, não permitindo o completo entendimento dos fundamentos do Estado. Assim, segundo Bourdieu, Estado é o nome dado aos princípios ocultos da ordem social, assim como da dominação tanto física como simbólica e da violência física e simbólica. É portanto uma ilusão bem fundamentada, um lugar que só existe porque se acredita nele, fruto de uma crença coletiva. Nesse sentido, diz que atos de Estado são aqueles atos políticos investidos de legitimidade, pois carregam a pretensão de surtir efeitos sobre o mundo social, cuja autoridade reside na crença. Assim, faz um acréscimo à definição weberiana que diz ser o Estado o monopólio da violência legítima, para afirmar que o Estado é, então, "o monopólio da violência física e simbólica" e, portanto, "o monopólio

da violência simbólica legítima" (BOURDIEU, 2014). Assim, o Estado é um princípio de produção e representação legítima do mundo social.

Aqui, portanto, trabalharemos majoritariamente com as concepções de poder e Estado de Bourdieu, pois, apesar de concordar com a crítica de Poulantzas dirigida ao menosprezo por parte de Foucault quanto ao papel das lutas de classe (não que este as despreze totalmente, mas sim diminui seu peso nas relações de poder), também nos afastamos da teoria poulantziana e da ênfase dessa na significação de classe por trás de toda disputa social. Assim, Bourdieu aproxima-se da concepção aqui defendida de construção social da realidade¹, e defende que "os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados" (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupados das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 1989, p. 153)

Essa concepção estruturalista, que concebe importância às divisões de classes, ao mesmo tempo em que foge da centralidade da ação estatal das teorias clássicas de poder, será nosso guia principal nas considerações acerca das relações de poder que aqui serão elucidadas. Com isso, serão aqui estudados os aparelhos midiáticos como sistemas simbólicos que auxiliam na construção do que Bourdieu chama de "consenso social", isto é, uma homogeneização da concepção de tudo aquilo ao nosso redor, criando um sentido imediato do mundo e reproduzindo a ordem social.

2.2 MIDIATIZAÇÃO

A midiatização é mais um dos conceitos que se propõem a discutir a centralidade da mídia no mundo contemporâneo e, portanto, seus efeitos de poder. Assim, a partir de uma abordagem sociológica do papel da mídia, surge o conceito de midiatização, isto é, o

¹ Também em consonância com o livro "A construção social da realidade", onde Berger e Luckmann buscam, através de um estudo da sociologia do conhecimento, elucidar como a realidade é socialmente construída na nossa sociedade. BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

fenômeno da difusão e influência da mídia sobre os demais campos sociais. O estudo da midiaticização se encaixa, portanto, em nosso trabalho no sentido que busca elucidar as formas como o campo midiático exerce seu poder sobre os demais campos, sendo capaz de alterar as lógicas que os regem, como, por exemplo, tem feito com a política e, mais precisamente, com as relações internacionais. De acordo com Stig Hjarvard, a midiaticização pode ser definida como "uma nova condição social" em que a onipresença da mídia na sociedade contemporânea implica que esta não pode mais ser considerada como algo separado das instituições sociais e culturais. Apesar de hoje termos um entendimento acerca de sua influência sobre os mais diversos campos, o primeiro emprego do termo foi utilizado para descrever o impacto dos meios de comunicação sobre a política que, segundo Kent Asp (1986 apud HJARVARD, 2012), estaria se ajustando às demandas da mídia. Asp reconhece que sua análise foi diretamente influenciada pela ideia de "sociedade sacudida pela mídia" desenvolvida por Gudmund Hernes (1978 apud HJARVARD, 2012), que já aponta questões fundamentais para o estudo da midiaticização, como a indagação acerca da maneira como os meios de comunicação redistribuem o poder na sociedade, e como estes alteram tanto o funcionamento interno de outras entidades sociais quanto suas relações mútuas.

Hjarvard avança na análise dos conceitos já dados ao termo midiaticização, como no trabalho de Altheide e Snow (1979 apud HJARVARD, 2012), que sugerem uma análise das instituições transformadas através da mídia. Para os últimos, essa tem se consolidado como a base do conhecimento que é difundido e gerado na sociedade, e cuja lógica de formatação acaba por determinar como todo material é categorizado, selecionado e apresentado ao público em geral. Já Mazzoleni e Schulz (1999 apud HJARVARD, 2012) caracterizam a midiaticização como as consequências do desenvolvimento dos meios de comunicação em massa modernos, e são claros em afirmar que a política midiaticizada é a política que perdeu sua autonomia, ao tornar-se dependente da mídia, sendo moldada por suas interações com esta. Os autores ressaltam que tal fenômeno não leva a uma perda do poder político por parte das instituições desse campo, mas sim de uma perda de independência para se adaptar à lógica midiática.

Hjarvard tem avançado seus estudos sobre os efeitos da midiaticização sobre o campo religioso para entender como esse fenômeno tem alterado não só práticas e relações, mas, sobretudo, o caráter da crença nas sociedades modernas. Segundo o autor, a mídia tem se tornado importante fonte de informação e experiência, através de, não somente sua difusão, mas também da remodelação de suas práticas. Com isso, a mídia caminha para uma substituição da religião em muitas das funções sociais antes oferecidas por esta, como a

manutenção das comunidades sociais e a celebração pública de grandes eventos culturais. Para Hjarvard, o resultado não é um novo tipo de religião, mas sim uma nova condição social em que o poder de definir e praticar a religião mudou.

Além de definições que busquem a análise dos efeitos da mídiatização sobre um certo campo, Hjarvard ressalta a importância de teorias que enxergam como um fenômeno mais abrangente do desenvolvimento da sociedade moderna, como é o caso de John B. Thompson. Seu trabalho busca elucidar como os meios de comunicação têm contribuído para a transformação das instituições arcaicas de séculos passados nos modelos modernos que conhecemos hoje. Para Thompson (1995 apud HJARVARD, 2012), a invenção da imprensa e o avanço tecnológico nas telecomunicações levaram a uma institucionalização dos meios de comunicação de massa como uma força significativa na sociedade, permitindo o contato entre grupos geograficamente distantes, assim como o armazenamento e disseminação de informações em níveis recordes. Todo esse processo foi responsável por uma revolução nas instituições e nas formas como as pessoas se relacionam.

Thompson (1995) enxerga uma forte conexão entre a mídiatização e suas consequências culturais e o surgimento de grandes organizações de mídia em níveis nacional e global. A produção e distribuição de produtos simbólicos por parte dessas corporações mudou os fluxos de comunicação na sociedade, tanto entre instituições quanto entre instituições e indivíduos (HJARVARD, 2012, p. 59)

Friedrich Krotz e Winfried Schulz também utilizam o termo mídiatização para descrever o papel dos meios de comunicação nas mudanças sociais. Para Schulz (2004 apud HJARVARD, 2012), esses primeiro estendem as possibilidades de comunicação, tanto no tempo quanto no espaço; em segundo lugar, substituem as atividades anteriormente desenvolvidas face a face; terceiro, os meios incentivam a fusão das atividades, gerando combinações entre diferentes formas de comunicação; e por último, os demais atores se adaptam a estes novos comportamentos. Já Krotz (2007 apud HJARVARD, 2012) vê a mídiatização como um processo em constante movimento, que tem acompanhado a evolução humana desde a invenção da escrita. Desse modo, essa seria um fenômeno contínuo em que os meios alteram as relações e o comportamento humano, alterando assim a sociedade e a cultura como um todo. Assim, Krotz trata a mídiatização como um metaprocessos, em paridade com a globalização e a individualização.

Ambos os autores ainda apontam as semelhanças entre a teoria da mídiatização e a teoria dos meios, na qual Marshall McLuhan pode ser apontado como um dos maiores expoentes. As duas teorias apontam para as diferentes formatações de cada meio

comunicacional, e para o impacto dessas sobre as relações pessoais às quais dá origem. No entanto, há que se fazer a crítica quanto ao excessivo determinismo da teoria dos meios, a qual não se preocupa com as relações históricas, sociais e culturais, estando voltada majoritariamente às questões de nível macro. Já a teoria da mediação, segundo os autores, deve estar constantemente comprometida com a análise empírica, e atenta aos processos específicos que envolvem diferentes grupos da sociedade.

O pensamento de Hjarvard encontra-se em consonância com as ideias de Krotz e Schulz, já que ele também considera sempre necessária a validação empírica através da análise histórica, cultural e sociológica. Mas, segundo o próprio autor, se afasta em dois pontos: primeiro, na adoção de uma perspectiva institucional, onde são aplicados conceitos sociológicos para a especificação do que ele chama "lógica da mídia", tornando assim possível analisar as relações entre os meios de comunicação e outras esferas sociais; em segundo lugar, o conceito de mediação é aplicado à situação histórica atual em que a mídia alcançou sua autonomia como instituição social e se encontra ligada de maneira crucial às demais instituições. Ou seja, ele utiliza o termo mediação para "caracterizar uma determinada fase ou situação do desenvolvimento global da sociedade e da cultura no qual os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante em outras instituições sociais" (HJARVARD, 2012).

Devem também ser citadas as teorias que associam a mediação à condição pós-moderna da sociedade, onde os meios de comunicação seriam responsáveis por uma consciência e ordem cultural. Um dos autores que mais avança nesse sentido é Jean Baudrillard (1994 apud HJARVARD, 2012), que através de sua teoria dos simulacros, entende que os símbolos da cultura da mídia (imagens, sons, propagandas, etc) criam aparências de realidade que não só parecem reais, como também substituem tudo aquilo que pertence à realidade física e social, gerando assim uma "hiper-realidade". Para Hjarvard, não há dúvidas de que a mediação tem obscurecido as distinções entre realidade e representação midiática, mas enxerga a visão pós-modernista como simplista demais, ou seja, demasiadamente reducionista ao supor uma completa substituição da realidade em todos os níveis, e exagerada demais, ao proclamar a total desintegração de diferenciações extremamente caras à vida em sociedade. Apesar das críticas, Hjarvard afirma que todas as definições encontradas de mediação colaboram de alguma forma para a definição do termo, o qual ele utiliza como

[...] conceito central em uma teoria sobre a importância intensificada e mutante da mídia dentro da cultura e da sociedade. Por midiatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação (HJARVARD, 2012, p. 64).

O autor também avança na conceituação do que ele denomina "lógica da mídia", isto é, o *modus operandi* institucional, estético e tecnológico dos meios, incluídas aí as formas como os recursos simbólicos são distribuídos, o que leva a uma forte influência daquela sobre não só os conteúdos transmitidos, mas também sobre os receptores e, sobretudo, sobre as relações sociais como um todo. Esse grau de dependência em relação à lógica da mídia varia, segundo ele, de acordo com a instituição e o campo social em questão. Assim, Hjarvard enfatiza o caráter histórico da midiatização, como uma tendência que tem se acentuado desde o final do século XX, em especial nas sociedades industrializadas como Japão, EUA e Europa. Segundo ele, quanto mais avança a globalização, mais regiões serão afetadas pela midiatização. No entanto, afirma que certamente haverá diferenças na influência que essa exerce, já que suas consequências não são homogêneas: estas dependem tanto do contexto quanto dos meios em questão.

A midiatização é, portanto, marcada por uma grande dualidade: ela não somente desempenha seu papel como instituição independente, mas também fornece meios para que os demais atores e instituições exerçam os seus, cedendo-lhes um meio para comunicação, assim como um espaço público para a interação na sociedade. Assim, segundo Hjarvard, uma teoria sociológica da midiatização deve ser capaz de explicar ambos os processos de institucionalização e interação.

Os meios de comunicação proporcionam fóruns de comunicação tanto privada como pública, dos quais outras instituições dependem para sua comunicação com o público e com outras instituições e para sua comunicação interna. A dualidade de ter rompido com as operações de outras instituições e ainda ter funções de comunicação coletiva na sociedade dá aos meios de comunicação uma importância central para a sociedade como um todo. Portanto, *a lógica que guia os meios de comunicação não pode ser reduzida a uma lógica de mercado*. Sim, os meios de comunicação vendem produtos aos consumidores, mas também prestam serviço aos seus públicos e usuários, tanto como público geral quanto como indivíduos pertencentes a contextos institucionais específicos (HJARVARD, 2012, p. 73, grifo nosso)

Com os meios de comunicação digitais, os usuários têm se tornado também produtores de conteúdo, e o principal serviço das novas mídias é estimular relações sociais entre as

peessoas. Ou seja, a ideia de estímulo à produção de conteúdos em rede nada mais é do que aquilo que José Luiz Braga vem a chamar de circuitos, isto é, circulação de sentidos que ocorre após a recepção. Para Braga, a percepção de que os receptores são ativos e de que estes têm encontrado cada vez mais canais para a propagação de conteúdos tem transferido cada vez maior importância à circulação, a qual se torna nuclear para pensar a mediação na sociedade. Esta torna-se, portanto, "um espaço de maiores possibilidades de ocorrência interacional, na prática social; e de descobertas, na investigação" (BRAGA, 2012, p. 39).

Assim, é possível perceber que o esforço interacional se desloca do modelo convencional (ida e volta), para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante. Aí já não é tão simples a distinção entre a produção e a recepção como instâncias separadas, sendo cada vez mais difícil encontrar o "ponto de partida" de cada fluxo ou produto. Dessa forma, Braga afirma que

[...] não é o "produto" que circula – mas encontra um sistema de circulação no qual se viabiliza e ao qual alimenta. O produto, entretanto, é um momento particularmente auspicioso da circulação – justamente porque, consolidado em sua forma que permanece (e que se multiplica, na sociedade em mediação), pode continuar circulando e repercutindo em outros espaços. O produto, por sua permanência e também porque se molda ao mesmo tempo em que busca moldar os ambientes em que põe a circular, torna-se um especial objeto de observação para inferências sobre os processos mais gerais em que se inscreve (BRAGA, 2012, p. 41)

Tais circuitos, no entanto, não se desenvolvem no vazio. Há sempre uma sociedade pré-construída sobre estruturas historicamente elaboradas, ambiente que Braga trata a partir da noção de campos sociais de Pierre Bourdieu. No entanto, rejeita a ideia de que a mediação da sociedade seja produto de um campo específico ou da ação dos meios, sendo esta fruto da incidência de todos os campos sociais, cada um a partir de sua especificidade. Assim, citando Fausto Neto (2008 apud BRAGA, 2012) afirma que já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios, *mas de constatar que o funcionamento da sociedade está permeado pela lógica da cultura da mídia*. Assim, a mediação torna inevitável a continuidade entre processos midiáticos e outros processos interacionais entre os campos, que cada vez mais se relacionam com as interações mediadas. Esses campos, segundo Braga, são progressivamente atravessados por circuitos dos mais diversos, onde cada setor passa a participar de circuitos múltiplos onde todos esses momentos se apoiam, se interferem e certamente se atrapalham. Tal processo cultural, que se faz penetrar através da cultura da mídia, se caracteriza por uma implementação através da experimentação, por meio de invenções sociais que podem acabar aceitas (e portanto assimiladas) ou não. Assim, essas

novas tecnologias e usos são, finalmente, moldados e desenvolvidos pelos diferentes campos sociais no seu trabalho de articulação com o todo, onde estes são utilizados de acordo com os objetivos do campo em questão.

Ao experimentarem práticas mediáticas, ao se inscreverem, para seus objetivos interacionais próprios, em circuitos midiaticizados, ao darem sentidos específicos ao que recebem e transformam e repõem em circulação – os campos sociais agem sobre os processos, inventam, redirecionam ou participam da estabilização de procedimentos da midiaticização. Essa processualidade interacional inevitavelmente repercute sobre o próprio perfil do campo – por exemplo, incidindo sobre o equilíbrio das forças que o desenham em dado momento, abrindo possibilidades para determinadas linhas de ação e fechando outras, exigindo diferentes tipos de ajuste ao contexto. Mas isso também requer invenção social (BRAGA, 2012, p. 45)

Dessa forma, a chamada "esfera de legitimidade" de cada campo encontra-se cada vez mais ameaçada, devendo ser continuamente reelaborada e redefinida, já que os modos de interação entre os campos continuarão a se modificar ao longo do tempo. Assim, Braga considera a midiaticização um processo contínuo dessa sociedade em que se intensificam as interações sociais e as trocas entre os campos, em uma circulação de fluxo contínuo, relacionada à geração de circuitos complexos, tanto no que tange à variedade de ambientes atravessados, quanto à diversidade de processos, meios e produtos articuláveis ao circuito. Essa tendência ao atravessamento gera, segundo Braga, uma espécie de recontextualização dos sentidos, que se deslocam das tendências habituais, para se renovar e se reconfigurar, elaborando novos sentidos aos produtos e falas que ali circulam. Daí resulta o processo em que a inovação social, através da tentativa, gera e dá sentido à tecnologia em uso.

Nessa linha, cabe ressaltar que Braga enxerga a midiaticização da sociedade como "uma criação e recriação contínua de circuitos, nos quais, articulados com processos de oralidade e processos do mundo da escrita, os processos que exigem ou exercem intermediação tecnológica se tornam particularmente caracterizadores da interação" (BRAGA, 2012, p. 50). Tais possibilidades são acionadas de diferentes maneiras em diferentes campos, de acordo com as possibilidades e interesses de cada parte. Assim, não são as características gerais da midiaticização que dizem o social, mas sim *os modos através dos quais são historicamente acionadas*. E esses acionamentos, essas particularidades de cada campo, é que vão produzindo as características da midiaticização.

Isso corresponde a dizer que, na sociedade em midiaticização, não são “os meios”, ou “as tecnologias”, ou “as indústrias culturais” que produzem os processos – mas sim todos os participantes sociais, grupos *ad-hoc*, sujeitos e instituições que acionam tais processos e conforme os acionam (BRAGA, 2012, p. 50)

Portanto, partilhamos aqui a ideia de que a midiaticização não é fruto da ação de um só campo, mas sim da influência e da evolução de toda a sociedade e seus campos sociais. Assim, concordamos com Braga no que tange à constatação de que toda a sociedade encontra-se permeada pela lógica da cultura da mídia e que os processos em seu seio são produzidos e acionados não só pela mídia, mas sim por todos os integrantes desses campos sociais. Ainda assim, e mesmo reconhecendo a ação dos receptores, há que se reconhecer, como defende Hjarvard, a preponderância da influência dos meios de comunicação sobre as relações sociais dos dias de hoje, e como estas têm sido modificadas pela lógica midiática, como tem ocorrido, por exemplo, com o campo das relações internacionais.

2.3 ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO

Diante de um cenário onde as lógicas midiáticas têm se infiltrado nos diversos campos da sociedade, é natural que haja uma ampla gama de investigações que considerem os efeitos da comunicação sobre as mais variadas áreas do conhecimento humano, dentre elas a ciência política, a sociologia e a economia. Assim, o campo dos estudos da economia política da comunicação vem para preencher essa necessidade de se construir uma abordagem socialmente crítica da mídia, focando sobretudo na estrutura econômica e nas dinâmicas capitalistas que regem a indústria midiática. Sua atenção é então direcionada à análise empírica da estrutura da propriedade e do controle sobre os veículos comunicacionais, sejam eles produtores de conteúdo noticioso ou do ramo do entretenimento. Tais análises levam em consideração as relações entre as forças de mercado e o conteúdo ideológico propagado, cujos interesses estão ligados à necessidade de lucro e à expansão do próprio mercado, o que tem resultado em tendências monopolistas em todo o setor (MCQUAIL, 2003).

Ponto central das análises da economia política da comunicação, as hoje explícitas propensões ao monopólio e ao oligopólio devem, antes de tudo, ter seus estudos vinculados aos conceitos de hegemonia e dominação de Antonio Gramsci, de onde derivam. Para Gramsci, a dominação é a imposição das ideias de uma classe sobre as demais, acompanhada da incorporação pelas classes subalternas dos valores pertencentes ao centro dominante. Nesse sistema, os jornalistas e intelectuais assumem o papel de comissários do grupo dominante, auxiliando no exercício da dominação através da propagação de consensos, tornando-se "os 'pressupostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (GRAMSCI, 2001, p. 21). Tal hegemonia social,

sendo ético-política, não pode também deixar de ser econômica, já que "não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica" (GRAMSCI, 2002, p. 48 apud ESPERIDIÃO, 2011, p. 53). E, assim como o pensamento gramsciano, os estudos da economia política da comunicação se integram à teoria marxista, com análises que pensam não só o econômico, mas sua relação com a sociedade de classes.

A Economia Política da Comunicação é uma ampla linha de análise dentro de uma perspectiva teórica circunscrita ao marxismo que analisa como a propriedade, as formas de financiamento e as políticas de governo impactam na produção de um bem simbólico. Dentro desse viés, [...] *os interesses econômicos e políticos das agências internacionais determinam ou influenciam a notícia que elas fabricam* (ESPERIDIÃO, 2011, p. 54, grifo nosso)

Tal linha caracteriza-se, portanto, pelo foco em fatores estruturais que determinam a produção jornalística, perpassando as lógicas de produção, distribuição e consumo da notícia, as quais estão intimamente ligadas às relações de poder inerentes à sociedade capitalista. Assim, uma das noções-chave do estudo do monopólio midiático é o entendimento de que este se configura como um exercício de dominação política e ideológica consolidado através da economia, e sua análise deve ser compreendida como o estudo de um período histórico específico, com modalidades culturais de produção e reprodução específicas (GARNHAM, 2006). Por consequência, todo o estudo das lógicas econômicas por trás da produção da notícia acaba também percorrendo as lutas pela democratização do fluxo de informações, cujas barreiras se personificam na monopolização do mercado midiático. É por esse motivo que a maioria dos estudos na área acabam salientando os papéis desempenhados pelas grandes agências internacionais de notícias, que por sua vez são uma consequência da larga internacionalização e concentração do capital. Muitos foram os estudos que apontavam o desequilíbrio noticioso entre o Norte e o Sul global, os quais foram enquadrados em um amplo plano comunicacional, apelidado de Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (Nomic) (ESPERIDIÃO, 2011).

Tais estudos alinhavam-se a uma perspectiva desenvolvimentista que via na mídia um instrumento indispensável ao desenvolvimento independente dos países do então denominado Terceiro Mundo. O pensamento comunicacional latino-americano floresce nesse período (décadas de 1970 e 1980) e é largamente influenciado pela teoria do imperialismo cultural. O Relatório McBride, fruto de uma ação da UNESCO em prol de uma discussão do estado da comunicação global, continha uma análise sobre a problemática da comunicação, propondo

soluções consideradas utópicas para a redução da desigualdade tecnológica entre países e regiões, os desequilíbrios informativos e as carências cognitivas existentes (DE MELO, 2008). Dentre os pensadores latino-americanos que inspiraram tal corrente, destacamos aqui o trabalho de Paulo Freire, cuja obra "*Pedagogia do oprimido*" (1970) acabou embasando as argumentações concernentes à influência cultural externa. Sua tese pode ser resumida no extrato a seguir.

A invasão cultural, que está a serviço dos fins da conquista e continua a opressão, implica sempre uma visão estreita da realidade, uma percepção estática das coisas e a imposição a outro de uma concepção do mundo. Implica a "superioridade" do invasor e a "inferioridade" do invadido, ao mesmo tempo que a imposição de valores por aquele que possui este e que teme perdê-lo (FREIRE, 1970, apud DEMELO, 2008, p. 48)

Assim, a promoção do acesso democrático às tecnologias informacionais bem como uma participação no controle dos fluxos de informação tornam-se imperativos a uma efetiva integração das economias subdesenvolvidas ao mercado global. Tal perspectiva permite então que o debate comunicacional se coloque não à parte, mas totalmente integrado às discussões de caráter político, econômico e social. A economia política da comunicação vem então, nesse sentido, questionar em que medida tais estruturas de poder acabam por influenciar a produção do campo comunicacional, e em qual nível a manutenção dessas mesmas estruturas coloca-se como objetivo na formulação dos discursos proferidos nesses veículos midiáticos. Os debates sobre a Nomic estão profundamente imersos nas lógicas da Guerra Fria, mas os problemas apontados naquela época continuam pertinentes, e a crescente concentração no mercado comunicacional vem a corroborar a tese de que há uma profunda desigualdade nos fluxos informacionais do globo.

Considerava-se como um quadro desconcertante o fato de a informação que circulava no mundo ser marcada pelo interesse ocidental e, mais especialmente, anglo-americano. Quase toda informação disseminada na mídia sobre outros países era descrita como "filtrada e emanada" pelo "cartel" de agências europeias e americanas: AFP, Reuters, AP e UPI. Juntas, essas quatro empresas podiam chegar a controlar mais de 80% das notícias coletadas, processadas, publicadas e exibidas para bilhões de pessoas (HAMELINK, 1990 apud ESPERIDIÃO, 2011, p. 59)²

Assim, além de deterem controle sobre os fluxos informacionais, os países centrais são também assunto principal nas notícias internacionais que circulam no globo. Esperidião nota que, apesar dos avanços tecnológicos e da globalização, os países periféricos continuaram

² Aqui as siglas se referem, respectivamente, às agências Agence France-Presse, Reuters, Associated Press e United Press International.

marginalizados nos noticiários internacionais, e os critérios de noticiabilidade ainda se baseiam, consciente ou inconscientemente, nos interesses dos países de onde partem esses fluxos. O Sul global, além de se encontrar à margem da indústria da informação e atrasado em relação ao desenvolvimento tecnológico do centro, permanece dependente dos países desenvolvidos quanto ao acesso a informações de seu próprio entorno geográfico, cujos acontecimentos lhe chegam elaborados e sintetizados de acordo com discursos estrangeiros.

Em um estudo em 1979, Fernando Reyes Matta constatou que 60% das notícias publicadas em periódicos latino-americanos eram provenientes das principais agências internacionais, em especial UPI e AP. Apesar de antigo, o estudo não se mostra datado, visto que a situação pouco mudou. Tal dependência se explica, em parte, pela diferença de capital disponível às grandes agências internacionais quando comparado àquele detido pelas corporações locais. No entanto, segundo o autor, esse contraste não é suficiente para explicar a posição de disparidade, e aqui seu argumento se mostra bastante atual. Para Matta, o conceito de "indústria jornalística" e o conceito de notícia, ambos mantidos pela imprensa latino-americana, são essencialmente norte-americanos. Sendo assim, uma mudança no cenário de dependência não se constitui como uma prioridade para os jornais locais. Logo, "o fluxo constante de notícias que se encaixa facilmente no conceito norte-americano de notícias produziu uma inércia nos responsáveis pelas decisões jornalísticas, *especialmente na seleção do que é notícia*" (MATTA, 1979, p. 165, tradução nossa). Tal cenário nos trouxe à atual conjuntura, em que as agências não só determinam o que os latino-americanos lêem, mas também como o resto do mundo os lê.

Mais recentes são os estudos que buscam analisar as construções discursivas dos jornais latino-americanos como contribuintes diretas na estruturação dos chamados três "Is": ideologia, identidade e imaginário. Para Sant'Anna, tais conceitos andam juntos, pois à informação é inerente o componente estratégico, que objetiva construir e consolidar imaginários e valores ideológicos. Assim, a mídia massiva desempenha papel central na formação de um conceito de identidade cultural, segundo o qual o indivíduo balizará seus atos e interpretações. Partindo desses pressupostos, o autor então ergue uma análise da exposição de notícias que tratam do nosso entorno geográfico nas páginas dos periódicos nacionais. Em uma análise documental, Sant'Anna pode então perceber o baixo volume de notícias referentes ao tema "América Latina" nos jornais, no período compreendido entre 1990 e 1994. Além da análise quantitativa, foi feito também um exame qualitativo, o que o levou a concluir que o imaginário do leitor brasileiro é fortemente abastecido por um volume de notícias negativas três vezes e meia maior, que comumente associam os países vizinhos ao

narcotráfico, a ditaduras, terrorismo, corrupção, escândalos, violência, crises sociais, políticas e econômicas, dentre outros, além da construção de uma imagem negativa dos líderes da região, descritos como ditadores, populistas e sanguinários (SANT'ANNA, 2006). Para o autor, tais representações exercem enorme influência na construção mental de uma imagem da região, com efeitos diretos sobre o comportamento social e político do leitor. Sant'Anna pode também confirmar que muito material informativo provém de fontes externas, confirmando as teses aqui citadas de influência de agências internacionais sobre a composição do material jornalístico brasileiro. Analisando o noticiário sobre América Latina, o autor chega à seguinte conclusão:

Constatamos, inicialmente que, com raras exceções, todo o noticiário foi feito sem que o repórter tenha ido ao local apurar *in loco*. São matérias das agências Reuters, EFE, Ansa, El País e AFP ou feitas pela Redação dos veículos nacionais a partir de ligações telefônicas ou de informações colhidas por agências não identificadas ao público. Esta metodologia obriga os jornais brasileiros a confiar e multiplicar os efeitos da filtragem jornalística de outrem. (SANT'ANNA, 2006, p. 15)

Fazendo alusão à ideia de Bourdieu acerca do que ele denomina "jogo de espelhos", Sant'Anna conclui que os jornalistas acabam, portanto, sendo ao mesmo tempo agentes e vítimas desse processo de moldagem cultural, em um regime de retroalimentação noticiosa. Assim, as conclusões desse trabalho nos são extremamente valiosas, justamente por seu objeto e suas perguntas se aproximarem tanto dos aqui colocados. Dispostas ao lado das conclusões de Matta, podemos também confirmar que tais relações de dependência têm se perpetuado ao longo das décadas na região, com pouca perspectiva de mudança. A pauta anglo-americana continua a dominar a agenda dos veículos nacionais, e ao optar por uma análise quantitativa e qualitativa, nosso trabalho visa atualizar os estudos na área e continuar o esforço de análise e reflexão sobre a nossa sociedade. Para Zanim, a perspectiva do jornalismo internacional já se mostra pertinente justamente por se colocar no extremo desse esforço de narração do outro, daquele exterior à sua vivência. Nesse campo, acontecimentos jornalísticos e acontecimentos geopolíticos se fundem, e se constroem mutuamente.

Por fazer referência a um contexto externo, já que trata de narrar o que acontece em outro país, o jornalismo internacional apresenta, por suas escolhas e construções discursivas, uma cartografia do outro, do estrangeiro. Ao fazer isso, estabelece uma geopolítica própria que revela (e silencia) pelo menos três aspectos: uma geopolítica dos fatos; uma geopolítica dos que falam, dos que ocupam o lugar de fonte, das falas que por estar entre aspas compõem o discurso jornalístico; e uma geopolítica dos que são citados, dos fatos e personagens que o jornalismo faz referência, direta ou indiretamente, de quem fala sem deixar falar. (ZANIM, 2010, p. 231)

Assim, segundo Steinberger, coloca-se como extremamente necessária uma investigação dos modos de apropriação do geopolítico pelo midiático e vice-versa. Sua teoria é a de que a geopolítica da cultura, inserida no âmbito de uma sociedade pós-moderna, é essencialmente uma geopolítica da mídia, que articula-se através dos sistemas internacionais de informação, das condições industriais de produção da notícia e da economia política da informação, seja ela pública, estatal ou privada. E, mesmo que a mídia tenha se consolidado como maior articuladora de significações sociais imaginárias, nada disso implica que seus produtos sejam inteiramente originais. Ao contrário, seus discursos geopolíticos resultam, majoritariamente, de reconversões simplificadas de outros discursos institucionais, como o militar, o religioso, o diplomático, etc. A originalidade do discurso midiático está, portanto, na maneira como se apropria desses imaginários e como os trabalha em um modo de reciclagem (STEINBERGER, 2005)

A nova ordem geopolítica é, portanto, midiática, o que permite ao jornalismo inserir-se como ator no espaço público simbólico, onde o poder caracteriza-se como o poder de controlar a agenda, isto é, de decidir que atores e que pautas terão acesso à arena internacional. É claro que, apesar de terem sido citados acima inúmeros trabalhos que atentam à estrutura internacional do fluxo de informações e ao papel periférico dos veículos locais, há que se reafirmar a característica dual dessa relação. Retomando a ideia gramsciana de dominação, o papel do dominado coloca-se também como essencial à manutenção dessa correlação de forças, em um processo de assimilação dos valores do dominador. Assim, o imperialismo midiático é construído pelo esforço conjunto de numerosos agentes sociais, sejam eles públicos ou privados, oriundos de diferentes nações e tempos históricos. Nesse sentido, o estudo da atividade midiática em qualquer parte do mundo é uma condição para o entendimento da participação daquele território nas lógicas das relações internacionais, quer como entidades individuais ou em grupos, e para a dissecação de suas alianças ou relações de poder-aliança dentro de uma zona de influência política ou cultural. Assim, a mídia deve ser entendida não somente como um agente *do* imperialismo, mas principalmente como um agente *para* o imperialismo³ (BOYD-BARRETT, 2014).

³ Para a compreensão da diferenciação feita pelo autor, reproduzimos aqui o trecho no original: "*In this book, however, greater attention is given to the role of media not as agents of imperialism on their own behalf but as agents for imperialism, whether that takes the form of classic territorial imperialism, 'free trade' or 'neoliberal' imperialism, and whose hallmarks are coercive interventions in the affairs of sovereign nations, usually with the purpose to secure territory, political leverage, raw materials, trading advantages and markets*". BOYD-BARRETT, Oliver. *Media imperialism*. Sage, 2014, p. 14.

A mídia se torna agente do imperialismo quando enquadra suas narrativas de modo a apresentar a atividade imperialista sob uma luz positiva ou benigna, quando prioriza as vozes, justificativas e discursos dos atores imperiais sobre as vozes das vítimas, dissidentes e alternativas, e quando omitem ou marginalizam detalhes e perspectivas que serviriam para criticar o poder imperial. (BOYD-BARRETT, 2014, p. 14, tradução nossa)

A mídia local então participa e reforça essa estrutura de poder e, segundo Boyd-Barrett, o imperialismo midiático deve ser entendido não somente como um processo transnacional, mas também intra-nacional. Agências nacionais e internacionais operam como partes interdependentes de um só sistema, em que umas usam as outras como fonte, reforçam seus próprios lugares de fala e se co-fortalecem, preservando suas posições no arranjo de poder (BOYD-BARRETT, 2000). A hegemonia internacional dos grandes conglomerados midiáticos então se repete, em menor escala, dentro do território nacional, onde encontramos um mercado midiático altamente concentrado. Segundo Cabral, o Brasil apresenta um cenário de mídia altamente concentrada, cujos grupos privados muitas vezes se caracterizam por fazerem parte de oligarquias políticas e familiares, ou de grupos religiosos. Além da falta de regulação, o meio comunicacional também mostra uma alta concentração das verbas públicas e publicitárias, o que prejudica o surgimento e a consolidação de novos canais independentes. Tais oligopólios interferem no conteúdo que é levado aos brasileiros, e comprometem o pluralismo e a democratização do acesso às informações dentro do território nacional (CABRAL, 2017).

Segundo Marinoni, o que se tem no Brasil é basicamente um fluxo informativo unidirecional, proveniente de um único centro produtor para os demais, com pouquíssimos grupos atuando no contrafluxo. A estrutura comunicacional e a legislação tornam ainda mais difícil a identificação e a análise do mercado, já que existe um amplo uso pelos conglomerados de laranjas e de emissoras afiliadas. Assim, caberia ao Estado fiscalizar e regular o setor, trabalhando no sentido de garantir à população acesso a um fluxo mais plural e diversificado. No entanto, este tem agido mais no sentido de mantenedor do *status quo*.

Nos últimos anos, ao invés de aplicar os fundos públicos em políticas que visem à distribuição equilibrada dos recursos e que promovam a diversidade e pluralidade, os sucessivos governos – responsáveis pela maior parte do volume de anúncios em circulação – injetam a maior parte da verba de publicidade oficial nos veículos do oligopólio que domina o mercado. Assim, o Estado alimenta, não só política, mas também economicamente a concentração (MARINONI, 2015, p.12)

Segundo o autor, nesse mercado, quase 82% de toda a verba publicitária do Estado acaba nas mãos de apenas cinco grupos midiáticos, e sua redistribuição entre as filiais não é

feita de forma transparente. A integração vertical do setor acaba também por criar um cenário em que as cabeças-de-rede definem todas as perspectivas e representações que serão veiculadas, com as empresas filiadas apenas reproduzindo conteúdos pré-produzidos e selecionados. Logo, a concentração da propriedade privada tem reduzido as possibilidades da comunicação humana, na medida em que direciona sua produção ideológica segundo os objetivos da acumulação de capital e da reafirmação de seu poder, contribuindo diretamente para a manutenção das desigualdades. Assim, "o fato de o produto da indústria cultural ser, de certa forma, a própria ideologia favorece, porém, que contratos comerciais e alianças político-ideológicas se confundam" (MARINONI, 2015, p. 16). Para Moraes, esse é um sistema cada vez mais subordinado a lógicas econômicas transnacionais, cujas intervenções em contextos nacionais se baseiam em interesses privados.

Lima aponta algumas características históricas do desenvolvimento do setor midiático no Brasil que potencializam o poder desses grupos sobre a política. Dentre eles destacam-se a ineficácia da norma legal e o fato de que o setor sempre se estabeleceu de forma oligopolística. Ademais, a propriedade aqui apresenta altos índices de concentração nos diversos níveis: horizontal (monopolização dentro de um mesmo setor); vertical (integração das diferentes etapas de produção e distribuição); cruzada (controle por um mesmo grupo de diferentes tipos de mídia); e em cruz (produção em nível nacional, regional e local). As características sociais da população brasileira, com altos níveis de analfabetismo (ou do chamado analfabetismo funcional), também contribuem demasiadamente para potencializar a centralidade da mídia e de suas narrativas sobre os processos de socialização de grande parte do povo brasileiro, especialmente quando se trata da televisão. Dessa forma, pode-se dizer que no Brasil a influência dos grupos midiáticos adquire proporções ainda maiores quando comparada a outros sistemas políticos do mundo, e cujas peculiaridades históricas contribuíram para a consolidação de um sistema nacional controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais (DE LIMA, 2004).

Isto posto, é possível concluir que, mesmo que existam veículos locais trabalhando pela elaboração de um conteúdo independente acerca do nosso entorno, dificilmente tal esforço chegará a uma parcela significativa da população. Nossa intenção, ao expor os dados a respeito da concentração midiática dentro e fora do Brasil, foi a de exemplificar como é plausível que uma só narrativa torne-se hegemônica em uma sociedade como a nossa. Apoiados em um fluxo informacional totalmente desigual, os veículos que aqui serão analisados não enfrentam muitas concorrências no mercado jornalístico, assim como seus discursos. Não existe, no leitor, uma imediata e inquestionável assimilação do conteúdo a que

é exposto todos os dias, mas é necessário que tal estrutura seja exposta para que fiquem claras as capacidades e os alcances das narrativas aqui esmiuçadas.

2.4 INTERSEÇÃO ENTRE OS CAMPOS

A partir da revisão conceitual acima, é possível traçar um panorama da simbiose entre os campos da política e da mídia, com atenção especial à política externa. Muitos são os analistas das relações internacionais que têm dado destaque ao papel exercido pelos veículos comunicacionais sobre o desenrolar de acontecimentos diplomáticos. A partir da constatação de que o funcionamento da sociedade está permeado pela lógica midiática, é necessária uma análise de como essa lógica tem incidido sobre o campo da política internacional. E a revolução informacional que se iniciou no último século contribuiu demasiadamente para as mudanças verificadas nas relações internacionais. Segundo Castells, vivemos uma profunda transformação da nossa "cultura material" pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico, o qual se organiza em torno da informação. E, sendo a informação parte integrante de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência são diretamente moldados pelo meio tecnológico (CASTELLS, 1999). O autor, no entanto, se preocupa em destacar a grande diferença entre a ação de moldar e a ação de determinar, já que sua análise foge à teoria determinista. O que distingue o novo paradigma é sua capacidade de se reconfigurar, já que a mudança constante e a fluidez organizacional são aspectos decisivos de nossa sociedade. Castells então faz uma comparação entre as revoluções industrial e tecnológica, dada a importância de ambas para a reconfiguração da sociedade em que se inserem.

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 1999, p. 68)

Ao infringir mudanças à atividade humana, tal revolução acaba por modificar os campos e instituições dependentes de nossas ações. Se inserem aí, portanto, o campo político, e mais especificamente aqui, seguindo nosso objeto, o campo da política externa. O século XX acompanha uma aceleração nas possibilidades de comunicação entre os cidadãos, que vão desde a tecnologia dos transportes até as telecomunicações. O que caracteriza a atual revolução, no entanto, não é a centralidade destes meios, mas sim a capacidade destes de

gerar mais comunicação e difusão de informação, em um ciclo de realimentação cumulativo (CASTELLS, 1999).

Armand Mattelart foi um dos teóricos que se dedicou ao estudo da evolução da comunicação internacional ao longo da história. Seu estudo perpassa principalmente os conceitos de guerra, progresso e cultura, destacando teóricos que buscaram trabalhar as lógicas deste incipiente campo. Mattelart inicia seu livro *Comunicação-Mundo: História das ideias e das estratégias* com a seguinte afirmação: "a comunicação serve, antes de tudo, para fazer a guerra" (MATTELART, 1994, p. 9). Com isso, o autor pretende esmiuçar a evolução tecnológica que se ancorou, ao longo da história, nos acontecimentos internacionais e, principalmente, nas relações belicosas entre Estados, o que acabou por fomentar a aceleração do processo de consolidação das redes de comunicação ao redor do globo. Assim, espera cobrir também os usos estratégicos destas tecnologias, bem como a forma como estas modificaram o modo de se guerrear. A partir da revolução tecnológica, os velhos métodos foram se modernizando, e a própria natureza da guerra sofreu profundas mudanças, o que fragilizou cada vez mais a já tênue linha que separa a informação da propaganda (MATTELART, 1994).

Para o autor, a comunicação serve, também, para se promover o progresso, cuja utopia do igualitarismo comunicacional veio a inspirar ideias como as de aldeia global⁴ e sociedade tecnocrônica⁵. A comunicação apresentava-se portanto como um caminho para o abandono do subdesenvolvimento, como um ambiente democrático de trocas iguais e fluxos "racionalizantes". No entanto, segundo Mattelart, tal pensamento se sustentou somente até o ponto em que o pensamento ocidental de uma história linear entra em crise, e começam a surgir debates sobre as condições de uma democracia internacional nas trocas culturais, assinalando a emergência de atores e pensamentos periféricos no âmbito dessas discussões. Para ele, tornou-se uma das maiores virtudes da história da comunicação internacional o fato de esta ter sacudido as visões eurocêntricas no debate global, contribuindo também para o recentramento da temática cultural nos debates internacionais.

Reacende-se assim o debate sobre a construção do espaço-mundo, e o lugar das culturas nesse processo, em um espaço demasiadamente trabalhado segundo a lógica desterritorializadora da desregulamentação e da globalização da economia-mundo, o qual se expande paralelamente ao crescimento de uma lógica tribal de reterritorialização dos espaços

⁴ Expressão popularizada a partir dos trabalhos do filósofo Herbert Marshall McLuhan em trabalhos como "Os meios de comunicação como extensão do homem", publicado em 1964.

⁵ Termo que foi trabalhado principalmente pelo geopolítico americano Zbigniew Brzezinski na obra "Between two ages: america's role in the technetronic era", de 1970.

singulares, os quais tendem a atribuir sentido às infinitas comunidades inseridas nesse âmbito universal (MATTELART, 1994). Assim, parece fundamental ao autor que se pense a comunicação a partir de um ponto de vista internacional, cujo conhecimento é indispensável à compreensão dos processos sociais de exclusão do "outro".

Aceitar passar por essa dimensão da realidade é ficar com a possibilidade de desencravar o sempiterno debate sobre o papel dos meios de comunicação de massa em nossas sociedades democráticas. Com efeito, à força de se grudar à vitrine nacional e não tomar distância conferida pela história, esse debate desenrola-se em círculo vicioso, ou seja, aquele que formula a questão acaba por julgar em causa própria. (MATTELART, 1994, p. 12)

Diversos são os trabalhos que, seguindo tal linha, buscam compreender as formas como a comunicação tem se inserido e tem alterado as lógicas do campo político internacional. Assim, vão surgir estudos que analisam a influência das telecomunicações sobre o desenrolar de eventos internacionais, como a Guerra do Golfo, primeiro grande conflito cujas imagens foram transmitidas em tempo real para todo o globo⁶. Muitos desses estudos se concentrarão principalmente no papel da televisão sobre o desenrolar de conflitos e negociações internacionais, de onde surgirá a hipótese do Efeito CNN, a qual será analisada mais adiante. Tais estudos partem do pressuposto de que as novas tecnologias e os meios de comunicação em massa têm alterado a forma como os Estados se relacionam entre si, assim como a forma como estes se relacionam com seus cidadãos e com indivíduos de todo o globo. Com isso, os Estados são obrigados a se adaptar às novas lógicas comunicacionais, passando por profundas reformulações de suas ações, cuja nova realidade pode resultar em ganhos ou perdas para estes atores.

As possibilidades proporcionadas pelos novos meios são infinitas, e têm sido responsáveis por uma aceleração dos processos diplomáticos (ROTHKPOF, 1998; VALENTE, 2007). Encontros físicos foram substituídos por videoconferências, e as negociações entre governos são feitas em tempo real. Suas ações são transmitidas instantaneamente a todos os pontos do globo, e são capazes de atingir estadistas e cidadãos ao mesmo tempo. Com isso, as respostas se colocam cada vez mais urgentes, o que tem exigido maior preparo do corpo diplomático e governamental. Assim, segundo Rothkporf, os diplomatas deixam de ser os únicos interlocutores na comunicação entre Estados, e devem considerar em seus cálculos uma variável que vem ganhando cada vez mais relevância: a opinião pública.

⁶ JARAMILLO, Deborah L. Ugly war, pretty package: how CNN and Fox News made the invasion of Iraq high concept. Indiana University Press, 2009.

As facilidades comunicacionais têm se caracterizado também por uma descentralização da tomada de decisões, facilitando o contato entre diferentes esferas de governo, sem que seja necessário que passem pelo crivo do poder central. Tal tendência tem sido alvo de diversos estudos nas relações internacionais, cujo campo recebe a alcunha de paradiplomacia⁷. Se por um lado o posicionamento do governo central pode ser prejudicado pela ação de um governo municipal ou estadual, por outro lado pode conferir mais agilidade aos processos, trazendo benefícios ao Estado como um todo (ROTHKPOF, 1998). É também citada a capacidade de amplificação de temas, em que as telecomunicações globais permitem o redimensionamento de um assunto, sendo capazes de conferir-lhe maior repercussão e em dimensões globais. Tal amplificação de pautas pode facilitar ou dificultar as negociações entre Estados, já que valores éticos, morais e religiosos ampliam sua força decisória com a entrada da pressão por parte da opinião pública (ROTHKPOF, 1998; VALENTE, 2007). O uso do *agenda setting*, isto é, a capacidade de inserir temas na pauta dos veículos comunicacionais, será discutido largamente adiante, e configura-se como fator essencial para a capacidade de amplificação aqui citada pelos autores.

Uma característica a ser destacada é o aumento da assimetria de poder na nova realidade tecnológica. Nesse caso, o novo contexto comunicacional contribui para ampliar o abismo entre as nações ricas e as nações pobres do globo. Isso porque quanto mais volumosos forem os recursos econômicos à disposição do país, maior será sua capacidade de influenciar outras regiões e expandir seu *soft power*⁸, seja através de redes de TV internacionais, jornais de ampla circulação ou publicidade direta. Dessa forma, a nova ambiência comunicacional não estaria contribuindo para uma democratização das relações internacionais, mas sim para um aprofundamento das desigualdades e uma consolidação do *status quo*, sustentando o fortalecimento dos Estados mais fortes (NYE, 2004; ROTHKPOF, 1998; VALENTE, 2007). Assim, os objetivos de poder e os interesses estratégicos continuam os mesmos, e o que se modifica é somente o meio através do qual o Estado atingirá tais objetivos.

O poder em si é redistribuído e redefinido tão infinitamente que a sua natureza mutável é uma das principais forças desestabilizadoras do mundo de hoje e é uma fonte de força para aqueles que são capazes de se adaptar a ela mais rapidamente. A revolução informacional gera, permite ou influencia cada uma dessas mudanças. (ROTHKPOF, 1998, p. 326, tradução nossa)

⁷ PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A paradiplomacia no processo de integração regional - o caso do Mercosul. Em: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3. São Paulo, 2011. O estudo de Prado coloca-se como um exemplo das pesquisas sobre paradiplomacia no Brasil.

⁸ Conceito cunhado pelo teórico Joseph Nye para descrever a capacidade de um Estado de exercer influência sobre a sociedade internacional através de recursos ditos brandos, isto é, não belicosos, como a cultura e a ideologia.

Rothkopf chama essa nova forma de se fazer política externa de *cyberpolitik*, em alusão ao termo *realpolitik*⁹ muito utilizado nos estudos de relações internacionais. O termo cunhado pelo autor caracterizaria a nova era da política global inserida na lógica comunicacional, onde a estrutura midiática é responsável por remodelar o campo, ao mesmo tempo em que se coloca como instrumento nas mãos dos Estados. Estes têm seu poder redimensionado e fortalecido pelos recursos tecnológicos, os quais se constituirão como novos meios para que os interesses nacionais sejam atingidos. Nesse sentido, a mais poderosa peça do jogo é a capacidade de não só adquirir, mas também de disseminar informação. Tal poder se traduz em maiores possibilidades de influência e de barganha no cenário internacional (NYE, 2004; ROTHKPOF, 1998).

Tais estudos se concentram principalmente na caracterização da mídia como instrumento do Estado, isto é, como um recurso ao qual o governo recorre para empreender ações a seu favor. Nye trabalha demasiadamente esta linha, e vem consolidar o estudo das questões ideológicas que perpassam as dinâmicas internacionais. Ao enfatizar a crescente importância dos fatores intangíveis, o teórico não busca negar o valor dos recursos bélicos e do poder duro (*hard power*), mas sim destacar o papel cada vez maior dos recursos ditos brandos na definição do poderio de uma nação. Assim, para Nye o *soft power* tornou-se tão crucial quanto o *hard power*, e é cada vez mais necessário para que um Estado possa impor suas vontades e interesses no cenário global. Ou seja, o universalismo de sua cultura e sua habilidade de ditar regras favoráveis são fontes críticas de poder, isto é, imprescindíveis a qualquer nação que busque papel de destaque no cenário internacional (NYE, 2004). Para o autor, o poder global tem alterado seu foco no capital para um foco na informação, com crescimento da importância de fatores intangíveis como instituições fortes, coesão nacional e difusão cultural. Tais aspectos conferem maior legitimidade às ações do Estado no cenário mundial, ampliando sua capacidade de influenciar e ditar agendas, a qual ele denomina como *soft power*.

O poder '*soft*' de cooptar é tão importante quanto o poder '*hard*' de comandar. Se um Estado consegue fazer seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros, encontrará menos resistência a seus desejos. Se sua cultura e ideologia são atraentes, outros estarão mais dispostos a segui-lo. Se consegue estabelecer normas internacionais coerentes com sua

⁹ Termo utilizado para denominar a política externa baseada em questões estratégicas, como as relações de poder e os assuntos de cunho militar. Nesse tipo de política, fatores ideológicos são menosprezados, e ações duras e coercitivas são largamente empregadas. Foi utilizado por Henry Kissinger para classificar a política empreendida pelo chanceler prussiano Otto Von Bismark durante o 2º Reich. KISSINGER, Henry. Diplomacy. Simon and Schuster, 1994.

sociedade, é menos provável que tenha que efetuar mudanças. Se consegue apoiar instituições que fazem outros quererem canalizar ou limitar suas atividades nos moldes das preferências do Estado dominante, isso pode poupar o custoso exercício do poder coercitivo (NYE, 2004, p. 77, tradução nossa)

Segundo o autor, os atores políticos já compreendem a grande importância do poder que advém da capacidade de ditar a agenda ou de determinar o enquadramento de um debate. Robert Cox, aqui citado por Nye, argumenta que a *Pax Britannica* do século XIX e a *Pax Americana* do século XX somente foram bem sucedidas porque foram capazes de fomentar um ambiente internacional baseado na economia liberal, cujas regras e instituições eram largamente aceitas e compartilhadas. Assim como Gramsci¹⁰, Cox afirma que a habilidade de gerar consenso é uma questão crucial para a consolidação de um Estado como líder internacional, o que levará a um número maior de seguidores daquelas ideias. Ou seja, se o ator consegue tornar seu poder legítimo aos olhos dos demais, a probabilidade de surgirem resistências será menor, assim como serão reduzidos os custos e perigos de manutenção desse *status quo* (NYE, 2004).

Cox advoga por um estudo das relações internacionais que as conceba através de lógicas mais complexas, indo além do pensamento simplista da corrente realista de que Estados são entes racionais em busca apenas da maximização de poder. Para o autor, a sociedade é produto da construção histórica, e os objetivos buscados pelos atores não são imutáveis, e não respondem a uma lógica eterna (COX, 1983). Seu estudo busca, portanto, dar atenção às forças sociais e como estas agem internacionalmente, moldando a ordem mundial. Através de uma análise crítica, fundamentada no materialismo histórico, Cox busca compreender a formação das estruturas sociais, através de um diagrama onde três tipos de forças (também expressas como potenciais) interagem e se influenciam entre si. São elas: capacidades materiais, ideias e instituições.

Seu diálogo interdisciplinar consiste na importância dada ao campo das ideias, isto é, significados intersubjetivos, ou noções compartilhadas sobre a natureza das relações sociais, que tendem a perpetuar hábitos e comportamentos. A relevância das ideias para a estrutura histórica reside nas imagens coletivas sobre ordem social compartilhadas por diferentes indivíduos. Tais ideias, no entanto, podem divergir entre os variados grupos e coletividades, sendo por muitas vezes opostas, enquanto os significados intersubjetivos constituem a base comum do discurso social, pertencendo ao território da longa duração e são historicamente

¹⁰ COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983. Aqui Cox retoma as ideias gramscianas de hegemonia cultural, as quais serviram de base também para os estudos de Nye a respeito do *Soft Power*.

condicionados (COX, 1981). Influenciando e sendo influenciadas pelas ideias estão as capacidades materiais, ou seja, recursos palpáveis, e as instituições, que consistem nos meios utilizados para perpetuar e estabilizar uma certa ordem, e refletem as relações de poder do período em que estão inseridas.

Com isso, as relações internacionais podem ser explicadas a partir do contato e da comunicação entre as forças sociais, que existem para além dos Estados. O mundo, portanto, pode ser representado como um padrão de forças sociais que interagem, onde o Estado possui o papel de força intermediária, porém autônoma, dentro de uma estrutura global de forças sociais e configurações locais de forças dentro de cada nação¹¹ (COX, 1981). Nesse sentido, o poder emerge do processo social, e não das condições materiais dadas. E a hegemonia, como um encaixe entre os três potenciais, leva a uma teoria cíclica da história, onde ideias, instituições e capacidades materiais se ajustam, para posteriormente se desarmonizar, resultando em um processo de revisão e substituição das estruturas prevaletentes. Segundo Cox, a hegemonia se mostra presente quando há uma noção de consenso de ideias e significados compartilhados. E, nesse sentido, ele está em consonância com as ideias de Nye, ao afirmar que, quando há um certo grau de aceitação da legitimidade dessas ideias, o uso da força torna-se desnecessário, sendo a hegemonia do forte aceita pelo mais fraco. Nesse contexto, as instituições tornam-se a âncora de tal estratégia hegemônica, pois trabalham pela universalização das ideias, normas e significados (COX, 1981). Ao conceber a influência das forças sociais sobre tal estrutura, a teoria crítica de Cox foge à concepção de Estado como ator central das relações internacionais, e permite a emergência de forças autônomas agindo e moldando as lógicas de poder, assim como influenciando as premissas da própria política estatal.

Apesar de os usos pelo Estado do aparato tecnológico continuarem sendo o principal objeto de estudo no campo de interseção entre comunicação e relações internacionais, há uma profusão de teorias que concebem outras forças como determinantes sobre os rumos da política mundial. Numerosos têm sido os estudos que trabalham cada vez mais a noção de mídia como um novo ator na política externa. Eytan Gilboa é um dos teóricos que sustentam a possibilidade de se compreender tal atuação de uma forma menos passiva, e vem a estruturar toda uma linha de pensamento a partir da criação de conceitos-chave que auxiliam no estudo dessas dinâmicas de poder. Concebe variados graus de independência aos meios de

¹¹ Dialoga com as ideias de José Luís Fiori, que considera as classes dominantes interiores a cada Estado como partes integrantes do processo de estruturação do sistema internacional como um todo. Ver: Fiori, José L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. Em: O mito do colapso do poder americano. (Org.) José L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

comunicação quando estes interagem com o campo da política internacional. Tais relações podem variar desde uma atuação decisória da mídia, agindo como ator controlador em um processo político, até uma colaboração passiva, em que age como elemento instrumental nas mãos de estadistas e diplomatas.

A literatura a respeito destas interações é ainda extremamente escassa, em especial nos estudos da perspectiva Sul-Sul, onde a variável midiática é largamente ignorada pelos analistas¹². Analistas internacionais comumente menosprezam os papéis e efeitos da mídia sobre acontecimentos de política externa, enquanto estudiosos da comunicação desconsideram características do poder global em seus estudos (GILBOA, 2002). Apesar disso, o autor advoga que há um enorme consenso quanto às mudanças infringidas sobre o campo político internacional a partir da revolução tecnológica verificada no último século. A questão a ser respondida, segundo ele, seria, portanto, se a mídia tem funcionado majoritariamente como um ator independente e controlador, ou se tem sido usada mais como uma ferramenta por governos que buscam atingir seus objetivos externos através de mecanismos mais brandos.

A questão da existência de uma multiplicidade de atores no sistema internacional tem suscitado diversos debates teóricos ao longo da história do estudo das relações internacionais. Aqui entenderemos ator como o ente com capacidade de alterar efetivamente o cenário global e de interferir na forma como os diversos assuntos são conduzidos nessa esfera (OLIVEIRA, 2010). Dessa forma, tem emergido, desde a década de 1970, o pensamento liberal que advoga a interdependência entre os atores do sistema internacional, aí incluídos não só os Estados, mas também as organizações não-governamentais e entes transnacionais. Tal teoria, formulada por Keohane e Nye, surge como uma contraposição às teorias realista e neorrealista¹³, concebendo uma política mundial onde atores não-estatais influenciam e são influenciados pelas dinâmicas do sistema internacional, em um processo de interdependência complexa entre as partes. Segundo Olson, opera-se uma mudança de papéis no cenário global, inseridas num conjunto de alterações das instâncias políticas como um todo, decorrente dessa nova realidade introduzida pela globalização.

Por isso, as práticas globais, nessa perspectiva, são um exemplo de desdobramento do fenômeno da globalização nas mais variadas instâncias da vida. Mais além, e pela sua interrelação profunda impulsionada sob a dinâmica da compressão do espaço e do tempo,

¹² Em uma recente pesquisa, pude constatar como é escassa a produção científica de relações internacionais que considera a variável comunicacional em suas análises, exposta no artigo "A comunicação nos estudos de relações internacionais no Brasil" (2017), de autoria própria.

¹³ Para mais informações sobre os grandes debates teóricos do campo das relações internacionais: NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. Teorias das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

estabelece-se nova realidade ou novo cenário altamente complexo que só pode ser compreendido na sua amplitude por um modelo interdependentista, no qual todos os atores sejam reconhecidos e no qual todas as instâncias sejam igualmente importantes para as relações internacionais travadas. No seu bojo, esse processo globalizante veicula a sociedade internacional, reformulando-a, e compreendida como sociedade mundial ou sociedade global, pela perda do referencial nacional originário e causando profundas alterações (OLSON, 2001, p. 161).

Ao conceber a existência e importância de outros atores que não somente o Estado, tais teorias abrem a possibilidade de atuação de organismos como a mídia no cenário internacional. Antonio Papisca¹⁴, citado por Oliveira, faz uma diferenciação entre os *status* dos vários atores nesse sistema, distinguindo o que ele denomina *status* atribuído de *status* adquirido. O primeiro se caracteriza em função de sua natureza jurídica, ou seja, abarca atores tradicionais, como Estados e organizações, enquanto o segundo define os atores que conquistam essa condição como resultado de seus esforços de afirmação e capacidade de atuação (OLIVEIRA, 2010). Ao adquirirem tal *status*, esses entes passam a interagir com os demais atores, influenciando e modificando suas ações, e imprimindo suas posições no cenário externo. Tal conceito permite a inclusão da mídia como um ator de *status* adquirido no sistema internacional, visto que, segundo os autores aqui utilizados, sua influência em questões internacionais tem se tornado cada vez mais evidente (GILBOA, 2002; NYE, 2004; OLIVEIRA, 2010; ROTHKPOF, 1998; VALENTE, 2007).

Uma das características mais relevantes da evolução do sistema internacional ao longo do século XX tem sido a profusão de novos atores que vêm surgindo nesse cenário, colocando à prova as tradicionais teorias da área que concentram suas análises no papel estatal. A crescente interdependência e a facilitação das comunicações entre os Estados estabeleceu a necessidade de novas estruturas organizacionais a nível global e regionais, as quais foram se consolidando a partir de esforços dos próprios agentes (OLIVEIRA, 2010). No entanto, os chamados atores emergentes não se encontram totalmente classificados e definidos de maneira uniforme nos estudos das relações internacionais, o que acaba tornando complexa a análise de seus comportamentos. Contudo, estudos mais recentes têm acenado para a possibilidade de se conceber a coexistência entre atores estatais e não estatais (OLSON, 2001).

É necessário, todavia, demarcar a diferenciação entre atores e sujeitos do sistema internacional. Seus sentidos diferem no tocante à especificidade jurídica que demarca a terminologia associada aos agentes. Enquanto o sentido de ator pressupõe uma plena

¹⁴ PAPISCA, Antonio. *Introduzione allo Studio delle Relazioni Internazionali*. Torino: Giappichelli Editore, 1973.

capacidade de exercício sobre a política internacional e suas esferas, o sentido de sujeito implica uma sujeição e submissão ao conjunto de normas jurídicas vigentes no cenário externo, ou seja, mais restritos aos domínios da legalidade e legitimidade. Isto é, a definição de atores internacionais não está necessariamente associada à sujeição ao Direito Internacional que lhe confere personalidade jurídica, sendo essencial somente sua capacidade de influenciar e moldar direta ou indiretamente o cenário internacional (CASTRO, 2012).

As teorias internacionalistas divergem quanto à abrangência do termo atores no cenário global. Enquanto os realistas concebem a centralidade do ente estatal, o liberalismo enxerga outras forças pulverizadas no interior e exterior dos Estados, possuidoras de papel legitimante nas relações internacionais, sem, no entanto, negar a importância do Leviatã nesse cenário (CASTRO, 2012). A maior institucionalização da política mundial, aliada à confirmação da importância de assuntos além dos temas de segurança, colocaram em evidência o descompasso da teoria realista com a nova realidade global, como a crescente importância de atores como as empresas multinacionais, as organizações internacionais, assim como algumas organizações não-governamentais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). É nesse ambiente que surgem as teorias neorrealistas, cujo maior expoente é Kenneth Waltz e seu pensamento estruturalista. Tal pensamento concebe a existência de atores não-estatais, mas reforçam sua subordinação ao Estado, cuja centralidade permanece defendida, sendo este, segundo os neorrealistas, impossível de ser substituído (OLIVEIRA, 2010).

Ainda nas últimas décadas do século XX, mais precisamente nos anos 1970, surgem ideias que buscam contestar a supremacia realista e neorrealista, advogando que tais teorias não respondem satisfatoriamente aos paradigmas do novo cenário globalizado. É nesse contexto que se colocam o pensamento de Nye e Keohane.

Ao publicarem o livro *Power and Interdependence*, Robert Keohane e Joseph Nye tentam chamar a atenção para a inadequação do realismo. Apresentam, portanto, a chamada teoria da interdependência, segundo a qual, em um mundo cada vez mais interligado, e com temas demasiadamente complexos, o militarismo e o equilíbrio de poder dividem espaço com processos de cooperação, baseados em princípios e normas onde o Estado não é o único ator (OLIVEIRA, 2010, p. 41)

Com isso, voltam sua atenção a temas denominados como baixa política¹⁵ (*low politics*), isto é, assuntos econômicos, sociais, ambientais, etc. Demarcam aí, portanto, o fim

¹⁵ Termo usado em oposição à ideia de alta política, ou *high politics*, usada para denominar assuntos considerados vitais para a sobrevivência do Estado, ou seja, temas ligados à segurança nacional e ao interesse da nação. Baixa política, portanto, caracterizaria assuntos tidos como não cruciais pelos realistas, como políticas sociais e ambientais, mas extremamente relevantes no entendimento dos liberais. KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. *Power and interdependence in the information age*. Foreign affairs, 1998, p. 83.

da supremacia dos assuntos bélicos e da centralidade da segurança. Tal teoria torna-se fundamental para a compreensão das relações internacionais contemporâneas, bem como o entendimento de que as soluções de problemas cada vez mais globais exigem a participação de todos os atores envolvidos, que não só os Estados. A partir de teses como a da interdependência entre os entes diversos é que se tornará possível questionar qual o papel desses novos membros no sistema global, a partir de que lógicas operam, e quais são suas contribuições para o funcionamento e evolução dessas relações.

A partir da análise dos teóricos acima citados foi possível constatar que, apesar de ainda escassos, há relevantes trabalhos da área de relações internacionais que concebem a influência dos meios de comunicação sobre o campo. Sob os efeitos do que foi denominado como midiaticização, a política internacional, assim como os demais campos sociais, tem sido cada vez mais afetada pela lógica midiática, e tem visto seus processos cada vez mais permeados por essa cultura. Seguindo principalmente as premissas de Robert Cox, adotaremos no trabalho uma visão que atenta à atuação de forças e estruturas sociais no delineamento do sistema internacional, assim como ao papel das ideias nesse processo. No entanto, nosso objeto não nos permite aplicar ao estudo uma teoria das relações internacionais, apenas apontar como esses estudos têm evoluído no sentido de descentralizar o Estado em suas análises e permitir o surgimento de não somente novos atores, mas principalmente novas perspectivas e novos questionamentos.

3 O JORNALISMO COMO CONSTRUTOR DA REALIDADE

No presente capítulo, serão esclarecidas ao leitor as duas teorias chave que guiarão nosso entendimento da atuação e da influência do jornalismo sobre a sociedade contemporânea. Partindo de um entendimento de que a narrativa jornalística tem efeitos sobre a forma como compreendemos o mundo ao nosso redor e, principalmente, sobre como interpretamos nossa realidade, abordaremos aqui as duas teorias do campo dos *media effects* que mais se aproximam do nosso objetivo nesse trabalho. Primeiramente, abordaremos o conceito de agendamento, cujo principal expoente é o teórico Maxwell McCombs. Ao escolher trabalhar com a forma como os acontecimentos são narrados nas páginas dos jornais, nos cabe a investigação, não somente da narrativa, mas também da forma como essa é estruturada. O agendamento então vem a nos auxiliar em uma compreensão muito mais ampla ao nosso estudo, que é o entendimento da forma como os acontecimentos da política externa latino americana são agendados nos jornais brasileiros, da sua relevância e do seu tratamento pela imprensa. Apesar de não ser nosso objetivo principal, tais questões inevitavelmente passarão nossa análise.

Seguindo os estudos de McCombs, seguiremos à teoria do enquadramento, que foi trabalhada pelo teórico como uma continuação do agendamento, mas que aqui abordaremos majoritariamente a partir dos estudos de Robert Entman. Assim, a análise da narrativa jornalística passa essencialmente pela investigação de como essa é construída, de quais recursos são utilizados por aquele que narra e de quais são os efeitos pretendidos por ela, perguntas erguidas pela teoria do agendamento. Assim, o conceito de enquadramento aqui utilizado parte dos trabalhos de Entman, assim como o método de mapeamento de enquadramentos noticiosos que será aplicado ao nosso objeto ao final da dissertação. Nesse sentido, o conceito de enquadramento e os trabalhos produzidos utilizando tal teoria nos são extremamente caros, e constituem a espinha dorsal da presente pesquisa.

3.1 AGENDAMENTO

A partir da revisão teórica erguida no capítulo anterior, foi possível elucidar como os campos políticos e midiáticos têm se interligado progressivamente ao longo do tempo. A tradição jornalística de contar histórias contribui para uma aproximação do público com o tema em questão, principalmente quando tratamos de política externa, cujos acontecimentos em geral estão fora do alcance imediato dos receptores. Assim, a narrativa jornalística acerca

desses temas e, em especial, a forma como esta é construída, acabam por influenciar diretamente a interpretação e estruturação destes na agenda pública. Aqui, portanto, trabalharemos com as teorias da comunicação inseridas no campo dos *media effects*, isto é, as teorias do agendamento e do enquadramento noticioso, e suas contribuições para o estudo dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência. Apesar de não se tratar de um estudo de recepção ou de checagem das consequências da exposição aos veículos midiáticos sobre os espectadores, o presente estudo pretende erguer um questionamento acerca dos potenciais que esses veículos carregam, levando em consideração pesquisas relevantes na área que se destacaram por investigar tais efeitos.

Aqui trabalharemos com a tese de construção social da realidade que, a partir do pressuposto de que todo conhecimento humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, sustenta que tais conhecimentos são portanto fruto das relações e trocas sociais, cujos acontecimentos são dotados de sentido e são tidos como uma realidade certa para os membros da sociedade (BERGER & LUCKMANN, 1985). Segundo esse pensamento, é através da linguagem que são criadas diversas pontes entre diferentes zonas e temporalidades, integrando uma totalidade de sentidos dentro da realidade cotidiana, criando assim possíveis apreensões que se consolidam como os sentidos comuns dessa realidade. É esse encadeamento cronológico e dotamento de sentidos que é exercitado todos os dias pelo jornalismo. A partir da sua missão de relatar acontecimentos e narrar o cotidiano, os meios de comunicação têm contribuído demasiadamente para essa construção social da realidade. Tais sentidos permeiam o nosso dia a dia e circulam entre os campos sociais, em um movimento de circuitos entre os membros da coletividade, equivalente aos já mencionados circuitos explanados por José Luiz Braga. E a consolidação destes é reforçada pela sua saliência nesses veículos, assunto que é tratado na teoria do agendamento.

Principal referência nesses estudos, Maxwell McCombs buscou investigar como a saliência de certos temas na agenda midiática pode influenciar a importância desses na agenda pública, isto é, em que medida a agenda do público pode ser considerada um espelho da agenda dos veículos jornalísticos. A partir desse questionamento, McCombs partiu para uma série de pesquisas de recepção que pretendiam elucidar o papel dos *mass media* na formação da opinião pública. Para ele, o papel do jornalista de contador de histórias o leva ao dilema de que, além da necessidade de contar uma boa história, é importante que essa possua utilidade cívica significativa e seja capaz de conquistar o público. Assim, aliado à necessidade de ter que selecionar e destacar alguns poucos acontecimentos, os veículos noticiosos estão também encarregados da tarefa de narrar tais fatos de forma compreensível e interessante para o leitor.

E é a partir da narrativa que seremos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em ordem e perspectiva, dando-lhe um desenrolar lógico que nos permitirá compreender o mundo ao nosso redor (MOTTA, 2007).

A partir desse entendimento nos damos conta de que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam dos jogos de linguagem, todos realizam ações e performances sócio-culturais, não são só relatos representativos. (MOTTA, 2007, p. 145)

Segundo McCombs, quase todos os temas relevantes da agenda pública chegam ao cidadão de forma mediada, cuja realidade é portanto estruturada pelos relatos dos jornalistas. Assim, cabe a investigação não somente sobre se esses relatos são capazes de influenciar a opinião pública, mas também como isso ocorre. Inicialmente, o pesquisador se concentrou na transferência de saliência da agenda midiática para a agenda pública, em estudo sobre as campanhas presidenciais americanas¹⁶. A principal afirmação resultante foi a de que, de fato, os temas mais enfatizados nos noticiários acabaram se conservando como mais importantes para o público, ou seja, o autor acabou comprovando sua teoria da influência dos *mass media*. No entanto, há que se destacar que McCombs em nenhum momento retorna a teorias anteriores como a hipodérmica ou considera a audiência inerte ou irresponsiva, mas atribui sim papel central aos veículos noticiosos na definição da agenda pública, ainda que os receptores tenham também seu papel no processo.

Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são os mais importantes. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento do público - e, possivelmente, ação - é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Há que se ressaltar que, para o autor, destacou-se como extremamente relevante o fato de que os leitores aprendiam com as notícias e que, por conseguinte, desde uma perspectiva jornalística, perguntas sobre aprendizagem acabam então se colocando mais centrais do que perguntas sobre persuasão, e essa direção tem liderado os questionamentos nas pesquisas do

¹⁶ MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. "The agenda-setting function of mass media". *Public opinion quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

campo. Tal aprendizado acaba sendo complementado por outras experiências e contatos que não somente aqueles ligados aos veículos noticiosos, pois a sociedade é permeada por agendas e significados diversos que atravessam fronteiras e gerações. Assim, a teoria da agenda não se reduziria apenas ao caso midiático, mas poderia ser utilizada para a análise da capacidade de agendamento de diversas outras instituições e grupos da sociedade, levando a uma multiplicidade de perspectivas possíveis em seu uso. Nesse sentido, aponta também a importância de se investigar as dinâmicas de um único tema ao longo de um extenso período de tempo, como uma boa forma de se avaliar a evolução social de uma certa coletividade. Aqui, analisaremos um só tema, as narrativas acerca da participação venezuelana no Mercosul, e em um curto recorte temporal, mas conscientes de que os frutos desse trabalho podem contribuir para futuras indagações acerca da evolução do tema no desenrolar da história brasileira e latino americana.

McCombs busca também conceitos psicológicos que expliquem os efeitos midiáticos. Segundo o autor, é inata em nós a necessidade de compreender o ambiente à nossa volta, posto que para tal muitos acabam buscando por orientação externa para empreender tal tarefa. Cabe assim, no mundo contemporâneo, um papel de destaque aos *mass media* na tarefa de orientação dessas interpretações. Com isso, dois pontos acabam por determinar a necessidade de orientação: o grau de relevância do tema e o grau de incerteza do sujeito em relação àquele tema. Quanto à incerteza, McCombs ressalta que, no nosso dia a dia, há temas em que a nossa experiência pessoal é capaz de nos informar muito, em especial aqueles que nos afetam diretamente, como é o caso da inflação. Outros, no entanto, somente nos são acessíveis de forma mediada, isto é, onde a experiência pessoal é muito limitada e os veículos noticiosos assumem o papel de principal fonte de informações, como é o caso dos assuntos internacionais. Assim, teríamos então dois tipos de temas, alguns mais intrusivos, que se inserem em nosso cotidiano diretamente, e outros menos intrusivos, aos quais temos acesso através dos noticiários. No caso dos últimos, a experiência pessoal não é fonte suficiente de orientação e a agenda da mídia é usualmente a fonte primária de orientação, o que acaba por intensificar as capacidades de agendamento dos veículos noticiosos sobre esses temas. Tal reflexão nos surge extremamente cara, pois corrobora o alcance e o peso das narrativas midiáticas sobre política externa, reforçando o papel dessas instituições na consolidação das imagens e dos sentidos que circulam na nossa sociedade acerca desse tema.

Partindo das contribuições de Lippmann no estudo da formação da opinião pública¹⁷, McCombs retoma sua ideia sobre a formação das imagens em nossas cabeças, isso é, as imagens que temos em nossa mente acerca da realidade. Tais imagens são constituídas através de nossas interações com o mundo exterior e, segundo McCombs, quando se investiga um objeto ou tema sobre o qual temos opiniões e atitudes, deve ser levado em conta não somente a saliência desse objeto na agenda noticiosa, mas também os atributos associados a ele. Com isso, a construção da imagem em nossas cabeças passa por vários estágios, em que o primeiro seria o agendamento tradicional (saliência do objeto) e o segundo o agendamento de atributos (compreensão do objeto), que seria portanto o estágio descrito por Lippmann. Assim, o autor faz aqui uma ponte com os estudos de enquadramento, levando em consideração o leque de características e sentidos que acompanham a descrição de um dado tema. Dessa forma, afirma que "estabelecendo (sic) a agenda de atributos para um tema é a síntese do poder político. Controlando (sic) a perspectiva do debate político num assunto qualquer é a maior influência na opinião pública" (MCCOMBS, 2009, p. 129). Assim, os atributos proeminentes nos noticiários seriam também proeminentes na mente do público, caracterizando-o como um efeito de agendamento de segunda dimensão.

Seguindo tal linha de raciocínio, McCombs cita o trabalho de Robert Entman na investigação do enquadramento, o qual ele define como "a seleção de - e ênfase - nos atributos particulares de uma agenda da mídia quando se tratar de um objeto" (MCCOMBS, 2009, p. 137). Assim, reconhece a convergência entre agendamento e enquadramento nos estudos dos efeitos dos *mass media*, mas reitera que apesar de similares, não é possível afirmar que todo atributo seja um enquadramento.

Este papel dos enquadramentos em organizar o pensamento, em criar um padrão integrado que é consideravelmente maior do que a soma de suas partes, é o fundamento de seu caráter gestáltico. Um aspecto adicional que distingue os enquadramentos dos atributos massivos é seu poder para estruturar o pensamento, para formatar como nós pensamos sobre os temas públicos, os candidatos políticos ou outros objetos das notícias. Os enquadramentos têm sido descritos como 'um esquema de interpretação'. O agendamento de atributos foca na habilidade da mídia em influenciar como nós capturamos os objetos. Os enquadramentos chamam nossa atenção para as perspectivas dominantes destas imagens que não somente sugerem o que é relevante e irrelevante mas que ativamente "*promovem um problema particular de definição, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento* para o item descrito"¹⁸ (MCCOMBS, 2009, p. 140, grifo do autor)

¹⁷ LIPPMANN, Walter. Opinião pública. Petrópolis. Vozes, p. 159, 2008.

¹⁸ Aqui o autor faz citação direta ao trabalho de Robert Entman.

ENTMAN, R. "Framing toward clarification of a fractured paradigm". Op. cit., p. 52.

Ao se aproximar da teoria do enquadramento, admitindo-a como uma segunda dimensão do agendamento, McCombs reforça um elo existente entre as duas linhas de pensamento, e que tem estado presente em inúmeras análises que combinam ambas teorias em um só estudo. Há também, segundo o autor, uma ideia de reforço mútuo entre as duas dimensões, já que certos atributos, considerados mais marcantes, acabam por se estabilizarem como mais convincentes para o público, criando assim uma maior saliência desse tema na agenda pública. Assim, na interpretação, alguns atributos se tornarão mais pertinentes aos olhos dos receptores do que outros, o que explica a associação direta entre certos temas e certas ideias no debate político, ou entre certos líderes e certas características. Esses acabam por ressoar mais no público, funcionando como um argumento marcante atrelado àquele tema ou figura pública. Tais argumentos marcantes são, para McCombs, enquadramentos elaborados de forma a "organizar e estruturar a imagem de um objeto que desfruta de alto sucesso no público" (MCCOMBS, 2009, p. 144).

Ainda assim, é necessário frisar que certas formas de enquadramento podem se tornar marcantes para um grupo social e não para outros, resultando em efeitos estratificados no público. Para ilustrar o fenômeno, o autor faz uso da metáfora da cebola, cujas várias camadas servem de representação para as camadas existentes na sociedade. Dessa forma, essas representariam as inúmeras agendas existentes no interior de uma coletividade, todas elas concorrendo na tarefa de delimitar o debate público e enquadrar os objetos em discussão. Para McCombs, a agenda midiática seria o bulbo da cebola, seu "coração", enquanto todas as outras camadas estariam em uma disputa pela definição da agenda, o que passa necessariamente por uma também definição da agenda da mídia. Nesse sentido, o autor parte para um entendimento em que, longe de uma visão determinista, é preciso pensar as estruturas e relações sociais que se influenciam mutuamente e se sobrepõem, induzindo agendamentos e advogando por certas interpretações da realidade. Assim, caminha para uma discussão sobre as relações entre as várias camadas e agendas existentes, sobre o agendamento intermídia e o poder das fontes oficiais sobre o processo, assuntos que serão retomados mais adiante.

No mais, cabe aqui um reconhecimento da importância do trabalho de McCombs para a evolução dos estudos de efeitos na comunicação, e de sua contribuição para um melhor entendimento da relação entre os produtores de notícia e seus receptores. Em um estudo sobre os usos da teoria do *agenda-setting* nas pesquisas em comunicação no Brasil, Ferreira Maia e Agnez destacaram o elevado número de trabalhos apresentados nos principais congressos do campo que utilizam a perspectiva do agendamento em suas análises, demonstrando a notoriedade da contribuição de McCombs para os estudos da área. A redemocratização e o

fortalecimento da sociedade civil fomentaram uma profusão de trabalhos que buscam compreender o poder da imprensa na sociedade brasileira e que têm se valido das teorias dos efeitos para validar certas hipóteses. No entanto, as autoras apontam para uma grande fragilidade nesses estudos, que têm preterido os estudos de recepção em favor de uma apropriação simplista e midiocêntrica (MAIA & AGNEZ, 2010).

Ainda assim, a teoria do agendamento coloca-se como pertinente para a presente pesquisa por apresentar as influências recíprocas que podem ser exercidas entre os campos da mídia e da política. Ao enfatizar a existência de diversas agendas no seio da sociedade e a concorrência entre estas pela hegemonia no debate público, McCombs nos fornece mais uma ferramenta para a análise das disputas sociais existentes no campo dos discursos, e nos permite escapar às conclusões reducionistas. Daqui carregamos, portanto, o entendimento de que não há uma relação determinista entre a agenda midiática e a agenda do público, pois essas concorrem e se conciliam com diversas outras agendas presentes no tecido social, mas também entendemos, assim como McCombs, que os veículos desempenham papel central nessa dinâmica dada sua crescente relevância na sociedade contemporânea, tema já discutido anteriormente no tópico da mediatização.

3.2 O ENQUADRAMENTO

Outro mérito de McCombs foi sua aproximação com os estudos de enquadramento, o qual ele categoriza como um segundo nível do agendamento. Tal incorporação, além de demonstrar a flexibilidade e capacidade de atualização da teoria do agenda-setting, implica também em uma notável inflexão metodológica para o objeto de pesquisa. Partindo da célebre afirmação de Bernard Cohen de que "os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que pensar, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar" (1963, p.13 apud MCCOMBS, 2009, p. 19), McCombs elaborou a chamada primeira dimensão do agendamento, acerca da saliência dos temas. Com o acréscimo da possibilidade do agendamento de atributos, parte-se para uma evolução da teoria, em que a frase de Cohen é superada no sentido que agora, além de dizer sobre o que pensar, a mídia também pode nos dizer como pensar esses temas (AZEVEDO, 2004). Assim, parte-se para um aprimoramento dos estudos de mídia, que agora passam a incorporar a forma como são descritos os objetos e a estruturação das características e valores associados a estes.

Pioneiros nessas hipóteses, Erving Goffman e Robert Entman têm se firmado como principais fontes para o estudo de enquadramento, cada um focando em uma perspectiva

diferente. Enquanto Goffman priorizou um entendimento ligado às interações sociais, Entman parte para um análise dos enquadramentos noticiosos, muito mais próxima à nossa abordagem aqui. No entanto, é inegável a contribuição de Goffman aos nossos entendimentos aqui dos estudos de enquadramento, cujos trabalhos precedem os de Entman, e que foram fundamentais para os estudos do último. Para ele, os enquadramentos seriam, portanto, marcos interpretativos gerais, responsáveis por nos fornecer um sentido do mundo ao nosso redor e por guiar nossas ações (ou o que ele chama de "*guided doings*"), as quais "sujeitam aqueles que os realizam a critérios, à valorização social da ação baseada em sua honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, tato, bom gosto, etc." (GOFFMAN, 2006, p. 24, tradução nossa). Assim, Goffman se atém à perspectiva individual, focando em um entendimento dos enquadramentos interpretativos erguidos pelo sujeito na condução de suas relações sociais.

Já Entman, aproximando-se de nosso objeto, busca uma compreensão dos enquadramentos projetados pela cobertura midiática sobre certos temas, em especial o político. Assim, seguiremos aqui a definição de Entman para o enquadramento, o qual consiste em um "processo de seleção de alguns elementos da realidade percebida e a montagem de uma narrativa que destaca as conexões entre eles para promover uma interpretação particular" (ENTMAN, 2007, p. 164, tradução nossa). Segundo o autor, o agendamento, o enquadramento e o *priming*, juntos, se encaixam como instrumentos de poder, e suas pesquisas, conseqüentemente, dedicam-se a compreender como a mídia influencia a distribuição social desse poder. Ele então coloca todas essas teorias sob o guarda-chuva dos *bias studies*, mesmo afirmando que o termo "*bias*" ainda permanece sem um conceito exato, mas que aqui traduzimos como "viés" ou "tendência". Assim, o vocábulo pode ser associado, nessas pesquisas, a três tipos diferentes de significado: o viés distorcivo, aplicado a notícias que propositalmente falsificam a realidade; o viés de conteúdo, quando há favorecimento de um lado ou uma versão em detrimento de outra; e o viés deliberativo (ou ideológico), que se refere às motivações e convicções dos profissionais de imprensa que influenciam a narrativa jornalística (ENTMAN, 2007)¹⁹. Portanto, em sua visão, trabalhar as três teorias (agendamento, enquadramento e *priming*) sob um mesmo laço contribuiria para um avanço na qualidade das pesquisas que estudam os vieses jornalísticos, abrindo possibilidades de investigação de novas dimensões e processos inseridos no seio da

¹⁹ Os termos acima descritos são respectivamente denominados pelo autor, no original, como: *distortion bias*, *content bias* e *decision-making bias*. Tradução nossa.

ENTMAN, Robert M. Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of communication*, v. 57, n. 1, 2007, p. 163.

comunicação política. Assim, seguindo os passos de McCombs, advoga por uma interligação entre as teorias, cujos frutos podem ser muito positivos para as pesquisas do campo.

Entman então inicia seu estudo a partir de um entendimento colhido na área da psicologia, mais precisamente dos estudos de processamento de informações, que demonstram que as pessoas possuem estruturas cognitivas para a interpretação dos conhecimentos que recebem, cujas estruturas são chamadas de "esquemas", e as quais organizam o pensamento de uma forma geral. Tais esquemas são responsáveis por armazenar uma série de crenças, atitudes, valores e preferências, juntamente com regras que gerem uma articulação e harmonização entre essas ideias (ENTMAN, 1989). No entanto, de acordo com Bennet, esses esquemas cognitivos não devem ser vistos como estruturas rígidas, mas sim "dados guiados por informação externa e conceitualmente guiados por esquemas internos" (1981, p. 92 apud ENTMAN, 1989, p. 350, tradução nossa). Com isso, o indivíduo, segundo Entman, primeiro avalia as informações recebidas de acordo com sua saliência; e, se salientes, processa-as de acordo com seus esquemas cognitivos para, a partir daí, armazená-las ou não. A partir desse armazenamento, essas informações podem então contribuir para dois processos diferentes: ou acabam por reafirmar crenças já partilhadas pelo indivíduo, ou contribuem para mudá-las, inaugurando novas ideias e interpretações. É a partir desse entendimento de um aprendizado influenciado por identificações ideológicas já existentes que a pesquisa do autor é movida, em uma tentativa de compreender como diferentes públicos compreendem uma mesma matéria jornalística de forma diferente, levando em conta sua identificação política²⁰.

Nesse sentido, Entman descarta então as teorias que advogam uma autonomia da audiência em relação à mídia, segundo as quais as preferências do público são formadas com relativa independência em relação aos veículos da imprensa, os quais serviriam apenas de reforço para opiniões pré-existentes. Fugindo aos extremos, também nega que esses mesmos veículos (ou qualquer outra fonte de informações) sejam capazes de ditar totalmente o pensamento ou o comportamento dos indivíduos, partindo então para um entendimento que prioriza o modelo de interdependência entre as fontes. Assim, a interação entre os atributos da informação e os esquemas cognitivos pré-existentes moldam o impacto que uma notícia terá sobre o receptor. Um dos elementos desse processo é a saliência trabalhada nos estudos de agendamento, que variará de acordo com o grupo ao qual é submetida a informação.

²⁰ Pesquisando a sociedade norte-americana, Entman divide o público em três identificações diferentes: os liberais, os conservadores e os moderados.

O modelo de interdependência prevê que a influência da mídia varia de acordo com o modo como cada pessoa processa mensagens de notícias específicas. Em vez de tratar a ideologia como uma ferramenta que as pessoas usam para filtrar notícias que entram em conflito com seu liberalismo ou conservadorismo, o modelo vê a ideologia como um esquema que influencia o uso que as pessoas fazem das mensagens da mídia de maneiras mais complexas. (ENTMAN, 1989, p. 351, tradução nossa).

Assim, o modelo de interdependência foge a determinismos, concebendo uma noção mais complexa acerca da influência midiática sobre nossos entendimentos da realidade. Entman também destaca uma característica que se coloca extremamente relevante aqui para o nosso estudo, que é o grau de familiaridade do receptor com o tópico. Segundo ele, quanto menos o assunto for conhecido pelo público, menor a possibilidade deste se ajustar a categorias pré-existentes no esquema cognitivo, e portanto mais provável será a emergência de novos conceitos e esquemas interpretativos. Com isso, a estrutura de interdependência entre as fontes de conhecimento passa a pender para o lado da mídia, que terá então sua capacidade de influência ampliada. Tal entendimento nos é cara ao fazer alusão justamente aos conteúdos sobre política externa, os quais costumam figurar entre os tópicos mais distantes do leitor, caindo na classificação de McCombs que os coloca no grupo de temas menos intrusivos na realidade diária do receptor.

Além disso, o autor trabalha também com os diferentes efeitos causados pelos diferentes gêneros textuais, fazendo uma distinção entre as capacidades de editoriais e reportagens. Enquanto os primeiros possuem maior carga ideológica, os últimos se caracterizam por uma aparência de neutralidade que, segundo Entman, acaba por suavizar as resistências existentes na audiência. Assim, o aspecto puramente informativo da reportagem apela à categoria do "dizer às pessoas sobre o que pensar", enquanto os elementos marcadamente persuasivos do editorial buscam então "dizer às pessoas o que pensar". Não obstante, o modelo de interdependência defendido pelo autor alega que tanto editoriais quanto reportagens fornecem informações sobre as quais o receptor raciocina, e portanto ambos são capazes de influenciar atitudes e interpretações, quer intencionalmente ou não (ENTMAN, 1989). Além do mais, a perspectiva editorial costuma estar espelhada na cobertura noticiosa, o que ressalta a capacidade de ambos os formatos de guiar as interpretações do leitor. Em sua pesquisa, Entman chegou à conclusão de que editoriais detêm pouca influência sobre os ditos moderados, mas atingem mais intensamente a parcela do público que se identifica como conservador ou liberal. Por outro lado, as reportagens mostram ter mais impacto sobre os moderados, que estão mais suscetíveis aos efeitos das inclinações ideológicas mascaradas

nesse tipo textual. A partir dessas conclusões, Entman sugere então uma reformulação da famosa citação de Cohen acerca da influência midiática sobre a audiência.

Talvez devêssemos corrigir a frase antiga para ler "A mídia não controla o que as pessoas preferem; ela influencia a opinião pública ao fornecer grande parte da informação que as pessoas pensam e ao moldar a maneira como pensam sobre isso". Os americanos exercitam suas disposições idiossincráticas enquanto refletem sobre as notícias, mas a seleção de dados da mídia contribui significativamente para o resultado do pensamento de cada pessoa. (ENTMAN, 1989, p. 361, tradução nossa)

A pesquisa de Entman também considera o fato de que parte do público escolhe cercar-se de veículos que reforçam suas crenças pré-existentes, em um processo de retroalimentação entre as informações já armazenadas e aquelas que vão chegando ao longo do tempo através dessas fontes. No entanto, para ele, é necessário reiterar que esse movimento é característico de uma minoria, sendo que a maior parte do público (aqui referente à sociedade norte americana) não se identifica de forma muito profunda com nenhum grupo ideológico específico. Com isso, podemos resumir a seguir uma das principais conclusões tiradas desse estudo, a qual reforça o aspecto de interdependência que guia as interpretações da audiência, e que servirão de base para o presente estudo.

Estudiosos geralmente tentam encontrar evidências de que os meios de comunicação são persuasivos, definidores deliberados do pensamento público. Pode ser mais realista pensar na mídia como contribuindo para - mas não controlando - a estrutura das informações publicamente disponíveis que moldam a forma como as pessoas podem e de fato pensam politicamente. Essas informações incluem não somente dados concretos para o processamento cognitivo, mas símbolos que podem envolver necessidades emocionais pouco compreendidas. Tal quadro indica uma mídia interdependente e pública, sem controlar totalmente as notícias ou seus efeitos. (ENTMAN, 1989, p. 366, tradução nossa)

É a partir de tais conclusões que o autor consegue refutar a ideia de que o público formaria e perpetuaria de forma autônoma os esquemas que utilizam para processar as informações que recebem. As lealdades ideológicas que surgem no seio da audiência são fruto de um complexo processo social que, totalmente inserido na cultura política, é constantemente transmitido, reforçado e alterado por núcleos constituídos pela família, escola, amigos, líderes e outros mais, onde muitos usam e são também afetados pela mídia. Enquanto a maior parte do debate político se desenvolve no ambiente midiático, os sentidos de termos como "liberal" ou "conservador" são também reforçados ou alterados nesse ambiente ao longo do tempo, em um sistema de conexões entre as partes que se mostra muito mais heterogêneo e difuso do que tem parecido para diversos analistas (ENTMAN, 1989).

As ideias presentes nos estudos de Entman se colocam como fundamentais para o desenvolvimento da análise documental que será erguida mais adiante. O conceito de modelo interdependente entre as múltiplas variáveis no jogo cognitivo vem reforçar nosso pensamento de que, apesar de vivermos em um ambiente hiper midiático, os veículos comunicacionais estão longe de serem os agentes determinantes das trajetórias interpretativas dos receptores. As lógicas que acabam por formar tais esquemas cognitivos são múltiplas e complexas, e são produto de uma sociedade heterogênea e multiforme, cujas relações sociais contribuem para a constante construção, destruição e reformulação desses mesmos esquemas. Assim, seguindo também a linha de raciocínio de McCombs, não adotamos uma visão simplista sobre um suposto poder excessivo da mídia, mas consideramos seu papel central para o entendimento de como determinados discursos e narrativas se espalham no tecido social e se consolidam como hegemônicos em certos períodos de tempo e para certas coletividades.

Assim, entendemos aqui enquadramentos como pistas discursivas que podem impactar na cognição e na socialização do indivíduo, contribuindo para a formação da opinião pública. Nesse sentido, indo além da perspectiva individual e dos reinos cognitivos interpessoais, é possível compreender aqui que esses enquadramentos operam dentro das rotinas discursivas dos variados grupos sociais e contribuem para uma retroalimentação entre os esquemas cognitivos individuais e os coletivos, remodelando aqueles que os moldaram em primeiro lugar. Logo, o processo de construção social dos significados é dependente dos diálogos públicos que se constroem sobre e a partir desses enquadramentos, os quais, por sua vez, encontram seu sustento e legitimação na estrutura da distribuição das fontes culturais, políticas e econômicas de uma sociedade. É por isso que, segundo Rossetto e Silva, o estudo da construção da realidade através do enquadramento envolve, necessariamente, um exame das relações de poder.

Algumas análises desse processo acentuam que o framing jornalístico é modelado por enquadramentos patrocinados por múltiplos atores sociais, que incluem políticos, organizações e movimentos sociais. A habilidade de um enquadramento dominar um discurso noticioso depende de vários fatores que incluem: fontes econômicas e culturais do patrocinador (daquele que provém a informação), seu conhecimento sobre as práticas jornalísticas e a ressonância do enquadramento como valores políticos plenos/ estendidos. (ROSSETTO & SILVA, 2012, p. 108)

Seguindo esse mesmo raciocínio, Reese alerta para o fato de que os estudos de enquadramento, se permanecerem aprisionados à análise de conteúdo e aos estudos do viés jornalístico, acabarão caindo na inércia, enquanto pesquisas que atentam para as disputas sociais e as características ideológicas que envolvem a produção da notícia, isto é, as questões

básicas de poder em que estão inseridas, essas sim se mostrarão mais frutíferas e contribuirão significativamente para os estudos de efeitos, caso se proponham a considerar esses fatores em suas análises. Aponta também para o caráter relacional do enquadramento, ressaltando que esse deve ser compartilhado para se tornar útil e, portanto, deve ser em certa medida aceito pelos receptores (ainda que inconscientemente) para que tenham o efeito social desejado. Além disso, seguindo esse mesmo raciocínio, ressalta que enquadramentos devem ser similarmente duradouros, sendo sua relevância diretamente proporcional à sua persistência no debate público. Em outras palavras, quanto mais duradouro for o enquadramento, mais necessário se torna o seu estudo (REESE, 2001).

Se coloca também como extremamente necessária a investigação do papel que esse recurso desempenha nos ambientes democráticos e nas tomadas de decisões políticas. Aqui compartilhamos a ideia de que "o enquadramento é um meio discursivo para alcançar o poder político de influenciar deliberações públicas" (KOSICKI & PAN, 2001, p. 58, tradução nossa). Assim, o processo de enquadrar um tema não se coloca apenas como uma ação estratégica canalizada para a obtenção de ganhos políticos temporários. É, em última instância, um mecanismo de construção de comunidades discursivas, isto é, grupos sociais que compartilham ideias, valores e visões semelhantes e que usam tal afinidade para a obtenção de ganhos em uma sociedade baseada na deliberação coletiva (KOSICKI & PAN, 2001). Assim, pesquisas que conectam os enquadramentos noticiosos e a tomada de decisões governamentais em um ambiente democrático podem mostrar-se extremamente relevantes para o entendimento dos processos de barganha e resolução política entre as numerosas forças sociais. Esse não é o intuito do presente trabalho, uma vez que seria necessário recorrer a metodologias adicionais, como a análise da audiência através de pesquisas de recepção, um estudo mais aprofundado da opinião pública no recorte aqui escolhido, verificação de documentos e atas oficiais do governo, análise dos discursos proferidos pelas diversas figuras públicas envolvidas na questão, dentro outros recursos. Isto posto, ressaltamos que nosso objetivo é erguer um estudo do conteúdo jornalístico, associando as narrativas encontradas com o momento histórico em que estão inseridas, jogando luz sobre as relações econômicas, políticas e sociais que influenciam a escolha dos enquadramentos utilizados. No mais, as conclusões a que chegaremos ao final do trabalho podem, seguramente, iluminar os caminhos de futuras pesquisas que se proponham a investigar sua ligação com as tomadas de decisão política ligadas ao nosso objeto.

Portanto, partindo do pressuposto de que a mídia ocupa posição privilegiada na produção e disseminação de enquadramentos, e de que cada vez mais fenômenos políticos e

culturais se desenrolam no interior e seguindo as lógicas do ambiente midiático, coloca-se como extremamente relevante a investigação das narrativas transmitidas através dos veículos jornalísticos. Assim, com a cultura de massas fornecendo as explicações aos indivíduos acerca do mundo ao seu redor, é necessário o entendimento de que essas explicações acabam se consolidando como a própria realidade para esses cidadãos, que os posicionará no mundo político que os cerca e os constituirá como cidadãos de facto. Assim, os discursos proferidos no ambiente midiático assumem, em muitos casos, o papel de repertório primário para essas pessoas, superando ambientes tradicionais como a família, a escola e as igrejas. É nesse sentido que, em nosso ambiente de intensa midiaticização, "os processos de produção e aceitação de explicações são fundamentais na compreensão do mundo social, e incluem as maneiras pelas quais os indivíduos fazem sentido suficiente do mundo político para funcionar enquanto cidadãos" (ALDÉ, 2001, p. 29).

É a partir desse entendimento sobre a importância da narrativa jornalística na construção do mundo político em que estamos inseridos e, em última instância, na constituição dos indivíduos como cidadãos, que julgamos ser indispensável uma análise de um objeto valioso da política externa brasileira, o Mercosul, através da ótica e das perguntas da comunicação. Para tal, utilizaremos então o método de Entman para mapear o enquadramento, partindo da análise dos recursos empregados pelos veículos midiáticos na construção do texto jornalístico, seja ele opinativo ou informativo. As categorias de Entman partem, primeiramente, da definição do problema (situando o leitor sobre qual seria questão com a qual estamos lidando), e passam pela análise causal (o que ou quem gerou o problema), pelo julgamento moral (juízo de valor sobre as questões envolvidas no problema) e pela promoção de remédios (sugestão de soluções para o problema) (ENTMAN, 2007). Também apreciaremos o material a partir das categorias pré-definidas por Semetko e Valkenburg, os quais classificam o enquadramento utilizado pelo jornal a partir dos seguintes temas: conflito (ênfase nos embates), interesse humano (apresentação emocional do tema), consequências econômicas (ótica dos seus efeitos econômicos), moralidade (foco no contexto religioso ou moral) e responsabilidade (atribuição da culpa a alguém) (SEMETKO & VALKENBURG, 2000 apud RIZZOTTO, ANTONELLI & FERRACIOLI, 2017). A metodologia utilizada será explicada de forma mais detalhada no decorrer do trabalho, mas aqui já elucidamos sua utilização como um recurso oriundo da teoria do enquadramento, o que portanto justifica o uso dessas categorias.

Da mesma forma, indo além da análise do texto jornalístico, há igualmente uma necessidade de se levar em conta fatores econômicos e sociais que interferem na construção e

na consolidação da narrativa jornalística. Logo, cabe aqui o levantamento de um breve panorama dos estudos da economia política da comunicação, juntamente a uma revisão da estrutura e da cultura midiática não só do Brasil, mas também da América Latina, cujos reflexos são sentidos na estruturação dos discursos veiculados na mídia e nos efeitos que esses causam sobre o entendimento do leitor acerca da realidade à sua volta.

4 O MERCOSUL E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

Partindo do pressuposto de que a política internacional se constitui como um campo, segundo o pensamento de McCombs, pouco intrusivo no dia a dia do receptor, podemos concluir que a influência da mídia sobre as concepções do leitor a respeito da política externa brasileira é muito grande. Como sua experiência pessoal quanto ao tema é muito limitada, ou em alguns casos até inexistente, este depende quase inteiramente dos veículos midiáticos para tomar conhecimento dos desdobramentos internacionais e para a apreciação dos fatos. Nesse sentido, o papel do jornalismo de agir como um guia de interpretações se alarga e, por meio de mecanismos de seleção, desempenha a função social de gestor de consensos (BIROLI, 2013). Assim, o entendimento da consolidação dos projetos de integração regional na América do Sul deve necessariamente passar pela análise de como esses foram publicizados nas páginas dos jornais nacionais dos países-membros, com atenção à forma como seu desenvolvimento foi comunicado ao cidadão. A percepção individual do processo, os sentidos atribuídos a esse e as narrativas que se consolidaram como hegemônicas, todos esses fenômenos estão intimamente ligados à transmissão dos acontecimentos nas páginas dos veículos aqui examinados.

Assim, o presente capítulo partirá de uma revisão do histórico processo de integração regional no continente, com destaque ao desenvolvimento do Mercosul, em uma recapitulação das principais políticas que marcaram seu crescimento, como uma forma de situar o leitor nas problemáticas ligadas ao nosso objeto. Faremos também uma breve retrospectiva das fases da integração em relação aos desdobramentos internos da política brasileira, ressaltando a forma como o bloco foi tratado ao longo dos anos pelos diferentes governos e qual foi a posição da imprensa nessa evolução. Também serão tratadas as crises pelas quais o Mercosul passou (e passa), e como essas têm afetado o aprofundamento da integração. Por último, o contexto geopolítico da região será aqui esmiuçado, dando destaque aos grupos e instituições sociais que operam na correlação de poderes da região, ainda que tais atores sejam exteriores a essa. Focaremos na importância estratégica do bloco e de seus membros, tanto para o sistema regional como mundial, enfatizando os interesses em jogo.

4.1 A CONSOLIDAÇÃO DO REGIONALISMO E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

A integração do continente americano por muitas décadas representou apenas um sonho para figuras como San Martín e Simón Bolívar. Suas ideias de comunidade latino-

americana influenciam lutas regionais até os dias de hoje, e inspiram líderes contemporâneos a buscarem o estreitamento das relações econômicas, políticas e sociais entre os países abaixo do Rio Grande. A Carta da Jamaica²¹, escrita em 6 de setembro de 1815 por Simón Bolívar, constitui-se como um dos mais importantes manuscritos históricos acerca da integração latino-americana, e um dos primeiros a tratar enfaticamente do tema. Suas ideias, inspiradas no liberalismo e federalismo estadunidense, não encontraram aplicabilidade nas circunstâncias políticas da época, mas serviram de inspiração para muitos movimentos integracionistas em curso atualmente em todo o continente.

A Carta de Jamaica não pregava a necessidade do estabelecimento de uma única unidade político-institucional da América Latina, mas indicava que a agregação dos diversos Estados independentes, por meio de processos integrativos, seria o único caminho para obter e sustentar a liberdade advinda da independência. (SANTOS, 2010, p. 180)

Bolívar idealizava uma comunidade de nações independentes, unidas em respeito a ideais pelos quais ele lutava, como a liberdade, a autodeterminação dos povos, a igualdade e o equilíbrio entre os Estados. Apesar de se inspirar na experiência dos vizinhos norte-americanos, Bolívar não vislumbrava a participação destes no projeto de integração das nações latino-americanas, pois encarava a Doutrina Monroe²² como mais um projeto de cunho intervencionista, semelhante aos defendidos pelos imperialistas europeus. Nem tampouco via com bons olhos a associação do Brasil ao projeto, visto que seu governo constituía-se de uma monarquia do tipo europeia, cujas alianças e parentescos com os reinados da Santa Aliança²³ o colocavam mais próximo do datado modelo monarquista imperial do que dos ideais republicanos e liberais defendidos por Bolívar (SANTOS, 2010).

Outro motivo para a desconfiança de Bolívar vinha do fato de que ambos os países haviam consolidado um amplo espaço territorial e gozavam de clara superioridade sobre os vizinhos em termos de população (leia-se exército) e pujança econômica, o que os colocava na posição de, futuramente, vir a tentar exercer algum tipo de influência ou até mesmo intervenção direta nos assuntos internos das demais nações. Com isso, o Libertador já

²¹ A Carta da Jamaica foi um documento redigido por Simón Bolívar em 1815 quando em exílio na ilha jamaicana, após a derrota militar na luta pela independência do território onde atualmente se encontra a Colômbia.

²² A Doutrina Monroe foi estabelecida pelo então presidente norte-americano James Monroe em 1823, como uma declaração ao Congresso advertindo a intromissão de qualquer potência estrangeira no continente americano como um todo. Foi também o primeiro sinal do histórico intervencionismo estadunidense nas políticas dos países da região.

²³ A Santa Aliança constituiu-se em um pacto entre os governos da França, Rússia, Prússia e Império Austro-Húngaro no início do século XIX e que perduraria durante todo o século. Foi estabelecido um acordo de ajuda mútua no combate a qualquer movimento revolucionário de cunho liberal no continente europeu e seus domínios além-mar, com a finalidade de manter o *status quo* e propagar a fé cristã.

presumia uma relação desigual entre as duas potências e o restante do continente, o oposto do que ele procurava no estabelecimento de uma comunidade igualitária e justa. Além disso, deve-se ser destacado também o fato de ambos os países não compartilharem com os demais as heranças culturais espanholas, dada a diferente colonização que sofreram, no caso portuguesa e inglesa, o que acabou por criar barreiras como a do idioma, que une a quase totalidade dos demais países.

A primeira conferência do tipo integracionista foi também uma iniciativa de Bolívar. Com início em 22 de junho de 1826, o Congresso do Panamá reuniu representantes de diversas nações americanas, no intuito de estabelecer as bases de um projeto para a integração do continente. Apesar das inúmeras ausências, dentre elas o Brasil, os Estados Unidos, Chile, Bolívia e Nações Unidas do Rio da Prata, o encontro avançou no sentido de estabelecer ideias tidas como precursoras da integração latino-americana, dentre elas a indicação da forma de governo dos Estados-membros (republicana e democrática), princípios gerais de convivência pacífica entre os povos e o respeito ao direito internacional, além da instauração de uma assembleia para a confederação, a Assembleia da Liga, cuja sede seria em Tacubaya, no México (SANTOS, 2010).

Apesar de nunca ter entrado em vigor, o tratado estabeleceu as bases para as futuras relações internacionais da região, e acabou por publicizar os ideais bolivarianos, demonstrando também que estes eram compartilhados por outros líderes da região. A frágil autonomia dos jovens Estados-nação, desenhada a partir do que se chamou "processo sectário de constituição de poder", não demonstrou força suficiente para alavancar os processos de integração necessários para a constituição da América Una de Bolívar (KUWAHARA, 1999).

A partir daí, visto o fracasso das tentativas de integração política entre as nações, os esforços se voltam para uma visão mais pragmática de aproximação gradual, com foco na cooperação em áreas como o comércio e o transporte. Portanto, durante o final do século XIX e início do século XX, a integração política e o ideal confederacionista serão deixados de lado, sendo substituídos por uma política externa que busca uma aproximação moderada e a facilitação dos intercâmbios econômicos. Assim, são privilegiadas as relações bilaterais e a solução pacífica de quaisquer controvérsias entre os vizinhos.

As relações entre os países latino-americanos não mais deverão se assentar sob um idealismo confederacionista com Estados politicamente unidos, mas sob a égide da colaboração das unidades estatais para a concretização dos interesses individuais de cada uma. O projeto de união política cede lugar à sedimentação das relações intergovernamentais de colaboração, sem vinculação à questão de perda da soberania

provocada pela adesão a um ente confederativo, e voltada para a consecução dos objetivos individuais (nacionais). (SANTOS, 2010, p. 189)

A diplomacia brasileira retomará, através do Barão do Rio Branco, os esforços de estreitamento de laços com os países do Cone Sul. Na década de 1900 são iniciadas as conversações para a consolidação institucional do chamado "triângulo ABC", isto é, o grupo que reúne Argentina, Brasil e Chile, as economias mais fortes da época. Rio Branco não via possibilidades de uma liderança brasileira sem a união com os demais parceiros, visto que considerava o Chile uma liderança incontestável na vertente sul-americana voltada para o Pacífico, e julgava que, uma influência brasileira sobre o subcontinente somente seria possível se esta fosse dividida com a Argentina. Sua visão era bastante pragmática, pois presumia que um equilíbrio entre as três nações impediria o intervencionismo de uma delas sobre países menos expressivos da região, o que daria mais tranquilidade à política externa brasileira (BUENO, 2012).

Convém ressaltar que o projeto de Rio Branco não tinha a intenção de fortificar ou facilitar as relações econômicas entre os países. Não havia menção à questão do comércio ou da navegação, e nem buscava estabelecer um discurso de oposição à hegemonia norte-americana na região. Segundo Bueno, a visão do chanceler brasileiro embutia a ideia de "condomínio oligárquico das nações" em benefício da paz e da estabilidade política da América do Sul. Para Rio Branco, os países do chamado ABC, por serem os mais fortes e progressistas, exerceriam forte influência sobre os demais, garantindo a segurança na região. Para ele, uma união das vinte e uma repúblicas latino-americanas seria impossível de ser colocada em prática, devido às diferenças e às distâncias que à época colocavam grandes barreiras à comunicação (BUENO, 2012). O projeto, no entanto, acabou nunca se consolidando da forma que o Barão previa.

No entanto, sabe-se que a segunda metade do século XX viu o ressurgimento das tentativas de integração entre as nações latino-americanas. Já no ano de 1948 é criada a Organização dos Países Americanos (OEA), ainda no período de consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de reverberação dos princípios pacifistas e agregadores em voga no pós-guerra. Seu intuito era servir de fórum para a resolução das disputas entre as repúblicas americanas, além de trabalhar pela consolidação das democracias do continente, através do estímulo à integração econômica e à solução conjunta de problemas como o tráfico de entorpecentes e a violência. Sendo um organismo regional dentro do âmbito da ONU, sua atuação se restringe mais ao campo político e diplomático, e nunca acolheu

objetivos mais ousados, como a integração política ou o confederacionismo dos tempos de Bolívar.

Segundo Santos, os processos de integração latino-americana sempre foram movidos pelo temor de perigos externos, como foi a preocupação em resguardar as independências, no século XIX, e a necessidade de se garantir a estabilidade e o desenvolvimento da economia ao longo do século XX. Seguindo esse pensamento, pode ser feita também uma analogia com o fortalecimento do Mercosul nos anos 2000, o qual ocorre justamente no período em que os Estados Unidos esforçavam-se na consolidação do projeto da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), o qual ampliaria sua força econômica na região. Já nos processos do século XX, percebe-se o forte coro em favor do desenvolvimentismo, ficando clara a influência das ideias cepalinas²⁴ sobre a elaboração dos projetos de integração ao longo das décadas de 1950 a 1990 (SANTOS, 2010). Assim, é possível citar diversas iniciativas de integração ao longo desse período que foram inspiradas por essa corrente de pensamento, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada na década de 1960 e posteriormente substituída, nos anos 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e o Pacto Andino, estabelecido em 1969, e depois renomeado Comunidade Andina das Nações (CAN).

O Mercosul surge, portanto, seguindo o mesmo traçado de ideais e consolida-se como o principal esforço de integração do Cone Sul. Iniciado em 1985 a partir da Declaração do Iguazu, um esforço diplomático entre José Sarney e Raúl Alfonsín, presidentes respectivamente de Brasil e Argentina, o Mercosul rompe através do esforço de ambos os países de se livrar dos resquícios dos regimes ditatoriais e inaugurar uma nova era democrática na região. Tanto Alfonsín quanto Sarney enfrentavam uma década de 1980 castigante, com índices inflacionários astronômicos e elevado endividamento externo. Assim, necessitando de um impulso externo à economia, argentinos e brasileiros viram na ajuda mútua um terreno para a superação das dificuldades. Além da questão econômica, o Mercosul surge também de um esforço de se criar na América do Sul uma zona de paz, visto o ensaio de uma corrida armamentista, com possível prolongamento nuclear, durante o período militar²⁵.

²⁴ A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) foi criada em 1948, dentro do Conselho Econômico e Social da ONU, como um fórum para se discutir e propor iniciativas que visem a integração e o desenvolvimento econômico das nações latino-americanas. Reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano, como Raul Prebisch e Celso Furtado, que postulavam ser a industrialização e a reforma agrária o caminho para a superação do subdesenvolvimento e da dependência externa.

²⁵ Em 1986, é assinado, no âmbito das Nações Unidas, a declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), dando início a desmilitarização dessa área em meio ao fim da Guerra Fria. Link: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>

Nesse sentido, apesar de surgir com forte perfil comercial, desde sua criação, o bloco carrega grande importância política e estratégica para o continente. O esforço de Sarney e Alfonsín contém, portanto, carga extremamente relevante pois traz à região a estabilidade que essa ansiava, o que seria fundamental para o sucesso dos esforços consecutivos de consolidação do bloco. Posteriormente, já em 1990, Fernando Collor de Mello assinaria, juntamente com Carlos Menem, a Ata Buenos Aires, visando a construção de uma união aduaneira entre os dois países. Paraguai e Uruguai se interessariam pela questão, o que levou ao vislumbamento de uma possível integração regional mais abrangente na Bacia do Prata.

Assim, no ano de 1991, é assinado o Tratado de Assunção²⁶ entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, dando início institucional ao Mercado Comum do Sul. O projeto inicial consistia na instauração de uma zona de livre comércio entre os países. Houve a tentativa de inclusão do Chile, que declinou a oferta por já possuir um mercado bastante aberto e flexível, o que acabou sendo visto como uma perda pelo Brasil, pois a participação chilena traria não só maior dinamismo ao bloco, como também daria aos brasileiros uma abertura para o Pacífico, antigo sonho da diplomacia tupiniquim (AZAMBUJA, 2012). No entanto, a entrada de Paraguai e Uruguai deu mais equilíbrio à relação Brasil-Argentina e fortaleceu a união do Cone Sul. Inserido na década de 1990, o Mercosul é, portanto, inaugurado como um projeto neoliberal que visa instituir o livre mercado no Cone Sul, em vista de preparar e fortalecer seus membros para a concorrência em um cenário internacional globalizado.

O próximo passo institucional de grande relevância foi a assinatura, em 1994, do Protocolo de Ouro Preto²⁷, que confere ao bloco personalidade jurídica frente ao Direito Internacional. A partir desse momento, é possível ao Mercosul estabelecer relações com outras entidades como Estados, organizações internacionais e outros blocos econômicos. É também considerado um passo relevante a assinatura do Protocolo de Ushuaia²⁸, em 1998, pelos quatro membros plenos do bloco, mais Bolívia e Chile, instituindo a cláusula democrática na organização, o que futuramente levará à suspensão do Paraguai, acusado de

²⁶ O texto do Tratado de Assunção pode ser encontrado, na íntegra, no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum-entre-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-argentina-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-oriental-do-uruguai-tratado-de-assuncao>

²⁷ O texto do Protocolo de Ouro Preto pode ser encontrado, na íntegra, no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-adicional-ao-tratado-de-assuncao-sobre-a-estrutura-institucional-do-mercosul-protocolo-de-ouro-preto>

²⁸ O texto do Protocolo de Ushuaia pode ser encontrado, na íntegra, no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-na-republica-da-bolivia-e-na-republica-do-chile>

romper tal cláusula durante o conturbado processo de *impeachment* do presidente Fernando Lugo, em 2012, e posteriormente à também suspensão da Venezuela seguindo a mesma cláusula, em 2017.

Além destes, outros dois protocolos relativos ao Direito Internacional são assinados já nos anos 2000, garantindo aos membros mais um artifício para auxiliar no pleno funcionamento do bloco. Primeiramente, em 2002, temos o Protocolo de Olivos²⁹, que visa aperfeiçoar os mecanismos de solução de controvérsias entre os membros, prevendo a criação de um Tribunal Arbitral Ad Hoc para situações em que não há um entendimento entre as partes litigantes. Posteriormente, já em 2006, é instituído o Parlamento do Mercosul³⁰, com o propósito de estimular e garantir a participação direta da sociedade civil no processo de integração regional, bem como garantir maior segurança jurídica e previsibilidade aos atos internos, isto é, dar mais estabilidade institucional ao bloco, o que lhe confere maior credibilidade no cenário internacional. Ambos os protocolos são assinados no período em que o Mercosul começa a partir de uma agenda majoritariamente voltada para o comércio para uma agenda que confere mais espaço para a integração política e social.

É a partir do começo do século XXI que o bloco consolida seus avanços sociais, em direção a uma integração sensível a demandas sociais e participativas. Atores progressistas dentro e fora dos governos contribuíram para essa inflexão, que levou a conquistas como a instituição das Cúpulas Sociais do Mercosul³¹ a partir de 2006, a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul)³² em 2004, e a assinatura do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS)³³ em 2011, principal iniciativa social no âmbito do bloco, ligado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Assim, o Mercosul aponta para um caminho de desenvolvimento e de harmonização das políticas sociais de seus membros, contribuindo para a redução das assimetrias intrabloco.

Também tivemos, em 2010, a criação da Unidade de Apoio à Participação Social³⁴, com a finalidade de ampliar e promover canais para a efetiva participação da sociedade civil no processo de integração, em uma tentativa de mitigar o déficit democrático que

²⁹ O texto do Protocolo de Olivos pode ser encontrado, na íntegra, no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-de-olivos-para-a-solucao-de-controversias>

³⁰ O texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul pode ser encontrado, na íntegra, no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-constitutivo-do-parlamento-do-mercosul-dec-nb0-23-05>

³¹ <http://www.mercosul.gov.br/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/cupula-social-do-mercosul>

³² <https://focem.mercosur.int/es/>

³³ <http://peas.ismercosur.org/pt/portada-2/>

³⁴ <https://www.mercosur.int/pt-br/institucional/secretaria/ups/>

historicamente tem afetado o bloco. Tais inovações continuam mantendo o Estado como articulador central dos avanços na agenda regional, com o Executivo desempenhando o papel principal, ainda que outros setores do governo e movimentos sociais tenham se apropriado de relativo espaço no interior do processo. Dessa forma, o Mercosul mantém sua característica de acordo intergovernamental, com os países membros não abrindo mão de parcela de sua soberania para a consolidação de mecanismos e órgãos supranacionais.

Esta agenda de harmonização e coordenação de políticas sociais regionais se reveste de uma lógica oposta à que presidiu o Tratado de Assunção, especialmente de seus enunciados iniciais, baseados em uma visão comercial do acordo regional. Além disso, o PEAS mostra que são infundadas as críticas que apontam para o estágio embrionário da integração social. As decisões em matéria de saúde, educação, agricultura familiar e previdência são concretas, e a participação social é cada vez mais efetiva. O Plano aponta para uma perspectiva que vai além da harmonização das políticas sociais e caminha na direção da sua convergência, o que pressupõe uma futura cidadania social regional, com instituições comuns e específicas, fundada em direitos sociais comuns ou similares. (SILVA & MARTINS, 2016, p. 16-17)

4.2 AS FASES DA INTEGRAÇÃO

Criado como um projeto neoliberal, o Mercosul passou ao longo dos anos por diferentes fases, mais por espelhar as variadas matrizes ideológicas dos governos dos Estados-partes do que por uma evolução natural do processo de maturação do bloco. Isto posto, daremos seguimento a uma retrospectiva dos diferentes momentos do processo de integração, atentando aos períodos históricos em que se inserem. Como a dissertação se propõe a uma análise da exposição nos jornais da política externa brasileira para o Mercosul, retrataremos aqui a evolução do bloco em afinação com as mudanças políticas internas do Brasil, refletindo sobre os rumos tomados pelos governos no tocante ao desenvolvimento da integração.

Cabe também ressaltar que, sendo o Brasil a maior potência do bloco, suas mudanças políticas internas acabam tendo peso maior sobre o destino do projeto, sendo o país, segundo Fiori, o principal *player* econômico e geopolítico da região. É certo que a conjuntura política dos demais membros exerce também grande influência, e a convergência entre as preferências ideológicas dos governos já contribuiu para avanços cruciais na região. No entanto, apesar de apontá-los vez ou outra, estes não se colocam aqui como objeto principal, mas sim as mudanças políticas brasileiras e suas consequências para o Mercosul. Nesse sentido, os arranjos de poder internos se colocam como decisivos para as transformações do bloco, e compreendê-los é portanto compreender a trajetória do Mercosul.

Inicialmente uma aproximação bilateral entre Brasil e Argentina, a gênese do que seria o Mercado Comum do Sul, surge inserida em uma perspectiva desenvolvimentista ainda muito influenciada pelo pensamento cepalino, com caráter intervencionista estatal (DESIDERÁ NETO, 2013). Preocupados em consolidar a democracia em seus países, José Sarney e Raúl Alfonsín foram os responsáveis por dar fim ao antagonismo entre as duas nações, muito ajudados por uma convergência de objetivos entre ambas as políticas externas, agora voltadas à resolução da crise da dívida. Essa concepção cepalina sofre grandes mudanças quando, a partir das ideias do Consenso de Washington, passam a proliferar acordos internacionais pautados pelo liberalismo e pelo fenômeno da globalização. Os anos 1990 testemunham o crescimento do chamado regionalismo aberto que, segundo Teixeira e Desiderá Neto, advoga por uma economia internacional aberta e transparente, em que o capital privado substitui o protagonismo do Estado, e advoga por políticas de desregulamentação e privatização. Assim, "o papel do Estado não é mais o de coordenar uma integração cujo foco está no desenvolvimento econômico de países atrasados, mas apenas o de promover reformas para que o setor privado promova a integração de fato" (TEIXEIRA & DESIDERÁ NETO, 2012, p. 27).

Movido por uma agenda desregulamentadora, Fernando Collor alterou as prioridades da política externa brasileira no sentido de atualizar a agenda do país de acordo com o novo *momentum* da política internacional, ao mesmo tempo em que suscitou uma reaproximação com Washington e uma descaracterização do perfil terceiro-mundista do Brasil. Segundo Hirst e Pinheiro, apesar das tentativas do Itamaraty de se consolidar como um formulador de política externa independente, as noções de continuidade e consenso foram rompidas, e o padrão de relacionamento com os Estados Unidos passou a balizar as divisões entre duas concepções de política externa em choque na época: a neoliberal e a neodesenvolvimentista. Segundo as autoras, o período estimulou uma elevada politização da agenda de política externa, com diversos grupos sociais pressionando o governo em torno de assuntos como o meio ambiente e os direitos humanos, inserindo as questões internacionais nas discussões levantadas no âmbito inter-societal (HIRST & PINHEIRO, 1995).

Nesse ambiente é assinado o Tratado de Assunção (1991), dando início ao projeto de instauração de uma área de livre comércio no Cone Sul. Tal inflexão deve ser analisada levando em consideração o momento internacional: na Argentina, o presidente Carlos Menem, em sintonia com Collor, tentava implementar no país uma agenda neoliberal, pautada nas privatizações; nos Estados Unidos, também em 1991, George H. Bush anuncia a Iniciativa para as Américas, apontando o livre comércio como novo paradigma-guia para as relações

pós-Guerra Fria no continente. Como lembra Desiderá Neto, a perspectiva inicial do Mercosul se pauta principalmente no comércio, e o Tratado de Assunção não previu nenhum mecanismo de cooperação para o desenvolvimento, o que só se concretizaria em 2004, com a criação do FOCEM. Após o processo de *impeachment* e a saída de Collor, Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim passam a coordenar a política externa brasileira sob o governo Itamar Franco, imprimindo poucas alterações em seu curso. Os compromissos firmados no âmbito do Mercosul são continuados, com uma readaptação mais modesta dos objetivos (a postergação do período para consolidação do mercado comum), o estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC) e a assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

No contexto global, há uma "desdramatização" do relacionamento com os Estados Unidos e uma maior atuação do país nos foros multilaterais, buscando uma atuação mais ativa e menos defensiva. O Brasil passa então a perseguir um reordenamento do sistema internacional, trabalhando no âmbito das Nações Unidas pela democratização de um dos seus órgãos, o Conselho de Segurança. Foi nesse quadro que o país iniciou a campanha por um assento permanente no conselho, se colocando como representante natural das nações latino-americanas. Nesse sentido, o fortalecimento do Mercosul passa a representar para o Brasil não só um instrumento para ganhos comerciais, mas também importante ferramenta estratégica de consolidação de uma liderança regional. Com o comércio intrabloco crescendo, o governo brasileiro busca também fortalecer suas relações com outros países da região, como Bolívia e Venezuela, além de iniciar a campanha pela reintegração de Cuba à OEA (HIRST & PINHEIRO, 1995). Com relação à Argentina, a convergência plena antes existente no governo Collor é enfraquecida, ainda que a integração entre as duas economias continuasse a crescer.

Ao mesmo tempo em que as vinculações econômico-comerciais se expandiram, criando pela primeira vez condições de interdependência entre ambos os países, o diálogo político revelou dificuldades e diferenças nem sempre facilmente superáveis. Enquanto a política internacional Argentina esteve motivada por sua aliança com a coalisão vencedora da Guerra Fria, em especial com os Estados Unidos, o Brasil manteve uma postura de relativo distanciamento político de Washington e de não envolvimento nas iniciativas lideradas pelo governo norte-americano no campo da segurança internacional (HIRST & PINHEIRO, 1995, p. 15)

Muito ancorado nos frutos do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da República com apoio de Itamar Franco, representando uma ideia de continuidade da administração anterior. Ainda imerso na onda neoliberal, seu governo vem a consolidar a visão de que, em um cenário pós-Guerra Fria, as questões de segurança haviam

perdido seu protagonismo para a agenda da abertura comercial multilateral, em que os blocos regionais vinham ganhando cada vez mais espaço. Nesse curso, o Mercosul torna-se uma espécie de patrimônio para o Brasil, e tem seus processos em contínua expansão durante o período. A política externa do governo FHC busca então uma inserção autônoma no cenário internacional, com uma constante e sutil crítica às distorções de poder e riqueza no globo, no entanto sem se apresentar como ameaça ao *status quo*, movido pela ideia de que era necessário ao país se consolidar no interior do sistema para então, de dentro, poder alterá-lo em seu favor (DESIDERÁ NETO, 2013). Sua política externa, conduzida pelo embaixador Luiz Felipe Lampreia, pode ser denominada como um "institucionalismo pragmático", com a intenção de devolver ao país sua credibilidade externa, e cujas características podem ser resumidas no extrato seguir.

Mais especificamente, em âmbito global, demanda instituições fortes, que possam de alguma maneira atenuar as assimetrias de poder do sistema internacional e permitir o acesso brasileiro ao desenvolvimento, enquanto no âmbito regional mantém organizações intergovernamentais, de baixo perfil institucional, sustentando o *status quo* do subsistema regional (DESIDERÁ NETO, 2013, p. 163)

Enfrentando crises financeiras internacionais, entre elas a crise argentina, o governo Fernando Henrique acaba se pautando muito pelas questões comerciais, e novamente não há um aprofundamento da integração. Mesmo adotando um posicionamento mais atento às questões do desenvolvimento, a política externa de FHC ainda é muito tímida nesse aspecto. Podemos destacar aqui a criação, no ano 2000, da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), com o propósito de impulsionar a modernização e integração da infraestrutura física da região. Mas tais esforços apenas terão maior impulso a partir da guinada progressista que tomou conta de boa parte do subcontinente na primeira década do século XXI. Segundo Cervo, dando continuidade à agenda de Collor, Fernando Henrique acabou adotando uma abertura comercial sem estratégia madura, o que culminou no aumento da vulnerabilidade externa do país e destruição do núcleo central da economia nacional.

Para o autor, os anos 1990 ficaram marcados, portanto, por uma adoção desenfreada de medidas liberais, oriundas de países desenvolvidos, porém em terras periféricas (CERVO, 2003). Desiludidos com as promessas do neoliberalismo, cujas políticas pouco inclusivas resultaram em crise financeira e desemprego, os cidadãos sul-americanos acabaram por provocar uma drástica mudança no curso político da região e, ao elegerem partidos de esquerda ou neodesenvolvimentista, acabam também por provocar uma inflexão nos projetos

de integração regional. Inaugurado pela eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, esse movimento se fez presente também no Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003; na Argentina com Néstor Kirchner, também em 2003; no Uruguai com Tabaré Vázquez, levando a Frente Amplio ao poder em 2005; no Equador em 2007, com Rafael Correa; e finalmente, na Bolívia, com Juan Evo Morales, em 2006.

Com a crise do modelo neoliberal no Mercosul, cujo ápice se concretizou na desvalorização da moeda brasileira em 1999 e na crise argentina em 2001, a Cúpula de Assunção de 2003 serviu de marco para as mudanças no bloco, onde os quatro países-membros relançaram o projeto e ressaltaram a necessidade de se dar maior atenção às questões sociais e às assimetrias estruturais ainda presentes na região (DESIDERÁ NETO, 2013). Assim, o regionalismo latino-americano dos anos 2000 passa a ter não somente uma faceta essencialmente comercial, mas também um lado político e social, atento às mazelas do continente e à sua posição no sistema internacional. Em 2005, sob liderança do governo brasileiro, a proposta americana da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é definitivamente enterrada, e o foco dos Estados Unidos se volta à assinatura de acordos bilaterais de livre comércio. Ocupados com a chamada Guerra ao Terror após os ataques terroristas de 11 de Setembro, os americanos reduzem sua atenção aos problemas latino-americanos, o que abriu espaço para o pleno desenvolvimento do regionalismo pós-liberal.

Além de iniciativas voltadas à redução da desigualdade social, foram também instituídos mecanismo de fortalecimento institucional e de contenção das assimetrias entre os membros, o que poderia levar ao enfraquecimento da legitimidade do projeto. O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, implantado em 2004, surge como um dispositivo jurídico para a solução de eventuais controvérsias intrabloco, auxiliando assim na estabilização das normas mercosulinas e na harmonização de sua aplicação. O já mencionado FOCEM, criado como um fundo de financiamento próprio dos projetos dos países do Mercosul, tem se consolidado como um mecanismo redutor das desigualdades intrabloco, onde temos realidades bem distintas: de um lado, o Brasil, maior economia do bloco e responsável pelo aporte de 55% dos recursos, enquanto recebe em torno de 9% destes; e do outro lado o Paraguai, cujos aportes chegam a 1% do total, mas que recebe mais de 43% dos investimentos totais³⁵.

A lógica, portanto, é de redistribuição de recursos, onde o objetivo é beneficiar os membros menores e menos desenvolvidos, contribuindo para a convergência estrutural e

³⁵ Dados encontrados na página oficial do FOCEM. Ver em: <https://focem.mercosur.int/pt/focem-em-acao/>

aumento da competitividade do bloco no cenário internacional. Assim, segundo Cervo, foram abandonados os parâmetros do chamado "Estado normal", seguidor fiel das normas e da ordem internacional, para um "Estado logístico", que procura sanar as assimetrias da globalização ao utilizar a política externa como instrumento para o desenvolvimento e consolidação estratégica do país no cenário global. Assim, abandona-se a ilusão kantiana da era FHC e passa-se a jogar segundo as duras regras do realismo nas relações internacionais (CERVO, 2003).

Nesse sentido, o conceito de *Estado Logístico* pressupõe a superação tanto do modelo de inserção liberal quando o nacionalismo desenvolvimentista do passado. Na concepção desse novo paradigma, o repasse de responsabilidade do Estado empresário caberia mais à sociedade. Porém, isso não significaria o fim do empreendimento estatal, este ocorreria quando apresentasse capacidade de construção de uma competitividade sistêmica global. Assim, a formulação logística em execução teria dois componentes: primeiro, advogar-se-ia a construir os meios de poder e, em segundo, seu uso para proporcionar vantagens comparativas de natureza intangível, como a ciência, a tecnologia e a capacidade empresarial. (DOS SANTOS, 2014, p. 4, grifo da autora)

Segundo Dos Santos, os êxitos da política externa do governo Lula vêm da adoção da Argentina de Kirchner como seu parceiro número um, de onde saem concertações em relação a posições comuns em diversos fóruns, como o G-20 e a OMC. Liderada pelo chanceler Celso Amorim, a PEB desse período se pautou por um "desenvolvimentismo como inclusão social", e por uma recuperação do papel do Estado como planejador do regionalismo e propulsor da internacionalização das empresas brasileiras, sejam elas estatais ou privadas.

Neste sentido, a ênfase nas relações Sul-Sul, a forte relação com os governos de esquerda sul-americanos, o discurso contundente sobre a relevância do papel de liderança brasileira no cenário regional e mundial e, ainda, a defesa da necessidade de redução das desigualdades sociais no mundo tem sido interpretadas como uma de ideologização da política exterior. Entretanto, diversos setores da sociedade brasileira conceberam sua política externa como pragmática e coerente com a tradição histórica da diplomacia brasileira, adotando uma postura mais ativa e funcional em relação aos interesses nacionais (DOS SANTOS, 2014, p. 5)

A política neodesenvolvimentista levou a uma associação, no debate público nacional, entre alguns pontos que se tornaram chave para compreender o desenrolar dos acontecimentos políticos no Brasil nesse início de século. Assim, os governos petistas ficaram atrelados à ideia de inchaço da máquina pública, de fortalecimento do Estado frente à iniciativa privada, de "ideologização" da política externa, visto sua aproximação com os governos de esquerda do continente, o que explica o recente retorno dos ideais liberais ao debate. É nesse sentido que a questão da Venezuela se insere nas discussões internas do país, e aos poucos, vai se

centralizando no debate público como um símbolo da política externa "bolivariana" nas críticas da oposição nas páginas dos jornais, como veremos no próximo capítulo.

Com isso, torna-se imprescindível ao entendimento da política brasileira recente a compreensão da dimensão que a questão da Venezuela tomou nas discussões internas, e principalmente, como esta acabou sequestrando todo o debate sobre o Mercosul e a política externa brasileira. Movidos por um interesse em aproximar o país de seus vizinhos e fortalecer a posição da América do Sul no sistema internacional, o governo Lula colocou em prática o paradigma do Estado logístico em favor daqueles governos que lhe eram próximos, dentre ele o presidente da Venezuela Hugo Chávez. A similaridade das agendas de ambos os chefes de Estado os levaram a formar uma forte aliança regional, inspirada nos ideais de Simón Bolívar, na busca de uma América unida e independente. Visto o projeto chavista de trazer ao seu país o chamado "socialismo do século XXI", sua imagem acabou associada a uma ideia de retrocesso democrático e econômico, à qual acabou sendo atrelada não apenas a política externa petista, mas principalmente sua política para o Mercosul.

A política externa ativa e ativa tornou-se um marco da administração petista, ainda que tenha sido enfraquecida nos governos Dilma. Cerro e Lessa falam que houve, durante as administrações de Dilma Rousseff, um declínio na posição internacional brasileira e de sua inserção como potência emergente, seja pela carência de ideias força, isto é, a insuficiência do governo em movimentar o Estado e a sociedade em torno de objetivos e estratégias claras, seja pelo declínio no papel do Estado como indutor da internacionalização da economia. Segundo os autores, seu governo apenas deu continuidade lerda e obstruída às estratégias externas da fase anterior (CERVO & LESSA, 2014). Há que se destacar que Dilma Rousseff se deparou com cenários bem diversos daqueles encontrados no período Lula, tanto interna como externamente.

Assim, tomada por problemas políticos e econômicos internos, a agenda presidencial do governo Rousseff modera sua atuação internacional, diminuindo o papel da diplomacia presidencial nas suas duas gestões. Apesar disso, a centralidade da integração regional não foi alterada e a América do Sul continuou a receber destaque na política externa do período (OLIVEIRA & SILVEIRA, 2015). No entanto, há que se destacar que, segundo Jaeger, o paradigma do Estado logístico foi sendo descaracterizado na administração Dilma, visto que o consenso de classes que havia sido ensaiado no governo Lula acaba sendo quebrado, o que acabou criando uma barreira ao diálogo entre governo e sociedade, comprometendo a capacidade de se alcançar um consenso quanto ao projeto de inserção regional do país. Somado a isso, os constantes escândalos de corrupção envolvendo grandes empresas

nacionais resultaram em prejuízo à atuação brasileira nos projetos logísticos da região, os quais se tornaram pontos cruciais da integração.

Percebe-se que a maior fragilidade do Estado logístico reside justamente nessa confiança excessiva nas grandes empresas como agentes da inserção internacional do país, ou seja, partia-se da concepção de que as elites econômicas tinham interesses sólidos quanto ao avanço da integração regional. Todavia, a integração sul-americana está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, uma vez que os interesses das elites na cooperação regional demonstram ser bastante instáveis e contraditórios. Ademais, as manifestações sociais se tornaram frequentes no Brasil, principalmente a partir de uma classe média conservadora que deseja continuar expandindo o seu padrão de bem-estar e das frações do bloco de poder que entram na disputa por um novo projeto. (JAEGER, 2016, p. 50)

Aqui fica mais clara a atuação dos variados setores da sociedade civil na formulação da política externa, com o acirramento ideológico levando a uma maior interferência das elites nacionais no processo decisório. O segundo governo Dilma viu então o agravamento da crise econômica interna, muito puxada pela queda dos preços internacionais das *commodities*, havendo também, por consequência, um prolongamento das disputas políticas e da insatisfação com a administração petista. Somado a isso, a conjuntura regional se mostrava bastante desfavorável, com seu principal parceiro comercial enfrentando problemas internos³⁶ (o que leva ao aumento do protecionismo argentino), e a consolidação do Pacífico como principal área econômica do século XXI. O avanço da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) na América Latina tem se mostrado um desafio não somente à inserção brasileira no comércio global, mas também à colocação do Mercosul como opção mais atrativa aos países sul-americanos banhados pelo pacífico, que estariam agora diretamente ligados a um parceiro ainda mais robusto, a China. Com as duas principais potências da região, Brasil e Argentina, enfrentando turbulências e se voltando às questões internas, os chineses têm se aproveitado para preencher o vácuo deixado pelas lideranças e suplementar os investimentos em projetos logísticos em todo o continente.

O governo Dilma também protagonizou o que era até então a maior crise institucional da história do Mercosul. Também enfrentando dificuldades políticas internas, o presidente do Paraguai Fernando Lugo acaba sofrendo, em 2012, um abrupto processo de *impeachment*, o

³⁶ A presidente argentina Cristina Kirchner enfrentou, ao fim do seu mandato, uma batalha jurídica para o pagamento de suas dívidas, o que ficou conhecido como o caso dos Fundos Abutres. Além disso, enfrentava o descontentamento interno com sua administração (com acusações de corrupção), índices elevados de inflação e deterioramento do balanço de pagamentos. Após sua saída, o país elege o liberal Mauricio Macri, de discurso austero e em prol do livre mercado. Ver mais em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/argentina-pagara-todas-suas-dividas-diz-cristina-kirchner.html> e <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/o-que-faz-da-eleicao-de-macri-na-argentina-um-acontecimento-unico.html>

qual acabou sendo concluído em menos de 36 horas³⁷. Alegando tempo insuficiente para sua devida defesa, Lugo acusa a ilegalidade do processo, episódio que é então utilizado pelos membros do Mercosul como um motivo para o acionamento da cláusula democrática do bloco, prevista no Protocolo de Ushuaia³⁸. Como o congresso paraguaio era o único a bloquear o pedido de adesão da Venezuela, sua suspensão acabou propiciando a incorporação dos venezuelanos ao bloco. Conseqüentemente, por ter sido marcada por uma entrada bastante conturbada, a participação da Venezuela no Mercosul passaria então a ser contestada e criticada por diversos atores ao longo de toda a sua permanência no bloco, o que também culminaria, alguns anos depois, em sua primeira suspensão. Bancada pelos governos progressistas da região, que no momento se encontravam em sintonia com o governo Chávez, a participação plena venezuelana se sustentou até que houvesse uma mudança política nos países da região, o que acabou acontecendo.

Nesse sentido, o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2015 se liga a uma sucessão de eventos que levaram a uma retomada da onda conservadora na região. Acusada de ter descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal, Rousseff é destituída do cargo em meio a grandes protestos nas maiores cidades do país, tendo diversos grupos da sociedade descontentes com o seu governo. Alavancado por forças políticas insatisfeitas com a chamada "política externa ideológica" dos tempos petistas, o então vice-presidente Michel Temer sobe ao poder se espelhando em seu vizinho Mauricio Macri, ao também defender para o país uma agenda de reordenamento internacional. Assim, há uma sintonia entre as duas lideranças quanto a uma nova orientação para o projeto de integração regional, e mais especificamente uma menor tolerância à permanência da Venezuela no Mercosul³⁹.

Temer também se diferencia de seus antecessores ao não nomear para o Ministério de Relações Exteriores nomes formados no Itamaraty, escolhendo primeiramente o então senador pelo PSDB José Serra, o qual foi posteriormente substituído por Aloysio Nunes, do mesmo partido. Segundo Gazzola, "a priorização do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, a retomada do viés comercial, o isolamento diplomático da Venezuela e a baixa participação do Brasil nos fóruns multilaterais marcam o novo horizonte da política exterior brasileira" (GAZZOLA, 2018, p. 1). Ensaia-se um retorno ao discurso neoliberal vigente na década de 1990, com a questão comercial ocupando o centro das atenções da nova política externa.

³⁷ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/senado-condena-lugo-em-processo-politico-no-paraguai.html>

³⁸ <https://www.cartacapital.com.br/internacional/paraguai-e-suspenso-do-mercosul-e-venezuela-vira-membro-pleno>

³⁹ <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/11/novo-presidente-da-argentina-quer-suspensao-da-venezuela-do-mercosul.html>

Assim, pode-se dizer que houve um retorno ao paradigma do "Estado normal", não contestador da estrutura internacional e seguidor das normas, em que o Estado se abstém do papel de propulsor do desenvolvimento regional e da internacionalização do capital nacional.

Notadamente pela aproximação política atual entre Argentina, Brasil e Paraguai, as agendas governamentais retomaram o discurso de “relançamento do Mercosul” e predominou a argumentação de volta às origens. Contudo, cabe ressaltar as diferenças entre a conjuntura de criação do Mercosul e a contemporaneidade – se a última década do século XX foi um momento de expansão do liberalismo e de preponderância dos Estados Unidos, hoje o mundo é marcado pela crise da globalização, pela retomada de nacionalismos e pelos desafios russo e chinês à hegemonia estadunidense. O sistema internacional é, portanto, bastante diferente e menos receptivo a tal estratégia do que havia sido nos anos 1990. (JUNQUEIRA, 2017, p. 1)

Portanto, há nesse momento, por parte dos governos da região, uma clara tentativa de diferenciação em relação aos governos anteriores, tanto por parte de Michel Temer no Brasil, como de Mauricio Macri na Argentina e de Horacio Cartes no Paraguai. Apenas no Uruguai um mesmo grupo político, a Frente Amplio, conseguiu manter-se no poder, com José Mujica sendo sucedido por Tabaré Vázquez, que retorna à cadeira presidencial em 2015. Nesse sentido, as forças políticas que haviam assegurado a plena participação venezuelana no bloco não se encontram mais capazes de sustentar tal cenário. É nesse momento de concertação entre os governos conservadores que se dá a primeira suspensão da Venezuela dentro do Mercosul⁴⁰. Conhecido crítico do governo Hugo Chávez e, por consequência, de sua permanência no Mercosul⁴¹, o então ministro José Serra se aproveitou da convergência com os governos argentino e paraguaio para impulsionar a suspensão, que se deu ao final de 2016. Alegando não cumprimento de obrigações assumidas no Protocolo de Adesão, os membros fundadores do bloco decidem cessar o exercício de seus direitos inerentes à condição de Estado parte. A decisão provoca polêmica visto que, segundo Junqueira, outros Estados também apresentam morosidade quanto à internalização de acordos e normas, no entanto estes não sofreram as mesmas consequências impostas à Venezuela.

Posteriormente, em agosto de 2017 seria aplicada sobre o governo venezuelano uma nova suspensão, ligada à cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia, dessa vez pelo seu não cumprimento do Compromisso Democrático do Mercosul⁴². Mais marcada pelo discurso político, a segunda suspensão vem então como uma forma de isolar de vez o governo Maduro

⁴⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1837650-paises-do-mercosul-assinam-suspensao-da-venezuela-do-bloco.shtml>

⁴¹ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/serra-venezuela-entrou-no-mercosul-por-golpe-e-nao-pode-assumir-a-presidencia,faca9922798110ccd6379560d561cb8e4bqyzhen.html>

⁴² <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>

dentro do bloco, constringendo ainda mais o regime em direção à sua derrocada. Segundo Honório e Transpadini, ao tomar tal decisão, o Mercosul abdica da sua condição de ator principal na resolução de uma crise que já é regional (já que seus efeitos já atingem os países vizinhos) e perde uma grande oportunidade de reafirmar sua relevância. Dessa forma, o bloco retorna à sua forma original, tendo apenas os membros fundadores gozando dos plenos direitos referentes à associação plena.

Tendo de um lado um governo Maduro constringido interna e externamente, e do outro três parceiros sob regime conservador e austero, o governo uruguaio se encontra isolado na defesa da bandeira progressista da integração, cuja agenda acabou sendo capturada pelos temas puramente comerciais, como o acordo com a União Europeia⁴³. Assim, com governos conservadores na maioria de seus membros, o Mercosul retorna ao chamado regionalismo aberto, uma marca da nova era do bloco nessa segunda década do século XXI, onde a tônica da liberação comercial marca os discursos, mesmo que inseridos em um momento de retomada global dos nacionalismos. Completados 25 anos de existência em 2016, o Mercosul chega a um momento chave para a definição de seu futuro e de sua possível expansão.

A Bolívia se encaixa, atualmente, no *status* de membro associado em processo de adesão, o qual deve ser concluído nos próximos anos. A Venezuela, por sua vez, permanece sob suspensão, e tem seu futuro incerto não somente em relação ao Mercosul mas também em relação à sobrevivência de seu sistema político como um todo. No entanto, além de uma expansão geográfica e atração de novos parceiros, é necessário também um aprofundamento da integração, com o desenvolvimento de mecanismos supranacionais com poder *de facto* para conduzir o processo de modo equilibrado e contínuo, no sentido de reduzir os impactos das mudanças políticas nos executivos dos membros.

Nesse sentido, uma análise do regionalismo na América do Sul passa necessariamente por um escrutínio das crises e dos embates políticos e sociais tão característicos ao continente. Diante das perspectivas negativas para o futuro do Mercosul, cabe aqui uma breve análise do contexto geopolítico da região, jogando luz sobre o papel e o posicionamento dos diversos atores envolvidos. Como principal objeto de análise, as narrativas acerca da participação venezuelana no Mercosul serão esmiuçadas no próximo capítulo. Todavia, tal narrativa não é aleatória, essa se desenvolve no seio de contextos pragmáticos e políticos, e produz certos

⁴³ Apesar do esforço para uma rápida assinatura de acordo, os governos Temer e Macri não alcançaram o acordo desejado com os europeus. Mesmo caracterizado como estritamente comercial, o tratado acaba esbarrando em questões políticas, como o iminente descaso com o Mercosul externado nas declarações da equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, que acabam influenciando as negociações. <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/uniao-europeia-se-nega-a-ceder-para-atender-a-bolsonaro>

efeitos. Assim, compreender a narrativa é compreender as relações de poder em que ela se insere, e entender como esta contribuiu para o exercício da hegemonia. Nesse sentido, é imprescindível que primeiramente sejam elucidados os ajustamentos e as disputas políticas que levaram primeiramente à inclusão da Venezuela no bloco e, posteriormente, à sua dupla suspensão. Quais são os atores interessados e o que esses acontecimentos implicam são dois questionamentos que pretendemos responder nos próximos parágrafos.

4.3 GEOPOLÍTICA DA REGIÃO

A criação do Mercosul, na década de 1990, visava não somente a facilitação dos fluxos comerciais entre as nações do Cone Sul, mas também a consolidação de uma autonomia dessa região frente às disputas políticas e econômicas do sistema internacional. Adicionado a isso, o projeto se coloca, para o Brasil, como um meio de se consolidar como potência, utilizando a região como ponto de apoio para uma projeção de poder em escala global. Para tal, o país vem estabelecendo, junto à Argentina, uma sólida parceria estratégica que, segundo Zibechi, tem o objetivo de preencher o vácuo deixado pelos Estados Unidos na região, após o reordenamento de sua atenção para a Guerra ao Terror. Assim, a consolidação da hegemonia brasileira na região passa necessariamente, segundo o autor, pela aproximação estratégica com duas potências regionais: Argentina e Venezuela.

Enquanto a aliança com os argentinos já se mostra razoavelmente cimentada, fruto de um longo processo de aproximação entre sucessivos governos, o ajuste com a Venezuela se dá, efetivamente, a partir do governo Lula, consumado na assinatura da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela⁴⁴, de 2005. Nela reconhecem a importância da preservação da soberania dos países sul-americanos sobre a Amazônia, a luta por um sistema internacional mais justo e, em consonância com esses pontos, o apoio venezuelano ao pleito brasileiro por um assento no Conselho de Segurança da ONU. O documento, assinado por Lula e Chávez, coroa a era do regionalismo pós-liberal, em que o Estado retorna à sua posição de ator central da integração regional, em um claro abandono dos preceitos vigentes na década de 1990.

A Venezuela aqui se insere não apenas pela sua importância estratégica, mas pela consonância entre as políticas desenvolvimentistas defendidas por seus mandatários. A eleição de Hugo Chávez não só rompe com uma longa tradição de governos conservadores no

44

http://otca.info/portal/admin/upload/documentos/01_CC_ALIAN%C7A_ESTRATEGICA_BRASIL_VENEZUELA_fev_2005.pdf

país, mas também inaugura uma reorientação do eixo da política externa venezuelana para o seu entorno regional, indo contra a tradicional aliança com seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos. Trazendo seu projeto de um "socialismo no século XXI", a estratégia internacional de Chávez se coloca como um reflexo de sua plataforma desenvolvimentista interna, reivindicando sua identidade latino-americana e manifestando seu interesse em cooperar para resolver problemas comuns regionais (SALAS, 2016). Assim, buscava "construir uma nova geopolítica internacional através da criação de múltiplos pólos de poder, formando blocos regionais articulados para servir de contrapeso à influência que os Estados Unidos da América do Norte exercem sobre nosso continente e o resto do mundo" (SALAS, 2016, 132, tradução nossa).

Dentro de uma lógica geopolítica, a construção da aliança com o Brasil, que passou desde projetos de integração de infraestrutura como a conexão elétrica e da rede internet, o aumento da compra de produtos brasileiros até a assinatura da aliança estratégica, a parceria entre PDVSA e Petrobras, o ingresso no Mercosul, entre outros, contribuiu para reduzir a pressão norte-americana sobre o governo Chávez. As relações com o Brasil se tornaram um importante fator de legitimação do governo Hugo Chávez no cenário internacional, e mesmo internamente (DO CARMO; PECEQUILO, 2017, p. 53)

Assim, o arranjo entre os governos brasileiro e venezuelano se insere igualmente na busca pelas duas nações por um posicionamento internacional independente, que procuram nesse momento se distanciar do antigo alinhamento automático com os Estados Unidos e dos preceitos do Consenso de Washington. Indo mais além, a parceria entre os dois países se mostra extremamente relevante pela necessidade de se fomentar uma mais profunda conexão entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil que, de acordo com um relatório do IPEA de 2011, seria uma forma de se criar um espaço econômico comum que permita a ocupação geoestratégica do território amazônico, área rica em recursos naturais, o que também daria ao Brasil uma base para a aproximação com os países caribenhos (BARROS & PADULA & ALVES, 2011).

Adicionado a isso, a Venezuela é também reconhecidamente a detentora das maiores reservas de petróleo do mundo⁴⁵, e também da oitava maior de gás natural, enquanto no estado de Roraima, na fronteira entre os dois países, estão localizadas reservas de ouro, nióbio e estanho. No entanto, o recurso que se destaca é o urânio, patrimônio estratégico muito utilizado na indústria bélica e cuja reserva se encontra na região entre Brasil, Venezuela e Guiana (país que tem parte de seu território reivindicado pelo governo venezuelano) (ZIBECHI, 2013). Assim, a ocupação e desenvolvimento dessa região é componente

⁴⁵ https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm

fundamental de um processo de afirmação da soberania sul-americana sobre tais recursos, os quais despertam interesses de variados atores internacionais.

Ocupar e desenvolver essa região de baixa densidade populacional é também uma forma de deter a expansão do Plano Colômbia, ou seja, da influência dos Estados Unidos na Amazônia. Mas é também uma forma de fortalecer um país como a Venezuela, cuja estabilidade é favorável aos interesses do Brasil, tanto quanto sua instabilidade favorece o Comando Sul. O Brasil contribui, assim, para o desenvolvimento da Venezuela e, de maneira especial, para promover políticas produtivas que reduzam a dependência das exportações de petróleo e a importação de 70% dos alimentos que consome, bem como a maior parte dos produtos industrializados (ZIBECHI, 2013, p. 255, tradução nossa)

Vale lembrar que a política externa estadunidense sempre se pautou pelos "interesses e necessidades de seu processo produtivo e de sua sociedade, i.e., assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile, etc" (BANDEIRA, 2010, p. 51) mantendo livre seu acesso ao Atlântico Sul. A dependência venezuelana da exportação de hidrocarbonetos para os Estados Unidos coloca o país em situação de extrema vulnerabilidade, visto os efeitos devastadores dos embargos americanos sobre o país. Tendo os americanos como principal mercado⁴⁶, a economia venezuelana carece de uma maior diversificação de parceiros, alternativa que o Mercosul busca fornecer. Em troca, o bloco fortaleceria seu papel de potência energética, além de se colocar no cenário internacional como ator estratégico imprescindível para qualquer discussão séria sobre o tema nos fóruns globais. Uma coordenação entre os eixos Brasília-Caracas-Buenos Aires tem, portanto, o potencial de não somente fortalecer o Mercosul e atrair mais países sul-americanos ao projeto, mas também de preencher os espaços de poder na região e impedir a consolidação hegemônica de uma potência externa. Nesse sentido, um fortalecimento do Mercosul vai de encontro aos interesses de diversos atores não só internacionais, mas também como setores nacionais que lucram com a dependência e a fragilidade sul-americana (BERRINGER, 2015).

A incorporação da Venezuela ao Mercosul respondeu a demandas políticas, mas sua relevância comercial não deve ser ignorada, já que sua participação fornece um incremento considerável ao tamanho do mercado mercosulino. A articulação entre os mandatários à época da suspensão paraguaia só foi possível graças à harmonia entre os regimes progressistas vigentes nos demais membros, e tal concertação por certo desagradou muitos atores. No entanto, ficou claro que muitos setores da economia brasileira lucrariam com a integração

⁴⁶ <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=VEN>

venezuelana, vista a ampla dependência do país dos artigos importados⁴⁷. Como já dito anteriormente, a política externa é feita não somente de ações estatais provenientes do Executivo, mas também é um resultado de alianças e negociações com os mais variados setores da sociedade, sendo fruto das estruturas de poder internas de cada nação. Os diversos grupos nacionais trabalham a todo tempo pela defesa de seus interesses frente às políticas do Estado, tentando garantir seus benefícios e privilégios nessa relação.

Assim, determinadas políticas estatais servem de fator aglutinador ou divisor, como é o caso do Mercosul, resultando nas constantes mudanças de concepção do projeto, seja ele desenvolvimentista ou neoliberal. Portanto, sua condução não estaria ligada somente ao dito interesse nacional, como defendem as teorias realistas, mas também aos interesses de classe (BERRINGER, 2015). Nesse sentido, uma análise do processo integracionista passa necessariamente pelo estudo não só das mudanças políticas internas, mas também por uma investigação dos setores determinantes para essas transformações. Assim, foi a mudança na correlação de forças internas que permitiu uma mudança de ideias da equipe governamental, com consequências sobre a formulação da política externa.

[...] atribuir os avanços e retrocessos da integração apenas à vontade política dos Estados seria estabelecer uma visão reducionista. As elites econômicas também são atores desses processos. A atual conjuntura regional de enfraquecimento do projeto integracionista demonstra que mesmo a conjugação da vontade política do líder regional e dos demais governos nacionais não foi o suficiente para consolidar o processo. Assim, identifica-se que os interesses das elites econômicas - especialmente aquelas da maior economia da região, e, portanto, as com maior influência e interesses em jogo - podem ter tido um papel decisivo na evolução desse processo, alternando seus interesses ora em apoio ao projeto de integração sul-americana, ora agindo contra ele. Conforme varia o interesse das elites (que são contraditórias) também varia o perfil e o avanço do processo de integração regional na América do Sul, bem como a política externa brasileira para a região. As elites influentes na região, que se formaram em torno da exploração e exportação de recursos naturais e de produtos primários, tendem a priorizar alianças externas, associando-se aos interesses políticos, econômicos, culturais e ideológicos do centro hegemônico mundial. (JAEGER, 2016, p. 53-54)

É necessário reiterar, no entanto, que tal inflexão progressista não seria possível sem o apoio das classes populares, que alteraram a base de sustentação dos partidos e permitiram uma reconfiguração dos poderes em favor de grupos favoráveis a uma pauta neodesenvolvimentista. Diferentemente de Berringer, não defendemos aqui que as ações do Estado brasileiro visavam somente atender aos interesses das classes dominantes, deixando as classes populares em segundo plano. Há um movimento pendular, muito movido por

⁴⁷ A economia venezuelana é altamente dependente da importação tanto de produtos primários como de produtos manufaturados, sendo o Brasil o terceiro maior exportador para o país. Dados relativos a 2016, disponíveis no link: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ven/#Importação>

interesses eleitoreiros, entre defesa de interesses das classes mais baixas, e concessão de benefícios à elite nacional. Em certos momentos, e isso fica mais explícito na incorporação da Venezuela ao Mercosul, o governo segue firme com sua política neodesenvolvimentista de fortalecimento do Estado no cenário internacional, enquanto em outros faz sinais às demandas do mercado⁴⁸.

A base popular do governo, os movimentos sociais e as centrais sindicais continuaram apoiando as políticas do Estado logístico⁴⁹, enquanto o apoio do setor privado enfraquecia. Mesmo reconhecendo as oportunidades comerciais e os ganhos no curto prazo com a adesão venezuelana, o setor privado brasileiro ainda se via temeroso quanto às instabilidades políticas do país e quanto às dificuldades que sua adesão traria ao bloco na busca pela assinatura de novos acordos com terceiros países⁵⁰. Mesmo assim, em documento de 2013, a Fiesp reiterou a importância do Mercosul e a necessidade de se garantir que a incorporação da Venezuela se desse de forma adequada e que fosse assegurado o cumprimento das normas mercosulinas por parte do novo membro (FIESP, 2013).

A inclusão e posterior suspensão da Venezuela do Mercosul é um reflexo, portanto, das mudanças políticas internas do Brasil e de seus parceiros, cuja convergência de ideias contribuiu para as mudanças de paradigma no projeto de integração regional. Assim, a análise dos movimentos e rupturas intrabloco deve necessariamente levar em consideração os numerosos grupos e setores da sociedade interessados tanto na incorporação da Venezuela no bloco, como também no seu isolamento. Esses grupos então utilizam mecanismos de pressão para influenciar a atuação do Estado brasileiro, bem como para garantir apoio à sua internacionalização ou barganhar através de suas capacidades comerciais ou mobilizacionais.

Aqui, portanto, se insere o campo midiático, que se coloca como arena de publicização de opiniões desses grupos, os quais atuam para levar à opinião pública seus posicionamentos em relação a essas políticas do Estado. Segundo Jessé Souza, à elite econômica é imprescindível a transfiguração de seus interesses de classe em um suposto interesse geral, no sentido de garantir sua reprodução social e a manutenção de seus privilégios frente o Estado. Para tal, esta se apodera dos meios de produção simbólica, como os jornais, para efetuar um

⁴⁸ A indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda é comumente apontado como um agrado a tais setores. Ver mais em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2014/11/27/dilma-rousseff-nomeia-economista-ortodoxo-joaquim-levy-para-a-fazenda.htm>

⁴⁹ Em nota, a Central Única dos Trabalhadores apoia a adesão venezuelana. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-apoia-venezuela-no-mercosul-e-quer-a-pauta-do-trabalho-no-centro-do-processo-9c22/galerias?c=assembleias-encontros-seminarios-foruns-e-premiacoes>

⁵⁰ <https://www.fiesp.com.br/noticias/mercosul-entrada-da-venezuela-ainda-divide-opinio-entre-empresarios-governo-e-oposicao/>

convencimento do restante da população e assim legitimar no seio da esfera pública sua dominação econômica e social (SOUZA, 2017).

Nesse mesmo sentido, a pauta internacional é também utilizada pelas classes dominantes como um suporte à sua consolidação interna e possível expansão externa, visto que, para Berringer, a política externa de uma nação nada mais é do que o prolongamento dos interesses de uma fração hegemônica para o cenário internacional. Para a autora, as elites nacionais percebem a política externa como um meio de alcançar o desenvolvimento do país, o que conseqüentemente gera ganhos políticos e econômicos para esses grupos. Isso então contribui para a importância que tal tema tem adquirido nos debates políticos dos últimos tempos. Houve, a partir da década de 1990, uma partidarização da política externa brasileira e, segundo Cruz, os embates entre PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 contribuíram para aproximar esse tema do público e exacerbar as diferenças ideológicas entre os dois partidos. Foi também nessa área que a mídia e a oposição concentraram seus ataques ao governo durante as administrações petistas (CRUZ, 2013 apud BERRINGER, 2015, p. 147). Editoriais acerca da política externa brasileira para a América do Sul se tornaram cada vez mais recorrentes, e eram muito utilizados para correlacionar a condução dos assuntos externos com os acontecimentos políticos internos.

O argumento que aparece na imprensa e é bastante explorado pela oposição político-partidária – PSDB – é que a economia brasileira estaria isolada e a política externa dos governos PT teria sido “ideológica”. Defendem que as economias dos Estados que integram a Aliança do Pacífico e que assinaram o TPP mantiveram o crescimento econômico e que o Brasil estaria estagnado (BERRINGER & KOWALCZYK, 2017, p. 54)

Com o novo regionalismo sendo intimamente atrelado à política do PT, o projeto do Mercosul acabou atingido pelos efeitos da crise política interna e do processo de *impeachment* da presidente Dilma em 2016. Em seguida, a mudança política interna se refletiria novamente na mudança do paradigma brasileiro para a integração, confirmando o padrão de oscilações no projeto do Mercosul, ainda refém das vontades políticas e das alternâncias de poder no continente. Assim, defendemos aqui que os periódicos nacionais constituem, portanto, uma rica fonte de informações quanto a essas mudanças no seio da sociedade, em que são expostas as visões e análises dos variados setores interessados.

A análise destes se coloca como extremamente necessária a uma devida compreensão dos interesses em jogo e das relações de poder que geram tais mudanças. Assim, além da análise do recorte temporal aqui selecionado, julgamos também interessante uma breve análise das opiniões emitidas ao longo das décadas nos editoriais dos jornais aqui

selecionados, visto que tais posicionamentos acabam interferindo nos critérios de noticiabilidade e nos enquadramentos selecionados pelos veículos (MONT'ALVERNE & MARQUES, 2015). Assim, esses veículos não podem ser considerados neutros, e as opiniões expostas por estes e o espaço dado a certos setores da sociedade surtem efeitos sobre o debate político nacional.

Quanto à evolução do bloco ao longo das décadas podemos aqui destacar, como exemplo, um editorial do jornal Folha de S. Paulo exaltando a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, como uma iniciativa fundamental para a modernização do Brasil em consonância com as tendências norte-americanas e europeias (FOLHA DE S. PAULO, 27 mar. 1991). Isto é, a assinatura do tratado inaugural do bloco, inserida em um momento de euforia em relação às propostas neoliberais, foi vista por amplos setores da sociedade como um passo positivo, e portanto corroborado em diversos editoriais e artigos de opinião da época. Houve até a defesa, em outro momento, de que os problemas e atrasos na consolidação do projeto deveriam ser relativizados, ressaltando que outras experiências do mesmo modelo também haviam passado pelos mesmos contratemplos (FOLHA DE S. PAULO, 18 jan. 1994). Ainda em um governo FHC, é reconhecido pelo jornal que os passos brasileiros em prol da sua consolidação como potência são pequenos e custosos, porém muito necessários (FOLHA DE S. PAULO, 17 fev. 2002). Em sentido oposto, já no governo Dilma, os erros e os altos custos do projeto já não são perdoados, e há uma forte crítica à forma "ideológica e errática" com que a administração petista estava lidando com o Mercosul, cujo ápice teria sido a precipitada incorporação da Venezuela (FOLHA DE S. PAULO, 02 ago. 2012).

O jornal O Globo, por sua vez, ironiza a criação do cargo de Alto Representante Geral do Mercosul⁵¹, iniciativa que teve como intuito prover ao bloco uma instância supranacional e também auxiliar na identificação dos gargalos do projeto, mas que segundo o jornal seria apenas mais uma tentativa do governo petista de "criar um emprego bem remunerado para algum companheiro" do partido (O GLOBO, 16 dez. 2010). Enquanto em um editorial de 1996 o jornal diz ser "importante para o Brasil apoiar o esforço de crescimento dos vizinhos" e que projetos de infraestrutura, como o gasoduto Brasil-Bolívia merecem prioridade, assim como "a parceria com a Venezuela nos setores de petróleo e energia elétrica, e financiamentos para construção de hidrelétricas e sistemas de irrigação em outros países andinos" (O

⁵¹ À época, Samuel Pinheiro Guimarães foi apontado para o cargo, tendo posteriormente renunciado à posição em 2012, alegando falta de apoio político a seus projetos. Quando de sua saída, Guimarães elaborou um documento contendo um parecer acerca da conjuntura do bloco e uma série de sugestões para seu aprimoramento. O documento está disponível no link: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/relatorio-ao-conselho-de-ministros>

GLOBO, 02 mar. 1996), ao avaliar a PEB do governo Lula, o jornal diz que essa não poderia mesmo ampliar o peso do país no cenário internacional, visto que "privilegiou a arcaica visão da diplomacia Sul-Sul, como se ainda houvesse espaço, no multilateralismo vigente, para uma estratégia de congregação de países do Sul ('pobres'), para somar forças em embates contra o Norte ('ricos')" (O GLOBO, 23 dez. 2010).

As variações entre apoio e crítica aos passos dados no âmbito do Mercosul são normais a qualquer regime democrático, no entanto elas aqui se colocam como extremamente relevantes à pesquisa, pois nos auxiliam a elucidar os movimentos dos grupos de interesse em torno das orientações ideológicas dos diferentes governos que assumiram o poder desde a criação do bloco. Assim, através das opiniões expressadas nos grandes periódicos, é possível acompanhar como foi se alterando ao longo das décadas o apoio da sociedade civil à política governamental para a integração regional, e como essa exposição tem contribuído para a construção da narrativa em torno do projeto do Mercosul.

5 NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE O MERCOSUL

Após extensa exposição dos fundamentos teóricos que guiaram o estudo, apresentamos no presente capítulo os resultados da pesquisa documental empreendida para a dissertação. Primeiramente, será elucidada a metodologia aqui utilizada, a análise de conteúdo, e suas especificações, como a aplicação do método da categorização através de uma padronização pré-definida para a identificação de enquadramentos noticiosos. Em seguida, partiremos à exposição dos resultados da análise, acompanhada de uma apreciação destes no sentido de se compreender melhor suas significações para a pesquisa aqui empreendida. Assim, em um primeiro momento, serão apresentados os produtos da pesquisa quantitativa, isto é, os números encontrados na análise e os padrões por estes revelados. Em seguida, através da análise qualitativa, serão expostos textos que exemplificam os padrões encontrados na pesquisa quantitativa, e seu conteúdo será esmiuçado de forma a auxiliar na compreensão da construção da narrativa jornalística sobre o tema aqui selecionado.

Como dois veículos nacionais foram escolhidos para a pesquisa, primeiramente serão consideradas as narrativas da Folha de S. Paulo sobre os dois recortes escolhidos, no intuito de erguer uma comparação entre os dois momentos, e avaliar a evolução da narrativa ao longo dos anos. Assim, primeiramente teremos a análise quantitativa do primeiro recorte, isto é, o momento da inclusão da Venezuela no Mercosul, em 2012, acompanhada, em seguida, da análise qualitativa dos textos encontrados dentro do mesmo recorte. Posteriormente, serão expostos os resultados da análise do segundo recorte, o momento da suspensão da Venezuela em 2016, seguindo o mesmo sentido de exposição. Avançando, daremos o mesmo tratamento ao material do jornal O Globo, seguindo o mesmo padrão e a mesma lógica. Ao final, uma conclusão reunirá os resultados obtidos, em que estes serão apreciados à luz das teorias previamente expostas, dando sentido e coesão a todo o conteúdo exposto ao longo da dissertação.

5.1 METODOLOGIA

A pesquisa se consolidará a partir da utilização da análise de conteúdo, adotada aqui segundo o conceito de Laurence Bardin, que pretende erguer uma investigação do conteúdo de um texto com a finalidade de interpretar esse mesmo. Não somente uma análise descritiva, a metodologia escolhida busca facilitar a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção da mensagem em questão. Por isso, entende-se que tal técnica encaixa-se bem às

intenções da pesquisa, visto que pretende-se nesta uma análise do conteúdo jornalístico que dispõe acerca do objeto de pesquisa, neste caso, a aprovação e a suspensão da Venezuela no Mercosul.

O método se aplica bem a textos noticiosos, e pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, seu conteúdo expresso ou velado, ou seja, o que está dito e também o que está implícito ou mesmo disfarçado. Além do levantamento de dados quantitativos, será também erguida uma análise qualitativa, de forma a enriquecer e tornar mais completa a pesquisa. Segundo Bardin, a "abordagem quantitativa funda-se na *frequência* de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências" (BARDIN, 2011, p. 144, grifo do autor), sendo a inferência uma das principais características da análise de conteúdo.

Assim, utilizaremos aqui o método da categorização, descrito pela autora como "uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos" (BARDIN, 2011, p. 147). O objetivo portanto é comparar os textos e ressaltar o que eles carregam em comum, conjugando com uma análise de atitude, isto é, medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala. Segundo a autora, atitude é portanto "um núcleo, uma matriz muitas vezes inconsciente, que produz (e que se traduz por) um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de designações de avaliação mais ou menos coloridas" (BARDIN, 2011, p. 203). Assim, nos ateremos não somente à recorrência do tema (análise quantitativa), mas também à carga avaliativa (análise qualitativa) das unidades de significação aqui esmiuçadas.

Nesse sentido, apreciaremos o material a partir das categorias pré-definidas por Semetko e Valkenburg, os quais classificam o enquadramento utilizado pelo jornal a partir dos seguintes temas: conflito (ênfase nos embates), interesse humano (apresentação emocional do tema), consequências econômicas (ótica dos seus efeitos econômicos), moralidade (foco no contexto religioso ou moral) e responsabilidade (atribuição da culpa a alguém) (SEMETKO & VALKENBURG, 2000 apud RIZZOTTO, ANTONELLI & FERRACIOLI, 2017). Assim, será avaliado em qual categoria se encaixa cada texto, sendo sua narrativa construída majoritariamente sobre um dos quadros, seja o do interesse humano ou do conflito. Além disso, seguindo os passos de Entman para a análise de enquadramentos, utilizaremos a avaliação sugerida pelo autor para a devida análise dos aspectos destacados e preteridos nos textos. Essa, no entanto, será aplicada somente a alguns poucos textos, majoritariamente editoriais, já que a maioria das publicações não fornece material suficiente

para essa análise. Todavia, apesar de escassos, os resultados nos permitirão compreender melhor o enquadramento buscado pela linha editorial do jornal, e elucidará as formas como a narrativa é trabalhada nos demais textos no sentido de reforçar essa mesma linha.

Assim, para mapear o enquadramento, utilizaremos as categorias: definição do problema (quando o locutor situa o leitor sobre qual seria questão com a qual estamos lidando); análise causal (quando o locutor indica o que ou quem gerou o problema); julgamento moral (quando é erguido um juízo de valor sobre as questões envolvidas no problema); e promoção de remédios (quando são sugeridas soluções para o problema) (ENTMAN, 2007). Ao fim, os resultados serão quantificados e dimensionados com o intuito de prover uma análise o mais completa possível. Por fim, o recorte temporal foi definido a partir da data dos acontecimentos selecionados, delimitado no período dos seis meses anteriores e seis meses posteriores à aprovação final e à primeira suspensão da Venezuela no Mercosul.

A pesquisa foi feita nos acervos digitais de ambos os jornais, a partir de uma delimitação da busca segundo o recorte temporal aqui selecionado, e segundo o tema proposto, através da utilização da palavra-chave "Mercosul". Foram encontradas publicações referentes a todos os tipos textuais, assim como também foram analisados textos encontrados em todos os cadernos e seções dos jornais, que variam dos assuntos econômicos aos culturais. A distinção entre os textos analisados e os descartados se deu de forma subjetiva, em que foram selecionados para a pesquisa apenas publicações que tratam de temas do Mercosul, excluídas aquelas dedicadas a outros assuntos, mas que apenas mencionam a palavra-chave pontualmente. Essa seleção se deu no sentido de garantir à dissertação uma coerente seleção de material, com publicações que permitam a justa análise das narrativas sobre o bloco.

5.2 A NARRATIVA DA FOLHA SOBRE A INCLUSÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

5.2.1 Análise quantitativa do primeiro recorte

Antes de partir a uma análise qualitativa das publicações aqui selecionadas, faremos um balanço das estratégias de enquadramento mais utilizadas pelo jornal no tratamento das questões referentes ao Mercosul. Através do método de Sametko e Valkenburg, as publicações que versam sobre questões do bloco foram classificadas de acordo com as

categorias explicitadas acima. A partir da análise do material, foi possível constatar que o número de publicações que utilizam o enquadramento do conflito superaram em muito o restante das categorias. Isso porque tanto a suspensão do Paraguai quanto a adesão venezuelana estavam inseridas em um ambiente de disputas políticas não somente internacionais, mas também que acabam estimulando e sendo estimuladas por outras disputas presentes na política interna de cada país membro. Assim, dentro do recorte temporal aqui estipulado, que engloba as edições publicadas entre os dias primeiro de fevereiro de 2012 e 31 de janeiro de 2013, foi possível chegar à seguinte distribuição, representada pelo gráfico abaixo.

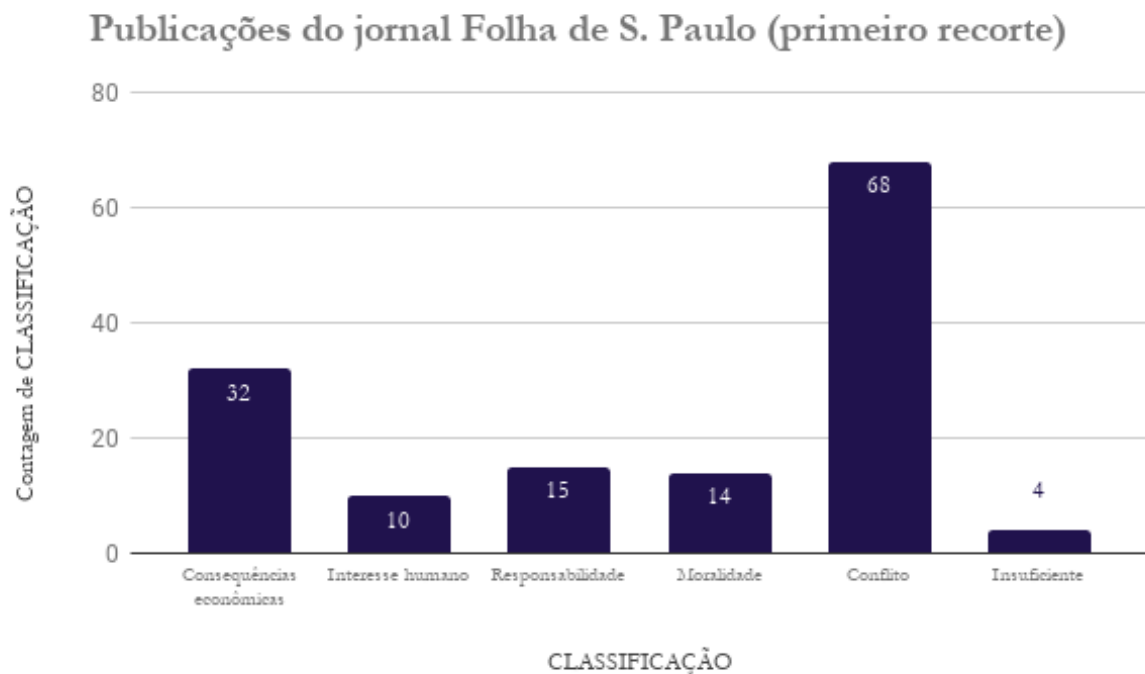


Figura 1: Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Assim, o jornal acaba trabalhando repetidamente a crise no Mercosul através do prisma do conflito entre diversos atores e grupos. Além de utilizar frequentemente o recurso da personalização dos embates, ao focar nos desentendimentos pessoais entre os líderes políticos, a Folha também traz os antagonismos para os campos nacionais, dando ênfase às disputas políticas dentro de cada Estado, e às consequências da crise regional sobre possíveis mudanças governamentais nos países membros. Assim, é concedido espaço aos atores oposicionistas, onde esses publicizam seus posicionamentos sobre a questão e aproveitam

para fazer críticas às decisões do governo. Com isso, em um período de intensa partidarização da política externa, o espaço do jornal é utilizado para que essa oposição possa manusear a condução dos assuntos internacionais como um símbolo das divergências ideológicas e como uma frente de batalha pelo poder. Nesse sentido, é também bastante empregado o enquadramento da responsabilização, onde atribui-se ao governo a culpa de todas as adversidades presentes no projeto da integração regional.

Ainda que em seus editoriais a Folha defenda uma reorientação do Mercosul em torno de objetivos puramente comerciais, suas análises acabam também fugindo ao tema, e se concentram majoritariamente sobre os assuntos políticos do bloco. Essa condução do debate acaba gerando dois efeitos: em primeiro lugar, a própria Folha contribui para a crescente centralização do aspecto político nas discussões sobre a integração, indo de encontro com o posicionamento defendido pela linha editorial; em segundo lugar, esse cenário acaba também produzindo mais argumentos favoráveis à tese de que tal perspectiva seria a causadora de todas as perturbações dentro do projeto, provendo assim mais argumentos ao jornal na defesa de seu ponto de vista. Há portanto um processo de retroalimentação, cuja característica mais sintomática é a transformação do debate em algo repetitivo e pouco elucidativo.

Assim, percebe-se que a linha editorial do jornal se mantém a mesma desde a criação do bloco, pautada pela defesa de um projeto de integração neoliberal e restrito aos aspectos comerciais. Nesse sentido, depois do prisma conflitivo, o enquadramento mais utilizado pela Folha é o das consequências econômicas, algo natural já que o Mercosul se constitui em um projeto voltado à expansão dos mercados nacionais. Em seguida, respectivamente, temos a utilização do ângulo da responsabilidade, da moralidade e do interesse humano. Por último, foram classificados como "insuficiente" os textos que não apresentaram conteúdo suficiente para que uma análise pudesse ser empreendida. Ficaram de fora também as cartas dos leitores, não por considerá-las irrelevantes, o que por certo não são, mas somente pelo intuito de seguir o objetivo do trabalho que é a análise do enquadramento erguido pelo jornal em suas publicações. Também foi maioria o tipo textual "Notícia" (77 dentre uma totalidade de 135) e as publicações no caderno "Mundo" do jornal (93 dentre 135). Assim, a partir dos números aqui obtidos, partiremos agora a uma análise qualitativa dos textos, a partir da seleção de algumas publicações que exemplificam o padrão encontrado na análise quantitativa.

Análise quantitativa - tipos textuais (primeiro recorte)

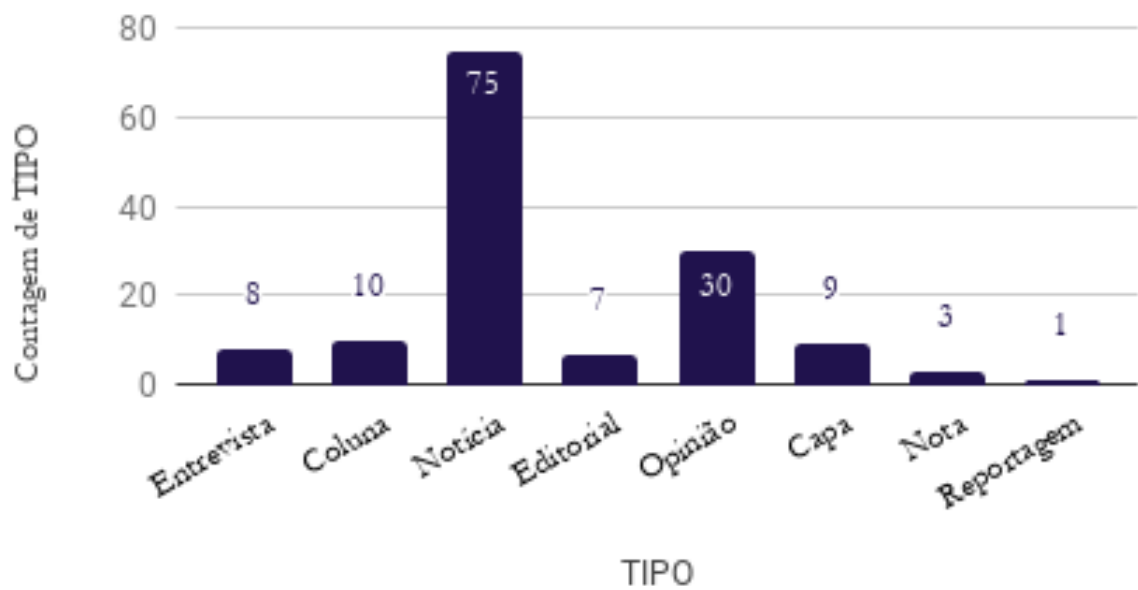


Figura 2: Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Análise quantitativa - cadernos (primeiro recorte)

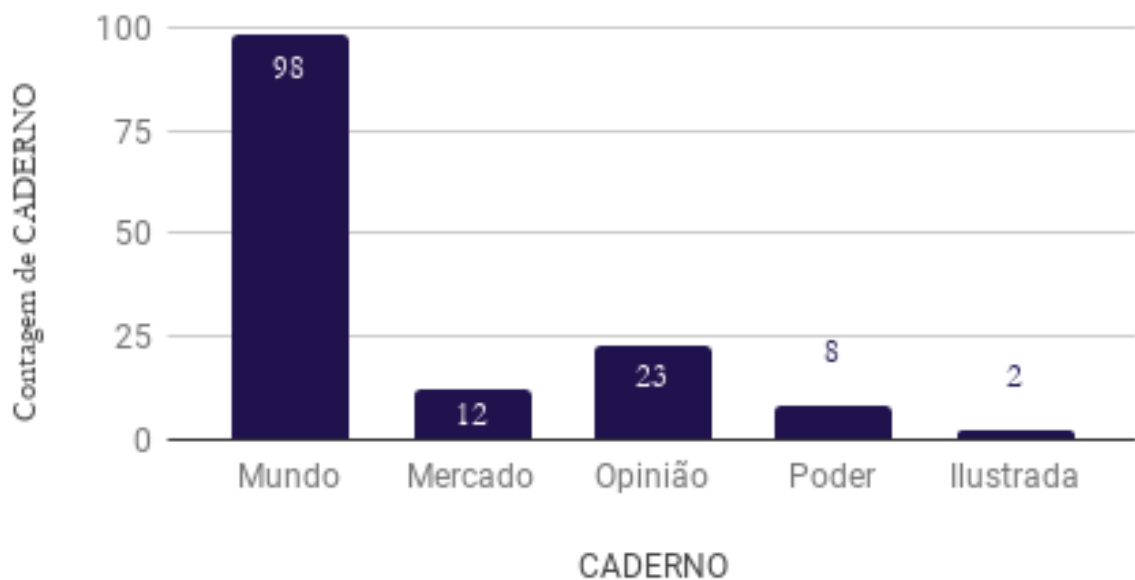


Figura 3: Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.2.2 Análise qualitativa do primeiro recorte

Nessa seção serão esmiuçados os textos jornalísticos referentes ao objeto Mercosul, publicados no período selecionado, isto é, entre os dias primeiro de fevereiro de 2012 e 31 de janeiro de 2013, marcados pela data de efetiva inclusão da Venezuela no bloco, oficializada em uma cerimônia em Brasília com os Chefes de Estado, no dia 31 de julho de 2012⁵². Assim, foram selecionados textos publicados seis meses antes e seis meses depois da data, a fim de acompanhar o andamento das discussões sobre o bloco, e investigar como o tema foi amadurecendo na opinião pública após a aprovação da Venezuela no bloco. Verificamos que as publicações que tratam diretamente do tema Mercosul eram escassas até a destituição do então presidente do Paraguai Fernando Lugo, em 22 de junho de 2012. Em um período de quase cinco meses (do dia primeiro de fevereiro até 21 de junho), foram identificados apenas sete textos (sejam reportagens ou artigos de opinião) tratando de assuntos da integração regional. Portanto, a grande maioria dos textos está concentrada no período entre junho e agosto do mesmo ano, e trata quase em sua totalidade da crise política que se instala no bloco com a suspensão paraguaia e a posterior inclusão dos venezuelanos.

No entanto, é necessário destacar que há um considerável número de reportagens sobre as questões comerciais, focando nos problemas econômicos da Argentina e no protecionismo desse mesmo país. Assim, o primeiro editorial do ano tratando do Mercosul discorre sobre esse tema, em que o jornal afirma que "o governo Dilma Rousseff pode, é claro, negociar e aceitar algumas restrições dos argentinos, vizinhos importantes", mas que as barreiras devem ser provisórias, pois "já se foi o tempo de passar cheques em branco para sucessivos governos argentinos" (FOLHA DE S. PAULO, 10 mai. 2012). São levantados dados que atestam a relevância do comércio com os vizinhos para o Brasil, com o jornal enfatizando que o protecionismo só pode ser tolerado se for momentâneo, já que os brasileiros têm arcado com diversos custos na intenção de manter boas relações com o parceiro. Ainda assim, afirmam que "os argentinos deveriam ser os primeiros a refletir sobre a ineficácia de seu intervencionismo", e afirma que as "exorbitâncias protecionistas" dos vizinhos têm emperrado o objetivo do Mercosul de alcançar o livre-comércio, jogando a culpa sobre as sucessivas administrações do país.

Já Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), defende que boa parte das compras brasileiras de outros países deve ser

⁵² <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3111-cupula-extraordinaria-dos-chefes-de-estado-do-mercosul-brasilia-31-de-julho-de-2012>

redirecionada para fornecedores argentinos, de forma a reequilibrar o comércio entre os dois países e "levar o principal parceiro do Mercosul a baixar a guarda" (FOLHA DE S. PAULO, 09 mai. 2012), já que a balança entre os dois países tem sido favorável ao Brasil. Ao expor as posições do setor industrial, o jornal demonstra que há grupos que defendem a ideia de um Brasil *paymaster* da integração, isto é, um país que arca com os maiores custos pelo propósito de manter os vizinhos no projeto. A Argentina, principal destino dos produtos manufaturados, coloca-se então como um parceiro crucial para a indústria nacional, motivo pelo qual esse grupo acaba se manifestando constantemente no jornal ao longo da crise protecionista que se instaurou no ano de 2012. Assim, enquanto em seu editorial o jornal articula a argumentação a partir da ótica da responsabilidade, atribuindo a culpa aos argentinos, a reportagem do dia 09 dá ênfase às consequências econômicas, abrindo espaço para a argumentação de atores diretamente afetados por essas, no caso aqui representados pela FIESP.

Já inserido na questão da crise do Paraguai, que afetaria seriamente o Mercosul, a reportagem "Dilma comanda reação para evitar queda do paraguaio" traz o desenrolar do conflito a partir da ótica do governo brasileiro, em que é afirmado que, em público, a presidente Dilma não havia usado a palavra golpe, "mas reservadamente era assim que o governo brasileiro se referia aos episódios no Paraguai". Além de enviar seu chanceler Antonio Patriota a Assunção, a presidente entrou em contato direto com Lugo e com outros Chefes de Estado da região, a fim de resolver a questão "no âmbito da UNASUL". Segundo o repórter Fernando Rodrigues, não foi mencionada uma retaliação ao país, mas que tal possibilidade havia ficado implícita. Segundo ele, "a atuação pró-ativa do Brasil a respeito do Paraguai contrasta com a política mais complacente com outras ameaças à democracia no planeta" (FOLHA DE S. PAULO, 22 jun. 2012), referindo-se à postura diplomática comedida quanto ao conflito sírio, onde não houve uma postura enfática de condenação à ditadura Assad. No entanto, é ressaltado no texto que o Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai, e que o país participa não só do Mercosul mas também da UNASUL, organizações que compartilham o fato de possuírem cláusulas democráticas. Ao colocar as forças progressistas da região se articulando em torno da proteção do mandato de Lugo, o texto ressalta o aspecto conflituoso entre as forças políticas antagônicas não só interiores ao Paraguai, mas também as internacionais.

Clóvis Rossi, colunista da Folha, afirma em artigo de opinião publicado no dia seguinte que "não há base suficiente para montar um processo de impeachment" e classifica a condenação de Lugo pelas mortes no campo como "uma precipitação ou evidente exagero" (FOLHA DE S. PAULO, 23 jun. 2012). Segundo ele, o julgamento foi "um fuzilamento

sumário", já que não houve respeito ao direito de defesa, e o compara ao processo de impeachment de Manuel Zelaya em Honduras. Para o Brasil, a diferença é que o Paraguai está muito mais próximo, tendo a questão da Usina de Itaipu em jogo, e o posicionamento no âmbito do Mercosul. No entanto, segundo o autor, o país não soube lidar com a situação de um "golpe supostamente constitucional" no vizinho. Isto é, não só o governo brasileiro sustenta a narrativa do golpe no Paraguai, como também o jornal veicula artigos opinativos de seus colunistas confirmando a mesma tese. Assim, ao ressaltar que o processo fere o espírito da democracia, o artigo de Rossi acaba se pautando nas questões morais que envolvem a destituição, que para ele se traveste de legalidade, mas que de fato se constitui como um golpe.

No domingo, dia 24 de junho, a matéria de maior destaque na capa do jornal se refere à crise paraguaia, e traz o título "Brasil e vizinhos discutem sanções contra o Paraguai". Além do maior destaque à questão, o jornal também concede espaço, pela primeira vez, ao posicionamento de setores da sociedade civil, aqui representados pelos movimentos sociais e grupos camponeses paraguaios, que se posicionam contra a destituição de Lugo, juntando-se aos defensores da narrativa de que teria ocorrido um golpe no país. Tais grupos defendem a formação de "uma frente em defesa da democracia", com apoio de grupos sociais dos países da região, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 24 jun. 2012). Vale destacar que a matéria foi escrita por uma jornalista enviada a Assunção especialmente em função da crise, e que um membro do Parlamento do Mercosul, o paraguaio Ricardo Canese, foi ouvido na reportagem, se colocando ao lado das manifestações populares contra o *impeachment*. Esses casos elucidam a disposição do jornal em publicizar os variados pontos de vista em jogo no processo, dando espaço não somente a atores governamentais e fontes oficiais, mas também à sociedade civil. Quando a fala do parlamentar Canese é destacada, em que ele afirma que lutará "pela restauração da democracia e a saída do golpista", é sublinhado o prisma conflitivo da questão, evidenciando que há lados opostos em disputa pela narrativa, isto é, na controvérsia quanto à legalidade ou ilegalidade do movimento.

Já no dia 25, apesar de trazer na capa (ver imagem abaixo) a informação de que o Paraguai seria de fato suspenso do Mercosul, o jornal opta por dar maior destaque à eleição presidencial no Egito, vencida por Mohamed Mursi. A matéria, já escrita não por enviados especiais, mas por jornalistas em Brasília, afirma que a suspensão visa "desencorajar ações similares na região" e que não por parte do Brasil nenhuma vontade de retaliar o país unilateralmente, ressaltando que apenas decisões multilaterais seriam adotadas. Revela

também que diversos países da região convocaram seus embaixadores em Assunção para consulta, gesto diplomático de reprovação, e que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, suspendeu o envio de petróleo da estatal PDVSA ao Paraguai (FOLHA DE S. PAULO, 25 jun. 2012). Ao lado da reportagem, são expostos dois textos menores: um ressaltando a movimentação dos apoiadores de Lugo em frente à sede da TV pública paraguaia, e outro exibindo o posicionamento da Igreja Católica do país em defesa da legalidade do processo. Novamente, são apresentados ao leitor os posicionamentos antagônicos dos variados grupos interessados, sempre buscando a ótica do embate político entre os atores.



Figura 4: Capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 25 de junho de 2012.

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Já no dia 26 é publicado o primeiro editorial sobre a questão, em que o jornal defende a legalidade do processo de *impeachment*, após a decisão da Corte Suprema de Justiça do Paraguai desfavorável ao recurso movido por Lugo. Segundo o texto, "não resta dúvida de que o impedimento de Lugo se deu sob evidente cerceamento do direito de defesa, cujo exercício ficou confinado a apenas duas horas". No entanto, a Constituição do país não disciplina sobre esse aspecto, sendo necessária apenas a aprovação pelas casas legislativas, o que ocorreu. Assim, o jornal afirma que a suspensão no âmbito do Mercosul se deu por "afinidade ideológica", e que tal comportamento é injustificável, já que as cláusulas democráticas se aplicam a violações constitucionais, o que não aconteceu no país, onde as instituições têm funcionado "de acordo com as leis daquele país" (FOLHA DE S. PAULO, 26 jun. 2012).

Esse artigo é relevante por mostrar não somente o posicionamento da Folha em relação à suspensão do Paraguai, mas também por apresentar todas as características definidas por Entman para identificar o enquadramento utilizado pelo jornal. Aqui, portanto, podemos identificar o apontamento do problema no texto, isto é, quando é dito que "apesar de cercear o direito de defesa, *impeachment* do presidente foi constitucional". Em seguida, é feita a análise causal, ou seja, a sugestão de quem ou o que teria causado o problema, aqui apontados os "efeitos desastrosos da crise econômica no Paraguai" e o declínio da popularidade presidencial. O julgamento moral vem em dois momentos: primeiro, ao avaliar a gestão de Fernando Lugo, eleita numa "plataforma esquerdizante" e conduzida por um governo "populista e errático, prejudicado pela conduta pessoal do mandatário, compelido a reconhecer filhos em escandalosos processos de paternidade"; em segundo lugar, há um julgamento do posicionamento dos países vizinhos, criticando uma suspensão injustificável movida por questões ideológicas. Ao fim, o texto faz a promoção dos remédios, assinalando que "o melhor que o Itamaraty tem a fazer é calar-se e respeitar a soberania do vizinho".

Ao lado do editorial, o jornal ainda expõe mais três artigos de opinião que versam sobre o assunto. O mais enfático, "Isolamento calculado", de Eliane Cantanhêde, se propõe a comparar os posicionamentos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff em relação à suspensão do Paraguai. Enquanto a mandatária argentina estaria se comportando de forma "cada vez mais chavista e menos lulista (ou seja, mais radical, menos negociadora)", propondo um maior embate com o governo Franco (então presidente do Paraguai), Dilma estaria procurando uma ação mais "pedagógica, não uma declaração de guerra" (FOLHA S. PAULO,

26 jun. 2012). Assim, segundo a autora, o Brasil estaria sendo mais prudente, buscando o chamado isolamento calculado, isto é, "quer um Paraguai isolado politicamente, mas funcionando economicamente", no sentido de garantir os interesses econômicos brasileiros no país. Novamente a autora coloca em destaque a narrativa do embate entre duas posições diferentes, ressaltando que Cristina havia aderido ao chamado "eixo Venezuela-Ecuador-Bolívia", dividindo a América do Sul entre duas frentes distintas quanto ao tratamento do Paraguai.

Em "A leviana diplomacia do espetáculo", Elio Gaspari comenta o que ele chama de "truculenta intervenção" brasileira nos assuntos internos do Paraguai (FOLHA DE S. PAULO, 27 jun. 2012). Aqui também é possível utilizar o método de Entman, pois o autor logo no início do texto já aponta o problema, que seria a forma como a diplomacia brasileira lidou com a crise paraguaia. Logo em seguida, faz a análise causal, apontando "a inquietação da presidente argentina Cristina Kirchner" como o fator mobilizante para a tomada de atitude do Brasil. O julgamento moral vem em vários momentos: chama Lugo de "ex-bispo promíscuo"; acusa a mobilização da Unasul, para ele uma "entidade ectoplásmica, filha da fantasia do multilateralismo que encanta o chanceler Antonio Patriota; compara a forma com que Dilma geriu a crise com a de Fernando Henrique Cardoso, que impediu um golpe em 1996 "no mano a mano"; diz que a decisão de suspender o Paraguai do Mercosul "é prepotente e inútil"; e afirma que "o multilateralismo da diplomacia da doutora Dilma é uma perigosa parolapagem" e que a defesa de Lugo é típica de uma "política externa biruta". Na promoção dos remédios para a crise, autor afirma que "as relações do Brasil com o Paraguai não podem ser regidas por critérios multilaterais" e que o Brasil não deveria ter ido a uma reunião conjunta (ao lado da Argentina), pois arriscou-se a um "papel de adorno". Visto a forma como Gaspari se refere às presidentes Dilma e Cristina, colocando a culpa sobre suas atuações, podemos anotar que seu texto se pauta pela ótica da responsabilidade, explicando ao leitor a questão através do papel das duas figuras nos erros cometidos ao longo do processo.

No dia 29 de junho o jornal publica uma entrevista com o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, conduzida pouco antes de sua renúncia ao cargo de Alto-Representante Geral do Mercosul. Segundo ele, o *impeachment* de Lugo se caracteriza como um golpe das classes tradicionais hegemônicas, e o novo governo Franco, por sua vez, "representa a oligarquia agrária, interesses ligados ao contrabando e é defensor de ligações mais estreitas com os EUA" (FOLHA DE S. PAULO, 29 jun. 2012). Para Guimarães, há diversos interesses em jogo, e reitera que "o projeto dos EUA para a América do Sul não é o Mercosul, e sim as 'mini-Alcas' bilaterais, Aliança do Pacífico". Ainda afirma que a democracia na América

Latina está em permanente risco, e que há uma onda de neogolpismo na região, já que "a tentativa de realizar programas sociais, que implicam distribuição de renda, encontra forte resistência". O diplomata também trata a questão a partir da perspectiva de conflito, enfatizando as questões discutidas no capítulo anterior, acerca dos atores e interesses envolvidos na consolidação do Mercosul como potência.

Ao lado da entrevista, foi publicada uma notícia sobre a reunião dos chanceleres dos países-membros do Mercosul, em Mendoza, onde foi acordada a suspensão do Paraguai. É ressaltada pela autora a divisão que se instalou no bloco, entre aqueles favoráveis a uma suspensão política e diplomática, como o Brasil, e aqueles defensores de uma suspensão também econômica. Tal versão foi negada por Patriota, que disse não haver posições favoráveis à última. Já nesse texto é trazida à tona a questão de uma possível inclusão dos venezuelanos no bloco, já que sua aceitação como membro pleno dependia apenas da aprovação do Parlamento paraguaio. Segundo a matéria, "a anfitriã Cristina Kirchner, aliada de Chávez, estaria por trás dessa manobra" (FOLHA DE S. PAULO, 29 jun. 2012). No entanto, a hipótese não foi confirmada por nenhum governo. Novamente, ao enfatizar uma cisão no interior do bloco, mesmo que essa tenha sido negada pelos chanceleres, o texto se aproxima mais da narrativa conflitiva do que das demais, confirmando um padrão no tratamento pelo jornal dessa questão diplomática. Com isso, percebe-se que aos poucos vai se consolidando uma história dos acontecimentos focada nessas divisões e disputas políticas, sempre colocando Chefes de Estado em embate.

O jornal do dia 30 de junho traz em destaque na capa o título "Mercosul aproveita ausência do Paraguai e inclui Venezuela", ressaltando que a manobra levanta questionamentos legais. No caderno Opinião, a Folha contrapõe dois artigos antagônicos, em resposta à pergunta "São necessárias sanções dos países vizinhos contra o Paraguai?", em que um argumenta pelo "sim" e outro pelo "não". Contrário à sanção, o senador pelo PSDB Alvaro Dias defende que o processo do *impeachment* foi legal e que qualquer contestação fere a soberania do Paraguai. Recorda que o princípio da não intervenção sempre guiou as relações internacionais do Brasil e critica a "cegueira diplomática" na diferenciação de tratamento a outros países, como o Irã e a Síria. Ademais, resalta que seu posicionamento de apoio ao novo governo está de acordo com o do partido, confirmado por uma visita a seu gabinete de uma comitiva de parlamentares paraguaios. Ao final, resalta que "entre os brasiguaios"⁵³,

⁵³ Termo utilizado para descrever os brasileiros residentes no Paraguai.

imperava o sentimento de confiança na investidura do recém-empossado Frederico Franco" (FOLHA DE S. PAULO, 30 jun. 2012).

Na mesma página, o senador Randolfe Rodrigues do PSOL assina artigo de opinião contrária, defendendo que a deposição de Lugo representa "um grave atentado à democracia". Segundo o senador, há interesses econômicos e políticos por trás das tentativas de desestabilização de governos democraticamente eleitos na região, em especial os Estados Unidos, "que têm apoiado ações para retomar o terreno perdido na América Latina". Para ele, é preciso estar atento a "qualquer tentativa de diminuir o significado de golpe de Estado", e que defende que o Brasil e seus vizinhos tomem medidas enfáticas para excluir o governo ilegítimo e restabelecer o Estado de Direito no Paraguai (FOLHA DE S. PAULO, 30 jun. 2012). No lugar de atentar à forma como os dois artigos foram construídos, daremos destaque aqui à escolha da Folha de dispor ao leitor dois artigos antagônicos escritos por duas figuras de destaque da política nacional, representando partidos conhecidamente de posições ideológicas contrárias. Nesse sentido, o conflito aqui não se coloca entre posicionamentos divergentes entre Chefes de Estados, mas sim entre forças políticas internas ao Brasil, em que temos apoiadores da diplomacia de Dilma de um lado, e os opositores de outro. Como afirma Berringer, a política externa é comumente utilizada pelos grupos opositores para atacar o governo, e o artigo de Dias, membro do partido líder da oposição à administração petista, o PSDB, se coloca nessa esfera.

Ao discorrer sobre a inclusão da Venezuela no Mercosul, uma matéria do mesmo dia expõe o desenrolar da questão do Paraguai dentro do bloco, explicitando ao leitor a sucessão de acontecimentos que culminaram na plena adesão venezuelana. Ao lado do texto, é apresentado um gráfico contendo informações demográficas e econômicas de cada um dos países-membros (plenos ou associados), além de trechos de artigos de tratados e protocolos acionados durante o processo. Outros textos compõem a página, como a matéria "País de Chávez turbina superávit de sócios", ressaltando os benefícios econômicos da entrada dos venezuelanos, ressaltando que o Brasil ocupa a terceira posição dentre os maiores fornecedores do país, e que esse foi um fator capaz de "amainar, nos últimos anos, as críticas do setor privado brasileiro à adesão" (FOLHA DE S. PAULO, 30 jun. 2012).

Já a análise de Monica Hirst destaca que dentro do Paraguai, a permanência do país no Mercosul tende a politizar o tema da política externa, potencializado pelo que ela chama de "tapa com luvas de pelica" representado pela decisão de acatar a entrada da Venezuela à revelia do Paraguai. No entanto, resalta que "incorporar um país petroleiro soma atributos ao Mercosul", mas também amplia a responsabilidade dos países-membros em relação ao futuro

político desse país (FOLHA DE S. PAULO, 30 jun. 2012). Para o Brasil, Hirst enfatiza que a crise contribuiu para dar nova dimensão ao espaço da política regional dentro do governo Dilma, até então relegada ao segundo plano. A liderança brasileira ficou evidente no episódio e "essa visibilidade será razão para uma nova onda de críticas e pressões externas e domésticas". Seu texto não faz julgamento moral ou aponta soluções ao problema, já que se trata de um artigo de opinião analítico. No entanto, a autora destaca os variados conflitos embutidos na discussão, os quais estão presentes na política interna de cada país envolvido, e também nos desentendimentos entre governos, chamando atenção para a simbiose entre os dois níveis.

Em editorial do dia primeiro de julho, a Folha continua a defender a legalidade do processo de *impeachment* de Lugo, caracterizando como "excesso" a suspensão dos paraguaios do bloco. Afirma que o "rigor do Mercosul vale para Paraguai, mas não para Venezuela, que deve trazer a mentalidade antimercado de Hugo Chávez para o bloco" (FOLHA DE S. PAULO, 01 jul. 2012). Segundo o texto, "a inclusão da Venezuela adicionará problemas ao já problemático funcionamento do Mercosul", já que o país vive uma "escalada autoritária" sob o governo Chávez. Firme na narrativa do erro da suspensão do Paraguai e da inclusão da Venezuela, esse editorial é o primeiro em que o jornal não aponta um remédio para a crise. Por outro lado, cumpre todos os outros requisitos da construção de enquadramento apontada por Entman, como a identificação do problema no uso de "dois pesos, duas medidas" na condução política do bloco; aponta o amadorismo do Itamaraty e a "diplomacia atrabiliária" de Cristina Kirchner como causadores do problema; e faz o julgamento não só do "problemático" Mercosul, mas também dos governos dos países-membros e de suas política econômicas rudimentares.

De opinião mais otimista, Eliane Cantanhêde assina ao lado um artigo elogiando a diplomacia brasileira, que teria sido bem sucedida na tarefa de "baixar a bola de Cristina Kirchner" e impedir que "a turma de Chávez incendiasse o Paraguai", aplicando o "isolamento calculado" sem que punições econômicas fossem aplicadas aos paraguaios (FOLHA DE S. PAULO, 01 jul. 2012). A autora então elogia a inclusão da Venezuela, que acabou "encerrando uma novela que se arrastava desde 2006 porque o Congresso paraguaio se negava a votar". Assim, o Mercosul "ganha em densidade econômica o que poderia perder em credibilidade política" e afirma que as dificuldades internas de Chávez o deixarão "sem tempo e energia para criar problemas externos". Assim como o editorial, ergue um texto analítico e não aponta soluções ou próximos passos, apenas explicita ao leitor os acontecimentos e julga as tomadas de decisões políticas. Ambos pautam a narrativa na ótica da responsabilidade, se

diferenciando entre o reconhecimento do acerto, por parte de Cantanhêde, e a atribuição de culpa no erro, por parte do editorial.

Na terça-feira, dia 03 de julho, o jornal traz em destaque na capa a matéria "Dilma pressionou por Venezuela, diz Uruguai", contendo afirmação de Luis Almagro, então ministro das Relações Exteriores do governo Mujica, de que "o ingresso da Venezuela no Mercosul só ocorreu por causa da intervenção da presidente Dilma Rousseff", decisão à qual, segundo ele, seu país se opunha (FOLHA DE S. PAULO, 03 jul. 2012). No caderno Mundo, o jornal traz reportagem explicando as declarações tanto do ministro uruguaio, quanto do chanceler brasileiro, Antonio Patriota, e do então assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, ambos defendendo que a decisão teria sido consensual. Ao lado, uma reportagem sobre os desdobramentos das mudanças no Mercosul sobre a política interna uruguaia, em que a oposição cobra do governo explicações sobre a súbita aprovação da Venezuela como membro pleno. Abaixo, é exibida uma entrevista com o paraguaio Horácio Cartes, então figura de destaque da oposição ao governo Lugo. Assim, enquanto na matéria principal o jornal exhibe as divergências entre os chanceleres dos países do Mercosul, nos textos de apoio são exploradas as consequências dos acontecimentos regionais sobre a política interna do Uruguai e do Paraguai. Novamente o ponto de vista é o de conflito entre grupos ou entre personagens da notícia, com o jornal sustentando sua narrativa nos desentendimentos que causaram e acabaram também sendo causados pelas mudanças no bloco.

No dia 04 é publicado no caderno Opinião um artigo de Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores dos governos FHC e Collor. Nele Lafer argumenta pela ilegalidade da incorporação da Venezuela, argumentando ser "indiscutível que tal mudança no Mercosul exige aprovação paraguaia" (FOLHA DE S. PAULO, 04 jul. 2012). Para sustentar seu ponto de vista, o autor recorre a textos do Direito Internacional, como o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Diz que a decisão "não atende a obrigações relacionadas à observância de tratados" e que carece do princípio da boa-fé. Lafer se junta ao coro da oposição à política externa de Dilma Rousseff, e pauta seu texto na não observância da lei internacional. Assim, ao fazer referência ao artigo 26 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, segundo o qual "todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser executado por elas de boa-fé", o jurista invoca o princípio da boa intenção, acusando a falta de moralidade na ação dos países-membros do Mercosul.

Em outro momento, é exposto um artigo assinado por pesquisadores da missão na Venezuela do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em que os autores

argumentam que "a nova adesão amplia geopoliticamente o Mercosul em direção ao norte da América do Sul, superando a fase 'Cone Sul' do bloco" (FOLHA DE S. PAULO, 05 jul. 2012). Alegam que "a importância econômica da Venezuela pode equilibrar a díade entre Brasil e Argentina" e que seu PIB (Produto Interno Bruto) é maior que os do Chile, Peru, Bolívia e Paraguai somados (segundo dados da época). Diversos dados do crescente comércio entre Brasil e Venezuela são apontados, além do fato de que a integração regional estaria seguindo ritmo menor do que a "massiva entrada da China e de outras potências extrarregionais no continente", e que nesse cenário a ampliação do Mercosul se coloca imprescindível. Assim, para eles, "a presença da Venezuela no bloco apresenta claro sentido estratégico". Retomando ideias cepalinas e recorrendo à imagem do economista Celso Furtado, os autores focam sua análise nos benefícios econômicos que podem surgir da incorporação dos venezuelanos, apontando para os benefícios que podem trazer não somente ao Brasil, mas ao desenvolvimento de toda a região.

Já no dia 08, em meio a reportagens sobre os desentendimentos entre Dilma e Patriota, a revista publica matéria sobre o Mercosul acerca do que é chamado de "a pior crise em seus 21 anos" (FOLHA DE S. PAULO, 08 jul. 2012). O texto afirma que a entrada da Venezuela "rachou o bloco" e incitou discordâncias na política de todos os países-membros. A jornalista afirma que uma "crise na Síria é uma coisa, nos vizinhos é outra muito mais grave – até pela condição de líder do Brasil", ressaltando que os parceiros do país "batem cabeça", com a radicalização de Cristina Kirchner e os desentendimentos entre Venezuela e Paraguai. Assim, a instabilidade no Mercosul se coloca como o "principal teste" para a diplomacia de Dilma, centralizando o tema na sua agenda internacional. É importante ressaltar que a turbulência no Paraguai coincidiu com a conferência da Rio+20, realizada no Rio de Janeiro no mês de junho de 2012, e que contou com a presença de diversos Chefes de Estado do mundo todo. Esse seria o destaque da diplomacia brasileira naquele ano, não fosse a celeuma que se instaurou no Mercosul no mesmo período, transferindo a atenção do Itamaraty e os holofotes da imprensa para os acontecimentos nos vizinhos. Assim, como já mencionado anteriormente, o período entre os meses de junho e agosto acabou por abrigar um maior volume de matérias sobre política externa, contrastando com a escassez habitual.

A matéria "Em crise, Mercosul se agarra à Venezuela" traz o cenário da desaceleração do bloco frente a crise econômica global e o crescimento do protecionismo argentino (FOLHA DE S. PAULO, 29 jul. 2012). Segundo o gráfico apresentado pelo jornal, as exportações para o Mercosul tiveram queda em todos os países-membros no comparativo entre 2011 e 2012. No entanto, ressalta que a balança comercial do bloco com a Venezuela é

superavitária, e tem compensado as perdas em outras frentes. Segundo o texto, as "medidas protecionistas adotadas pelo governo argentino e revidadas pelo brasileiro fez estragos e acelera a perda de importância do Mercosul", mas que, segundo os sócios, "a adesão pagaria os custos políticos da manobra", referindo-se à entrada da Venezuela. O jornal então expõe as opiniões de vários especialistas: João Augusto de Castro Neves, da empresa de consultoria Eurasia Group; e Pedro Barros, chefe da missão do IPEA na Venezuela; Celso Casale, da Câmara de Implementos Agrícolas da Abimaq (associação do setor de maquinários); e Maximilién Sánchez, embaixador da Venezuela no Brasil. Enquanto apenas o primeiro se manifesta contrário à adesão dos venezuelanos, que vê "a presença de Chávez nas próximas mesas de negociação do Mercosul como um complicador", todos os outros analistas demonstram otimismo quanto ao novo parceiro, focando nos benefícios para a indústria exportadora e para a segurança energética da região. Para Barros, "o novo status vai ajudar o Brasil a ganhar fatias de mercado manufaturados hoje com EUA e China", e também contribuir para uma integração produtiva na América do Sul, indo além do objetivo comercial do bloco. Assim, o jornal traz o foco para as consequências econômicas da adesão venezuelana, após numerosas matérias com foco nos aspectos políticos.

Clóvis Rossi assina, no dia da ratificação da entrada da Venezuela no bloco, um artigo intitulado "Venezuela e o problema Mercosul" (FOLHA DE S. PAULO, 31 jul. 2012). Nele o autor faz uma análise do processo, classificando-o como positivo, mas com ressalvas, "pelas paixões, contra e a favor, que produz o presidente Hugo Chávez". No entanto, ressalta que "quem se incorpora ao Mercosul é a Venezuela, não Chávez, a menos que se considere que o líder bolivariano é imortal". Rossi faz referência a um relatório da Humans Right Watch sobre as violações democráticas do regime chavista, mas afirma que "cabe ao Brasil, a principal potência do grupo, exercer efetiva vigilância para evitar novas ações antidemocráticas". Finaliza dizendo que "a bem da verdade, a entrada da Venezuela é o menor dos problemas do bloco", já que esse encontra-se "estancado há tanto tempo". Assim, "não será o ingresso da Venezuela que permitirá tapar ou aumentar os buracos".

A análise de Rossi se destaca por apontar o problema não na incorporação dos venezuelanos, mas sim no imobilismo do bloco como um todo, problema anterior à crise inaugurada pelo *impeachment* de Lugo. Não aponta diretamente os culpados, mas critica o estado da união aduaneira atual, "com tantos furos que mais parece desunião", fruto dos protecionismos de cada um dos governos. O julgamento moral recai sobre as políticas comerciais adotadas pelos Estados-membros, "besuntadas de uma ideologia que não foi exatamente um grande sucesso de público e de crítica no fim do século 20". Como remédio, o

autor aponta que o maior desafio do Mercosul, "de longe, é decidir o que quer ser quando crescer": zona de livre-comércio, união aduaneira ou mercado comum. Assim, tanto seus problemas quanto suas soluções vão além da incorporação de um novo sócio, e passam necessariamente pela definição de seu perfil e pelo devido cumprimento dos acordos.

No editorial do dia 02 de agosto, com o título "Sem rumo no Mercosul", o jornal alega que a "precipitada" incorporação da Venezuela seguiu "a lógica estreita da afinidade ideológica e das políticas erráticas que têm impedido o aprofundamento da integração comercial sul-americana" (FOLHA DE S. PAULO, 02 ago. 2012). O rigor com Paraguai contrastaria com a "leniência com as iniciativas autoritárias de Chávez", mesmo que haja um "compreensível interesse" do Brasil vista a dimensão da economia venezuelana. No entanto, para a Folha, "olhar apenas para o tamanho da economia, porém, resulta num argumento míope", já que a imprevisibilidade do Mercosul preocupa empresários de toda parte. Ressalta que o governo argentino tem aprofundado "a relação oportunista que sempre manteve com o bloco", e que, com Chávez "cada vez mais confundido com o Estado venezuelano", o Mercosul deve continuar "patinando", com crescimento aquém do esperado. Como Rossi, não aponta remédios, e baseia sua análise na atribuição da responsabilidade dos fracassos do bloco sobre os governos dos países-membros.

Na cisão entre otimistas e pessimistas quanto à participação venezuelana no Mercosul, a Folha expõe, em cadernos diferentes, posicionamentos antagônicos vindo de setores da sociedade. No caderno Mundo, divulga o conteúdo da carta da *Human Rights Watch*, enviada à presidente Dilma Rousseff, em que a ONG cobra o governo brasileiro quanto à tolerância do Mercosul com as violações de direitos humanos ocorridas na Venezuela. O documento faz o alerta de que, caso os países do bloco ignorem os compromissos de proteger direitos básicos, "transmitirão a mensagem infeliz de que os compromissos no Protocolo de Assunção são promessas vãs" (FOLHA DE S. PAULO, 04 ago. 2012). Já no caderno Mercado, voltado às questões econômicas, o jornal traz a matéria "Venezuela no Mercosul anima indústria", ressaltando o superávit brasileiro com o vizinho e o otimismo do setor industrial quanto às possibilidades de crescimento das exportações. Segundo o texto, "como a economia da Venezuela é centralizada em petróleo, há demanda para toda a indústria nacional – de automóveis a medicamentos" (FOLHA DE S. PAULO, 04 ago. 2012), apontando para dados do crescimento da exportação de manufaturados no primeiro semestre daquele ano (crescimento de 54%).

Ao lado da matéria são expostos gráficos que atestam os bons números do comércio entre Brasil e Venezuela, com destaque à participação majoritária dos manufaturados nas

exportações brasileiras (68% naquele ano). Como apoio ao texto principal, o jornal publica ao lado um artigo opinativo de Otto Nogami, economista professor do Insper, em que é feita uma análise dos ganhos econômicos da adesão. Para o autor há, "além do fortalecimento do comércio entre os países-membros, o aumento no poder de barganha comercial com outros blocos ou mesmo economias mais bem posicionadas no comércio mundial", e que, por esse motivo "a entrada da Venezuela começará a dar uma conotação muito mais política do que econômica na relação com esses países" (FOLHA DE S. PAULO, 04 ago. 2012). Assim, haveria o lado do crescimento do comércio intrabloco, e também o das possíveis dificuldades para a conclusão de acordos com parceiros externos. Novamente, o texto se volta às prováveis consequências econômicas da adesão, confirmando uma virada da narrativa do jornal do foco no conflito político para o foco nos efeitos comerciais.

Já em dezembro, no dia 07, o jornal publica a notícia de que a Venezuela finalmente começaria a se incorporar de fato ao Mercosul, já adotando a TEC para alguns produtos e iniciando a transição para a nomenclatura de mercadorias (FOLHA DE S. PAULO, 07 dez. 2012). Ao lado do texto, é colocado ao leitor um gráfico onde são comparadas as previsões de crescimento das economias do Mercosul com as daquelas associadas à Aliança do Pacífico. O título do gráfico, "Bloco desacelerado", pretende elucidar que, enquanto a outra comunidade estaria em crescimento acelerado, o Mercosul se encontraria em um "ano ruim", mesmo que a maior parte de suas economias ainda estivessem com previsão de crescimento (à exceção do Paraguai). No texto, são ressaltadas as incertezas provenientes do quadro de saúde de Hugo Chávez, à época tratando um câncer, cenário que estaria ligado à volatilidade do mercado de títulos venezuelanos. Mesmo assim, a previsão de crescimento do país era de 5% para aquele ano, uma das maiores do continente. Ao lado, em nota, o jornal noticia a aproximação entre Mercosul e outros países da região, como Bolívia e Equador, na busca de um futuro acordo de integração plena (FOLHA DE S. PAULO, 07 dez. 2012). Novamente o jornal busca a comparação com o bloco vizinho, afirmando que apenas "os isolados" pela Aliança do Pacífico acabaram na órbita do Mercosul.

Quando se analisam os editoriais e as reportagens publicadas pela Folha de S. Paulo ao longo do tempo, desde a criação do Mercosul na década de 1990, fica claro que o jornal sempre defendeu a bandeira do livre comércio e do fim das políticas protecionistas no continente. Com o passar dos anos e dos governos, vista a não adoção universal da TEC e as recorrentes políticas de proteção e de criação de exceções por parte dos países membros, a Folha passa a criticar cada vez mais a lentidão do bloco e os entraves desse à livre circulação de mercadorias no Cone Sul. Assim, outros blocos são sempre tomados como exemplo de

livre comércio, como a Aliança do Pacífico, e são usados para contrastar com o dito "atraso" do Mercosul. Essa linha editorial não se altera, e nós veremos isso na próxima seção. No entanto, as críticas ao bloco e às políticas de seus membros tornam-se cada vez mais numerosas do que os elogios, e os editoriais mais duros em relação ao governo Chávez.

Quadro 1: Publicações do jornal Folha de S. Paulo analisadas no primeiro recorte temporal.

DATA	TÍTULO	CADERNO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO
13/03/2012	"Mercosul requer avanços, diz diplomata"	Mundo	Entrevista	Consequências econômicas
21/04/2012	"O Brasil e a bacia do Atlântico"	Mundo	Coluna	Interesse humano
09/05/2012	"Indústria joga isca para seduzir Argentina"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
10/05/2012	"Barreiras no Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
16/05/2012	"Argentina quer Mercosul mais 'protegido'"	Mercado	Notícia	Responsabilidade
05/06/2012	"Tataranetos"	Mercado	Coluna	Moralidade
09/06/2012	"Argentina quer estender tarifa comum do Mercosul"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
21/06/2012	"País quer ampliar lista com imposto maior"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
22/06/2012	"Lugo pode ser afastado hoje no Paraguai"	Mundo	Notícia	Conflito
22/06/2012	"Há razões para questionar a motivação dos congressistas"	Mundo	Opinião	Conflito
22/06/2012	"Dilma comanda reação para evitar queda de paraguaio"	Mundo	Notícia	Conflito
23/06/2012	"Para salvar líder, Dilma ameaçou sanção"	Mundo	Notícia	Conflito
23/06/2012	"Após forte expansão no ano passado, país deve registrar retração do PIB"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
23/06/2012	"Paraguai repete Honduras com 'golpe constitucional' na América do Sul"	Mundo	Opinião	Moralidade
24/06/2012	"Brasil e vizinhos discutem sanções contra o Paraguai"	Mundo	Capa	Conflito
24/06/2012	"Mais realistas do que o rei"	Opinião	Opinião	Moralidade
24/06/2012	"Brasil discute afastar Paraguai do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Brasileiro podem ficar seguros, diz novo presidente"	Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Comissão vê 'atropelo' ao Estado de Direito"	Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Itaipu é prioridade de novo presidente, diz consultor"	Mundo	Notícia	Conflito
25/06/2012	"Paraguai vai ser suspenso da Unasul e do Mercosul"	Mundo	Capa	Conflito
25/06/2012	"Exportação cai para o Mercosul, mas cresce"	Poder	Notícia	Conflito

	para os EUA "			
25/06/2012	"Brasil e vizinhos vão suspender Paraguai de Unasul e Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
25/06/2012	"Igraja Católica paraguaia considera Lugo página virada"	Mundo	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Paraguai afirma ser vítima de intransigência do Mercosul"	Mundo	Capa	Conflito
26/06/2012	"Paraguai soberano"	Opinião	Editorial	Moralidade
26/06/2012	"Golpe ou impopularidade?"	Opinião	Opinião	Moralidade
26/06/2012	"Isolamento calculado"	Opinião	Opinião	Conflito
26/06/2012	"As leis"	Opinião	Opinião	Moralidade
26/06/2012	"Paraguai reclama que foi atropelado por Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Nove meses, o parto do golpe"	Mundo	Coluna	Conflito
25/06/2012	"Brasil quer suavizar sanção contra o país"	Mundo	Notícia	Conflito
27/06/2012	"Presidente do Paraguai diz que assumiu para evitar guerra"	Mundo	Capa	Conflito
27/06/2012	"É prepotente tirar o país da reunião do Mercosul"	Poder	Capa	Moralidade
27/06/2012	"A leviana diplomacia do espetáculo"	Poder	Coluna	Responsabilidade
27/06/2012	"Franco diz ter evitado 'guerra' no Paraguai"	Mundo	Notícia	Conflito
27/06/2012	"Afastamento de Lugo teve aval da Suprema Corte"	Mundo	Nota	Moralidade
27/06/2012	"Collor defende impeachment e rejeita ideia de golpe de Estado"	Mundo	Notícia	Moralidade
27/06/2012	"Polícia não tem cultura de direitos humanos"	Mundo	Entrevista	Conflito
27/06/2012	"Caso Lugo faz OEA enviar missão ao país"	Mundo	Notícia	Conflito
27/06/2012	"Analistas criticam processo que afastou presidente"	Mundo	Notícia	Moralidade
28/06/2012	"Na gangorra"	Poder	Opinião	Responsabilidade
28/06/2012	"Lugo não descarta a possibilidade de voltar a concorrer à Presidência"	Mundo	Notícia	Conflito
28/06/2012	"Líder chegou ao poder em coalizão desajeitada e não fez governo sólido"	Mundo	Opinião	Conflito
29/06/2012	"Paraguai fica livre de sanções econômicas do Mercosul"	Mundo	Capa	Conflito
29/06/2012	"Bloco suspende Paraguai, mas sem sanções"	Mundo	Notícia	Conflito
29/06/2012	"Diplomata vê onda neogolpista na América do Sul"	Mundo	Entrevista	Conflito
29/06/2012	"Guimarães renuncia a cargo no bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
30/06/2012	"Mercosul aproveita ausência do Paraguai e inclui Venezuela"	Mundo	Capa	Conflito

30/06/2012	"O golpe que não existiu"	Opinião	Opinião	Moralidade
30/06/2012	"Temos de ter tolerância zero com golpes"	Opinião	Opinião	Moralidade
30/06/2012	"Painel Vera Magalhães"	Poder	Opinião	Conflito
30/06/2012	"Mercosul manobra e integra Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
30/06/2012	"Permanência no bloco deve se tornar um tema para Paraguai"	Mundo	Opinião	Conflito
30/06/2012	"País de Chávez turbina superavit de sócios"	Mundo	Reportagem	Consequências econômicas
30/06/2012	"Após tensão, Brasil e Argentina fecham 'acordo de cavalheiros'"	Mercado	Notícia	Conflito
30/06/2012	"Bloco dobra lista de produtos sem tarifa comum"	Mercado	Nota	Consequências econômicas
01/07/2012	"Más notícias"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
01/07/2012	"Ajoelhado no milho"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
01/07/2012	"O golpe revelado"	Poder	Coluna	Conflito
01/07/2012	"A China e o despertar do Mercosul"	Mundo	Opinião	Consequências econômicas
01/07/2012	"O que houve no Paraguai foi ruptura política e não golpe"	Mundo	Entrevista	Conflito
01/07/2012	"Gestão Franco rejeita a suspensão pela Unasul e ameaça deixar bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
02/07/2012	"Fanfarra populista"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
03/07/2012	"Dilma pressionou por Venezuela, diz Uruguai"	Mundo	Capa	Responsabilidade
03/07/2012	"Venezuela entrou graças ao Brasil, diz Uruguai"	Mundo	Notícia	Conflito
03/07/2012	"Temos de evitar luta de classes criada pela gestão Lugo"	Mundo	Entrevista	Conflito
03/07/2012	"Oposição uruguaia convoca chanceler a dar explicações"	Mundo	Notícia	Conflito
04/07/2012	"Itamaraty à deriva"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
04/07/2012	"A ilegalidade da incorporação da Venezuela"	Opinião	Opinião	Moralidade
04/07/2012	"Quem comprará biquínis de quem?"	Poder	Coluna	Consequências econômicas
04/07/2012	"Brasil reduzirá superavit com Argentina"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
04/07/2012	"Paraguai exhibe 'provas' de ação de Chávez"	Mundo	Notícia	Conflito
04/07/2012	"O Brasil pode ter tudo?"	Mundo	Opinião	Interesse humano
05/07/2012	"Mujica diz que, no Mercosul, o fator político venceu o jurídico"	Mundo	Capa	Insuficiente
05/07/2012	"Nome aos bois"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
05/07/2012	"Democracia paraguaia"	Opinião	Opinião	Moralidade

05/07/2012	"Bem vinda ao Mercosul, Venezuela"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
05/07/2012	"No Mercosul, fator político venceu o jurídico"	Mundo	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Argentina acabará com o Mercosul, diz consultor brasileiro" FRASE DO DIA	Mundo	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Planalto vê falta de comando em ações do governo uruguaio"	Mundo	Opinião	Conflito
06/07/2012	"Mercosul e as sanções no direito comunitário"	Opinião	Opinião	Interesse humano
06/07/2012	"Chávez diz que senadores paraguaios exigiram propina"	Mundo	Notícia	Conflito
07/07/2012	"Cristina age no Mercosul por razão interna"	Mundo	Notícia	Responsabilidade
08/07/2012	"Esvaziado, Itamaraty passa por teste de fogo"	Mundo	Notícia	Responsabilidade
08/07/2012	"Parceiros do Brasil batem cabeça no Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
08/07/2012	"Crise expõe inseguranças da diplomacia brasileira"	Mundo	Opinião	Responsabilidade
10/07/2012	"Alerta na Argentina"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
10/07/2012	"Paraguai vai a tribunal contra suspensão"	Mundo	Notícia	Conflito
11/07/2012	"Saída de Lugo foi legal, diz missão da OEA"	Mundo	Notícia	Conflito
11/07/2012	"FHC ataca adesão da Venezuela ao Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
12/07/2012	"Corte do Paraguai aceita recurso de Lugo"	Mundo	Notícia	Conflito
12/07/2012	"Brasil e EUA divergem sobre crise paraguaia"	Mundo	Notícia	Conflito
19/07/2012	"Presidente paraguaio promete 'tolerância zero' com ilegalidade"	Mundo	Entrevista	Conflito
19/07/2012	"Chávez anuncia fundo para alavancar vendas ao Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
23/07/2012	"Corte nega rever suspensão do país do Mercosul após impeachment"	Mundo	Notícia	Conflito
27/07/2012	"Dilma envia missão a Caracas por Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
29/07/2012	"Em crise, Mercosul se agarra à Venezuela"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
29/07/2012	"Interesse da Argentina tem razões políticas"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
29/07/2012	"Empresários do Paraguai defendem que país renegocie participação no bloco"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
31/07/2012	"Venezuela e o problema Mercosul"	Mundo	Opinião	Interesse humano
31/07/2012	"Chávez chega ao país para ato de adesão de Caracas ao Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
31/07/2012	"Lugo nega interferência do governo da Venezuela junto a seus militares"	Mundo	Notícia	Conflito

01/08/2012	"Dilma defende 'nova etapa' do Mercosul com Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
01/08/2012	"Cristina e Chávez fecham acordo entre petroleiras"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
02/08/2012	"Sem rumo no Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
02/08/2012	"Na linha"	Ilustrada	Nota	Insuficiente
03/08/2012	"Equador topa convite do Mercosul e quer adesão"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
04/08/2012	"ONG cobra Dilma por 'violações' na Venezuela"	Mundo	Notícia	Interesse humano
04/08/2012	"Venezuela no Mercosul anima indústria"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
04/08/2012	"Comércio entre parceiros deve crescer, mas conotação política pode atrapalhar"	Mercado	Opinião	Consequências econômicas
08/08/2012	"Direitos do Brasil"	Mundo	Coluna	Interesse humano
09/08/2012	"Paraguai diz que não 'cederá' energia a Brasil"	Mundo	Notícia	Conflito
10/08/2012	"Paraguai quer renegociar valor pago pelo Brasil"	Mundo	Entrevista	Conflito
10/08/2012	"Brasil trata com desdém ameaça feita por vizinho"	Mundo	Notícia	Conflito
11/08/2012	"Brasil rejeita negociar Itaipu com Paraguai"	Mundo	Notícia	Conflito
11/08/2012	"Ameaça de presidente atende a objetivos internos e externos"	Mundo	Opinião	Conflito
15/08/2012	"Itaipu é uma encrenca fabricada"	Poder	Coluna	Conflito
15/08/2012	"Paraguai cogita referendo sobre seguir no Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
23/08/2012	"Em 60 dias, Franco reverte ações de Lugo"	Mundo	Notícia	Conflito
24/08/2012	"Itaipu: imperialismo às avessas"	Opinião	Opinião	Conflito
24/08/2012	"Senado do Paraguai rejeita a entrada de Caracas no Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
04/09/2012	"Chávez ameaça"	Opinião	Editorial	Interesse humano
07/09/2012	"Importação de itens 'protegidos' pelo governo tem queda em 2012"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
22/09/2012	"Menor demanda brasileira faz PIB argentino recuar 0,8% no 2º tri"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
23/09/2012	"Mercosul não tem como moderar Chávez"	Mundo	Entrevista	Interesse humano
28/09/2012	"Na ONU, Franco diz que Guerra do Paraguai foi um 'holocausto'"	Mundo	Notícia	Conflito
30/09/2012	"Maior parte dos vizinhos quer vitória de Chávez"	Mundo	Notícia	Conflito
30/09/2012	"Problemas do Mercosul são outros, não a entrada da Venezuela no bloco"	Mundo	Opinião	Insuficiente
01/10/2012	"Recuo no comércio é estratégia"	Mundo	Coluna	Consequências econômicas

06/10/2012	"Paraguai pode voltar ao bloco antes de 2013, diz Patriota	Mundo	Notícia	Insuficiente
09/10/2012	"Revigorado pelas urnas, Chávez quer acelerar 'socialismo'"	Mundo	Notícia	Conflito
13/10/2012	"País negocia volta a Unasul e Mercosul, afirma chanceler"	Mundo	Notícia	Conflito
15/10/2012	"Crise de inserção"	Mundo	Coluna	Consequências econômicas
02/11/2012	"Patriota e Chávez têm reunião sobre Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
11/11/2012	"Mercosul prepara rede exclusiva de salas de cinema"	Ilustrada	Notícia	Interesse humano
07/12/2012	"Venezuela se incorpora de fato ao Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
07/12/2012	"Com forte desaceleração, bloco tenta atrair Bolívia e Equador"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
29/12/2012	"Paraguai quer acabar com brasiguaios ilegais"	Mundo	Notícia	Interesse humano
05/01/2013	"Suspenso, Paraguai vende mais ao Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
08/01/2013	"Fraqueza comercial"	Opinião	Editorial	Consequências econômicas
10/01/2013	"Compra de gás pela Argentina é afetada por demanda do país"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
15/01/2013	"Camaradagem"	Opinião	Opinião	Responsabilidade

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.3 A NARRATIVA DA FOLHA SOBRE A SUSPENSÃO DA VENEZUELA DO MERCOSUL

5.3.1 Análise quantitativa do segundo recorte

Assim como no período do primeiro recorte, aqui também o enquadramento do conflito foi o mais utilizado pelo jornal ao retratar para o leitor o cenário das relações regionais, este momento também caracterizado por uma crise institucional no Mercosul. Diferentemente da ruptura política de 2012 no Paraguai, em que um acelerado processo de *impeachment* pegou os jornais de surpresa, as instabilidades do bloco em 2016 já há tempos eram debatidas pelos colunistas, e a suspensão da Venezuela já era prevista meses antes de ser oficializada. Com isso, não se repete aqui a concentração da grande maioria das publicações no período da ruptura, estando essas melhor distribuídas ao longo de todo o recorte temporal. Por outro lado, a distribuição entre tipos textuais e cadernos onde os textos foram publicados

permaneceu inalterada, continuando o tipo "Notícia" a ser maioria (75 dentre 143), assim como o caderno "Mundo" (98 dentre 143).

Outra continuidade é o paralelo feito entre as disputas políticas nacionais e regionais, com o jornal a todo momento agrupando os diversos atores entre dois grupos antagônicos e ideologicamente inconciliáveis: os ditos "bolivarianos" de um lado, e os neoliberais de outro. Assim, são exploradas as mudanças políticas nos países membros como fundamento para as comparações de posturas e responsabilizações sobre os erros e acertos internacionais. Nesse sentido, o governo Temer é frequentemente classificado a partir do contraste com as administrações petistas, e o governo Macri, do mesmo modo, qualificado sempre em comparação com os governos kirchneristas. Seguindo o mesmo enquadramento adotado na crise de 2012, o jornal aqui também usa da personalização da política, trabalha as afinidades e disputas pessoais dos líderes envolvidos, e insere os embates regionais nas disputas nacionais de cada membro. Assim, o prisma do conflito novamente desponta como líder isolado nos tipos de enquadramento utilizados pela Folha.

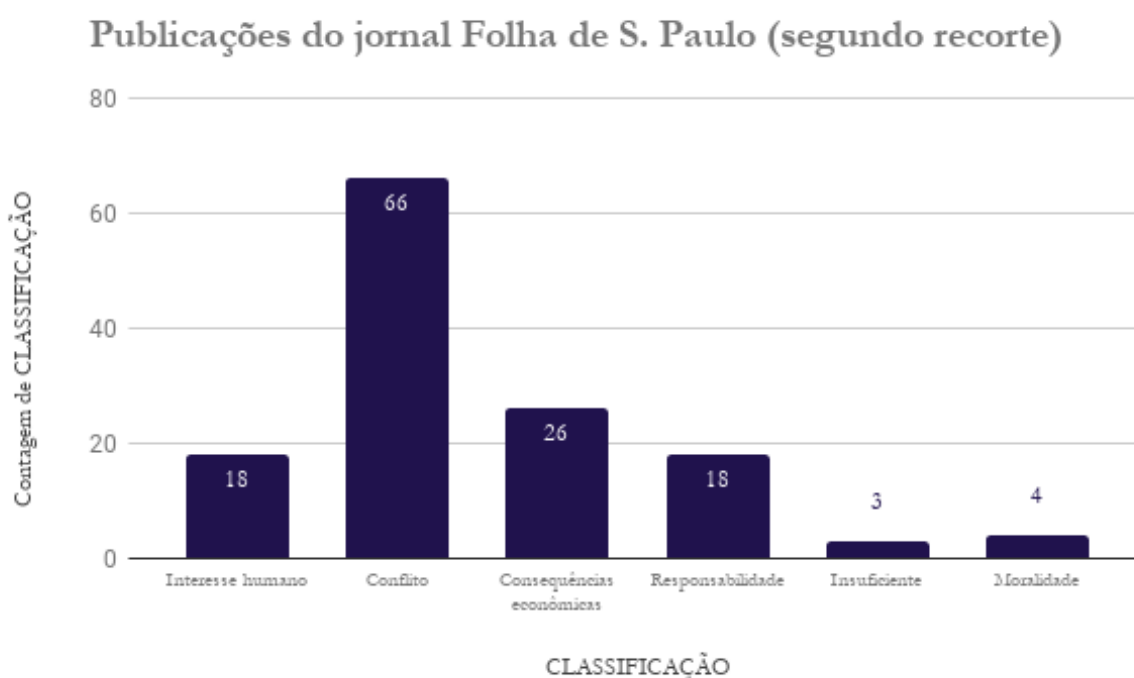


Figura 5: Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Uma clara diferenciação é o crescimento no uso do enquadramento de interesse humano, já que em 2016 a crise humanitária na Venezuela acaba se agravando e

transbordando as fronteiras do país. Com isso, muitas são as publicações que abordam a necessidade de se instituir uma comissão regional para o tratamento da questão, assim como a defesa de uma suspensão de Caracas do bloco em razão das violações de direitos humanos cometidas pelo governo Maduro. No mesmo sentido, o prisma da responsabilidade é também bastante explorado, tanto na atribuição da culpa sobre as administrações chavistas e petistas, como sobre o Itamaraty, o governo Cristina Kirchner, e até o chanceler José Serra, em certo momento muito elogiado pelo jornal, mas ao fim criticado pela complacência. Muitos foram os textos em que vários enquadramentos foram utilizados ao mesmo tempo, mas que acabaram sendo classificados de acordo com aquele cujo destaque foi maior.

Apesar de, em 2016, o país estar enfrentando uma séria crise econômica, o tema acabou sendo menos explorado nesse segundo recorte em relação ao primeiro. O dado traz surpresa, pois, além de se esperar que o próprio cenário trouxesse tal perspectiva ao centro do debate, a troca governamental também trouxe ao Planalto uma administração preocupada em recuperar o protagonismo do comércio no âmbito do Mercosul, o que seria também suficiente para um aumento na abordagem sob o prisma das consequências econômicas da crise no bloco. Novamente, a insistência da Folha na abordagem do tema através dos conflitos políticos acaba indo de encontro com o posicionamento defendido pela sua própria linha editorial, de retorno à gênese comercial do bloco. Com isso, a narrativa sobre o Mercosul continua confinada aos aspectos das disputas políticas e dos desentendimentos entre chefes de Estado, impossibilitando uma ampliação do escopo do debate público para outros temas também relevantes ao pleno entendimento da questão.

Análise quantitativa - tipos textuais (segundo recorte)

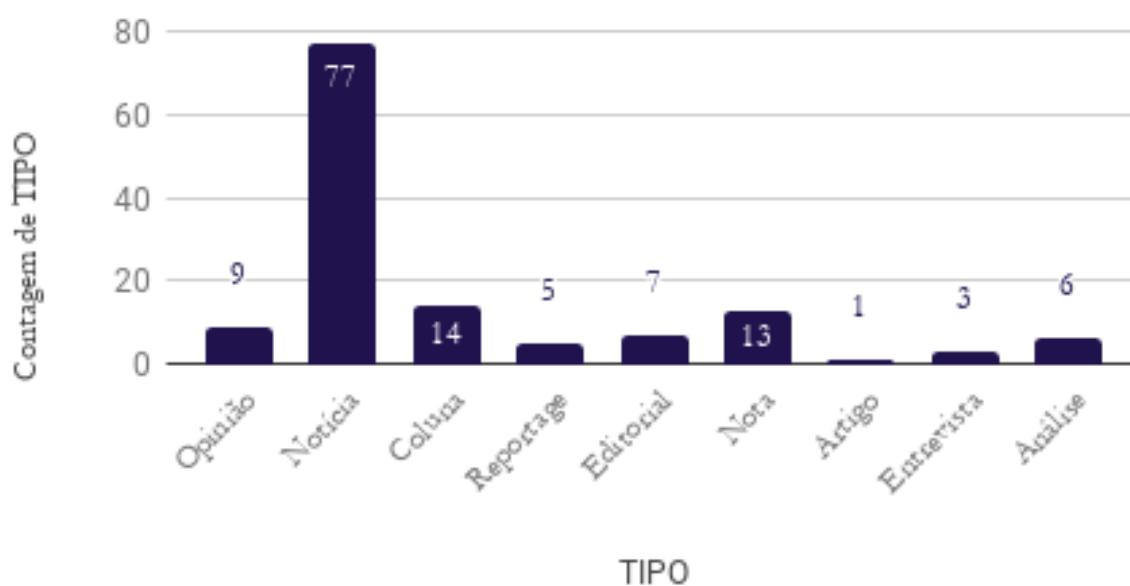


Figura 6: Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal Folha de S. Paulo no segundo recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Análise quantitativa - caderno (segundo recorte)

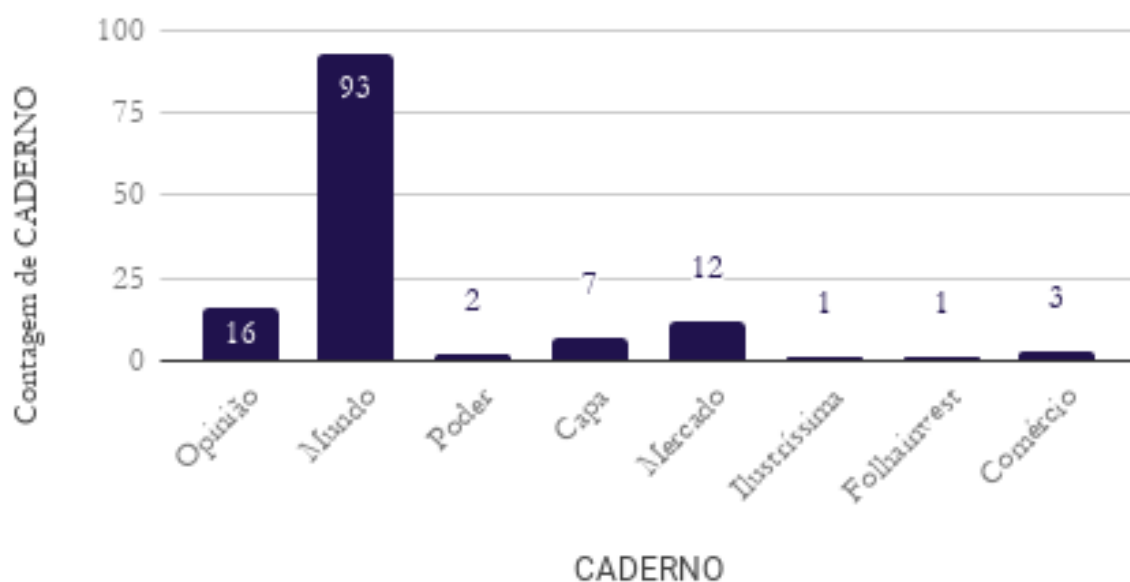


Figura 7: Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal Folha de S. Paulo no segundo recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.3.2 Análise qualitativa do segundo recorte

No primeiro editorial dentro do nosso recorte temporal, o jornal defende que a mudança de governos na região pode significar uma nova chance para o bloco (FOLHA DE S. PAULO, 27 jun. 2016). Utilizando o método de Entman para esclarecer enquadramentos, podemos perceber que o problema apontado pela Folha é que "o Mercosul tem funcionado antes como obstáculo do que como trampolim para negociações comerciais do Brasil com o restante do mundo" e que "faz tempo que se tornou necessário mudar essa situação". Assim, os culpados seriam os "governos esquerdistas e protecionistas", que não implementaram a visão fundadora do bloco de instituir plenamente uma zona de livre circulação de mercadorias na região. O julgamento moral vem da comparação entre os governos "esquerdistas" anteriores com o novo, tendo agora José Serra na frente do Itamaraty, um "crítico dos mecanismos que impedem o país de negociar sem o aval dos demais membros". Ao final, é sugerido no texto que "o Mercosul funcionaria melhor como zona de livre-comércio [...], mas sem a fixação de política comercial e tarifas comuns para terceiros", adequando-o "às circunstâncias e necessidades do Brasil".

Percebe-se que, nesse período de afastamento da presidente Dilma, com o governo interino de Michel Temer tentando distanciar-se da política adotada pela petista, os jornais acabam expondo diversos textos analíticos de crítica à administração anterior, com apontamento de possíveis direções para o próximo presidente. Assim, o período de transição foi bastante fértil para as análises de conjuntura e apreciação dos rumos tomados pelo país até então. Assim como o editorial analisado acima, muitos serão os textos ancorados na ótica da responsabilidade, sempre associando as adversidades aos governos petistas. Em outro sentido, será também bastante utilizado o enfoque no conflito entre forças políticas opostas, já que dentro do Mercosul tivemos mudanças drásticas na Argentina, no Paraguai e no Brasil⁵⁴, com a subida ao poder de governantes de direita, enquanto no Uruguai e na Venezuela houve uma continuação⁵⁵. O conflito retratado no jornal se dá entre as diferentes visões sobre o bloco, e entre as diferentes atitudes em relação ao governo venezuelano. Ainda assim, o jornal traz a alusão de que as visões defendidas por Venezuela e Uruguai estariam em consonância com

⁵⁴ Em 2015, Mauricio Macri sobe à cadeira presidencial, dando fim à era kirchnerista no país. No Paraguai, Horacio Cartes retoma em 2013 a hegemonia do Partido Colorado no país, dando fim a um breve período de liderança da esquerda.

⁵⁵ No Uruguai, Tabaré Vázquez sucede seu colega José Mujica em 2015, mantendo a Frente Amplio no poder. Na Venezuela, Nicolás Maduro assume o cargo em 2013 após a morte de Hugo Chávez.

aquelas adotadas pelas administrações Lula e Dilma, recuperando assim a ideia da responsabilidade e a associando à do conflito.

Quando em julho é discutida a questão de se passar ou não a chefia do Mercosul à Venezuela, próxima na fila do rodízio, o jornal traz diversas notícias que atestam a divisão no interior do bloco e o impasse que a questão criou (FOLHA DE S. PAULO, 06 jul. 2016). Na época ocupando a presidência, o Uruguai passa a defender que seja respeitado o rodízio e que, portanto, Caracas deveria ter seu direito de chefiar o bloco respeitado. Por outro lado, os governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai defendiam que para assumir a presidência rotativa, a Venezuela deveria antes cumprir as obrigações do protocolo de adesão. No dia 06, o jornal noticia as declarações da ministra das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, nas quais ela critica a tentativa de Serra de adiar a transferência da presidência e defende que o afastamento de Dilma Rousseff seria um golpe de Estado, aliando-se à narrativa petista sobre a crise política no Brasil. Por outro lado, segundo a própria notícia, José Serra tenta se colocar no lado oposto, e então, "num esforço para se distanciar da gestão petista, Serra multiplicou ataques à Venezuela". Além disso, o ministro "também já apoiou o plano da oposição de convocar um referendo para revogar o mandato de Maduro".

A ótica do conflito é explorada intensamente nesse texto, em que são evidenciados os dois lados do debate. Também é trazido o fato de que, ao viajar para Montevideu para conversar com Tabaré Vázquez, Serra é acompanhado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que também defende que a passagem da presidência do bloco a Caracas seja adiada. Em consonância, Macri também divulgou ser contra a entrega da gestão do bloco aos venezuelanos, colocando-se ao lado do Brasil na questão. Segundo Serra, a posição brasileira seria "intermediária", "entre a paraguaia, totalmente oposta à entrega da presidência, e a uruguaia, favorável a respeitar o cronograma". Nesse sentido, não somente o jornal utiliza a narrativa do conflito em suas notícias, mas também as personagens inseridas no episódio, como Serra que usufrui da contenda externa para angariar capital político interno e se posicionar avesso a outro grupo e outras ideias que movimentavam o debate nacional.

Em editorial do dia 12 do mesmo mês, o jornal inicia seu texto chamando atenção ao conflito de ideias entre o governo interino de Michel Temer e seus antecessores petistas. Assim, o problema é evidenciado já no primeiro parágrafo, com a devida contextualização, na afirmativa de que "com a nítida preocupação de evidenciar um novo rumo da política externa, o chanceler José Serra vem agindo para impedir que a Venezuela – uma das autocracias das quais o Brasil se aproximou durante os governos petistas – assuma a presidência rotativa do Mercosul" (FOLHA DE S. PAULO, 12 jul. 2016). Segundo o editorial, o impasse teria sido

causado pela recusa uruguaia em aderir à proposta brasileira de impor condições à passagem do comando, e também pela incapacidade da Venezuela de cumprir suas obrigações, já que "a resolução das pendências está longe de ser uma prioridade para o governo Nicolás Maduro".

No entanto, o editorial lembra que, apesar da proposta de Serra ser mais branda que a de seus colegas, como o Paraguai, essa "se afasta da tradição do Itamaraty para a região – de agir com discrição, buscar o consenso e se posicionar como mediador de conflitos". Além disso, ressalta o risco de se utilizar o argumento do descumprimento de normas para impor sanções, "já que sobram casos de desrespeito ao ordenamento jurídico do bloco" por parte de outros membros, inclusive o Brasil. Lembra que "o isolamento internacional com frequência gera mais radicalização interna" e que "o Brasil deveria se preparar para ajudar na transição, e não gastar energia em bate-bocas públicos e em sanções contraproducentes". Assim, a solução defendida pelo jornal passa ao largo daquelas defendidas pela gestão Serra, mesmo que em outros momentos os posicionamentos do governo interino em relação à política regional tenham sido elogiados. Assim, esse texto se destaca por transitar entre os prismas do conflito de ideias, do interesse humano e da moralidade, com destaque para a última, no apelo do jornal à manutenção da coerência e do respeito às normas e tradições diplomáticas.

Em artigo, o colunista Matias Spektor chama o impasse de "principal ruptura com a diplomacia regional do governo Dilma", ainda trabalhando no pilar do conflito de ideias entre as duas administrações (FOLHA DE S. PAULO, 25 ago. 2016). O autor então compara os dois momentos antagônicos dos dois governos, dizendo que no "antigo paradigma, o Brasil deveria tolerar o chavismo" para tentar empreender mudanças "longe dos holofotes", já que denunciar o país publicamente seria fazer o jogo da oposição venezuelana, "ela mesma carente de credenciais democráticas", e também favorecer os americanos e o "tucanato". "Agora, o novo governo brasileiro optou por deixar explícitas suas divergências com o chavismo", e trabalha no sentido de atravancar a atuação da Venezuela nos foros multilaterais aos quais tem acesso. Segundo o autor, tal posição é acertada, pois cabe ao Brasil, líder regional, se manifestar sobre a "destruição em curso". Assim, para ele, nada é "incendiário ou intervencionista" na decisão de barrar a passagem da chefia do bloco a Caracas, e tampouco há radicalismo na nova política.

Spektor traz ao leitor episódios anteriores em que a diplomacia brasileira intercedeu pela manutenção da ordem democrática nos vizinhos, citando exemplos dos governos Lula e FHC. Segundo ele, "ao impedir a posse venezuelana da presidência do Mercosul, Temer aciona esse mesmo repertório", trazendo a ideia de continuação na política externa do Brasil, diferentemente dos demais textos que optam por ressaltar as diferenças. Portanto, Spektor não

acolhe a narrativa do conflito, mas sim a da moralidade, apelando ao legado e aos princípios da diplomacia brasileira, defendendo a continuidade dessa tradição. Atenta também ao fato de que, antes dividido, "o governo uruguaio fez barulho inicial, mas já encaminha seu ajuste", enquanto, por outro lado, Paraguai e Argentina decidiram seguir a decisão de aplicar uma sanção branda, o que confirma a preservação da liderança regional do Brasil apesar da crise interna e externa.

Assim, no dia 13 de setembro, é aprovada pelos membros do Mercosul uma presidência colegiada até o prazo de 1º de dezembro, mesmo prazo para a Venezuela colocar em dia suas obrigações com o bloco. A decisão só foi possível graças à abstenção do Uruguai, que acabou cedendo à pressão dos colegas. Segundo a notícia do dia 14, o Itamaraty já trabalhava com a certeza de que, atolado pela crise interna, o país não conseguiria cumprir os requisitos e, portanto, sua suspensão era tida como apenas uma questão de tempo (FOLHA DE S. PAULO, 14 set. 2016). Esse é um dos motivos para o reduzido número de publicações sobre a suspensão em dezembro, quando comparamos com o volume das semanas seguintes à adesão da Venezuela. Isso porque, em 2016, o cenário já havia sido definido pelos atores, e não houve nenhuma surpresa quando de fato a suspensão foi aplicada. A mesma notícia traz informações sobre as divisões políticas do Uruguai, explicitando que a evolução da posição do país de total apoio à passagem da chefia para uma posterior abstenção foi fruto de extenso debate e negociação interna entre grupos ligados ao governo Vázquez. Assim, o texto trabalha as questões de conflito não só dentro do bloco, mas também dentro dos países-membros.

É importante ressaltar que o episódio se desdobra após a destituição definitiva da presidente Dilma Rousseff, e não sendo mais um governo interino, a gestão Temer agora estava livre para imprimir suas visões na política externa do país. Nesse sentido, a Folha publica, no dia 16 de setembro, um editorial enaltecendo a mudança de postura empreendida pelo chanceler José Serra, onde "abandona-se a indulgência quase servil praticada durante boa parte dos anos petistas, passa-se a um rigor quase hostil neste começo de governo Michel Temer (PMDB)" (FOLHA DE S. PAULO, 16 set. 2016). Exaltando o "novo tom do Mercosul", o jornal aponta, por outro lado, que a decisão "ameaça tradição da política externa brasileira", já que o uso da justificativa do descumprimento de normas seria motivo suficiente para penalizar todos os demais membros, e que tal punição "nem se encontra nas regras do bloco, mas na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados".

Assim, para a Folha, "causa estranheza que o Itamaraty tenha ido tão longe", já que seria mais fácil acionar a cláusula democrática do bloco, e acusa "os sinais de cálculo eleitoral nessa diplomacia inflexível de Serra". E ao final, afirma que "sempre se cobrou, neste espaço,

que o Itamaraty fosse conduzido sem ideologia. A cobrança persiste". Com isso, editorial se pauta, assim como o texto de Spektor, nas rupturas e continuidades da tradição diplomática brasileira, ressaltando os aspectos morais da tomada de decisão do Itamaraty. Assim, o texto trata como "certo exagero" a guinada da instituição em relação ao impasse regional, distante da "condescência característica dos governos antecessores". Apesar de pontuar a distinção, não trata a questão pelo prisma de um embate de visões da política externa brasileira, mas sim pela sucessão de posturas de uma instituição que vai além dos governos temporários, e que é pautada pelo legado de sua história e de seus princípios.

No dia 19, o então senador Aécio Neves, publica um artigo de opinião elogiando a nova postura da política externa brasileira em relação à Venezuela (FOLHA DE S. PAULO, 19 set. 2016). À época, Aécio era tido como principal liderança da oposição ao governo Dilma, com quem disputou as eleições presidenciais em 2014, perdendo por uma margem bem pequena. Filiado ao PSDB, mesmo partido do ministro José Serra, Aécio publica tal texto no intuito de se colocar distante da antiga política regional petista e de se projetar no cenário nacional como uma liderança em consonância com o novo paradigma da política externa brasileira. Defende que "o alinhamento ideológico que dominou a diplomacia de alguns dos países-membros do Mercosul até pouco tempo atrás permitiu o ingresso da Venezuela em 2012", e que "a experiência venezuelana ressalta, com tintas fortes, os limites e o fracasso dos regimes populistas". Segundo ele, "a diplomacia brasileira, sob a liderança do chanceler José Serra, está conduzindo o Mercosul a seus melhores caminhos, deixando pra trás o isolacionismo que marcou a última década".

O texto de Aécio serve para ilustrar o que Berringer afirma ser a utilização da política externa como uma das principais frentes usadas pela oposição para atingir o governo e se posicionar no debate interno (BERRINGER, 2015). Durante os governos FHC e Lula, a polarização da política brasileira se traduziu em uma partidarização da política externa, que foi se acentuando ao longo dos anos, chegando ao ápice atualmente na crise da Venezuela. Assim, o tucano utiliza os espaço do jornal para se colocar como uma alternativa política para aqueles que concordam com esse novo posicionamento em relação a Caracas. No texto, afirma sobre a Venezuela que "a truculência, a manipulação econômica, a irresponsabilidade fiscal, o desmazelo com o patrimônio público e um intervencionismo sem paralelo produziram um país empobrecido", fazendo alusão às políticas econômicas populistas que a oposição criticava nos governos petistas, e que acusava de serem a causa da recessão econômica no Brasil. Assim, trabalha muito a ótica do conflito, da oposição de ideias entre dois grupos, e traz à luz a relação direta entre política nacional e internacional.

Em reportagem especial do dia 28 de outubro, a Folha traz extensa matéria sobre os problemas enfrentados pelo país na retomada dos acordos e negociações de livre comércio (FOLHA DE S. PAULO, 28 out. 2016). O texto afirma que a reorientação vem do novo governo Temer, que acelerava as conversações para alcançar resoluções mais rápidas, mas que, mesmo assim, o país "chega atrasado", motivo por trás das dificuldades encontradas no processo. Ao lado da reportagem, o jornal ainda traz um artigo analítico de um de seus colunistas especialistas no assunto (FOLHA DE S. PAULO, 28 out. 2016), e uma extensa entrevista com o economista Robert Lawrence, da Universidade de Harvard (FOLHA DE S. PAULO, 28 out. 2016). Todos os três textos acusam o excesso de protecionismo das administrações anteriores e defendem a inserção do Brasil nas grandes cadeias de comércio global. Assim, todos se colocam em consonância com a linha editorial do jornal, sempre favoráveis ao livre mercado, e pautados pela questão das consequências econômicas de tais entraves sobre o comércio.

Em 06 de novembro, o jornal traz a reportagem "Indústria vê aposta fracassar e sente mais crise do vizinho", sobre a queda das exportações brasileiras para a Venezuela (FOLHA DE S. PAULO, 06 nov. 2016). Apesar de pontuar que o saldo das trocas continua positivo para o Brasil, o texto ressalta que esse bônus já foi maior, e traz ao leitor um gráfico explicitando a evolução das vendas ao vizinho desde 2003. Há também o depoimento de Carlos Abijaodi, representando a CNI (Confederação Nacional da Indústria), simbolizando a decepção do setor com a queda das exportações para os venezuelanos, um mercado que segundo ele "permitia vendas de qualidade", em alusão aos manufaturados. É ressaltado no texto que "a participação dos produtos de maior valor agregado na venda para a Venezuela é alta para padrões brasileiros", o que explica o entusiasmo do setor industrial à época de sua adesão ao Mercosul. Aqui, no entanto, esse setor vê a queda das vendas como um seguimento do desgaste nas relações diplomáticas entre os dois vizinhos. Nesse sentido, o texto, inserido no caderno Mercado, se pauta totalmente nas consequências econômicas da crise política no país.

No dia 02 de dezembro, os membros do Mercosul oficializam a suspensão da Venezuela do bloco, em decorrência do fim do prazo para que esse país cumprisse as normas do protocolo de adesão (FOLHA DE S. PAULO, 02 dez. 2016). O jornal ainda ressalta que "apesar de a notificação não ter sido assinada pelo chanceler uruguaio", não estaria descartada a possibilidade de o país "tentar dar outra interpretação no futuro" sobre a suspensão. É também publicada a resposta da chanceler venezuelana à decisão, e uma nota do Parlamento do Mercosul pedindo a "proteção da institucionalidade" do bloco, documento assinado por 12

dos 122 parlamentares. Novamente, a pauta do texto é a divisão interna na organização, em que o jornal ressalta que a contestação venezuelana é minoritária, trazendo a análise a partir do prisma do conflito. A decisão não gera enorme volume de publicações e análises por parte do jornal e seus colunistas, visto que tal desfecho já era esperado, e havia sido debatido ao longo do ano.

No entanto, no dia seguinte, ao dar destaque à reação do governo venezuelano à decisão, a notícia cita não somente a condenação por parte da chanceler da Venezuela, Delcy Rodríguez, da suspensão, mas também o posicionamento do país de não reconhecimento da legitimidade do governo Michel Temer (FOLHA DE S. PAULO, 03 dez. 2016). Segundo ela, "as ares golpistas chegaram ao Mercosul com um governo produto também de um golpe de Estado no Brasil", trazendo à tona as divisões políticas que tomaram conta do bloco. No texto, é ressaltado que o descumprimento das normas foi utilizado como argumento para a suspensão, mas que Caracas sempre alegou haver pretextos políticos na decisão. Ao lado da notícia, a Folha traz uma nota com um levantamento feito pelo próprio jornal, afirmando que até aquele momento o Brasil não havia ratificado cinco dos 41 acordos exigidos do governo Maduro, alegando que "um dos argumentos da Venezuela para contestar sua suspensão é que outros países do bloco também não adotaram a normativa" (FOLHA DE S. PAULO, 03 dez. 2016). Novamente, o enfoque recai nas desavenças internas ao Mercosul, e não nas consequências econômicas da decisão ou na responsabilidade de seus causadores. Todavia, o jornal sugere uma questão moral na cobrança pelos países-membros de compromissos não cumpridos por eles mesmos, mas ainda inserido na narrativa do conflito entre dois lados.

Já em fevereiro, o jornal traz mais uma vez o posicionamento do setor industrial brasileiro, que insatisfeitos com os rumos do Mercosul, pedem "mudanças no bloco (FOLHA DE S. PAULO, 07 fev. 2017). É divulgado relatório da CNI, que "elaborou 22 propostas para revigorar o bloco, como a costura de um acordo para compras governamentais", entre outras medidas "necessárias", já que, segundo a entidade, houve uma "paralisa completa" na agenda econômica e comercial da organização. Assim, a solução seria "destravar o comércio" regional, com o setor apostando nos frutos da "boa relação entre os presidentes dos dois países", Mauricio Macri e Michel Temer. As sugestões do setor industrial harmonizam com a linha editorial do jornal, também defensor da liberalização do mercado mercosulino e da dedicação às questões da pauta comercial.

O editorial do dia 11 de fevereiro, o último sobre o Mercosul dentro do nosso recorte, ilustra bem o posicionamento da Folha em relação ao bloco e às medidas que deveriam ser adotadas pelo Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 11 fev. 2017). O problema apontado pelo

jornal seria a falta de estratégia do governo Temer para lidar com o Mercosul, que se encontra, segundo o texto, "à deriva". A análise causal vem acompanhada do julgamento moral, já que para o editorial, graças aos "governos de esquerda no continente, o Mercosul apequenou-se em meio à busca de proteção para produtos brasileiros e argentinos", e que, "nessa regressão mercantilista, os países isolaram-se". O texto ainda afirma que "tal obstáculo poderia ser removido se, como defende esta Folha, o bloco operasse apenas como zona de livre-comércio, com tarifa zero entre seus membros". Ao fim, defende que "o governo tem papel crucial na condução desse debate, mas ainda não parece pronto a assumi-lo", quando joga dúvidas sobre a capacidade política de Temer de empreender as reformas necessárias.

Nesse sentido, o jornal mantém a linha editorial defendida desde a criação do bloco, de aposta na questão comercial e no destravamento dos protecionismos do continente. Ao trabalhar com a questão da integração na América do Sul, Mariano trabalha com duas concepções: uma de uma Mercosul Máximo, inspirado nos moldes europeus; e outra de um Mercosul Mínimo, mais pragmático e comercial (MARIANO, 2015). Observando a evolução da narrativa da Folha sobre o Mercosul, é possível perceber que o jornal defende o segundo modelo, inspirado nos ideais neoliberais, com "ampliação condicionada aos interesses econômicos e comerciais, mínimo de institucionalidade, maior agilidade decisória" (MARIANO, 2015, p. 65), além de estar sempre condicionado aos custos que produz para o país. Assim, há uma lógica na narrativa, que se atém a esse paradigma de integração, mesmo que em alguns momentos variando entre as perspectivas do conflito, da responsabilidade e das consequências econômicas.

O que ficou claro no tratamento pelo jornal da questão da Venezuela no Mercosul é que, apesar de o jornal defender uma visão pragmática do bloco, focada nos aspectos econômicos e comerciais, mesmo com os claros benefícios à balança comercial brasileira, a relação com os venezuelanos sempre foi pautada pelo aspecto político. Mesmo nos momentos em que o jornal expõe o entusiasmo do setor industrial com a adesão da Venezuela e o potencial que essa oferece ao sistema produtivo nacional, as publicações acabam sempre assinalando o enfoque político da questão, dando maior dimensão a esse ângulo do que ao comercial. No mesmo sentido, os aspectos estratégicos, como a segurança energética e a ampliação do alcance mercosulino para o Caribe, são apenas pontuados em raros momentos, e sempre por autoridades entrevistadas, como o caso do diplomata Samuel Pinheiro Guimarães. Assim, a narrativa sobre a participação da Venezuela no Mercosul acabou sequestrada pelos aspectos políticos, ainda que a pauta econômica e comercial tenha sempre sido defendida pelo jornal como uma questão a ser priorizada.

Quadro 2: Publicações do jornal Folha de S. Paulo analisadas no segundo recorte temporal.

DATA	TÍTULO	CADERNO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO
02/06/2016	"Temer não intervém"	Opinião	Opinião	Interesse humano
02/06/2016	"Venezuela abre impasse e impede OEA de intermediar crise política"	Mundo	Notícia	Conflito
02/06/2016	"Serra defende 'ação única' para fim de crise"	Mundo	Notícia	Interesse humano
03/06/2016	"Nem tão novas diretrizes"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
04/06/2016	"Uma circular não escrita"	Poder	Coluna	Responsabilidade
09/06/2016	"Serra recebe chanceler paraguaio para tratar de crise em Caracas"	Mundo	Notícia	Interesse humano
13/06/2016	"Serra e a oportunidade perdida"	Mundo	Coluna	Responsabilidade
14/06/2016	"Capriles inicia tour pela região para defender referendo"	Mundo	Notícia	Conflito
18/06/2016	"Brasil avalia se abandona grupos ligados ao Mercosul"	Mundo	Reportagem	Consequências econômicas
24/06/2016	"Brasil quer revogar decisão do Mercosul para liberar acordos"	Capa	Notícia	Consequências econômicas
24/06/2016	"Embaixador da Venezuela falta de novo a cerimônia com Temer"	Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2016	"Itamaraty quer mudar regra para fazer acordos sem países do Mercosul"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
25/06/2016	"Blocos e lógicas"	Opinião	Opinião	Interesse humano
25/06/2016	"Ruptura pode atrasar acordo Mercosul-UE"	Mundo	Reportagem	Consequências econômicas
27/06/2016	"Chance para o Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
01/07/2016	"Brasil precisa sanar crise para acordos, diz Macri"	Mundo	Notícia	Insuficiente
03/07/2016	"Venezuela trava o Mercosul"	Mundo	Coluna	Conflito
06/07/2016	"Serra age contra a Venezuela, e chanceler rebate"	Capa	Notícia	Conflito
06/07/2016	"Serra sugere adiar passagem de chefia de bloco a Caracas"	Mundo	Notícia	Conflito
07/07/2016	"Brasil tenta adiar reunião de chanceleres do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
08/07/2016	"Uruguai quer passar chefia do Mercosul para Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
09/07/2016	"Motivos e princípios"	Mundo	Coluna	Responsabilidade
09/07/2016	"Impasse sobre Venezuela esvazia encontro do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito

10/07/2016	"Brasil faz lobby para que Venezuela aceite doações de remédios"	Mundo	Notícia	Interesse humano
11/07/2016	"Punição inconsequente"	Mundo	Coluna	Conflito
11/07/2016	"Exportações para a Argentina reagem no 1º semestre, mas ainda patinam"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
12/07/2016	"Impasse no Mercosul"	Opinião	Editorial	Moralidade
12/07/2016	"Mercosul adia decisão sobre Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
12/07/2016	"Brasil deve evitar crítica a Caracas"	Mundo	Nota	Conflito
15/07/2016	"Decisão do Mercosul sobre Caracas é adiada"	Mundo	Notícia	Conflito
24/07/2016	"Mercosul e a falência de Caracas"	Mundo	Coluna	Moralidade
28/07/2016	"Impasse deixará Mercosul sem comando"	Mundo	Notícia	Conflito
30/07/2016	"Temer quer 'simples internacional' para ajudar exportadores"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
31/07/2016	"O redesenho do mundo"	Ilustríssima	Artigo	Consequências econômicas
02/08/2016	"Incerteza marca 1º dia de Mercosul sem chefia"	Mundo	Notícia	Conflito
03/08/2016	"Extrema direita trava Mercosul, diz Caracas"	Mundo	Notícia	Conflito
04/08/2016	"Mercosul faz nova reunião contra impasse"	Mundo	Notícia	Conflito
04/08/2016	"Brasil e Argentina precisam de cadeia produtiva regional"	Mercado	Entrevista	Consequências econômicas
05/08/2016	"Mercosul ficará ao menos mais duas semanas sem chefia"	Mundo	Notícia	Conflito
05/08/2016	"Presidência parada pode atrasar acordos"	Mundo	Nota	Consequências econômicas
06/08/2016	"Brasil, Argentina e Paraguai podem rebaixar Venezuela no Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
06/08/2016	"Assunção tira seu embaixador em Caracas"	Mundo	Nota	Conflito
06/08/2016	"Venezuela não pode se consertar sozinha"	Mundo	Análise	Conflito
07/08/2016	"Impasse no Mercosul"	Opinião	Editorial	Conflito
07/08/2016	"O inferno na esquina norte"	Mundo	Coluna	Interesse humano
09/08/2016	"Projeto do 'Simples Internacional' prevê uso de moeda local"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
14/08/2016	"Governar por pesquisas é ceder a clima de inquisição"	Mundo	Entrevista	Conflito
14/08/2016	"Mercosul avalia ação jurídica contra Caracas"	Mundo	Notícia	Conflito
15/08/2016	"Serra afirma que Caracas não presidirá Mercosul"	Mundo	Nota	Conflito
15/08/2016	"Exportação para todos os países do Mercosul cai"	Folhainvest	Notícia	Consequências econômicas

17/08/2016	"Uruguai insinua que Serra tentou 'comprar voto' anti-Caracas do país"	Mundo	Notícia	Conflito
17/08/2016	"Venezuela acusa Brasil de violar regras do bloco"	Mundo	Nota	Conflito
18/08/2016	"Uruguai diz que controvérsia com Serra foi mal-entendido"	Mundo	Notícia	Conflito
18/08/2016	"Mercosul, a hora do divórcio"	Mundo	Coluna	Responsabilidade
20/08/2016	"Caracas diz negociar acordo pelo Mercosul"	Mundo	Nota	Conflito
23/08/2016	"Mercosul busca 'gambiarra' ante impasse para a chefia do bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
24/08/2016	"Uruguai atrasa definição sobre presidência rotativa do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
25/08/2016	"Dedo em riste"	Opinião	Opinião	Conflito
25/08/2016	"Com propostas paralelas, Mercosul vira bloco-fantasma"	Mundo	Notícia	Conflito
28/08/2016	"Itamaraty revê ação econômica e política em 100 dias de Serra"	Mundo	Notícia	Responsabilidade
04/09/2016	"Fora, Maduro"	Mundo	Coluna	Responsabilidade
05/09/2016	"Desafios da diplomacia presidencial"	Mundo	Coluna	Moralidade
07/09/2016	"Por venda de gás, Bolívia recua a começa a aceitar governo Temer"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
14/09/2016	"Mercosul decide retirar Venezuela da chefia do bloco"	Capa	Notícia	Conflito
14/09/2016	"Uruguai se abstém, e Mercosul tira Venezuela da presidência do bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
15/09/2016	"Decisão do Mercosul de chefia colegiada é ilegal, diz Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
16/09/2016	"Novo tom do Mercosul"	Opinião	Editorial	Moralidade
19/09/2016	"Um novo Mercosul"	Opinião	Opinião	Conflito
21/09/2016	"Mercosul debate plano para se tornar mais flexível"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
23/09/2016	"Mercosul cobra empenho da UE em acordo comercial"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
29/09/2016	"Ou Venezuela se adapta ou sai do Mercosul, diz Macri"	Capa	Notícia	Conflito
29/09/2016	"Venezuela não somou ao Mercosul e vai ter de sair, afirma Macri"	Mundo	Notícia	Conflito
30/09/2016	"Países da região se dizem preocupados com Venezuela"	Mundo	Notícia	Interesse humano
03/10/2016	"De volta à América do Sul"	Mundo	Coluna	Interesse humano
04/10/2016	"Serra sugere que mediação de EUA, Cuba e Vaticano pode ajudar Caracas"	Mundo	Notícia	Interesse humano

08/10/2016	"Países da região discutem opção que inclui novo vice na Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
08/10/2016	"Ministra critica fala de Maduro sobre Macri"	Mundo	Nota	Conflito
25/10/2016	"Vaticano atua para diálogo na Venezuela"	Mundo	Notícia	Interesse humano
25/10/2016	"Mediação da Igreja é 1º sinal de que Caracas reconhece crise"	Mundo	Análise	Interesse humano
26/10/2016	"Brasil vê com reserva ação antichavista"	Mundo	Notícia	Conflito
26/10/2016	"Acordo com UE deve ficar para 2018, diz ministro"	Mercado	Nota	Consequências econômicas
27/10/2016	"Dias contados"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
27/10/2016	"Combustível irresistível"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
27/10/2016	"Venezuela, a Síria das Américas"	Mundo	Coluna	Interesse humano
28/10/2016	"Chavismo faz ameaças na véspera de greve"	Mundo	Notícia	Conflito
28/10/2016	"Retomada de acordos enfrenta obstáculos"	Comércio Exterior	Reportagem	Consequências econômicas
28/10/2016	"Protecionismo e falhas do governo e da diplomacia afligem o Brasil"	Comércio Exterior	Análise	Responsabilidade
28/10/2016	"Brasil não pode mais se dar ao luxo de participar pouco do comércio global"	Comércio Exterior	Entrevista	Consequências econômicas
29/10/2016	"Ida de Maduro agrava tensão em cúpula"	Mundo	Notícia	Conflito
29/10/2016	"Tal como está, proposta de diálogo na Venezuela dará em nada"	Mundo	Análise	Responsabilidade
29/10/2016	"Chegada de Temer facilita acordo com UE, afirma governo espanhol"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
30/10/2016	"Mercosul vai esperar diálogo na Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
06/11/2016	"Indústria vê aposta fracassar e sente mais crise de vizinho"	Mercado	Reportagem	Consequências econômicas
22/11/2016	"Para líder uruguaio, Caracas não pode ser suspensão de bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
25/11/2016	"Mercosul se prepara para que Argentina assuma Presidência"	Mundo	Notícia	Conflito
25/11/2016	"Mercosul propõe à UE zerar tarifa de carro"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
01/12/2016	"Sem cumprir acordos, Venezuela deve ser suspensão do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
02/12/2016	"Mercosul decide pela suspensão da Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
02/12/2016	"Mercosul oficializa suspensão de Caracas"	Mundo	Notícia	Conflito
03/12/2016	"Venezuela rechaça suspensão do Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
03/12/2016	"Brasil não ratifica 5 acordos exigidos de Caracas"	Mundo	Nota	Conflito

08/12/2016	"Brasil e Argentina, amizade para o futuro"	Opinião	Opinião	Interesse humano
09/12/2016	"Argentina ameniza suspensão de Caracas"	Mundo	Nota	Responsabilidade
15/12/2016	"Sob protestos de Caracas, Mercosul transfere presidência à Argentina"	Mundo	Notícia	Conflito
15/12/2016	"Venezuela fecha divisa com Brasil por 72 horas"	Mundo	Notícia	Conflito
17/12/2016	"Macri critica chavista e recrimina chanceler da Venezuela"	Mundo	Notícia	Conflito
18/12/2016	"Países se unem para monitorar Venezuela"	Mundo	Notícia	Interesse humano
12/01/2017	"Macri fará visita oficial ao Brasil em fevereiro"	Mundo	Nota	Insuficiente
23/01/2017	"América do Sul: prioridade urgente"	Mundo	Coluna	Responsabilidade
07/02/2017	"Empresariado pede mudanças no Mercosul"	Mercado	Notícia	Consequências econômicas
08/02/2017	"Temer se reúne com Macri e afirma que não há tabus com a Argentina"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
08/02/2017	"Brasil enviou carta de apoio, diz opositor venezuelano"	Mundo	Nota	Conflito
11/02/2017	"À deriva"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
17/02/2017	"EUA pedem que Brasil faça mediação de crise em Caracas"	Mundo	Notícia	Interesse humano
17/02/2017	"Serra tenta atrair UE e países deixados de lado por Trump"	Mundo	Análise	Consequências econômicas
18/02/2017	"Contra Trump, México se reunirá com países do Mercosul"	Mundo	Notícia	Consequências econômicas
23/02/2017	"Brasil libera residência de 2 anos para venezuelanos"	Mundo	Notícia	Interesse humano
08/03/2017	"Nunes rebate chanceler da Venezuela em fala de posse"	Mundo	Notícia	Conflito
09/03/2017	"Aloysio viaja à Argentina para discutir Mercosul"	Mundo	Notícia	Conflito
10/03/2017	"Não há crise, diz Aloysio sobre Malvinas"	Mundo	Notícia	Conflito
01/04/2017	"Democracia não é"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
01/04/2017	"Mercosul se reúne hoje e avalia até expulsar Venezuela do bloco"	Mundo	Notícia	Conflito
02/04/2017	"Maduro pede e Justiça suspende intervenção"	Capa	Notícia	Conflito
02/04/2017	"Venezuela anula ação contra Parlamento"	Mundo	Notícia	Conflito
03/04/2017	"Para Maduro, Mercosul critica de forma seletiva"	Capa	Notícia	Conflito
03/04/2017	"Maduro diz que crise foi superada e critica oposição"	Mundo	Notícia	Conflito
06/04/2017	"Jogo de pressão"	Opinião	Opinião	Conflito

09/04/2017	"Brasil tira mercado da China na Argentina"	Mercado	Reportagem	Consequências econômicas
15/04/2017	"O Maduro e os verdes"	Poder	Coluna	Responsabilidade
23/04/2017	"Só eleição tira Venezuela da crise, diz Temer"	Mundo	Notícia	Conflito
26/04/2017	"Secretário quer união de Temer e Macri na crise"	Mundo	Nota	Interesse humano
13/05/2017	"Diplomacia muda de trilho, mas faltam pontes"	Mundo	Análise	Responsabilidade
30/05/2017	"Pedidos venezuelanos de asilo saltam, diz PF"	Mundo	Notícia	Interesse humano
30/05/2017	"Caracas é tema de grupo de Whatsapp de chanceleres"	Mundo	Notícia	Insuficiente
01/06/2017	"Liderança"	Opinião	Opinião	Responsabilidade

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.4 O GLOBO E A INCLUSÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL

5.4.1 Análise quantitativa do primeiro recorte

Assim como a cobertura da Folha de S. Paulo, o jornal O Globo também priorizou em suas publicações o prisma conflitivo das relações regionais. De acordo com Motta, as notícias são fragmentos dispersos e descontínuos, cabendo à narrativa jornalística dar-lhes um sentido e um nexos de continuidade. Sendo assim, a compreensão dessa narração passa necessariamente por uma observação dos mecanismos que operam como encaixes (ganchos) entre os acontecimentos e as personagens, dando coerência cronológica à história. Assim, o conflito, segundo o autor, "é o elemento estruturador de qualquer narrativa, particularmente da jornalística, que lida com rupturas, descontinuidades e anomalias" (MOTTA, 2007, p. 5). A história passa então a gravitar em torno desses conflitos, como é possível perceber na análise dos textos aqui selecionados, reconfigurando os acontecimentos em um enredo coerente para o leitor, que o permita compreender a questão a partir de uma certa perspectiva. Essa re-significação dos acontecimentos, segundo Motta, é o que nos permite identificar, na estratégia discursiva utilizada, a intenção daquele que narra.

Assim, tanto a identificação de conflitos como a construção de personagens operam aqui como recursos narrativos utilizados em prol da consolidação de um certo enquadramento do debate, artifício bastante explorado por ambos os jornais nos dois momentos de ruptura aqui selecionados. O prisma do conflito é interessante pois nos permite identificar dois tipos de embate: aquele que se desenrola no nível regional e aquele do nível nacional, em que

ambos se atravessam, e acabam se influenciando mutuamente. A estratégia do jornal é, portanto, enfatizar a divisão existente entre os dois tipos de visão para o bloco, a "bolivariana", associada ao projeto de um Mercosul máximo, e a neoliberal, afeita ao Mercosul mínimo. Abre seu espaço a publicações de opositores dos governos, enfatizando a polarização que tomou conta dos debates sobre o bloco. Diferentemente da Folha, o segundo tipo de enquadramento mais trabalhado nas páginas do jornal O Globo foi o da responsabilidade, ultrapassando os textos dedicados às consequências econômicas. Isso porque as críticas à política externa do governo Dilma eram recorrentes, e muitas das análises da política regional caíam no âmbito da culpabilização da presidente pelas adversidades externas.

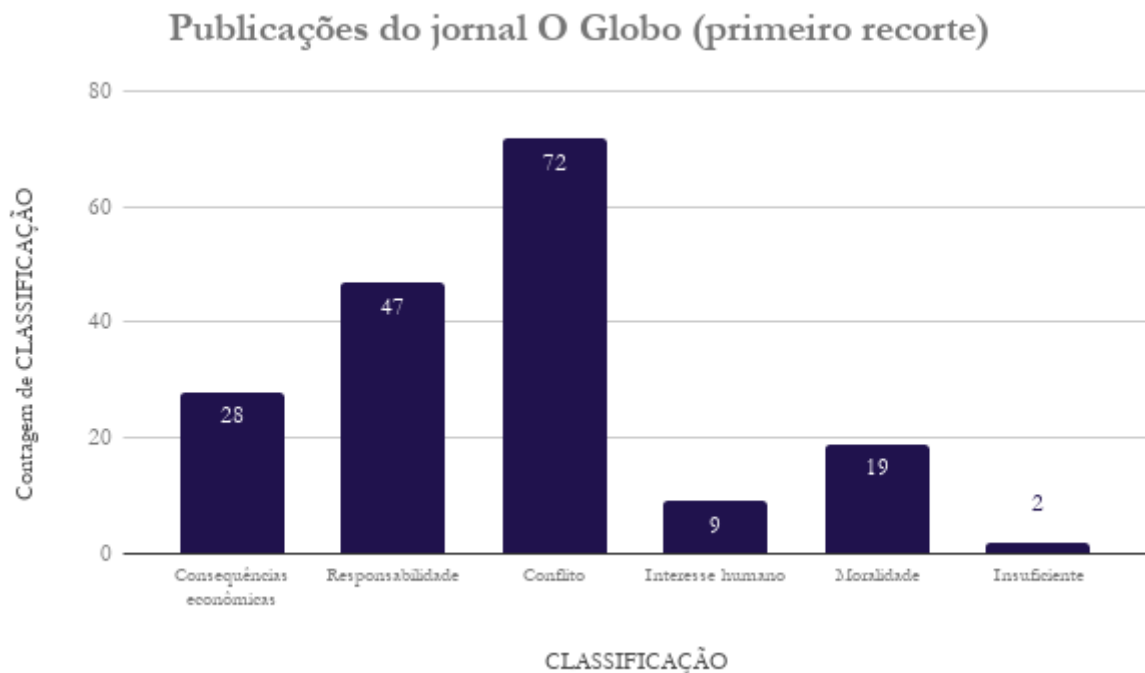


Figura 8: Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal O Globo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Também defensor de um retorno à centralização da pauta comercial no Mercosul, O Globo acaba incorrendo na mesma contradição da Folha, ao tratar o tema majoritariamente através da ótica das disputas políticas. Aqui, as publicações dedicadas às consequências econômicas são ainda menores, ficando em terceiro lugar, enquanto na Folha, no primeiro recorte, essas ocupavam o segundo lugar e se colocavam, em números absolutos, bem mais abundantes do que os outros tipos de enquadramento. Nesse sentido, apesar de advogar uma

maior centralização dos temas comerciais no debate sobre o Mercosul, o jornal acaba também contribuindo para uma priorização do enfoque político no tratamento da questão. Ao reduzir o debate sobre integração às divergências ideológicas entre os líderes regionais, O Globo acaba por desencorajar uma ampliação do escopo das discussões para outros temas também relevantes, e que comumente permanecem desconhecidos do leitor. Em nenhum momento há, nas páginas do jornal, uma abordagem dos aspectos estratégicos da integração, bem como não há menção a nenhuma política do bloco voltada a assuntos como harmonização de legislações, cooperação consular, equivalência de títulos do ensino superior, entre outros pontos pertinentes aos cidadãos.

Há também, devido à suspensão do Paraguai pela cláusula democrática e à forma como a Venezuela foi incluída em seguida, um considerável número de publicações que tratam dos acontecimentos através da ótica moral, apontando uma falta de coerência no tratamento do governo brasileiro para com os dois países. O jornal então adota uma linha editorial de defesa da legalidade do *impeachment* de Fernando Lugo, o que leva seus editoriais a contestar as sanções impostas ao governo paraguaio. Menos expressivo, mas também explorado, é o ângulo do interesse humano, em que o jornal critica não somente o crescente autoritarismo de Chávez, mas também a complacência do governo brasileiro com o vizinho. Nesse sentido, as análises publicadas pelo O Globo se mostram bem mais críticas à política externa de Dilma, e também menos tolerantes às opiniões contrárias, visto o menor espaço que essas alcançam em suas páginas quando comparado com aquele cedido pela Folha de S. Paulo. Também é possível perceber que, nesse momento, há muitas publicações de textos opinativos, onde fica clara a intenção do jornal em guiar a interpretação do leitor em relação aos fatos noticiados nos demais cadernos.

Análise quantitativa - tipos textuais (primeiro recorte)

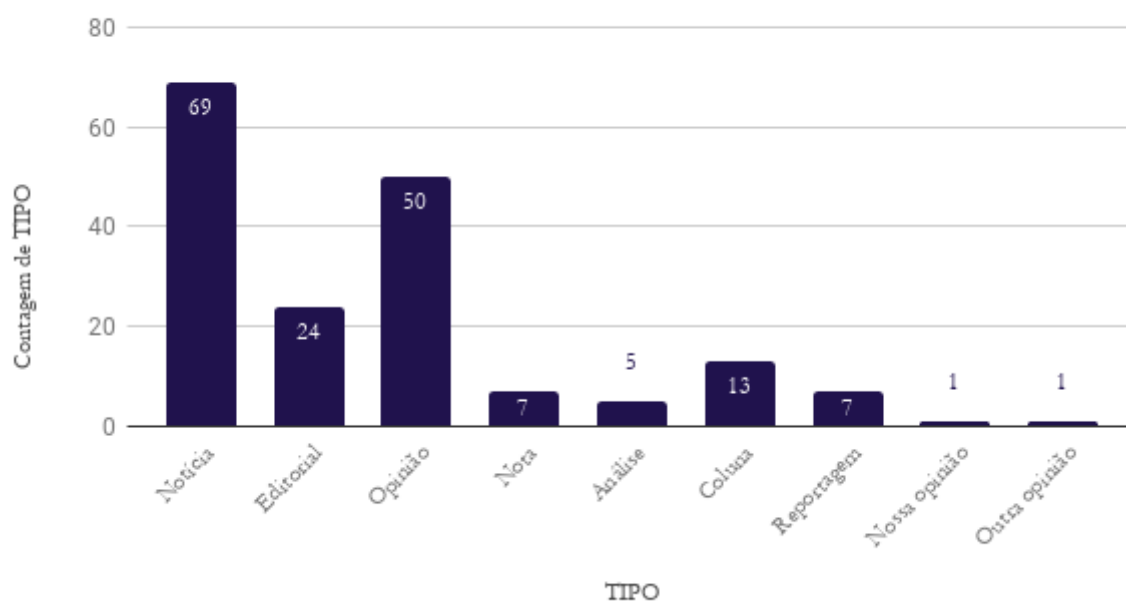


Figura 9: Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal O Globo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Análise quantitativa - caderno (primeiro recorte)

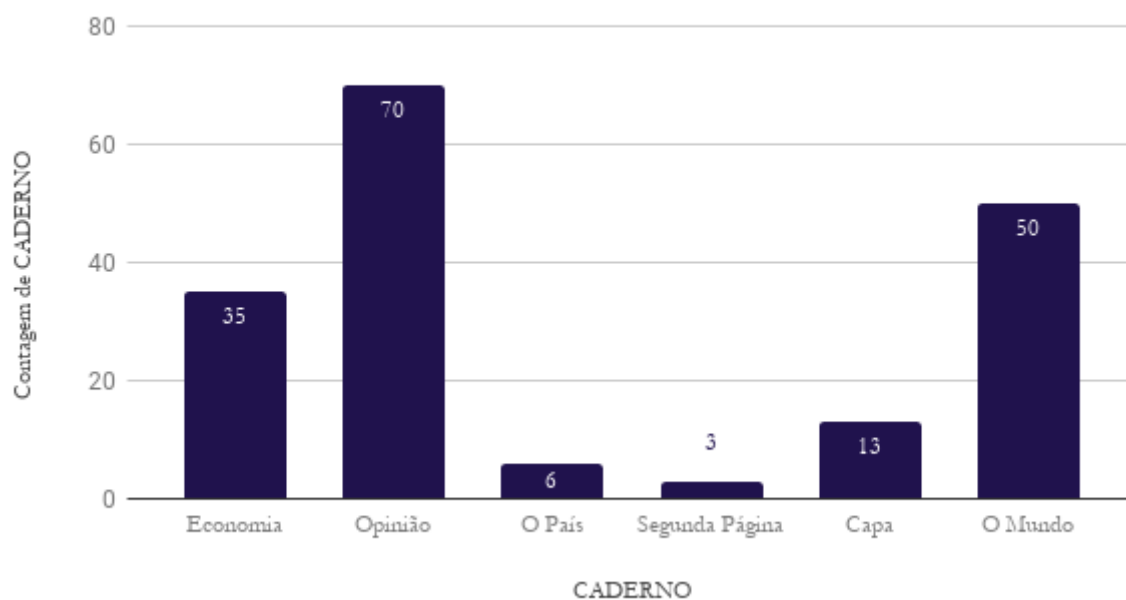


Figura 10: Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal O Globo no primeiro recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.4.2 Análise qualitativa do primeiro recorte

Assim como na Folha de S. Paulo, as notícias da crise política no Paraguai e da posterior suspensão do país do Mercosul pegaram os jornalistas de surpresa, o que é percebido pela brusca variação no número de publicações sobre o bloco nesse periódico. Diferentemente do episódio da suspensão da Venezuela, a sua inclusão no Mercosul não estava sendo discutida nas colunas ou nos editoriais ao longo do ano, e portanto, quando o fato é consumado, são geradas numerosas publicações, o noticiando ou o analisando. Assim, nos meses anteriores, a pauta principal foi a crise econômica argentina, e como esta estaria afetando o Brasil e a região. Com isso, tudo o que foi publicado no jornal sobre o Mercosul entre 1º de fevereiro e 23 de junho de 2012 se referia à Argentina, sem que o veículo tratasse em nenhuma matéria sobre qualquer outro país-membro, e com grande concentração de textos tratando dos temas do comércio e da economia.

Continuando um fluxo de matérias sobre os erros cometidos pela gestão Cristina Kirchner, incluindo entrevistas com seus opositores, o jornal publica no dia 19 de maio um editorial com o título "Argentina apressa desmonte do Mercosul" (O GLOBO, 19 maio 2012). Nele, o jornal afirma que o organismo "já vem há muito em trajetória descendente e nem pode mais ser chamado de bloco comercial, uma vez que caiu nas garras do protecionismo, principalmente argentino". Os problemas apontados pelo texto seriam os diferentes estágios em que se encontravam os dois principais parceiros, com o Brasil adotando "nas últimas décadas, a continuidade de uma política econômica responsável [...] independente do partido no poder", e a Argentina, por outro lado, com uma economia submissa à política, "no geral dominada pelo nacional-populismo de corte peronista". Para o jornal, a situação do protecionismo é lamentável, "justo quando as duas maiores economias da América do Sul deveriam estar se energizando mutuamente", e condena o "ativismo de confronto" como um estilo de governo dos Kirchner. Assim, se pauta na atribuição da responsabilidade da crise sobre o governo argentino de Cristina, criticando suas escolhas não somente ao longo de todo o editorial, mas também através de diversas notícias e reportagens publicadas no período.

O embaixador Rubens Barbosa, colunista do jornal, publica no dia 22 de maio um artigo avaliando um outro artigo de Samuel Pinheiro Guimarães, então Alto-Representante Geral do Mercosul, sobre a situação e o futuro do bloco (O GLOBO, 22 maio 2012). Barbosa critica o fato de que Guimarães constrói seu texto "como se tudo que existia antes de 2003 fosse fruto da submissão dos governos aos ditames de Washington e que só depois ocorreram gestos e medidas em defesa da soberania dos países-membros". Reitera que o objetivo da

liberalização do comércio foi perdido pela "visão politicamente distorcida nos últimos 10 anos", com "retrocesso em todas as áreas, e uma ênfase indevida nas áreas políticas e sociais". O autor ainda afirma que "nenhum mecanismo setorial de política comercial pode servir como alavanca de desenvolvimento", e que essa visão levou "o grupo a adotar uma atitude introvertida, refletida no protecionismo ilegal".

Nesse sentido, o enquadramento de Barbosa busca apontar a responsabilidade dos governos dos "últimos 10 anos" sobre a paralisia do Mercosul, o qual analisaremos a partir do método apontado por Entman. Assim, o problema é identificado nas ideias veiculadas por Guimarães, as quais se encontram em sintonia com a política adotada pelos governos petistas para o Mercosul, e que, segundo Barbosa, se caracterizariam "pela imprecisão ou pela distorção motivadas por considerações alheias à realidade". A análise causal vem no apontamento dos "retrocessos" provocados por essa visão distorcida dos governos dos últimos anos, isto é, governos Lula e Dilma. O julgamento vem das afirmações de que tal visão seria "equivocada", "distorcida" e de "extrema complacência" com medidas restritivas do comércio. O remédio defendido pelo autor, portanto, passa pela sua afirmação de que "o Mercosul, contudo, nunca foi pensado como um mecanismo de correção de assimetrias, e sim como instrumento de inserção competitiva dessas economias no mercado internacional, e é sob esse ângulo que ele deve ser avaliado". Assim, seu diagnóstico se mostra em consonância com a linha editorial do jornal, voltada a uma defesa da pauta comercial em detrimento da social e da política.

Em 21 de junho, o caderno Economia traz uma notícia sobre um encontro a se realizar em Buenos Aires entre os governos dos dois vizinhos, no intuito de destravar o comércio bilateral (O GLOBO, 21 jun. 2012). A notícia traz somente depoimentos de pessoas ligadas ao setor industrial e ao comércio exterior, já que tal iniciativa se coloca em favor desse mesmo grupo. Sendo o principal destino de manufaturados brasileiros, a Argentina se constitui como importante mercado para o país, e, segundo o texto, a avaliação do governo é a de que o Brasil "não pode deixar que seu maior comprador de produtos industrializados (22% do total) afunde, pois isso teria impacto direto sobre o setor produtivo brasileiro". Assim, segundo Soraya Rosar, representante da CNI, "não nos interessa uma Argentina em crise", em apoio à sinalização do governo em favor de um aumento das importações de petróleo e trigo argentinos para abrir espaço na balança comercial e romper as queixas sobre o superávit brasileiro. Desta forma, as consequências econômicas do protecionismo argentino são a principal pauta da publicação, e a perspectiva do setor industrial é a única privilegiada na explicação.

Já no dia 23 de junho, dia seguinte ao processo de *impeachment* de Fernando Lugo, o jornal traz em sua capa como destaque principal a notícia sobre os acontecimentos políticos no Paraguai, já afirmando que o país poderia ser expulso do Mercosul (O GLOBO, 23 jun. 2012). Há também, ao lado do destaque, uma sinopse do tema da coluna de Merval Pereira, trazendo a informação de que "a ameaça de expulsar o Paraguai do Mercosul pode servir aos interesses da Venezuela", destacando assim, já em sua capa, as possíveis implicações da crise e seus impactos sobre a região. Em editorial do mesmo dia, o jornal defende que o processo deve ser analisado sob o prisma do respeito à democracia e às instituições, "sem bravatas ideológicas", e lembra que o fato de que Lugo "sempre esteve na mira dos políticos tradicionais" não atenua seus erros, cuja trajetória política e pessoal "sempre foi conturbada" (O GLOBO, 23 jun. 2012).

Em sua coluna, Merval Pereira defende a legalidade da destituição, e que "a ameaça de expulsar o Paraguai do Mercosul, além de revelar uma leitura equivocada da cláusula democrática da instituição, pode servir aos interesses da Venezuela", então impedida pelo congresso paraguaio justamente por "considerar que a Venezuela não é um país democrático" (O GLOBO, 23 jun. 2012). Aponta uma possível contradição ao afirmar que "o governo brasileiro aceita todas as manobras feitas pelo governo Hugo Chávez" e que "todos os governos 'bolivarianos' da região" utilizam os mesmos artifícios, mas que, "quando o Congresso decide contra o governante 'bolivariano', desencadeia-se imediatamente um movimento regional de constrangimento a esses parlamentos, tentando usar a cláusula democrática como instrumento de pressão". Assim, traz o prisma da moralidade da atuação do governo brasileiro, a qual estaria sendo inconsistente e favorável a seus aliados.

No caderno "Mundo", o jornal traz a notícia "Dilma já fala em expulsão do Mercosul", em referência às articulações políticas dos líderes regional em torno de uma punição ao país (O GLOBO, 23 jun. 2012). O texto afirma que, "evitando o tom de ameaça, Dilma já citava possibilidades de sanção como a expulsão do Paraguai de órgãos multilaterais", apontando uma liderança da presidente nas conversas sobre o assunto. Ao lado, são enumerados e expostos ao leitor os argumentos da acusação e da defesa do processo de *impeachment* de Lugo, juntamente com a apresentação de depoimentos de dois cidadãos paraguaios, um contra e outro a favor da destituição. Ainda, é feita pelo jornal uma breve retrospectiva dos casos de golpes de Estado e *impeachments* da história do Paraguai, revelando um passado de numerosas crises políticas, como se a última fizesse parte de um padrão no país. Ainda, na mesma página, encontra-se um artigo de José Casado, colunista do O Globo, onde este avalia a situação do ex-presidente e afirma que o mesmo, "por indolência, caiu no abismo",

atribuindo sua queda à sua letargia política (O GLOBO, 23 jun. 2012). O que fica claro é que, em todos os textos, é ressaltado o caráter conflitivo dos acontecimentos, dando destaque às brigas políticas internas ao Paraguai, assim como às reações e posicionamentos internacionais.

Dada sua importância e seus efeitos sobre o Brasil, o jornal dedica, nesse dia, seus dois editoriais aos acontecimentos no Paraguai. No primeiro, trata da preservação das instituições no país vizinho. Já no segundo, aborda a crise através do contexto regional, afirmando que a crise no Mercosul estaria isolando o Brasil do mercado global (O GLOBO, 23 jun. 2012). É feita então uma comparação com a Aliança do Pacífico, acordo que segundo o texto "vem caminhando com rapidez, e contrasta com o que tem acontecido no Mercosul", apontando que "a união aduaneira no Cone Sul vem se deteriorando". Aponta o protecionismo argentino e as retaliações brasileiras como maléficas ao bloco, no sentido que acabam por afastar novos parceiros potenciais. O jornal aproveita então para fazer uma crítica à proibição, no âmbito do Mercosul, da assinatura isolada de acordos de livre comércio entre um país-membro e um parceiro externo, afirmando que tal requisito estaria impedindo a aproximação do Brasil com outros vizinhos. Assim, enquanto um editorial traz o prisma político, o outro trabalha com o econômico, trazendo as consequências da crise regional sobre o comércio exterior brasileiro.

Já no dia 27 de junho, a notícia "Crise abre portas para Venezuela" vem inteirar o leitor acerca do prolongamento da crise sobre o continente (O GLOBO, 27 jun. 2012). Atentando aos oportunismos envolvidos na suspensão do Paraguai do Mercosul, o jornal chama atenção à possibilidade de uma abertura para a entrada definitiva da Venezuela como membro pleno. Além disso, segundo o texto, os paraguaios seriam também um obstáculo a uma aproximação do bloco com a China, dado seu relacionamento com Taiwan. Assim, os demais membros estariam se aproveitando da situação para levar adiante decisões até então dificultadas pela presença paraguaia. Por outro lado, na OEA, o jornal destaca a falta de consenso sobre uma possível sanção contra o país, e enfatiza as discordâncias entre governos de direita e de esquerda do continente. Novamente, o enfoque é colocado sobre os conflitos políticos regionais, ressaltando os desdobramentos da crise sobre as alianças regionais.

No dia 28, o jornal traz, ao lado de uma notícia sobre a situação da hidrelétrica de Itaipu na crise, um pequeno apêndice com a opinião do jornal sobre a possível inclusão da Venezuela no bloco. Com o título "Eis um golpe", o jornal se refere não ao *impeachment* de Lugo, mas a manobra dos demais membros na utilização da suspensão paraguaia como abertura para a entrada definitiva dos venezuelanos (O GLOBO, 28 jun. 2012). O texto então afirma que "os demais componentes do Mercosul, todos aliados de Chávez, se apressam a

aproveitar o fato de que cassaram o lugar do Paraguai no bloco e tratam de, a toque de caixa, sacramentar a entrada da Venezuela". O jornal classifica como "grave erro" a decisão de se permitir "que Chávez tenha a carteirinha de titular do Mercosul", o que significaria "a decretação do fim do mercado comum, pelo poder desagregador do caudilho", e afirma que ficam "indisfarçáveis a ligeireza e oportunismo do Brasil, Argentina e Uruguai", já atribuindo a responsabilidade sobre estes. Apesar de curto, o texto então já explicita o posicionamento do jornal e indica a linha editorial que seria adotada a partir de então.

O editorial do dia 29 traz o título "O Mercosul sob influência chavista", com críticas à atuação da diplomacia brasileira na crise paraguaia e à abertura para a entrada da Venezuela no bloco. O texto trabalha a todo tempo a retórica da influência argentina sobre a ação brasileira, afirmando que "o Brasil aceitou ser terceirizado no contra-ataque ao Paraguai". Também usando termos de alusão a confrontação, resalta a todo tempo as divisões e as alianças regionais, ressaltando que "Cristina K. há tempos assume ares bolivarianos, e se mostra bem mais próxima do caudilho venezuelano, do qual o ex-bispo Lugo também é aliado". Ao final, afirma que houve no caso uma sucessão de erros, e que portanto o Mercosul "sai menor de todo esse episódio". O editorial, explicitando a linha de interpretação do jornal sobre os acontecimentos regionais, adota uma ótica que continuaria sendo trabalhada ao longo do tempo, como foco nos embates políticos que foram acirrados em decorrência da crise paraguaia.

Ao ouvir especialistas de relações internacionais, o jornal publica análises que afirmam que a mudança fragilizaria o bloco (O GLOBO, 30 jun. 2012). Segundo os analistas consultados, o bloco passaria a ter "uma roupagem mais política do que econômica", ajudando a "fragilizar a união aduaneira". Já o senador Francisco Dornelles, à época filiado ao PP e, portanto, oposição ao governo, publica um artigo defendendo a legalidade do processo de *impeachment* paraguaio e condenando a ação brasileira na questão (O GLOBO, 04 jul. 2012). Ele também alega inconsistência nas atuações internacionais do país, afirmando que "a diplomacia de Estado, de natureza estável, cedeu lugar à diplomacia de governo, perigosamente instável", tendo o país agido com uma "prepotência desrespeitosa". Ao separar a diplomacia do Estado da diplomacia do governo, o senador reafirma sua condição de opositor à administração Dilma, utilizando a política externa para vocalizar o que julga serem erros na condução do país. Assim, seu texto é construído sobre o prisma da responsabilidade, condenando o governo pela sua "desastrosa decisão em relação ao Paraguai".

No caderno economia, analisando a questão sob o prisma das consequências econômicas, o jornal publica diversos dados do desempenho comercial do Brasil em relação

ao Mercosul, e sua balança comercial com parceiros externos (O GLOBO, 05 jul. 2012). Nos gráficos, fica claro o crescimento das trocas intrabloco desde a sua criação, e o superávit do Brasil com todos os parceiros. Além disso, em uma notícia adjacente, é evocado pelo jornal o fato de que o bloco cultivava considerável superávit com a Venezuela, indicando que sua incorporação poderia gerar mais ganhos econômicos aos demais membros. É ressaltado que "somente de janeiro a junho deste ano (2012), os venezuelanos garantiram um superávit ao Brasil de US\$1,75 bilhão", indicando que "até agora tem sido vantajoso ao grupo negociar com a Venezuela". No entanto, ao final do texto, o jornal traz o depoimento do professor de relações internacionais Eduardo Viola, segundo o qual o bloco estaria passando por uma "situação de deterioração institucional", com sua efetividade diminuindo com o passar do tempo. Nesse sentido, mesmo quando trata das questões econômicas, o jornal traz também para o debate o lado político, sempre atentando às infrações à democracia no governo chavista.

Assim, a economista Miriam Leitão, em sua coluna do dia 19 de julho, ao analisar as consequências da mudança sobre a economia brasileira e regional, acaba também debruçando-se sobre as problemáticas políticas da Venezuela (O GLOBO, 19 jul. 2012). Exalta a previsão de alto crescimento do PIB do país para aquele ano, ressaltando que a receita de Chávez "tem sido aumentar os gastos públicos, atender a demandas sociais que, de fato, existem, mas que são atendidas como favores paternalistas, e não como direito e, assim, criar o ambiente favorável". Afirma também que "apesar de a Venezuela estar com gordos números de crescimento", este seria "errático" e extremamente dependente dos preços internacionais do petróleo. Apesar dos bons números, que apontam por exemplo o crescimento do comércio entre Brasil e Venezuela, superavitário para o primeiro e ainda com grande participação de manufaturados, a colunista continua a questionar os benefícios da entrada dos venezuelanos no Mercosul, e defende que o bom desempenho deve durar pouco. Apesar de trabalhar majoritariamente a questão econômica, seu texto se baseia mais no prisma da responsabilização, atribuindo a Chávez os erros políticos que tornaram o país vulnerável.

No dia da oficialização da incorporação da Venezuela como membro pleno, o jornal publica um editorial afirmando que o país estaria entrando no bloco "pela janela", já que "se a cláusula democrática valeu para afastar o Paraguai, deveria valer também para afastar Caracas, uma democracia de fachada" (O GLOBO, 31 jul. 2012). O texto insere o leitor nas questões políticas internas ao Brasil e à Venezuela, afirmando que a manobra se constitui como uma "grande vitória política para Chávez, em campanha para mais uma reeleição", e que a política externa brasileira volta a ser "ideologizada, com viés de alta para o

bolivarianismo chavista [...], uma herança dos governos Lula que se pensou seria corrigida por Dilma". Cita também os aspectos comerciais da incorporação, que poderia abrir mercado para os manufaturados brasileiros, "já que Chávez sucateou o parque industrial venezuelano". Mas que, por outro lado, o parceiro "radical, populista, estatizante" poderia afastar novos parceiros. A leitura do jornal é, portanto, de continuação da crise no Mercosul com a entrada de um parceiro incômodo, apelando ao mesmo tempo à falta de moralidade na aceitação de país não democrático, e à responsabilidade do governo Dilma na adoção de uma política externa errática e ideológica.

O Globo trouxe em sua capa, no dia seguinte, a notícia do encontro entre os líderes regionais no Palácio do Planalto, onde foi assinada a entrada da Venezuela como membro pleno no Mercosul (O GLOBO, 01 ago. 2012). O destaque, no entanto, ficou com uma notícia sobre o caso do Mensalão⁵⁶, a respeito do julgamento de José Dirceu. No caderno Economia, os destaques da notícia foram a assinatura de um contrato de venda de jatos da Embraer à Venezuela, e o pedido de Chávez de entrar no Palácio do Planalto pela rampa, tradicionalmente usada por autoridades estrangeiras somente em visitas de Estado, o que não era o caso. Dilma, no entanto, permitiu a exceção não somente a Chávez, mas também a José Mujica e Cristina Kirchner, também presentes na assinatura da adesão. Por se tratar de um texto do caderno de economia do jornal, sua análise recai majoritariamente sobre esse tema, onde é citada uma nota da CNI sobre as oportunidades de negócio que tal aproximação poderia gerar (O GLOBO, 01 ago. 2012).

Já em setembro, o jornal traz pela primeira vez a opinião de representantes da sociedade civil que não fossem ligados ao setor industrial. João Felício e Arthur Henriques, ambos representando a CUT (Central Única dos Trabalhadores), assinam um artigo onde atentam para a importância de haver no âmbito do Mercosul não somente uma integração comercial, mas também uma coordenação de legislações trabalhistas, evocando um coordenação regional entre sindicatos (O GLOBO, 11 set. 2012). Afirma que, como maior economia do bloco, cabe ao Brasil o papel de colocar tal pauta como prioridade, e afirma que os governos "serão pressionados" a ampliar o espaço da democracia e da participação social nesse âmbito. O texto é interessante por trazer, pela primeira vez, uma discussão que foge ao debate dos ganhos comerciais e das disputas políticas que vinha dominando a linha editorial do jornal. Assim, apela ao interesse humano, ao afirmar que tais acordos comerciais devem

⁵⁶ Nome dado a um esquema de corrupção que envolvia compra de votos de parlamentares brasileiros durante os governos Lula.

também "se guiar por princípios que promovam trabalho decente – salário digno, saúde e segurança, formalização, cobertura previdenciária".

O editorial do dia 31 de outubro nos serve como um resumo da linha adotada pelo jornal durante toda sua cobertura dos fatos envolvendo a crise no Mercosul. Nele, o jornal faz uma breve retrospectiva da evolução do bloco, que é inaugurado em meio a grande otimismo, principalmente por parte da indústria automobilística, que levou este a se tornar o maior mercado de exportação do Brasil (O GLOBO, 31 out. 2012). Mas, segundo o texto, "foi a ideologização do acordo de comércio que começou a corroer as bases do projeto de integração econômica". Assim, "condicionados pelo antiamericanismo juvenil do terceiro-mundismo e do kirchnerismo, Brasil e Argentina sequer negociaram a Alca", e ficaram imobilizados pelo Mercosul, impedidos de estabelecer acordos bilaterais relevantes. Novamente compara o bloco à Aliança do Pacífico, com economias mais abertas, à frente da visão "autárquica, atrasada" do Mercosul.

Assim como a Folha de S. Paulo, O Globo manteve, desde a criação do bloco nos anos 1990, a sua visão neoliberal de defesa do livre mercado, colocando a pauta comercial acima das outras quando tratando da integração regional. Tal posicionamento fica claro ao longo dos editoriais, notícias, notas e reportagens veiculadas pelo jornal ao longo de todo o processo, em que as decisões políticas são criticadas e associadas a uma ideologização do comércio por parte dos governos petistas. Seu foco, portanto, estava nas consequências econômicas e nas motivações políticas das mudanças, deixando de lado seus aspectos sociais e estratégicos. Dessa forma, o que se vê é uma discussão repetitiva e pouco inovadora, com poucas contribuições alternativas à linha editorial do jornal.

Quadro 3: Publicações do jornal O Globo analisadas no primeiro recorte temporal.

DATA	TÍTULO	CADERNO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO
01/02/2012	"Indústria patina e cresce só 0,3% em 2011"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
03/02/2012	"Romaria a Brasília para proteção contra importados"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
05/02/2012	"Indústria precisa inovar para concorrer"	Opinião	Editorial	Consequências econômicas
05/02/2012	"Autoasfixia argentina"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
09/02/2012	"Brasília cai na tentação protecionista"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
11/02/2012	"Cristina K ressuscita o 'inimigo externo'"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
05/03/2012	"O impasse Brasil-Argentina"	Opinião	Opinião	Responsabilidade

08/03/2012	"Diferença"	O País	Opinião	Consequências econômicas
16/03/2012	"Vinho importado na mira do governo"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
18/03/2012	"Irritação entre outros países do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
22/03/2012	"Pátria amada"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
06/04/2012	"O crescente isolamento da Argentina"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
12/04/2012	"O que fazer com o Mercosul"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
14/04/2012	"Cúpula das Américas: Brasil assediara investidor"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
17/04/2012	"O Brasil na Cúpula das Américas"	Opinião	Editorial	Conflito
18/04/2012	"Petróleo é alvo do populismo de Kirchner"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
18/04/2012	"Planalto silencia, mas há temor na Petrobrás"	Economia	Notícia	Conflito
18/04/2012	"Brasil tem US\$14 bi no país vizinho"	Economia	Nota	Consequências econômicas
18/04/2012	"Chávez dá apoio a Cristina em expropriação"	Economia	Nota	Conflito
18/04/2012	"Oportunismo ou estratégia"	Economia	Análise	Responsabilidade
19/04/2012	"A falta que fazem os acordinhos"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
20/04/2012	"Ares argentinos"	Economia	Coluna	Responsabilidade
22/04/2012	"Isolada, Argentina assusta os empresários"	Economia	Reportagem	Consequências econômicas
24/04/2012	"Contra o Brasil"	Segunda Página	Coluna	Conflito
08/05/2012	"Impasse com os Europeus"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
16/05/2012	"Brasil e Argentina vão retomar negociações"	Economia	Notícia	Conflito
19/05/2012	"Argentina apressa desmonte do Mercosul"	Opinião	Editorial	Conflito
22/05/2012	"Contra o interesse nacional"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
07/06/2012	"Argentina é parceira cada vez mais difícil"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
17/06/2012	"Mudanças no mapa latino, uma ameaça ao Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
18/06/2012	"Alívio e esperança"	Opinião	Opinião	Interesse humano
21/06/2012	"Brasil deve importar mais da Argentina"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
23/06/2012	"Paraguai cassa presidente e pode ser expulso do Mercosul"	Capa	Notícia	Conflito
23/06/2012	"Dentro da lei"	O País	Coluna	Moralidade
23/06/2012	"Preservar as instituições do Paraguai"	Opinião	Editorial	Moralidade
23/06/2012	"Retocesso no Mercosul isola o Brasil"	Opinião	Editorial	Consequências

				econômicas
23/06/2012	"Senado cassa Lugo e isola o país"	O Mundo	Notícia	Conflito
23/06/2012	"Dilma já fala em expulsão do Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Isolado, Paraguai faz aceno a Brasil"	Capa	Notícia	Conflito
24/06/2012	"O preço do 1º impeachment"	O Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Os problemas serão os mesmos"	O Mundo	Análise	Conflito
24/06/2012	"Jogada política arriscada"	O Mundo	Análise	Conflito
24/06/2012	Irresponsabilidade custará caro"	O Mundo	Análise	Conflito
24/06/2012	"Isolamento não será permanente"	O Mundo	Análise	Conflito
24/06/2012	"Aceno paraguaio ao Brasil"	O Mundo	Notícia	Conflito
24/06/2012	"Franco entre o isolamento e a disputa política"	O Mundo	Notícia	Conflito
25/06/2012	"Paraguai será suspenso do Mercosul até eleições"	Capa	Notícia	Conflito
25/06/2012	"Vizinhança de portas fechadas"	O Mundo	Notícia	Conflito
25/06/2012	"Lugo diz que houve golpe e promete ir a cúpula regional"	O Mundo	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Governos paralelos no Paraguai"	O Mundo	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Terra de brasiguaios é invadida"	O Mundo	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Brasil faz lista de sanções contra Paraguai"	O Mundo	Notícia	Consequências econômicas
26/06/2012	"Brasil estuda cortar projetos no Paraguai"	Capa	Notícia	Conflito
26/06/2012	"Democracia representativa"	O País	Coluna	Moralidade
26/06/2012	"Crise paraguaia requer sensatez"	Opinião	Editorial	Moralidade
27/06/2012	"Sem Paraguai, Mercosul pode ter Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
27/06/2012	"A leviana diplomacia do espetáculo"	Opinião	Opinião	Conflito
27/06/2012	"Crise abre portas para Venezuela"	O Mundo	Notícia	Conflito
28/06/2012	"Pedra no sapato"	Opinião	Opinião	Conflito
28/06/2012	"Brasil se vê imune a uso político de Itaipu"	O Mundo	Notícia	Conflito
28/06/2012	"À espera do veredicto do Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
28/06/2012	"Eis um golpe"	O Mundo	Opinião	Responsabilidade
29/06/2012	"Ideólogo do PT deixa Mercosul na crise paraguaia"	Capa	Notícia	Conflito
29/06/2012	"O Mercosul sob influência chavista"	Opinião	Editorial	Conflito
29/06/2012	"Cartão vermelho"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
29/06/2012	"Pinheiro Guimarães renuncia ao Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
29/06/2012	"A escola Samuel de polêmicas"	O Mundo	Reportagem	Responsabilidade

30/06/2012	"Venezuela é impedida de retaliar Paraguai"	Capa	Notícia	Conflito
30/06/2012	"Fora Paraguai. Dilma aciona Adams"	Segunda Página	Coluna	Responsabilidade
30/06/2012	"O lamentável e o deplorável"	Opinião	Opinião	Moralidade
30/06/2012	"Gritos e azeitonas nos debates do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
30/06/2012	"Sai Paraguai, entra Venezuela"	O Mundo	Notícia	Responsabilidade
30/06/2012	"O golpe"	O Mundo	Opinião	Responsabilidade
30/06/2012	"Protesto: Ponte da Amizade fechada"	O Mundo	Nota	Conflito
30/06/2012	"Mudança fragiliza o bloco, dizem analistas"	O Mundo	Notícia	Responsabilidade
01/07/2012	"Chance no Cone Sul"	Opinião	Opinião	Moralidade
01/07/2012	"Risco latino"	Economia	Coluna	Moralidade
01/07/2012	"Mercosul chega à maioria em crise existencial"	Economia	Reportagem	Conflito
02/07/2012	"Círculos viciosos"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
02/07/2012	"Franco: sanções são vexatórias"	O Mundo	Notícia	Conflito
03/07/2012	"Uruguai quer rever Venezuela no Mercosul"	Capa	Notícia	Conflito
03/07/2012	"E o amanhã?"	Opinião	Opinião	Moralidade
03/07/2012	"Uruguai ameaça rever adesão da Venezuela"	O Mundo	Notícia	Conflito
04/07/2012	"Brasil quer compensar Uruguai"	Capa	Notícia	Conflito
04/07/2012	"Quem comprará biquínis de quem?"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
04/07/2012	"Uma decisão desastrosa"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
04/07/2012	"Uruguai: vice contra Caracas no Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Paraguai decide retirar embaixador de Caracas"	Capa	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Dilma reage à ameaça chinesa no Mercosul"	Capa	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Equívocos ameaçam o Mercosul"	Opinião	Editorial	Conflito
05/07/2012	"O Paraguai, a lei e a desordem"	Opinião	Opinião	Conflito
05/07/2012	"Nova barreira contra a China"	Economia	Notícia	Conflito
05/07/2012	"Com Venezuela, bloco teve superávit no 1º semestre"	Economia	Nota	Consequências econômicas
05/07/2012	"Paraguai retira seu embaixador de Caracas"	O Mundo	Notícia	Conflito
06/07/2012	"Crise do Mercosul"	Economia	Coluna	Conflito
06/07/2012	"Chávez acusa senado paraguaio de extorsão"	O Mundo	Notícia	Conflito

07/07/2012	"Paraguai vai a corte do Mercosul contra Caracas"	O Mundo	Notícia	Conflito
08/07/2012	"A vez das obras"	O País	Coluna	Consequências econômicas
08/07/2012	"Diplomacia sem medo"	Opinião	Opinião	Interesse humano
08/07/2012	"Crise paraguaia põe em xeque ação do Itamaraty"	O País	Reportagem	Responsabilidade
08/07/2012	"Para professor, pontos positivos se sobressaem"	O País	Reportagem	Conflito
10/07/2012	"Demagogia e voluntarismo"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
10/07/2012	"Mercosul testa a doutrina de Chávez"	O Mundo	Notícia	Consequências econômicas
11/07/2012	"Chefe da OEA respalda Paraguai"	O Mundo	Notícia	Conflito
11/07/2012	"FH critica reação tardia e ingerência do Mercosul na crise"	O Mundo	Nota	Responsabilidade
12/07/2012	"Venezuela é democrática, justifica Patriota"	O Mundo	Notícia	Conflito
12/07/2012	"A lamentar"	O Mundo	Notícia	Responsabilidade
12/07/2012	"Para EUA, não há motivo para suspensão na OEA"	O Mundo	Notícia	Conflito
13/07/2012	"Argentina aprofunda protecionismo contra Brasil, mas alivia os chineses"	Economia	Notícia	Conflito
13/07/2012	"País pode adotar medidas de reciprocidade"	Economia	Nota	Conflito
17/07/2012	"A queda de um presidente"	Opinião	Opinião	Moralidade
17/07/2012	"Sem rumo"	Opinião	Opinião	Conflito
19/07/2012	"O novo sócio"	Economia	Coluna	Responsabilidade
19/07/2012	"Um balanço da 'democracia' de Chávez"	Opinião	Editorial	Interesse humano
23/07/2012	"Conjunto da obra"	Opinião	Nossa opinião	Moralidade
23/07/2012	"Prejuízo à população"	Opinião	Outra opinião	Moralidade
23/07/2012	"Corte mantém Paraguai fora do Mercosul"	O Mundo	Nota	Conflito
24/07/2012	"Réquiem para o Mercosul!"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
29/07/2012	"Venezuela entra com vantagens sobre os sócios no Mercosul"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
29/07/2012	"Suspensão do Paraguai facilitou a polêmica adesão"	Economia	Reportagem	Consequências econômicas
31/07/2012	"Venezuela entra pela janela no Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
31/07/2012	"A culpa também é do Brasil"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
31/07/2012	"Ao aderir ao Mercosul, Chávez compra aviões da Embraer"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
01/08/2012	"Chávez entra no Mercosul pela rampa do	Capa	Notícia	Insuficiente

	Planalto"			
01/08/2012	"Bienvenido, Chávez"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
01/08/2012	"Para agradar Uruguai, Brasil investirá mais em energia"	Economia	Notícia	Conflito
02/08/2012	"Equador deve se tornar membro do Mercosul"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
04/08/2012	"Venezuela rumo ao narcoestado"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
04/08/2012	"ONG exige da Venezuela democracia no Mercosul"	O Mundo	Notícia	Interesse humano
06/08/2012	"Destino comum"	Opinião	Opinião	Interesse humano
10/08/2012	"Mercosul dá força à exportação de manufaturados"	Economia	Coluna	Consequências econômicas
14/08/2012	"Ressentimentos"	Opinião	Opinião	Conflito
14/08/2012	"Bravatas"	Opinião	Opinião	Conflito
15/08/2012	"Argentina padece com estilo chavista"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
15/08/2012	"Itaipu é uma encrenca fabricada"	Opinião	Opinião	Conflito
19/08/2012	"Quem ganha e quem perde com a Venezuela no Mercosul"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
20/08/2012	"Socialismo tardio"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
20/08/2012	"Cruzar os Andes a pé"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
22/08/2012	"A ópera do Mercosul"	Opinião	Opinião	Interesse humano
24/08/2012	"Paraguai põe nova barreira à Venezuela no Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
08/09/2012	"Chávez usa o velho discurso do medo"	Opinião	Editorial	Conflito
11/09/2012	"O Paraguai depois do Mercosul"	Opinião	Opinião	Conflito
11/09/2012	"Integração sindical"	Opinião	Opinião	Interesse humano
12/09/2012	"Alarmes"	O Mundo	Opinião	Responsabilidade
21/09/2012	"Poucos produtos e mercados"	Economia	Coluna	Consequências econômicas
23/09/2012	"O caminho do petróleo"	O Mundo	Reportagem	Conflito
25/09/2012	"Brasil amarrado e sem saída"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
07/10/2012	"O 'imperialismo' de Dilma e Lula"	O Mundo	Opinião	Moralidade
08/10/2012	"Chávez ganha mais 6 anos"	O Mundo	Notícia	Conflito
10/10/2012	"Chávez quer Evo e Correa no Mercosul"	Capa	Notícia	Insuficiente
10/10/2012	"O Mercosul aos amigos"	O Mundo	Notícia	Responsabilidade
11/10/2012	"Bloco ideológico"	O Mundo	Opinião	Responsabilidade
25/10/2012	"O desserviço argentino ao Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
31/10/2012	"Aliança do Pacífico faz sombra ao Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade

15/11/2012	"O desrespeito argentino"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
07/12/2012	"Bolívia deve pedir adesão plena ao Mercosul"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
07/12/2012	"Ausência de Chávez em reunião do Mercosul alimenta rumores"	O Mundo	Notícia	Interesse humano
08/12/2012	"Bolívia adere ao Mercosul, mas precisa se adequar"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
08/12/2012	"Cristina Kirchner diz que não vai mudar rumos do governo"	Economia	Notícia	Responsabilidade
13/12/2012	"Mercosul rumo ao engessamento"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
24/12/2012	"Sandices, sob patrocínio brasileiro"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
25/12/2012	"Tendência à esquizofrenia"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
07/01/2013	"Golpe na Venezuela"	Segunda Página	Coluna	Moralidade
08/01/2013	"Venezuela desmoraliza Mercosul"	Opinião	Editorial	Moralidade
08/01/2013	"Saia justa"	Opinião	Opinião	Moralidade
08/01/2013	"Governo brasileiro apoia planos de adiamento da posse em até 6 meses"	O Mundo	Notícia	Moralidade
09/01/2013	"Política externa é a do partido"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
09/01/2013	"Diplomacia desmascarada"	Opinião	Opinião	Moralidade
09/01/2013	"Posse de Chávez é adiada"	O Mundo	Notícia	Conflito
09/01/2013	"Lideranças regionais reforçam apoio"	O Mundo	Notícia	Conflito
10/01/2013	"Nefasto precedente"	Opinião	Opinião	Moralidade
11/01/2013	"Juristas e opositores de Chávez criticam apoio do governo Dilma"	O Mundo	Notícia	Conflito
11/01/2013	"Consuma-se a farsa chavista"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
12/01/2013	"Venezuela em seu labirinto"	Economia	Coluna	Responsabilidade
13/01/2013	"Um vazio no Palácio do Planalto"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
14/01/2013	"A exploração totalitária é uma doença"	Opinião	Opinião	Interesse humano
17/01/2013	"Nosso amigo, o usurpador"	Opinião	Opinião	Moralidade

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.5 O GLOBO E A SUSPENSÃO DA VENEZUELA DO MERCOSUL

5.5.1 Análise quantitativa do segundo recorte

O enquadramento explorado pelo jornal O Globo sofre modificações quando nossa análise é aplicada ao segundo recorte temporal. Aqui, diferentemente do primeiro momento, a estratégia da responsabilização cai vertiginosamente e é superada pelo ângulo das

consequências econômicas. A explicação que encontramos, então, é de que em 2016, com a presidente Dilma Rousseff afastada de seu cargo, as críticas do jornal às decisões do governo diminuem consideravelmente, já este agora se encontra sob a nova administração Temer, muito mais próxima aos princípios defendidos na linha editorial do jornal. No entanto, mesmo com a saída de Dilma no Brasil, e de Cristina Kirchner na Argentina, o jornal continua a apontar em seus textos a culpa das administrações anteriores sobre os problemas então enfrentados pelo bloco, o que ainda mantém esse tipo de enquadramento entre os mais utilizados nos textos. O gráfico abaixo explicita a distribuição das escolhas narrativas feitas pelo jornal.

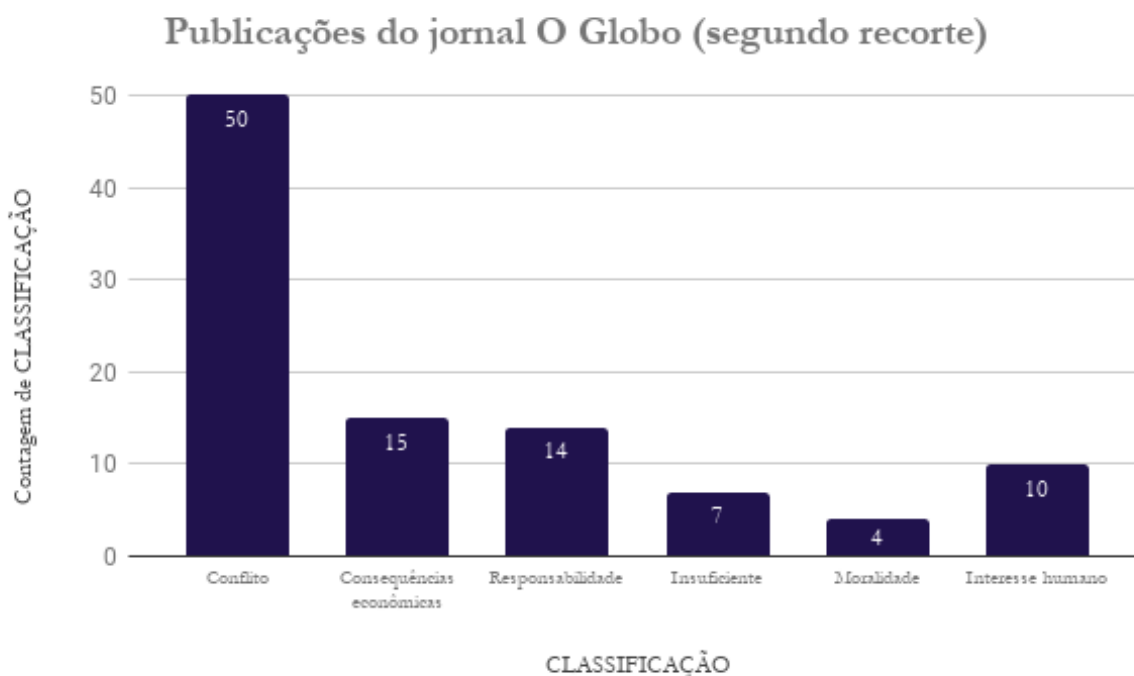


Figura 11: Representação gráfica dos enquadramentos mais explorados pelo jornal O Globo no segundo recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Mesmo menor em termos absolutos, já que o volume de publicações dentro desse recorte temporal é mais baixo, cresce proporcionalmente o uso do prisma conflitivo, ampliando sua distância em relação às outras classificações. Isso porque, imerso em um debate de mudança de paradigma nas relações exteriores brasileiras, o jornal acaba privilegiando o ângulo do embate entre a antiga visão e a nova, aqui representados pela divisão ideológica dentro do Mercosul: de um lado, Argentina, Brasil e Paraguai com governos ditos de direita, e do outro, Venezuela e Uruguai, em uma continuação dos seus governos ditos de esquerda. Essa linha divisória é bastante explorada nos textos, como se

evocasse a narrativa da ordem bipolar da Guerra Fria, em um entendimento do mundo dividido em dois eixos antagônicos. Tal recurso narrativo é bastante explorado, e a ótica do conflito acaba servindo de principal sustentação na construção cronológica de um enredo inteligível para o leitor.

O prisma do interesse humano também cresce proporcionalmente, e ultrapassa o da moralidade, que havia sido bastante utilizado na abordagem da instabilidade no bloco em 2012. Aqui, o foco recai sobre as questões humanitárias envolvidas na crise venezuelana, e as violações do governo Maduro são amplamente criticadas pelo jornal. Este também é responsabilizado pelas turbulências regionais, já que os efeitos da instabilidade na Venezuela já eram sentidos nos países vizinhos. Ainda, quando tratando dos assuntos internos, o jornal ressalta o papel da oposição venezuelana, e aponta os conflitos que permeiam a política daquele país, sempre apontando as conexões com o cenário brasileiro, tanto ao comparar medidas adotadas pelos governos chavistas e petistas, quanto na exposição das aproximações entre os grupos opositores desses regimes em ambos os países. Com isso, a linha divisória utilizada pelo jornal para demarcar as diferenças ideológicas é explorada ao mesmo tempo tanto no nível nacional como regional, demarcando um embate que atravessaria fronteiras e que portanto acaba sendo tratado como algo uno, indiferenciável.

Assim, a construção do jornal é de um cenário regional caótico, de constantes embates entre chefes de Estado, permeado de erros políticos e desrespeito à democracia. A ótica das consequências econômicas é novamente deixada de lado, atestando a incoerência entre o discurso editorial do jornal e sua prática. O debate sobre o Mercosul permanece raso e repetitivo, sem que o leitor tenha acesso a outras perspectivas e opiniões. Também mantém-se a cultura de privilegiar as fontes oficiais, e o espaço à publicização de outros posicionamentos é praticamente inexistente. Quando fora do círculo governamental, as fontes ouvidas são majoritariamente representantes de câmaras de comércio ou confederações ligadas à indústria. Diferentemente da Folha, que veicula artigos de colunistas que divergem da linha editorial, no O Globo todos os articulistas compartilham da mesma visão para a integração do jornal, e o leitor acaba recebendo uma narrativa monolítica em suas páginas. Aqui, no entanto, percebemos um menor número de publicações do tipo opinativo.

Análise quantitativa - tipos textuais (segundo recorte)

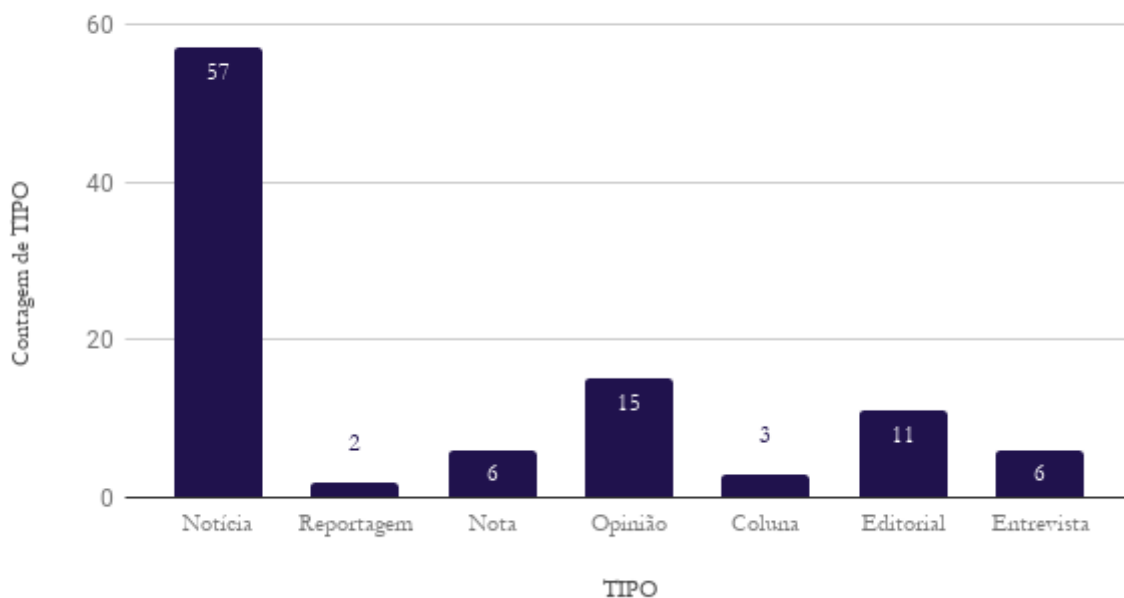


Figura 12: Representação gráfica dos tipos textuais mais explorados pelo jornal O Globo no segundo recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

Análise quantitativa - caderno (segundo recorte)

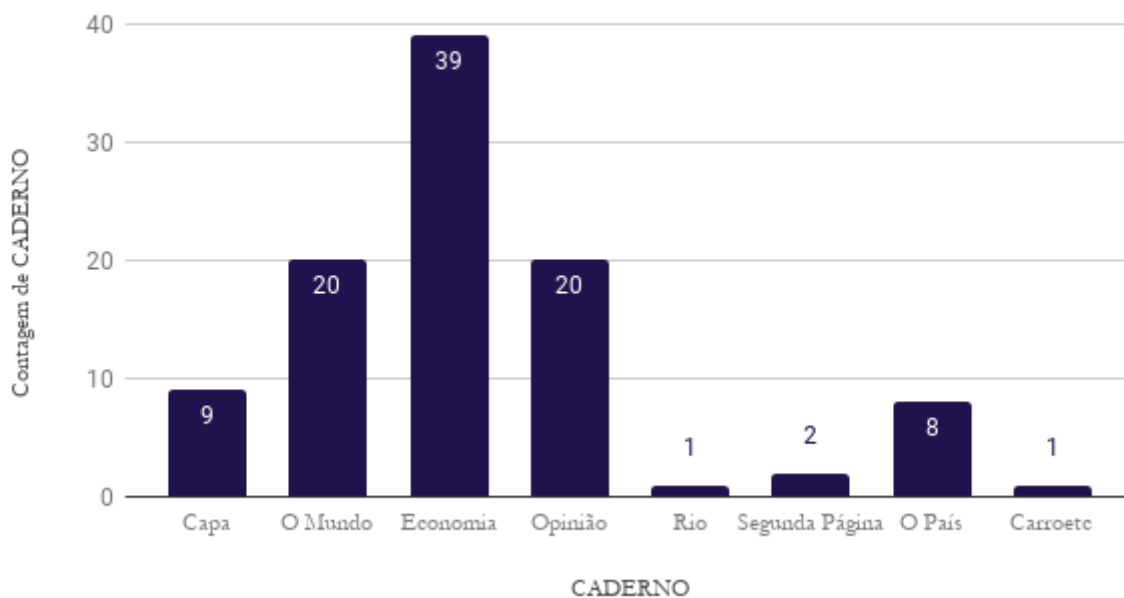


Figura 13: Representação gráfica dos cadernos com mais publicações no jornal O Globo no segundo recorte temporal.

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

5.5.2 Análise qualitativa do segundo recorte

Em 2016, com mudanças de governo drásticas na maioria de seus membros, o Mercosul passa novamente por um momento de instabilidades. Provocado pela crise política, econômica e social na Venezuela, os mandatários dos demais países passam a discutir uma possível suspensão de Caracas do bloco. A notícia é trazida na capa do jornal O Globo do dia 03 de junho, e aprofundada no caderno Mundo (O GLOBO, 03 jun. 2016). São reveladas conversas entre os presidentes Michel Temer e Mauricio Macri acerca de uma coordenação, juntamente com o paraguaio Horacio Cartes, para a imposição de sanções no âmbito do Mercosul ao governo Maduro, visto a tensa situação política do país. Também é trazida ao leitor a informação de que o governo Temer estaria estudando "a possibilidade de impedir que a Venezuela assumira o comando do bloco", caso que seria amplamente debatido nos meses seguintes e que mostra a liderança brasileira na questão. O texto também traz as movimentações de Henrique Capriles, principal opositor ao governo Maduro, que se preparava para uma série de visitas aos governos da região para pedir apoio ao referendo que setores da oposição tentavam convocar contra a vontade de Maduro. O texto, apesar de informativo e de não trazer nenhum tipo de avaliação, se constrói nas divisões políticas tanto regionais quanto internas à Venezuela, trazendo a crise sob o prisma do conflito.

Quando da visita de Capriles ao Brasil, e de seu encontro com o então chanceler José Serra, o jornal novamente aborda as divisões políticas inseridas no debate (O GLOBO, 15 jun. 2016). O ainda interino governo Temer, em uma tentativa de se afastar da administração petista anterior, recebe o líder da oposição após manifestar não reconhecer a Venezuela como uma democracia. Capriles afirma que "uma convulsão social na Venezuela terá impacto em toda região, inclusive no Brasil", e declara não pedir uma "intervenção brasileira, mas apenas suporte público em defesa do cumprimento da Constituição". Ainda faz uma comparação com o governo anterior, afirmando ser o apoio do ex-presidente Lula a Maduro durante as eleições um exemplo de "ingerência inaceitável". Assim, não somente o jornal, mas também os atores envolvidos trabalham seus discursos a partir da narrativa do conflito e da diferenciação em relação a seus opositores.

Em editorial de título "Mercosul precisa sair do imobilismo", o jornal volta a comparar as experiências do Mercosul e da Aliança do Pacífico (O GLOBO, 05 jul. 2016). O Globo elogia a iniciativa de Macri de aproximar os dois blocos, e afirma que este estaria "desmantelando as restrições comerciais e o controle cambial montados em 12 anos de governo do casal Kirchner". Também aborda as mudanças políticas no Brasil, exaltando que a

administração Temer, em um curto espaço de tempo, "deu mais liberdade ao setor privado [...] na direção inversa ao do discurso protecionista que orientou a política de comércio exterior do país nos últimos anos". Assim, apoia a aproximação com a Aliança do Pacífico, dando mais flexibilidade ao Mercosul, "desfazendo-se do excesso de centralização e burocracia". Mesmo que de forma sutil e seguindo as declarações dos chefes de Estado, o jornal coloca nesse texto seu enquadramento da questão, apontando culpados e mostrando soluções, em total consonância com o posicionamento dos novos governos de Brasil e Argentina.

Ainda interino, o chanceler José Serra utiliza o espaço do jornal para, no aniversário de 25 anos do Mercosul, publicizar seu posicionamento em relação ao bloco (O GLOBO, 10 jul. 2016). É nesse contexto de proposição de uma renovação da integração que o chanceler aborda a questão da presidência *pro tempore*, colocando no textos os argumentos a favor de uma postergação da passagem do cargo à Venezuela, ainda inadimplente em relação a seus deveres na instituição. Serra afirma que a incorporação de Caracas ao Mercosul em 2012 "deu-se em circunstâncias exóticas que, agora, quatro anos depois, cobram sua fatura", uma "adoção precipitada e com base em critérios político-ideológicos". Seguindo a linha editorial do jornal, defende que "o Mercosul não se pode deixar paralisar" e garante seu empenho em modernizar o bloco e derrubar os entraves ao livre-comércio, em total sintonia com O Globo e seus editoriais. Assim, o ainda interino governo Temer utiliza o espaço do jornal para já se colocar em concordância com os anseios de certos setores da sociedade, buscando apoio para sua permanência no governo⁵⁷. Ao apelar para o descumprimento das normas por parte da Venezuela, Serra aborda a questão da moralidade de se conceder a presidência a um "sócio incompleto", e alega agir com "prudência".

No editorial "A agenda bolivariana de Maduro não cabe no Mercosul", o jornal novamente alega o imobilismo do bloco, travado por uma "crise existencial" (O GLOBO, 06 ago. 2016). O texto faz o questionamento se "afinal, o Mercosul é uma união aduaneira, voltada para integrar o comércio da região, ou uma aliança entre regimes que dividem a mesma ideologia?" e ataca a "decisão tresloucada" de Tabaré Vázquez de apoiar a presidência venezuelana. Assim, "motivados ideologicamente, Venezuela e Uruguai empurram o Mercosul para uma aventura irracional, ao estilo bolivariano", enquanto os demais membros rejeitam a passagem da presidência a Caracas. Com isso, o conflito interno é exacerbado pelo jornal, que trata a questão sempre no prisma das disputas político-ideológicas, como dito

⁵⁷ O debate sobre as mudanças na política externa brasileira com a saída de Dilma Rousseff do governo é analisado no artigo "Política externa e opinião: a imprensa no debate nacional", de autoria própria, onde são estudadas as publicações do caderno Opinião do jornal O Globo durante o ano de 2016. Link: <https://drive.google.com/file/d/1t4QvX5usdH3E61oO6pft89wqWzSM8IQV/view?usp=sharing>

correntemente nos textos. O aspecto econômico é marginalizado nessas análises, e foco na responsabilidade de Maduro sobre a crise é cada vez mais explorado à medida que a situação interna da Venezuela também se deteriora.

No dia 15 de setembro, é publicada a notícia de que os membros do Mercosul chegaram a um acordo quanto à presidência do bloco, dando aos venezuelanos um prazo até o dia 1º de dezembro para adequação às normas, caso contrário uma suspensão seria aplicada ao país (O GLOBO, 15 set. 2016). O texto destaca a abstenção do Uruguai na votação, novamente jogando luz sobre as divisões internas em torno do *status* de Caracas. Ao lado, uma nota opinativa traz a análise do jornal sobre a questão, com o título "Divisor de águas" (O GLOBO, 15 set. 2016). Nele, O Globo elogia a decisão do "ultimato", e afirma que o mês de dezembro será um marco para administração de Maduro, tanto para sua permanência no Mercosul, quanto para a democracia na Venezuela, já que um referendo estava sendo organizado pela oposição no mesmo período. Muitas das notícias aqui analisadas sobre a crise venezuelana e o impasse no Mercosul foram publicadas acompanhadas de um texto opinativo, em que o jornal imprime sua apreciação sobre o desdobrar dos eventos. Essa atitude elucida o papel do veículo de gestor de consensos e guia de interpretações, uma atuação política que impõe os limites das disputas entre os atores em questão. Assim, ao centralizar o aspecto conflitivo em sua narrativa e colocar o enfoque nas divisões ideológicas, o jornal define "o que está em disputa ou o que *pode* estar legitimamente em disputa" (BIROLI, 2013, p. 139, grifo da autora).

No dia 27 de setembro, Mauro Laviola, representando a Associação de Comércio Exterior do Brasil, publica artigo de opinião com o título "Mercosul terminal", em que responsabiliza os últimos governos pela situação do bloco (O GLOBO, 27 set. 2016). No texto, o autor faz uma retrospectiva histórica da trajetória do Mercosul, cujo ponto de inflexão é marcado, em sua narrativa, pela aprovação, no início dos anos 2000, da Decisão CMC 32, que veta negociações individualizadas dos membros com parceiros externos. Aponta que "os episódios subsequentes mostraram o desalinhamento progressivo dos objetivos básicos do processo, contaminados por conduções políticas orientadas pelo 'bolivarianismo'", e afirma que o bloco encontra-se "totalmente acéfalo de direção". Sua crítica se dirige, portanto, à política adotada pelos governos recentes de todos os países-membros e, pontualmente, à decisão de barrar negociações individuais. Como representante do setor empresarial, Laviola cumpre seu papel de defensor dos interesses de sua classe, e ocupa no jornal espaço que comumente é cedido a seus similares.

No dia 28 de outubro, já próximo à suspensão da Venezuela, o jornal retrata as divisões políticas internas ao bloco, através da notícia "Uruguai é obstáculo a punição severa à Venezuela no Mercosul" (O GLOBO, 28 out. 2016). No texto, a perspectiva do conflito sobressai na divisão que se é erguida entre os governos da Argentina, Brasil e Paraguai de um lado, e do Uruguai de outro, cujo presidente Tabaré Vázquez estaria sendo pressionado pelo senador José Mujica, segundo o jornal "fiel aliado do chavismo". Junto ao texto, é publicada uma nota opinativa, com o título "Acerto", em que o jornal afirma que "o Brasil e demais membros do Mercosul, à exceção do Uruguai, já indicaram que desejam aplicar sanções contra Maduro por desrespeito à cláusula democrática. Estão certíssimos" (O GLOBO, 28 out. 2016). Assim, o reforça-se o conflito não somente no interior do bloco, mas também na política do Uruguai, país retratado como "obstáculo" aos desejos dos demais membros.

Ao noticiar a suspensão da Venezuela, o jornal aborda brevemente a aspecto econômico, afirmando que o impacto não seria grande, "já que o comércio dos demais sócios com a Venezuela não se expandiu após a entrada do país" (O GLOBO, 29 nov. 2016). Traz também o depoimento de Carlos Abijaodi, representando a CNI, que defende a suspensão e alega que a agenda política fez o bloco perder tempo, sendo necessário se voltar à questão do comércio. O restante do texto está focado na questão política que levou à paralisia do bloco, no caso do impasse da presidência *pro tempore*, e nas movimentações dos demais membros em não expulsar a Venezuela na intenção de facilitar sua reincorporação caso haja uma troca de governo no país. As visitas de Henrique Capriles aos países vizinhos, também noticiadas pelo jornal, já demonstravam um apoio dos governos à oposição venezuelana. Aqui, fica ainda mais claro o interesse destes nas disputas políticas internas à Venezuela, demonstrando o intrincamento entre os desdobramentos políticos locais e regionais. Assim, novamente, o foco recai sobre os conflitos políticos e suas consequências.

Nesse mesmo sentido, a notícia sobre a reunião de ministros do Mercosul, celebrada em Buenos Aires, se pauta pelos desentendimentos entre os representantes dos países membros (O GLOBO, 15 dez. 2016). Mesmo não tendo sido convidada, a ministra das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, foi ao encontro, "entrou à força na sede da chancelaria argentina e obrigou os demais ministros a encerrarem em tempo recorde a reunião, para evitar um tumulto ainda maior". O jornal afirma que a passagem da presidência à Argentina já havia sido concluída pelos demais membros, e que os ministros já estavam à caminho de um almoço, "para o qual, obviamente, a chanceler de Maduro tampouco foi convidada". O texto ainda afirma que os venezuelanos estariam prolongando a crise no bloco, ao abrir uma ação no Tribunal de Controvérsias do Mercosul, na tentativa de derrubar a

decisão de sua suspensão. Ainda segundo a publicação, na confusão, a ministra venezuelana estava acompanhada de grupos de movimentos sociais argentinos, "ligados ao kirchnerismo", e do chanceler boliviano, acentuando o enfoque nas divisões partidárias dentro do bloco.

Como visto nas publicações, nos dois momentos de crise no Mercosul o enfoque do jornal recaiu sobre as disputas políticas envolvidas nos dois casos. No caso da suspensão da Venezuela, pouco material foi produzido com o intuito de elucidar ao leitor as consequências econômicas de tal sanção, ou o interesse humano envolvido (ainda que tenham sido pontuadas as violações aos direitos humanos por parte do governo Maduro). Apesar disso, o jornal seguiu uma narrativa repetitiva e pouco plural em que, por um lado, muito espaço foi concedido àqueles atores cujas ideias já são contempladas no processo de integração regional, como membros dos governos, políticos e representantes do setor industrial, enquanto o restante da sociedade civil pouco espaço obteve para suas exposições. Essa reflexão se faz necessária visto o grande debate presente no âmbito do Mercosul sobre seu déficit democrático, isto é, o distanciamento entre as instâncias decisivas e os cidadãos dos Estados-parte. A partir dessa análise, fica claro que os periódicos aqui analisados não têm contribuído para a diminuição dessa lacuna, e que o debate sobre a integração, quando existente, ainda é insuficiente na promoção de uma compreensão global do processo.

Quadro 4: Publicações do jornal O Globo analisadas no primeiro recorte temporal.

DATA	TÍTULO	CADERNO	TIPO	CLASSIFICAÇÃO
03/06/2016	"Mercosul deve punir Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
03/06/2016	"Última chance para Maduro"	O Mundo	Notícia	Conflito
05/06/2016	"País vende menos para mercados estratégicos"	Economia	Reportagem	Consequências econômicas
05/06/2016	"Temer quer isolar Venezuela do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
09/06/2016	"Serra critica abuso a direitos humanos na Venezuela"	O Mundo	Notícia	Conflito
10/06/2016	"Serra receberá visita de Capriles em Brasília"	O Mundo	Nota	Conflito
14/06/2016	"Em uma semana, Venezuela tem três mortos durante protestos"	O Mundo	Notícia	Conflito
15/06/2016	"Capriles critica Brasil, mas volta atrás e faz elogio após ver Serra"	O Mundo	Notícia	Conflito
16/06/2016	"Uma pequena Munique"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
17/06/2016	"Venezuela terá mais pontos para validar assinaturas de referendo"	O Mundo	Notícia	Conflito
19/06/2016	"Brexit e o Mercosul"	Rio	Coluna	Insuficiente

20/06/2016	"As rachaduras do Mercosul"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
25/06/2016	"Mercosul perde 'aliado' nas negociações com a União Europeia"	Economia	Reportagem	Consequências econômicas
29/06/2016	"Mercosul vai cancelar cúpula de presidentes"	Economia	Notícia	Conflito
05/07/2016	"Mercosul precisa sair do imobilismo"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
06/07/2016	"Serra quer que Mercosul só decida em agosto sobre presidência da Venezuela"	Economia	Notícia	Conflito
07/07/2016	"Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro"	Opinião	Editorial	Conflito
07/07/2016	"Impasse político com Venezuela agrava crise do Mercosul"	Capa	Notícia	Conflito
07/07/2016	"Venezuela acentua paralisia do Mercosul"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
07/07/2016	"Na crise, conversas por Whatsapp"	Economia	Nota	Insuficiente
08/07/2016	"Venezuela pode dificultar acordo com Mercosul, diz UE"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
10/07/2016	"Vinte e cinco anos e muito por fazer"	Opinião	Opinião	Moralidade
11/07/2016	"Diplomacia e democracia"	Opinião	Opinião	Interesse humano
12/07/2016	"Reunião do Mercosul termina sem consenso"	Economia	Notícia	Conflito
13/07/2016	"Sem recuo"	Economia	Opinião	Responsabilidade
14/07/2016	"Novo caminho para o Mercosul"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
16/07/2016	"Venezuela tem de seguir regras para assumir Mercosul, diz Serra"	Economia	Notícia	Conflito
21/07/2016	"Mercosul deve mesmo pressionar a Venezuela"	Opinião	Editorial	Conflito
22/07/2016	"Ação conjunta"	Segunda Página	Coluna	Insuficiente
27/07/2016	"Fora, Venezuela"	Segunda Página	Coluna	Consequências econômicas
30/07/2016	"Mercosul: Uruguai deixa comando, porém Venezuela não assume"	Economia	Notícia	Conflito
02/08/2016	"Venezuela tenta assumir Mercosul, e países reagem"	Economia	Notícia	Conflito
03/08/2016	"Mercosul pode punir Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
03/08/2016	"Venezuela pode ser suspensa do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
03/08/2016	"Argentina e Brasil anunciam medidas para agilizar comércio entre os dois países"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
04/08/2016	"Países do Mercosul vão discutir crise no bloco em Montevideú"	Economia	Notícia	Conflito
05/08/2016	"Mercosul desiste de criar uma presidência conjunta"	Economia	Notícia	Conflito

06/08/2016	"Agenda bolivariana de Maduro não cabe no Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
13/08/2016	"Militarização da Venezuela reforça acerto do Mercosul"	Opinião	Editorial	Interesse humano
14/08/2016	"Venezuela perto de ser rebaixada no Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
14/08/2016	"Solução é cooperação transfronteiriça"	O Mundo	Entrevista	Interesse humano
17/08/2016	"No Mercosul, azeda clima entre Brasil e Uruguai"	Capa	Notícia	Conflito
17/08/2016	"Mercosul: debate sobre Venezuela causa atrito entre Brasil e Uruguai"	O País	Notícia	Conflito
17/08/2016	"Incompatível com excelência das relações"	O País	Nota	Conflito
17/08/2016	"No Senado, debate entre governistas e oposição"	O País	Nota	Conflito
18/08/2016	"Uruguai: houve 'mal-entendido' com Brasil"	Economia	Notícia	Conflito
19/08/2016	"Uruguai faz bem em recuar no choque com Brasil"	Opinião	Editorial	Conflito
19/08/2016	"Brasil quer que Mercosul permita acordos comerciais em separado"	Economia	Notícia	Conflito
24/08/2016	"Em reunião, sócios do Mercosul defendem colegiado no comando"	Economia	Notícia	Conflito
01/09/2016	"Venezuela barra jornalistas na véspera de marcha por referendo"	O Mundo	Notícia	Conflito
03/09/2016	"Serra: países bolivarianos deram 'tiro no pé'"	O País	Notícia	Conflito
14/09/2016	"Mercosul: países dão ultimato à Venezuela"	Economia	Notícia	Conflito
14/09/2016	"Um passo atrás"	Carro etc	Notícia	Responsabilidade
14/09/2016	"Mercosul deve afastar Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
15/09/2016	"Venezuela critica ultimato do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
15/09/2016	"Divisor de águas"	Economia	Opinião	Conflito
15/09/2016	"A América Latina poderia forçar Maduro"	O Mundo	Entrevista	Responsabilidade
19/09/2016	"Acordo de UE com Mercosul deve sair em 2 anos, diz Serra"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
27/09/2016	"Mercosul terminal"	Opinião	Opinião	Responsabilidade
29/09/2016	"Em encontro com Michel Temer, Macri vai defender mais pressão sobre Venezuela"	Economia	Notícia	Conflito
04/10/2016	"Na Argentina, Temer e Macri defendem parcerias"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
14/10/2016	"Subordinação"	O Mundo	Opinião	Moralidade
21/10/2016	"Negociação de Uruguai e China causa aml-estar no Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito

22/10/2016	"Dois países, duas crises"	Economia	Nota	Consequências econômicas
25/10/2016	"Mercosul cogita punir Venezuela"	Capa	Notícia	Conflito
25/10/2016	"Mercosul pressiona Maduro"	O Mundo	Notícia	Conflito
27/10/2016	"Brasil defenderá aplicação de cláusula democrática do Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
28/10/2016	"Uruguai é obstáculo a punição severa à Venezuela no Mercosul"	O Mundo	Notícia	Conflito
28/10/2016	"Acerto"	O Mundo	Opinião	Moralidade
30/10/2016	"Sem aviso, Maduro desiste de ir à cúpula com vizinhos"	O Mundo	Notícia	Conflito
29/11/2016	"Venezuela perde voz no Mercosul"	Capa	Notícia	Insuficiente
29/11/2016	"Venezuela na porta de saída do Mercosul"	Economia	Notícia	Conflito
29/11/2016	"O bloco virou um instrumento político"	Economia	Entrevista	Responsabilidade
02/12/2016	"Carta que suspende Venezuela do Mercosul será enviada hoje"	Economia	Notícia	Conflito
03/12/2016	"Suspensão da Venezuela é 'golpe', diz ministra"	Economia	Notícia	Conflito
03/12/2016	"Inócuo"	Economia	Opinião	Responsabilidade
14/12/2016	"Retirada de notas reforça sinais de caos na Venezuela"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
15/12/2016	"Reunião do Mercosul vira palco de confusão com Venezuela"	Economia	Notícia	Conflito
29/01/2017	"Brasil e Argentina querem lançar versão pragmática do Mercosul"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
04/02/2017	"Mercosul negocia abertura para açúcar"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
07/02/2017	"Brasil na era Trump"	Opinião	Opinião	Interesse humano
07/02/2017	"Brasil e Argentina: tempo de convergência pragmática"	Economia	Opinião	Interesse humano
08/02/2017	"Macri e Temer buscam Mercosul forte"	Economia	Notícia	Consequências econômicas
09/02/2017	"Trump dá oportunidade ao novo Mercosul"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
23/02/2017	"Um chanceler odiado pelos bolivarianos"	O País	Nota	Conflito
03/03/2017	"Novo chanceler acena ao Mercosul"	Capa	Notícia	Insuficiente
03/03/2017	"No Itamaraty, Aloysio quer pauta econômica"	O País	Notícia	Moralidade
07/03/2017	"Venezuela é primeiro desafio de Aloysio"	O País	Notícia	Interesse humano
09/03/2017	"Argentina, Brasil, México e a Casa Branca"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
11/03/2017	"Venezuela ainda longe do Mercosul"	Capa	Entrevista	Insuficiente

11/03/2017	"Não acredito que as relações internacionais se deem num ringue"	O País	Entrevista	Insuficiente
11/03/2017	"A chance de Temer na política externa"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
01/04/2017	"Brasil diz que Mercosul pode votar exclusão da Venezuela do bloco"	O Mundo	Notícia	Interesse humano
02/04/2017	"Supremo recua sob pressão"	O Mundo	Notícia	Conflito
04/04/2017	"Recuo de Maduro precisa abrir espaço para diálogo"	Opinião	Editorial	Responsabilidade
05/04/2017	"Parceria Mercosul-Aliança do Pacífico"	Opinião	Opinião	Consequências econômicas
06/04/2017	"Hoje não vivemos uma democracia"	O Mundo	Entrevista	Conflito
09/04/2017	"Tentativa de golpe gera reação em cadeia contra Maduro"	Opinião	Editorial	Interesse humano
23/04/2017	"Temer pede 'eleições livres' para resolver conflito na Venezuela"	O Mundo	Notícia	Interesse humano
25/04/2017	"Rajoy defende solução pactuada para tirar país da crise"	O Mundo	Notícia	Interesse humano

Fonte: Elaboração da própria autora (2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise acima exposta, podemos tirar algumas conclusões acerca das narrativas difundidas nos periódicos nacionais sobre o Mercosul e, mais especificamente, a participação da Venezuela neste. É urgente ressaltar que, a todo o momento, a discussão em torno desse assunto vai muito além da mera inclusão do país em um bloco comercial. Dadas as características e desdobramentos recentes da política venezuelana, desde a eleição de Hugo Chávez sob a plataforma do socialismo no século XXI até as atuais convulsões sociais sob o governo Nicolás Maduro, a país tem se consolidado no imaginário do cidadão brasileiro como um exemplo a ser evitado, e um parceiro a ser rechaçado. Assim, seu destino tem influenciado os desdobramentos internos ao Brasil, chegando a se tornar pauta relevante nas eleições presidenciais de 2018⁵⁸. O atual presidente da República, Jair Bolsonaro, comumente utiliza o exemplo do vizinho caribenho para balizar não somente as diretrizes de sua política externa, mas também para definir seu posicionamento na política nacional e seu distanciamento dos governos antecessores⁵⁹.

Nesse sentido, compreender a importância do tópico Venezuela para a política brasileira é compreender por quais motivos as narrativas jornalísticas sobre tal assunto se colocam tão relevantes para o entendimento do cenário atual. Nosso esforço aqui se colocou não somente na elucidação do imbricamento entre os campos da comunicação e da política, mas também da ligação direta entre os desdobramentos da política nacional e internacional. A análise dos textos demonstra que tal junção é bastante explorada pelos veículos, que a todo tempo associam personagens do cenário nacional a seus correlatos internacionais, construindo uma narrativa de embate ideológico que transcende fronteiras. Nesse sentido, as disputas internas pelo poder e as divisões entre grupos e partidos são exploradas tanto no Brasil quanto em seus vizinhos, e estes são relacionados como se representassem dois grupos antagônicos e homogêneos, travando a mesma luta dentro de cada território. Ao leitor não são explicitadas as particularidades de cada cenário, mas há, no lugar, uma simplificação desses processos, uma dotação de sentido e organização cronológica cujo objetivo é facilitar o entendimento e levar o receptor à conclusão desejada. Tal recurso é comum às narrativas jornalísticas, e auxilia aquele que narra na construção de um enredo compreensível e simplificado, cujo intuito é facilitar o caminho do receptor entre a leitura e a interpretação desejada.

⁵⁸ <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/eleicoes/2018/09/20/campanha-de-bolsonaro-associa-adversarios-a-maduro-para-atrair-votos.htm>

⁵⁹ <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-fara-tudo-que-puder-dentro-da-legalidade-contra-venezuela-cuba-23314721>

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticos e extralingüísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário (MOTTA, 2007, p. 2)

A partir desse entendimento da narratividade, isto é, a capacidade de se descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação, podemos compreender como é construído o discurso acerca da política regional e, principalmente, da política venezuelana e de sua associação com os últimos governos brasileiros. Assim, o narrador não se coloca como sujeito isento, mas sim como ator no exercício de um poder que lhe é acessível quando na posição de comunicador. Os enquadramentos acionados nos textos aqui analisados não são aleatórios, e somente são completamente compreendidos quando analisados juntamente com o contexto histórico em que estão inseridos. É por essa razão que, para compreender as narrativas jornalísticas sobre o Mercosul, é imprescindível o entendimento da significação política deste no decorrer da política nacional e regional, assim como da significação da Venezuela para o imaginário brasileiro.

A disputa de bens simbólicos de Bourdieu, transplantada aos termos de Castoriadis, poderia ser pensada como uma disputa de lógicas identitárias e imaginários sociais em diferentes campos do saber e do fazer. Nesse diálogo entre os dois autores, o processo de formação da opinião pública seria explicável como um processo de disputa das representações hegemônicas entre forças sociais. E a mídia seria o espaço público onde tais disputas têm lugar. Os jornalistas profissionais detêm o monopólio dos instrumentos e das técnicas que configuram a competência discursiva midiática e facultam o acesso qualificado ao espaço público da mídia (STEINBERGER-ELIAS, 2005, p. 161)⁶⁰

A competência sobre a qual a autora discorre abarca tanto o caráter simplificador e homogeneizante da linguagem jornalística, quanto a legitimidade de um grupo ou ator de se colocar como porta-voz autêntico diante da sociedade, que o reconhece como tal. O acesso ao espaço midiático depende desta, a qual a maioria dos atores não possui, resultando em uma representação social nas páginas dos jornais que em muito se distancia daquela de fato encontrada na sociedade (STEINBERGER-ELIAS, 2005). É assim que podemos entender o amplo espaço concedido a certos atores da sociedade nos periódicos aqui analisados, como representantes do setor industrial ou do governo, enquanto grupos periféricos raramente têm suas opiniões publicizadas. Outro fator de peso é a consonância destes com os ideais

⁶⁰ CASTORIADIS, C. (1975/2000). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra [1975].

expressos pela linha editorial do jornal, visto que em ambos os veículos o espaço concedido a opiniões divergentes era bem reduzido.

Ao analisar os resultados a partir da perspectiva dos estudos de narrativa, nos foi possível confirmar a afirmação de Motta de que o conflito representa, em qualquer narrativa, o principal elemento estruturador, o núcleo em torno do qual todo o resto gravita. Este foi o recurso mais empregado no enquadramento dos acontecimentos em torno do nosso objeto, e segundo o autor, é o entendimento da construção do prisma conflitivo que nos permitirá discernir e compreender a funcionalidade da cronologia dos episódios, que ao serem conectadas, significativamente se inserem no imaginário do leitor (MOTTA, 2007). A identificação destes conflitos auxilia, por outro lado, na atribuição de papéis às personagens, outro recurso também largamente utilizado nos textos aqui esmiuçados, e que são construídos de acordo com critérios jornalísticos. O narrador imprime no texto as marcas com as quais pretende construir uma imagem na mente dos leitores, tornando-os eixos da história contada.

Longe de buscar compreender as figuras históricas representadas nas publicações, nosso objetivo aqui é analisar como as notícias constroem essas personagens, como estas são descritas nas páginas dos jornais, e a que servem estas versões publicadas. Assim, o objeto não é Dilma Rousseff ou Nicolás Maduro, mas sim a versão destes apresentada nos textos aqui selecionados. Estes podem desempenhar o papel de protagonistas ou antagonistas, heróis ou anti-heróis, e comumente foram mencionados aqui tanto dentro do prisma do conflito quanto da responsabilização, aos quais foram atribuídos a culpa sobre os problemas identificados pela narrativa. Assim, funcionam como eixo da história em vários sentidos, e sob diferentes enquadramentos.

Podemos usar como exemplo a insistência do jornal O Globo, nos primeiros meses de 2012, na culpabilização de Cristina Kirchner pelo mau desempenho da economia argentina naquele período. Acusada de adotar o "ativismo de confronto" (O GLOBO, 19 mai. 2012) e de irritar seu maior parceiro, o Brasil (O GLOBO, 11 fev. 2012), Cristina foi alvo de diversos editoriais e artigos de opinião onde era retratada como uma personagem autoritária e nociva aos negócios brasileiros. A narrativa do jornal O Globo se diferencia daquela da Folha de S. Paulo no uso do enquadramento da responsabilidade, acionado de forma mais intensiva no veículo carioca, demonstrando sua maior preocupação em associar os problemas regionais às administrações petistas, kirchneristas e chavistas. Assim, muitos dos erros são atrelados à personalidade dos líderes, retratados como radicais e intransigentes, versões também construídas nos textos.

Sem entrar no mérito da veracidade dessas construções, ou de uma análise da figura real em si, o que nos surge relevante aqui é o fato de a representação dessas personalidades nas páginas dos jornais sugerir um delineamento proposital, no sentido de se permitir uma associação automática entre a definição do problema e a análise causal. Logo, quando identificamos os enquadramentos de acordo com o método de Entman, o apontamento das causas dos problemas indica, em sua maioria, os erros e retrocessos provocados pelos mandatários. Assim, a narrativa dos jornais em torno da personalidade dessas figuras históricas é construída no sentido de consolidar, na opinião pública, uma associação direta não entre as personagens e a história, mas entre os indivíduos reais e os problemas retratados nos textos.

Essa construção é complexa em si, já que os indivíduos retratados existem de fato, o que gera uma relação estreita entre a figura histórica e a personagem veiculada nos jornais, capaz de confundir o leitor. Motta defende então que o investimento ideológico no texto jornalístico não é menor do que nas artes, pois está imerso na narratividade, cuja finalidade é envolver o receptor na história apresentada. Nesse sentido, "a personagem jornalística constitui igualmente uma construção do seu autor na medida em que ele possui autonomia de escolha entre os elementos que lhe são propostos pelo real e na respectiva elaboração" (MOTTA, 2007, p. 8), esforço mobilizador da subjetividade do repórter.

Tal capacidade de seleção lhe confere a diferenciação social trabalhada por Bourdieu, isto é, a distinção inerente à natureza do capital que possuem. No caso do jornalista, este se insere no jogo de forças da sociedade através de seu capital simbólico, o qual se sobressai nas disputas com outros agentes e define sua probabilidade de acesso a ganhos específicos. Assim, o sistema simbólico, instrumento efetivo de comunicação e saber, adquire poder de construção da realidade, ao passo que seus símbolos se comportam como instrumentos de integração social, a partir dos quais é possível atingir um consenso acerca do sentido do mundo ao nosso redor (BOURDIEU, 1989). É graças a essa capacidade que a construção da narrativa se coloca tão eficaz na consolidação de um imaginário comum em uma sociedade, cumprindo, portanto, função política de imposição e legitimação do domínio de uma classe sobre a outra.

Assim, ao erguer uma versão sobre uma figura histórica, ou enquadrar certo acontecimento sob uma dada perspectiva, o narrador exerce seu poder simbólico, ao mesmo tempo em que reforça sua legitimidade de fazê-lo. Logo, seu capital é proporcional ao reconhecimento que recebe dos demais agentes, fundamental para sua capacidade de ditar uma certa visão de mundo. Aqui também podemos fazer referência aos regimes de verdade

discutidos por Foucault, diretamente dependentes do poder do enunciador e que traduzem as disputas sociais pelos sistemas de dominação. Portanto, ao afirmar que não existem verdades, apenas discursos travestidos de verdade, Foucault nos aproxima da discussão da construção das personagens jornalísticas, as quais conhecemos apenas através da mediação e cuja representação opera, para nós, sob efeitos de verdade. Ao receptor, cabe o papel de acolhê-los ou rejeitá-los como verdadeiros, já que em sua mente opera a reconstrução dessa mesma personagem, segundo seus próprios critérios. Nesse sentido, há uma relação comunicativa de ambivalência, em que o leitor projeta em seu imaginário figuras de identificação que suscitam simpatias, dores e paixões com as personagens retratadas (MOTTA, 2007).

Apesar de não se tratar de um estudo de recepção, a participação do interlocutor deve ser considerada, já que esta se coloca fundamental para compreender a legitimidade conferida aos agentes e aos discursos proferidos por estes. Assim, a crença coletiva se coloca aqui como essencial ao entendimento de como operam não somente os regimes de verdade, mas todo o sistema de poder, incluído aí o Estado, segundo a concepção de Bourdieu. Assim, nossa análise das narrativas jornalísticas vem a compreender o papel destas dentro do sistema simbólico, onde operam no sentido da construção do que o autor denomina "consenso social", isto é, uma concepção homogênea do mundo ao nosso redor, com um sentido imediato da realidade (BOURDIEU, 2014). Essa não é única, e mesmo quando dominante, deve a todo momento reforçar sua posição em meio às disputas sociais, visto que o poder, quando não exercido, perde sua força. É por isso que, durante todo o período analisado, ambos os jornais dedicam grande parte de seu espaço ao fortalecimento de sua linha editorial, deixando pouco espaço à manifestação de discursos opostos.

Outra constatação da análise foi o reduzido espaço dedicado aos assuntos do bloco nas páginas dos jornais. Em ambos, no período do primeiro recorte, as publicações sobre o tema são extremamente escassas, crescendo apenas nas semanas imediatas à ruptura que se instaura com a crise no Paraguai. Mesmo a notícia da suspensão do país do Mercosul é ofuscada, na capa da Folha de S. Paulo daquele dia, pelo resultado da eleição presidencial no Egito (FOLHA DE S. PAULO, 25 jun. 2012). No segundo recorte, percebe-se um fluxo de publicações mais regular e melhor distribuído ao longo do ano. Isso porque, naquele ano, o país passava por uma troca de governo, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff em um conturbado processo de *impeachment*. Buscando se distanciar da antecessora, o governo Temer traz então ao centro do debate as discussões acerca da política externa brasileira que, assim como advoga Berringer, acabam sendo usadas nos embates políticos para atacar a então administração petista. O jornal então segue a mesma linha, e centraliza a questão da

Venezuela de modo a transformá-la em símbolo da atuação errática de Dilma Rousseff. No entanto, a discussão não se aprofunda, e permanece no âmbito da responsabilização e do conflito.

Assim, a análise aqui erguida nos permite confirmar não somente a escassez do tema regional no debate público, mas também a forma rasa e repetitiva com que é tratado. A insistência dos jornais em um mesmo enquadramento demonstra, primeiramente, seu empenho em trabalhá-lo de forma a torná-lo hegemônico. Em segundo lugar, demonstra o apego do jornal aos recursos narrativos clássicos, dentre eles a retratação da história através do conflito e a personalização do debate. Este corrobora a tese de que, longe de buscar contribuir para a discussão e entendimento do tema, seu objetivo é uma simplificação do tema, no sentido de uma facilitação da interpretação do leitor e da absorção segundo os enquadramentos escolhidos pelo jornal. Por último, a excessiva personalização auxilia, da mesma forma, no fortalecimento da narrativa da culpa, em que as personagens-chave da história são responsabilizadas pelos problemas identificados nessa mesma narração.

A partir dos estudos aqui empreendidos, torna-se difícil afirmar que há qualquer relação entre as narrativas veiculadas e os interesses geopolíticos discutidos no terceiro capítulo. O que é possível apreender é que o discurso veiculado nas páginas dos jornais aqui analisados pretende-se hegemônico no sentido que este não somente traduz as lutas no seio da sociedade, mas também por ser, em si, o objeto pelo qual se luta, o poder do qual todos os grupos pretendem se apoderar. Assim, este carrega papel político muito forte, pois cumpre a função de imposição e legitimação da dominação não somente de uma classe sobre a outra, mas principalmente de uma narrativa sobre a outra. Tal hierarquização assenta-se sobre princípios econômicos, estes diretamente imbricados nas disputas do campo político.

A ligação entre os campos da política e do jornalismo se dá então no fato de haver, além de um transbordamento das lógicas, também um transbordamento das lutas, em que a disputa pelo capital simbólico nada mais é do que a disputa pelos outros tipos de capital, mas através de outros meios. A concorrência pela consolidação de uma narrativa hegemônica acerca do Mercosul e da Venezuela apontam, portanto, para as outras disputas inseridas nesse mesmo tema, que perpassam os campos da economia, da política, dos costumes, da moralidade, e todos os demais aspectos que nos organizam como sociedade. Compreender as lutas pelo poder simbólico significa entender o estado das relações de força entre os agentes, e portanto o mundo social. Assim, a batalha contemporânea se dá não somente por meios físicos ou financeiros, mas também ideológicos. E o poder, aqui entendido além de sua face repressiva e violenta, é também produtor de saberes e significações.

A dependência cultural da América Latina de hoje carrega consigo, por tabela, a dependência política e a econômica. É a "batalha das ideias" que conta agora. Quem conseguir controlar corações e mentes será o vencedor do jogo. (STEINBERGER-ELIAS, 2005, p. 164)

Portanto, mais do que respostas, a presente dissertação busca incitar novos questionamentos acerca do papel das narrativas jornalísticas na consolidação do nosso imaginário coletivo. Adentrando a economia política da comunicação, futuros estudos poderiam esmiuçar as ligações entre os discursos aqui encontrados e seus patrocinadores, isto é, grupos interessados na legitimação desses posicionamentos frente à sociedade. Até que ponto há uma correlação direta entre os interesses dos atores geopolíticos envolvidos e as narrativas veiculadas nesses periódicos? Estariam as relações internacionais migrando da preponderância do *hard power* para a era do *soft power*, onde a mídia e a opinião pública se inserem no sistema como novos atores geopolíticos? E por último, qual o papel do jornalismo na formação do nosso imaginário social-popular sobre não apenas a América Latina, mas também sobre o nosso pertencimento e a nossa inserção nesse espaço?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo; Revisão técnica: Adriano Correia - 11 .ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. **O reordenamento Sarney-Alfonsín**. Em: A América do Sul e a integração regional. Brasília: FUNAG, 2012, p. 79-83.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. RUBIM, AAC **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Editora Unesp, p. 41-71, 2004.

BANDEIRA, Moniz. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BARISON, Thiago. **Nicos Poulantzas e o direito: um estudo de poder político e classes sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARROS, Pedro S.; PADULA, Raphael; ALVES, Corival. A integração de infraestrutura Brasil-Venezuela: A IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o eixo Amazônia-Orinoco. **Relatório de Pesquisa do Ipea**, v. 11, n. 05, 2011.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2015.

BERRINGER, Tatiana; KOWALCZYK, Anna. As burguesias brasileira e chilena e os dilemas da integração regional. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2017.

BIROLI, Flávia. **Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos**. Brasília: Revista de Estudos Políticos, 2013-1. Disponível em <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2013/10/6p126-143.pdf>>. Acesso em 7 out 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad.: Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad.: João Ferreira; Rev. geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Editora Companhia das Letras, 2014.

BOYD-BARRETT, Oliver. **Media imperialism**. Sage, 2014.

_____ - National and international news agencies: Issues of crisis and realignment. **Gazette** (Leiden, Netherlands), v. 62, n. 1, p. 5-18, 2000.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Mídia**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

BUENO, C. O. **Brasil e o integracionismo**: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-Americana. Em: A América do Sul e a integração regional. Brasília: FUNAG, 2012, p. 43-62.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. MÍDIA CONCENTRADA NO BRASIL: ATÉ QUANDO?. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

CANDOSSIM, Camila Concilio. O conceito de poder em Jurgen Habermas. **Revista de Direito Público**, V. 4, N. 2, MAIO/AGO. Londrina: 2009, p. 131-147.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede, vol. 1**. São Paulo: Paz e Terra, v. 8, 1999.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, p. 5-11, 2003.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

COX, Robert W. **Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method**. Millennium, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

_____ - **Production, power, and world order**. New York: Columbia University Press, 1987.

_____ - **Social forces, states and world orders: beyond international relations theory**. Millennium, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DE LIMA, Venicio A. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, 2004.

DE MELO, José Marques. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **Logos**, v. 15, n. 1 (2008), p. 42-59, 2008.

DE MORAES, Dênis. O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 1, n. 1, p. 14-30, 2017.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. As Mudanças no sentido estratégico do Mercosul para a política externa brasileira: da redemocratização (1985) à crise brasileiro-argentina (1999-2002). **Revista Tempo do Mundo**, 5(1): p. 153-169, 2013.

DO CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. Venezuela-Brasil-EUA: Uma Visão Retrospectiva da Dinâmica Regional (2002/2013). **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 2, 2017.

DOS SANTOS, Raquel Paz. A revitalização do Mercosul no contexto da diplomacia de Lula para a América do Sul. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 39, 2014.

ENTMAN, Robert M. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

_____. How the media affect what people think: An information processing approach. **The journal of Politics**, v. 51, n. 2, p. 347-370, 1989.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane S. **Gigantes do telejornalismo mundial: mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias**. 2011. 311 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social)-Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

FAUSTO NETO, Antonio; WESCHENFELDER, Aline. Contendas de Sentidos: Estratégias de midiaticização da doença do ex-presidente Lula. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, 2012.

_____. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **Matrizes**, v. 1, n. 2, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Agenda de integração externa**. Documento de posição. São Paulo: junho de 2013. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/propostas-de-integracao-externa-da-industria/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. **SADER, E.(Org.)**, v. 10, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha**. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

FONTES, Pablo Victor. A Reuters é um ator político? **Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento**, nº 4. Rio de Janeiro: out. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do poder**: Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

GARNHAM, Nicholas. Contribution to a political economy of mass-communication. **Media and cultural studies: Keywords**, p. 201-229, 2006.

GAZZOLA, Ana Elisa Thomazella. A política externa de Temer sob as reflexões atuais acerca do regionalismo sul-americano. **Observatório do Regionalismo**, São Paulo, 26 fev.

2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/a-politica-externa-de-temer-sob-as-reflexoes-atuais-acerca-do-regionalismo-sul-americano/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GILBOA, Eytan. **Global communication and foreign policy**. Journal of Communication, v. 52, n. 4, p. 731-748, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, v. 17, 1995.

_____. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Tradução: José Luis Rodríguez. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. **Cadernos do cárcere** - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: The political economy of the mass media**. Random House, 2010.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista brasileira de política internacional**, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, 2012.

HONÓRIO, Karen; TRANSPADINI, Roberta. O Mercosul de Macri e Temer e a continuidade do atraso. **Carta Capital**, São Paulo, 10 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-mercosul-de-macri-e-temer-e-a-continuidade-do-atraso>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

JAEGER, Bruna Coelho. **A política externa do governo Dilma Rousseff para a América do Sul (2011-2015): o fim do paradigma logístico?** / Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre, 2016.

JONES, Bart. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da Revolução permanente**. Editora Novo Conceito, 2013.

JUNQUEIRA, Cairo. Novos ou velhos rumos do Mercosul? **Observatório do Regionalismo**, São Paulo, 24 ago. 2017, 2017. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/novos-ou-velhos-rumos-do-mercosul/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. **Power and interdependence in the information age**. Foreign affairs, p. 81-94, 1998.

KOSICKI, Gerald M.; PAN, Zhongdang. Framing as a strategic action in public deliberation. In: **Framing public life**. Routledge, 2001. p. 51-82.

KUWAHARA, Mônica Yukie. **MERCOSUL: além da problemática comercial**. Tese (Doutorado) - Prolam - USP. São Paulo, 1999.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis. Vozes, p. 159, 2008.

MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **E-Compós**. Vol. 13. No. 3. 2010.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul**: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Intervezes**, São Paulo, n. 13, p. 6-27, 2015.

MARINUCCI, Raquel Boing. **Relações internacionais e mídia**. Brasília: Universitas Relações Internacionais, 2008.

MATTA, Fernando Reyes. The Latin American concept of news. **Journal of Communication**, v. 29, n. 2, p. 164-171, 1979.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**: história das idéias e das estratégias. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MCQUAIL, Denis; DE JESUS, Carlos; PONTE, Cristina. **Teoria da comunicação de massas**. 2003.

MIHAILOVIC, Dejan. Geopolítica y orden global: posibilidades para un nuevo meridionalismo. **Razón y Palabra**, v. 13, n. 62, 2008.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro**: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. Florianópolis: Estudos em Jornalismo e Mídia, 2015, vol. 12, nº 1.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 143-167, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. **Power in the global information age**: From realism to globalization. Routledge, 2004.

O GLOBO. **Acervo digitalizado**. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em 13 dez. 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; SILVEIRA, Isadora Loreto da. De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na política externa brasileira para a América do Sul? **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 6, n. 2, p. 134-159, 2015.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das relações internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas**. Tese (mestrado): UFSC. Florianópolis: 2010.

OLSSON, Giovanni. **O fenômeno da globalização e o novo cenário dos atores das relações internacionais**. Dissertação (Mestrado) - UFSC. Florianópolis, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAMETTA, Gaetano. Poder e crítica da economia política em Marx. In: DUSO, Giuseppe (Org.). **O poder: história da filosofia política moderna**. Tradução: Andrea Ciacchi, Líssia da Cruz e Silva e Giuseppe Tosi. - Petrópolis: Vozes, 2005.

REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. Prologue—Framing public life: A bridging model for media research. In: **Framing public life**. Routledge, 2001. p. 23-48.

RIZZOTTO, Carla Candida; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?. **Intexto**, n. 26, p. 98-114, 2012.

ROTHKPOF, David J. **Cyberpolitik: The Changing Nature of Power in the Information Age**. *Journal of International Affairs*, vol. 51, no. 2, 1998, pp. 325–359.

SALAS, Ana Sofia Garcia. Política exterior de Venezuela para América Latina durante el gobierno de Hugo Chávez. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 15, n. 28, p. 125-143, 2016.

SANT'ANNA, Francisco. América Latina—um tema fora da pauta. **Uma análise sobre o papel**, 2006.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **A integração latino-americana no século XIX: antecedentes históricos do Mercosul**. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 29, n. 57, p. 177-194, 2010.

SILVA, Carolina Albuquerque da; MARTINS, José Renato Vieira. As cúpulas sociais do MERCOSUL I: história e acervo. **Mirabilia Ediciones**, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

STEINBERGER-ELIAS, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. EDUC-Editora da PUC-SP, 2005.

TARGA, Leandro Garcez. Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o Estado como metacampo. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 24, n. 2, p. 65-85, 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1010>>

VALENTE, Leonardo. **Política externa na Era da Informação**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva v. 2. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica: Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAMIN, Angela. América Latina na imprensa: uma análise a partir de textos acadêmicos brasileiros do período 1980-2005. **Estudos em Comunicação/Communication Studies**, v. 7, p. 219-234, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Fórum Solidaridad Perú, 2013.